UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

*Região do colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de
Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista*

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cássio Arruda Boechat
Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

São Paulo – SP
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

*Região do colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de
Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista*

Cássio Arruda Boechat

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Geografia da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo, sob a
orientação do Professor Dr. Heinz Dieter
Heidemann, para obtenção do título de
Mestre na área de Geografia Humana.

São Paulo – SP

2009

Ficha de aprovação

Autor: Cássio Arruda Boechat

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

Título: *Região do colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia – SP (1857-1964) no Oeste Paulista.*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Dr. Heinz Dieter Heidemann, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre na área de Geografia Humana.

Banca examinadora:

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aprovado em: _____.

ÍNDICE

Agradecimentos	7
Apresentação	9
SEÇÃO 1 – OLÍMPIA: REGIÃO, POSSES, PROPRIEDADE E CORONELISMO	12
Introdução: Problemas do modo de pensar da Geografia Tradicional	13
<i>PARTE I – Meios de produção não-produzidos: as posses e a região da pecuária</i>	18
Capítulo 1. O processo de formação de uma região: um “princípio” de abordagem	18
Capítulo 2. Os pressupostos da região: pecuária, posses e Guerra dos Bárbaros	22
2.1. Posses e famílias: o elo visível das relações sociais de produção	24
2.2. A concretização da posse como territorialização da pecuária regional e um esboço de teorização sobre o conceito de região	36
2.3. A expansão da pecuária mineira para o sertão desconhecido de São Paulo	48
2.4. As posses dentro da posse: mineiros na ocupação do planalto paulista criando as condições de sua reprodução (posse, pecuária e transformação da paisagem)	53
2.5. O contato de mineiros e paulistas: prelúdio da constituição de uma política local não-autonomizada	61
2.6. Da noção de autonomização como procedimento da crítica sobre a formação do capital	67
<i>PARTE II – Meios de produção produzidos: fazendas, cidades e Estado na transição para a região do colonato na área</i>	75
Capítulo 3. Metamorfoses da região: divisão das terras, regularização das posses, formação dos municípios e consolidação do coronelismo	75
3.1. As divisões das fazendas originais na fundação do compromisso coronelista na área estudada	81
3.2. O “nascimento” da Villa Olympia e a formalização do compromisso coronelista	89
3.3. Briga entre cidades e briga entre coronéis: “Reprodução ampliada” do coronelismo perrepista e a ascensão de uma dissidência	96
3.4. A consolidação de uma “dissidência” ao “compromisso coronelista”, paralelamente à própria consolidação do “compromisso coronelista”	105
Capítulo 4. O coronelismo determinando a renda diferencial na área de Olímpia	113
4.1. A confirmação da renda diferencial na venda da propriedade fundiária (renda capitalizada) na área e a confirmação do papel do coronelismo	118
4.2. Fragmentação das grandes posses e pequenas propriedades nas piores terras da área: a relação entre a alternativa da meação na cafeicultura e a pequena propriedade	122
Capítulo 5. Conclusão parcial: As brigas partidárias no processo de autonomização do Estado em São Paulo e o coronelismo como forma do Estado nesse processo, determinando a renda fundiária	131

SEÇÃO 2 – REGIÃO E FORMAÇÃO CONTRADITÓRIA DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA NUMA REALIDADE CAPITALISTA PERIFÉRICA	136
Introdução	137
<i>PARTE I – Colonização no marco da acumulação primitiva e do sistema colonial</i>	138
Capítulo 6. Ascensão do sistema mundial produtor de mercadorias: mobilização do trabalho e colonização	138
6.1. Acumulação primitiva: mobilização do trabalho	145
6.2. Mobilização do trabalho na Inglaterra	148
6.3. Mobilização do trabalho ou formação do trabalho (acumulação primitiva): o Antigo Sistema Colonial	153
Capítulo 7. Da crise prolongada à expansão cafeeira no Brasil pós-colonial: as regiões cafeeicultoras de São Paulo na crise do escravismo	170
<i>PARTE II – Região do Oeste Paulista como região do colonato: imigração como modernização retardatária</i>	183
Capítulo 8. A região cafeeicultora do Oeste Paulista na vanguarda da crise do trabalho servil	183
8.1. Colonato como sistema de trabalho: Oeste Paulista como região do colonato	196
8.2. Colonização sistemática e modernização retardatária	203
Capítulo 9. Conclusão parcial: Lei geral de acumulação de acumulação capitalista como meta, colonização sistemática como meio	206
SEÇÃO 3 – REGIÃO DO COLONATO	215
Introdução	216
<i>PARTE I – Fases da imigração em massa em São Paulo e sua relação com a cafeeicultura na gestação da superpopulação relativa</i>	217
Capítulo 10. Imigração subvencionada para o Oeste Paulista: a “reprodução ampliada” das condições de reprodução da cafeeicultura no longo processo de constituição da superpopulação relativa	217
10.1. <i>Primeira fase</i> : maior expansão sobre o planalto ocidental e imigração italiana	222
10.2. <i>Segunda fase</i> : crises da cafeeicultura, imigração espanhola e vantagens ao colono	227
10.3. <i>Terceira fase</i> : ascensão da cafeeicultura na gestação da crise de 1929 e o depois	234
10.4. Conclusão parcial: formação da superpopulação relativa nas fases de expansão da cafeeicultura	236
<i>PARTE II – A região do colonato na área de Olímpia, no período final de sua crise</i>	237
Capítulo 11. O contrato de locação de trabalho do colono João da Silva e a dinâmica de aplicação do colonato em Olímpia	238

11.1. Observações sobre o contrato de trabalho do colono João da Silva	238
Capítulo 12. Observações sobre os rendimentos do colono João da Silva (1945-49)	244
12.1. Despesas do colono	249
12.2. Receitas do colono	258
Capítulo 13. Observações sobre a folha de pagamento da Fazenda Monte Verde (1955-1963)	273
Capítulo 14. <i>Considerações finais</i>: as três abordagens sobre a região do colonato nessa dissertação; e a autonomização do capital no colapso da modernização	298
Fontes e Referências Bibliográficas	305

Agradecimentos

Quantificar quanto cada pessoa envolvida em cada etapa dessa pesquisa e da redação final dessa dissertação seria um erro. Seria também impossível estabelecer, neste momento, como a perspectiva crítica que norteia essa interpretação agora exposta é fruto de toda a vida de quem está escrevendo. A parte à sombra do texto que agora aparece não precisa que seja iluminada para ganhar importância. É ela quem reproduz as condições dessa pesquisa existir e todos os envolvidos nesse âmbito familiar, de amizades, companheirismo e ajuda deviam saber que são importantes. Por outro lado, a dedicação, talvez exagerada, à mesma pesquisa tenha desgastado aquelas convivências, o que tampouco justificaria compensar essa ausência com uma troca, com agradecimentos impressos. De todo modo, agora há de vir um momento de trégua e retorno a essas convivências. A vontade é grande.

Não deveríamos separar tanto esse que foi um processo de estudo e tentativa de auto-reflexão do resto que nos compõe. Melhor do agradecer essa ou aquela pessoa, vale enfatizar que essa dissertação é fruto de uma coletividade. Num primeiro âmbito, ela foi uma tentativa de sistematizar as discussões em grupos de estudos que vimos travando no Instituto de Estudos Brasileiros, nos anos de 2004 e 2005, e no Laboratório de Geográfica Urbana, desde 2004 até hoje e além. Nesses grupos convivemos com muitas pessoas, mas algumas foram mais persistentes e, por isso, marcaram mais a construção dessa interpretação. Entre elas devemos citar a participação de Caio Bourg Mello, desde 2004 até o ano passado, de Vicente Eudes, no mesmo período, de Maria Conceição Castro, bem como de Anselmo Alfredo, e de Carlos de Almeida Toledo e Ana Carolina Gonçalves Leite, sempre. Depois vieram novos e importantes amigos: Fábio, Erick, Fred; e agora ainda outros: Daniel, Allan, Rafael. Sempre, é claro, com a presença do professor e orientador Dieter. E o grupo do Labur, de sexta-feira, continua em suas intermináveis querelas.

Também coletivo e paralelo a essas discussões em grupo foi o modo como nos aproximamos de um estudo do colonato. Esse processo de pesquisa remonta ao ano de 2003, quando após o curso de geografia para Ciências Sociais, quando cursávamos essa graduação, resolvemos, junto com Carol e Diogo, fazer um trabalho de campo para ver as condições de trabalho dos cortadores de cana nas proximidades de Olímpia. Preocupávamos com o processo de mecanização dessa lavoura e a consequência social da mudança, que tinha data para ocorrer. No percurso, passamos a criticar também o próprio corte, não conseguindo mais defender apenas uma posição contra o desemprego.

Logo, depois de muitos estudos, esse nosso grupo se dissolveria, mas dele partiu a vontade de uma compreensão histórica do processo formativo que conduziria àquela situação.

Em outro âmbito, a crítica da separação em nosso mundo e, mais acentuadamente, na cidade de São Paulo, levou-nos a sair do conforto de um lar padrão para a família nuclear que se consolidava, e junto com Julia, a companheira de sempre, e com o micro Miguel, à época com 10 meses, fomos morar com mais dez pessoas, na chamada “casinha velha”. Não bastaria juntar-nos a mais e mais pessoas para solucionar a crueldade das relações abstratas em que estamos imersos. A casa caiu com sua impessoalidade, mas nos agarramos os que sobraram, uns aos outros. Uma amizade muito concreta tem surgido daí e ela faz parte de todo o processo, em que essa dissertação é apenas um momento.

Para além, portanto, dessa realidade mais imediata, essa dissertação também é fruto de como nos inserimos em outras coletividades. Essa pesquisa tem outro sentido para nós, quando entendemos que ela faz parte de uma compreensão da história deste pesquisador e das pessoas que vieram antes de nós. O processo de pesquisa foi, assim, uma reaproximação à nossa família, nossa infância e às histórias cada vez menos contadas, cada vez mais esquecidas, de uma área que vai se dissolvendo na modernização. Desse modo, se a dissertação parece por demais extensa, se parece que exageramos nos dados pesquisados, se parece também que nos envolvemos demais com o objeto, todas essas possíveis críticas (com as quais aliás concordamos) se esvaem quando lembramos dos trabalhos de campo, das conversas, dos encontros e dos muitos detalhes que atiçaram a curiosidade não tanto de um pesquisador, mas de uma pessoa que cresceu naquelas fazendas, com aquelas outras pessoas. Não precisamos, também, agradecer formalmente a estas.

O mínimo que podemos fazer é criticar a modernização que tanto machuca, por seus meios calados ou gritantes, essas pessoas que ficam praticamente apenas com a nostalgia de um tempo em que todo mundo vivia junto e se conhecia, apesar de fazê-lo escondendo outras formas de exploração. De nossa parte, a crítica também é o mínimo que podemos fazer para pensar como somos agentes de nossa própria separação dessas tantas pessoas que, por fim, recebem só agradecimentos.

Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Apresentação

A maneira como esta dissertação está organizada deixa de fazer necessária uma introdução geral que antecipe a hipótese de que se parte e o meio para se abordá-la. Isso porque cada uma das suas três seções possui uma aparente autonomia, apresentando uma introdução, duas partes a refletir sobre distintos momentos de um processo de modernização e uma conclusão parcial. A leitura de cada uma dessas seções mostrará que o processo de modernização que aparece tratado de três maneiras distintas é um só, deixando as partes se complementar uma às demais.

Na Seção 1, abordamos a formação da propriedade da terra no Oeste Paulista e, mais particularmente, numa área dentro dele: aquela que viria a se tornar o município de Olímpia. Num primeiro momento, tratamos da dinâmica de posses de terras após a Lei de 1850, comparando com as posses antes disso, no regime de sesmarias e entre 1822 e 1850. Estas posses são problematizadas na concretização dos seus pressupostos, com a matança ou expulsão dos indígenas, e na instalação de uma pecuária que cumpre o seu *sentido* de produzir mercadorias. Numa segunda parte, mostramos a transformação dessas posses em propriedade, junto com a formação dos municípios, ressaltando o papel do coronelismo na organização da estrutura fundiária local, determinando quais serão as melhores áreas ali, aquelas que terão rendimentos diferenciais na concorrência com as demais. O Oeste Paulista, então, aparece como uma região própria ao coronelismo, e o coronelismo como uma forma de organização da constituição do Estado própria para a expansão cafeeira para o Oeste Paulista.

Na Seção 2, tratamos de problematizar as formas de reprodução das relações sociais no período colonial e após a Revolução Industrial e a queda do *sistema colonial*. Aí abordamos os sentidos diversos que a acumulação de capital tem, com sentidos distintos também para as noções de *colonização*. Teorizamos, na segunda parte dessa seção, nossa concepção de *região do colonato*, segundo a política de imigração de massa e a consolidação do sistema de colonato como regime de trabalho, chegando, por fim, a caracterizar essa região, pelo papel modernizante do Estado em sua conformação e expansão, como uma *modernização retardatária*, buscando o padrão europeu de reprodução social.

Na Seção 3, por fim, lidamos com as fases da imigração, da expansão da cafeicultura e o aparente sucesso daquilo que, na seção anterior, ainda aparecia como

projeto de modernização. Na segunda parte dessa seção, enfim, abordamos mais detalhadamente o colonato, através da análise de um contrato de colonato, sua aplicação registrada na caderneta de um colono e também a contabilidade da folha de pagamento de trabalhadores de uma fazenda na área de Olímpia, no chamado Oeste Paulista. O colonato, ao final, como o que caracteriza a região

Reiteramos em cada abordagem particular, em cada seção, que este é um estudo com um duplo foco. Portanto, pensamos numa problematização, ao longo de toda a exposição, do conceito de região, porém, pensamos ainda um processo formativo particular. A região é aqui tomada na crítica à maneira como, em nosso mundo conformado em torno das trocas de mercadorias, as relações sociais assumem a cristalização de *coisas*. Isto é, abordamos a região não como uma dada área, com um caráter que a distingue de outras, porém a tomamos como uma relação social, histórica e geograficamente determinada. O modo de se reduzir as relações sociais aos produtos dessas mesmas relações condiz com o próprio processo efetivo de trocas de mercadorias, em que se abstraem as relações sociais que permitem a existência dessas mercadorias. Mas a história que procuramos recuperar, por essa crítica ao fetiche da mercadoria, não é apenas a história imediata das mercadorias que nos rodeiam, mas da constituição das condições anteriores ao momento atual.

Nisso, valemo-nos da noção de área para projetar ao passado uma noção de uma espacialidade, pela crítica do que se formou. Ou seja, estudamos aqui o processo de regionalização da produção de mercadorias, mas, para evitar tomar o que existia antes como um vazio ou como certa “natureza”, utilizamos a noção de área para problematizar aquilo que só pode ser entendido com as nossas próprias categorias de compreensão, mas que não necessariamente diziam respeito a elas anteriormente ao mesmo processo de modernização. A *área* é, pois, o nosso instrumento da crítica.

Enfim, evitando a complicação da análise já nesse momento de apresentação, sugerimos uma leitura dessa dissertação que aceite questionar pressupostos tão arraigados nas nossas concepções modernas. Somente essa abertura a uma auto-crítica, permitirá entender que o que estamos apontando para o que é a região é, antes, um ser e não ser simultâneo. Começar, pois, essa leitura querendo encontrar aqui a confirmação do que é bom ou do que é ruim no processo histórico retomado, limitará a nossa proposição da contradição em cada momento desse processo.

Antes de tudo, o leitor terá que aceitar se questionar sobre a própria modernização em seus termos “positivos”, porque o que se pode entender de um mundo

moderno e aparentemente desenvolvido não é para nós senão a consolidação de um Estado de direito, de uma mobilização perfeita do trabalho (com a livre disposição do trabalhador para se empregar onde bem entender) e a autonomização das categorias do capital (com a autonomia aparente daqueles que personificam a propriedade da terra, a propriedade da força de trabalho, a propriedade do capital produtivo, a propriedade do capital fictício, etc.). Este mundo perfeito é o mundo da mercadoria, do socialismo das coisas. Sua maior violência está na abstração, onde todos somos qualquer um, intercambiáveis e descartáveis, e onde o que importa é o lucro particular ou desenvolvimento da nação. Este mundo está em colapso porque gradativamente não precisa mais da massa da população, que foi, não obstante esse atual desprezo, socializada para trabalhar na produção de mercadorias.

Portanto, quando se observa o passado sem criticar os nossos próprios pressupostos modernizantes do que seria o “bom”, ou o “melhor”, olha-se para o que pensamos aqui como um período regional de uma maneira, por assim dizer, dualista, vendo ali algo de atrasado, ou de pré-moderno, ou de não-capitalista. Por outro lado, não se quer aqui fazer uma apologia da região do colonato, o que fica claro quando reiteramos a violência do compromisso coronelista, da exploração do trabalho, dos outros muitos aspectos não menos violentos, por vezes ocultados por trás da benevolência de um fazendeiro cedendo terras ou crédito em troca de uma rotina extenuante de trabalho, do carinho de um pai “patrão”, ou do capricho de um favor. O ceticismo da crítica da mediação não nos permite separar essas aparentes aberturas à subjetividade da produção de valor.

Seção 1 – Olímpia: região, posses, propriedade e coronelismo

Uma tentativa de releitura crítica da história de autonomização da renda fundiária e do Estado numa área do Oeste Paulista

Introdução: Problemas do modo de pensar da Geografia Tradicional

Pensar e problematizar o conceito de *região* não nos obriga a retomar detalhadamente o processo de autonomização da Geografia, como ciência especializada; processo este em que a “região”, por vezes, assumiu a tarefa fetichizada de compor a especificidade do campo científico, o seu objeto de pesquisa. Tampouco nos obriga a retomar o conceito de região em suas muitas acepções, a partir delas mesmas.

Para fazê-lo teríamos que retomar um percurso que remetesse aos primeiros estudos de Alexander Von Humboldt e Carl Ritter. Ambos os autores não podendo ser considerados geógrafos articularam conhecimentos determinantemente influenciados pelo Iluminismo setecentista e estabeleceram bases iniciais para uma discussão depois concebida como propriamente *geográfica*. Enquanto Humboldt preparou a fundamental noção de “meio”, como produto de relações, ainda que houvesse um claro pendor às determinações naturais, Ritter concebeu a Terra como palco da história humana em direção a Deus. Dessa maneira, uma Geografia Física e uma Geografia Geral Comparada, respectivamente, apareciam como projetos de estudos ainda por demais atrelados às ciências naturais e à religião¹. Humboldt, ele mesmo um “viajante”, e Ritter estabelecem-se como marcos, pela diferenciação que colocam de um estudo sistemático, em contraposição aos relatos mais particulares de viajantes, os projetos dos nascentes Estados nacionais e de estudos sem a abrangência dos de que aqui se trata.

Poderíamos, observada a existência de antecedentes a esses pioneiros da Geografia Tradicional, recuperar, ainda, o conceito de *região* a partir de sua etimologia derivada do latim *regere*, pensar nas divisões do Império Romano e seu subsequente esfacelamento, com o estabelecimento de feudos em partes de uma Europa continental, que, aliás, sequer poderia ser considerada como algo unitário², ou pensar na organização

¹ Conferir maneira como Sandra Lencioni aborda esta passagem na sua concepção de uma relação estreita entre o pensamento alemão da primeira metade do século XIX com as filosofias da natureza, em Lencioni, 1999; 73-95. Em especial, como síntese: “Com Humboldt e Ritter, o estudo da superfície da Terra como um todo coerente e harmônico se realizou por meio de múltiplas relações, incluindo as estabelecidas entre os aspectos da natureza e os aspectos humanos. Eles superaram os estudos particulares, despidos de referências a princípios gerais; superaram o conhecimento geográfico restrito à descrição dos lugares, entendido apenas como elaboração de mapas. Num e noutro, a referência básica residiu na busca da unidade e causalidade dos fenômenos. Com ambos, a Geografia caminhou para se constituir em um ramo particular do conhecimento, que procura relacionar o homem à natureza, base da compreensão da realidade” (Lencioni, 1999; 88). Em linha semelhante está o estudo de Moraes, 1986; 44-51. Este autor vê o que chama de Geografia Tradicional como decorrência destes estudos: “Todos os trabalhos posteriores vão se remeter às formulações de Humboldt e Ritter, seja para aceitá-las, ou refutá-las” (Moraes, 1986; 50).

² Charles Tilly observa a impossibilidade de se conceber a Europa enquanto Europa, algo com alguma unidade, no ano de 990: “Levou muito tempo para que o mapa da Europa fosse dominado pelos estados nacionais: organizações relativamente centralizadas, diferenciadas e autônomas que reclamavam

centralizada da Igreja Católica e sua hierarquia administrativa³. Com isso, talvez concordássemos que o conceito de “região” remete a uma recorrência de histórias de dominação⁴. Surge, com isso, a dúvida a respeito do que nos valeria uma concepção tão ampla de um conceito, seja de região ou mesmo de dominação, para além do percurso de formação de nossa própria sociedade, entendida por nós não apenas localmente mas na relação propriamente moderna de mediação, que procuraremos na seção seguinte abordar e que não nos parece um simples *continuum* da história humana, incluindo, pois, o Império Romano⁵.

Do mesmo modo, valeria pensar na acepção comumente proposta de uma natural diversidade das áreas da terra, algo perceptível ao homem, desde muito cedo. Dessa percepção suscitar-se-ia uma curiosidade universal que seria o primeiro impulso na direção de um conhecimento geográfico, algo materializado nas narrações dos viajantes. Assim, uma curiosidade própria da “natureza” do homem e uma diversidade própria da “natureza” das áreas, que nunca seriam em si idênticas ou mesmo parecidas como dois gêmeos idênticos, estariam na base de uma Geografia, que, deste modo, seria delas uma

prioridade no uso da força dentro de territórios amplos, contíguos e claramente circunscritos. Em 990, nada a respeito desse mundo de feudos, senhores locais, invasores militares, aldeias fortificadas, cidades comerciantes, cidades-estados e mosteiros podia prever uma consolidação em estados nacionais” (Tilly, 1996; 94-5).

³ Manuel Correia de Andrade, em uma introdução com tais pressupostos, vê o homem sempre dividindo o espaço conforme as influências “das condições naturais e do aproveitamento do espaço” (Andrade, 1987; 37). Essa espontaneidade na organização do espaço teria sido superposta à organização institucionalizada do espaço: “A divisão político-administrativa, colocando áreas de maior ou menor expressão territorial sob a influência de um centro de decisões, vem contribuir para caracterizar certas porções, provocando novas delimitações quanto à organização do espaço, adoção de língua, costumes e de organização política etc. Isso levou a Geografia, na fase anterior aos trabalhos de Humboldt e Ritter, na Europa, e entre nós até data bem recente, quando se encontrava na fase descritiva, não se preocupando com a explicação dos fatores que modelam as paisagens, a realizar os seus estudos tomando como unidade do espaço as divisões político-administrativas, ignorando, completamente, as implicações das condições naturais, demográficas e econômicas, sobre a formação da paisagem. Era o domínio do critério histórico-político sobre o geográfico” (Andrade, 1987; 37-38). Concordamos que a ênfase deva ser dada aos processos de formação da paisagem, mas, ao passo que Andrade critica a naturalização da região político-administrativa, parece naturalizar as próprias condições naturais, demográficas e econômicas, como se o processo que coloca o Estado como organizador do espaço fosse algo completamente distinto do que coloca as condições demográficas e econômicas e incorpora as naturais como parte daquelas.

⁴ Paulo Cesar da Costa Gomes estabelece um tal procedimento, observando essa retomada como antecedentes importantes que devem ser recuperados (Gomes, 1995; 50-52). E Meri Lourdes Bezzi vai além dessa recuperação histórica para concluir, com as devidas ressalvas, que: “É correto deduzir-se, então, que a idéia de região sempre esteve ligada a mecanismos de dominação, resultantes de uma situação hegemônica, de posse, de conquista, de poder. Entretanto, essa concepção, com o decorrer do tempo, foi adquirindo nova conotação” (Bezzi, 2004; 27-8).

⁵ Compartilhamos uma interpretação da perspectiva de Marx na introdução dos *Grundrisse* (Marx, 2005, vol. I), para quem a análise de formações sociais, por assim dizer, pré-modernas só pode ser feita de maneira negativa, isto é, como parâmetro para a análise do mundo moderno, pautado pela forma de mediação social da mercadoria e do capital. Para apontar o que não somos, a fim de criticar o que, de fato, somos. Ainda assim, tomamos esse procedimento como algo que possa ou deva ser evitado, a título de ceticismo, por não poder ser feito sem a projeção de categorias modernas que regem a nossa percepção.

decorrência “natural”⁶. Esquivaremos também de partir de concepções universalistas como estas, por compreendermos que uma suposta predestinação como tal seja compatível com um pensamento que vê de maneira positiva o desenvolvimento social que culmina na nossa contemporaneidade, o que inclui uma positivação da própria Geografia. Criticar a forma social em que nos pautamos e a sua formação implica numa crítica ao procedimento intelectual que vê aspectos decorrentes dessa formação, ainda que aparentemente não sejam vistos como decorrentes, como naturais ou como próprios de uma natureza humana.

Nessa nossa perspectiva, pois, haveria mais sentido em retomar a discussão de “região” e do pensamento geográfico, observando, por exemplo, a maneira como a concepção de solo como categoria fundamental na teorização de Friedrich Ratzel⁷, para além de levar ao estabelecimento de uma “escola” no pensamento geográfico pautada por aquilo que mais tarde se denominou “determinismo geográfico”, tinha, na realidade, profundas relações com o momento histórico de unificação tardia do Estado nacional alemão e com a justificação de um projeto expansionista⁸. A crítica de Paul Vidal de La Blache e de outros à determinação do solo (ou da natureza) sobre a sociedade seria, também, um passo importante da crítica. Ao passo que circunda a Geografia Humana como um campo autonomizado, propondo seus objetos, critica-se a perspectiva de Ratzel – e, com ele, o imperialismo alemão, em prol do francês (Moraes, 1986; 61-63 e 70-71) –, e estabelece uma influência duradoura sobre a Geografia que lhe segue.

“Estudando a acção do homem sobre a terra e os estigmas impressos na superfície desta por uma ocupação tantas vezes secular, a Geografia humana tem um duplo objecto: não lhe compete apenas fazer o balanço

⁶ Richard Hartshorne propõe, a princípio, uma explicação dessa maneira carregada de conteúdo ontológico. “Essa curiosidade universal do homem acerca do mundo situado além dos seus horizontes imediatos, mundo sabidamente diferente, em grau variável, da área doméstica, constitui os alicerces de toda a Geografia” (Hartshorne, 1969; 20).

⁷ Friedrich Ratzel aborda de maneira inter-relacionada o solo, como determinante, a sociedade, dependente deste, e o Estado (se em determinado estágio do progresso político) como defensor daquela base fundamental: “Mesmo os grupos, como a tribo, a família, a comuna, que são unidades políticas autônomas, somente são possíveis sobre um solo, e seu desenvolvimento não pode ser compreendido senão com respeito a esse solo; assim como o progresso do Estado é ininteligível se não estiver relacionado com o progresso do domínio político” (Ratzel, 1983; 94). A defesa do solo é, pois, uma necessidade vital, e é isso que justifica o Estado: “o solo é a base real da política” (Ratzel, 1983; 99).

⁸ Antônio Carlos Robert de Moraes propõe essa abordagem de maneira convincente, mostrando como Antropogeografia de Ratzel acabava por reduzir o homem à natureza e a legitimar o Estado prussiano pela noção de um Estado como protetor do “espaço vital” da sociedade. Porém, teriam sido os discípulos de Ratzel, como Huntington e Semple, que teriam radicalizado as suas proposições de uma determinação das condições naturais sobre a história (Moraes, 1986; 52-60). Sandra Lencioni corrobora estes pontos acerca da perspectiva de Ratzel, subordinando as formas culturais às condições naturais, ainda que depois a argumentação perdesse força no segundo volume de sua *Antropogeographie* (1891). Bem como, Lencioni concorda com a justificativa do expansionismo político como a essência do povo (Lencioni, 1999; 82-84).

das destruições que, sem ou com a participação do homem, tão singularmente reduziram, desde os tempos pliocénicos, o número das grandes espécies animais; encontra também, no conhecimento mais íntimo das relações que unem o conjunto dos seres vivos, o meio de prescrutar as transformações actualmente em curso e que é permitido prever. A este respeito, a acção presente e futura do homem, senhor das distâncias, armado de tudo o que a ciência põe ao seu serviço, ultrapassa muito a acção que os nossos longínquos antepassados podiam exercer. Felicitemo-nos por isso, porque a empresa da colonização, à qual a nossa época ligou a sua glória, seria um engano se a natureza impusesse quadros rígidos, em vez de dar margem às obras de transformação ou restauração que estão no poder do homem” (Vidal de La Blache, 1954; 45-6).

Corriqueiramente, assim, aponta-se a influência de Vidal de La Blache na consagração da Geografia como campo científico. A maneira como problematiza a “natureza” como também sendo “obra do homem”, como na citação acima, mostra uma nuance distintiva da perspectiva de Ratzel, embora ambos concebiam uma unidade natureza-homem (Lencioni, 1999; 102-3). A noção de *colonização* que na mesma citação se emprega, por sua vez, diz respeito a certa humanização da natureza, algo próxima da concepção abrangente de Maximilien Sorre de aumento do ecúmeno humano⁹, condizente com um processo de civilização. A natureza, diferente do que vimos para a importância do solo como “espaço vital” da sociedade em Ratzel, daria as *possibilidades* para esse processo. Caberia à Geografia o estudo dos *gêneros de vida* (Lencioni, 1999; 103) estabelecidos no contato com a natureza e acumulados enquanto técnicas, hábitos e cultura, ou “domínios de civilização”, observáveis como “obras humanas sobre o espaço” (Moraes, 1986; 70). O “divórcio” entre as perspectivas, por assim dizer, determinista de Ratzel e possibilista de La Blache, como se vê, não é tão abrupto como se imagina, mas não pode ser ignorado. O desenrolar da perspectiva lablacheana será, por sua vez, de extrema importância na consolidação da Geografia Humana e, mais ainda, de uma posição acerca da noção de *região*.

Antes de querer, entretanto, retomar nos seus pormenores o desenvolvimento do pensamento geográfico, pretendemos aqui dar início ao delineamento de nossa perspectiva acerca do desenvolvimento do sistema mundial produtor de mercadorias (Kurz, 2002), de que, até aqui, não falamos, mas que permeia a forma como viemos nos negando a aceitar proposições correntes nesse mesmo pensamento geográfico acerca da

⁹ Segundo ele, a colonização, envolvendo uma relação entre o homem e a natureza, estabeleceria uma forma de ocupação, povoamento e valorização das áreas, ou seja, “alargamento e organização do ecúmeno” (Novais, 1969; 56). Porém, Fernando Novais já rebate-a segundo a perda da historicidade por uma tão ampla conceituação, crítica compartilhada por nós e aplicável à noção de colonização de La Blache.

relação do homem com a natureza, acerca da existência ou não de uma determinação do “meio” sobre a sua ocupação e sobre a existência objetiva da região. Mais ainda, incorremos brevemente numa problematização do ponto de vista naturalizante (ou ontologizante) da própria história humana, o que nos fez evitar começar com confabulações sobre a natureza humana, sobre a “evolução” pré-moderna do homem e, com ele, do próprio conceito de região.

Aliás, aquele mesmo “desenvolvimento” do sistema mundial produtor de mercadorias que, na segunda metade do século XIX, impôs uma nova forma de *colonização* aos países centrais do capitalismo, como procuramos entrever a partir da sugestão de Moraes (1986), teria de alguma maneira motivado as duas das principais bases da chamada Geografia Tradicional, evidenciando a historicidade do pensamento em relação às imposições da acumulação de capital. Por sua vez, o mesmo processo indicaria que a institucionalização que ali ocorre da Geografia como campo científico é análoga ao processo de autonomização (Marx, 1986), próprio do capital, como abordaremos no correr dessa dissertação; uma aparência de autonomia, que, na verdade, guarda profundas relações com o momento histórico e com a forma de mediação social.

Essa breve retomada do pensamento geográfico, ainda que não seja vista como algo estritamente necessário, contribui para levantar questões que permearão as discussões que tentaremos travar nas páginas seguintes. Também, essa retomada ajuda a contextualizar a obra de Pierre Monbeig, que será o veio pelo qual começaremos por discutir o conceito de região e a formação regional na área de Olímpia, no chamado Oeste Paulista, que foi objeto de estudo de Monbeig.

Isto porque a idéia de *região natural*, inspirada na geologia, trazida a debate por Vidal de La Blache ou por L. Gallois¹⁰, foi o centro da discussão sobre a determinação do meio sobre a sociedade¹¹. Uma concepção de evolução humana, assim, como já fora mencionado, decorre da referida explicação. Dessa maneira, da região natural circunscrita, os diversos grupos humanos tenderiam a se aproximar, levando a uma inter-relação que seria a base da divisão regional do trabalho, assimilada e incorporada pelos agrupamentos humanos numa etapa seguinte, segundo a síntese de Claval à região

¹⁰ Moraes indica a autoria de Gallois (Moraes, 1986; 75), enquanto Gomes a de La Blache (Gomes, 1993; 55). Lencioni, por sua vez, coloca Lucien Gallois como o discípulo de La Blache que expôs a idéia de região com maior clareza (Lencioni, 1999; 106).

¹¹ “O conceito de região natural nasce, pois, desta idéia de que o ambiente tem um certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade. Surge daí o primeiro debate que tem a região como um dos epicentros, o conhecido debate entre as determinações e as influências do meio natural” (Gomes, 1993; 55).

em La Blache (Lencioni, 1999; 107). Antes de mais nada, nessa perspectiva, vê-se uma região como um dado objetivo, assimilável para a população bem como para o geógrafo. Por outro lado, está implícita naquela concepção uma ação do homem sobre a paisagem. Gradativamente, assim, “a região foi sendo compreendida como um produto histórico, que expressaria a relação dos homens com a natureza” (Moraes, 1986; 76).

Essa concepção se tornaria majoritária, ainda que muitíssimo variada, com exceções esparsas (mas não sem importância) em Kropotkin e Reclus¹². Influenciaria, sobretudo, aqueles que determinaram os estudos de Pierre Monbeig. Albert Demangeon, Henri Hauser, André Cholley, E. de Martonne e Lucien Febvre estão nessa trajetória (cf. prefácio de Monbeig, 1998; 17). Assim como determinaram o debate travado por Richard Hartshorne, retomando uma perspectiva também clássica, porém até então não tão voga, de Hettner.

Porém, não é de nosso interesse simplesmente estudar a contribuição da obra de Pierre Monbeig para o pensamento geográfico, tampouco retomar o debate acima citado ou tomar partido deste ou daquele lado. Antes, já retomando o processo de formação da região em questão, problematizaremos as mesmas questões.

PARTE I – Meios de produção não-produzidos: as posses e a região da pecuária

1. O processo de formação de uma região: um “princípio” de abordagem

¹² Lencioni, 1999; 110-113.

parte do Estado, da área de que aqui tratamos, em meados da segunda metade do século XIX. Como se pode ali observar, nem mesmo se consta o rio Turvo, afluente do rio Grande, por onde se pautaram os primeiros posseiros, vindos da província de Minas Gerais, para o estabelecimento de suas posses e reprodução de seus rebanhos. O espaço que lhe seria referente aparece como um grande vazio, entre os rios Tietê, Grande e Pardo, na representação cartográfica, publicada em 1875, provavelmente a primeira da província após o desmembramento, em 1850, da província do Paraná.

Pertencia esse “vazio”, e dentro dele a área de que tratamos aqui e o rio Turvo que nela corre, à imensa comarca de Araraquara, que já via suas fronteiras ao sul serem cobertas por cafezais, tocados por escravos, até as proximidades da freguesia de Jaboticabal. Para além desta “boca do sertão”, havia apenas o próprio sertão de Jaboticabal. Por outro lado, segundo o modo como se cunhou tratar a expansão territorial da cafeicultura, o mesmo mapa mostra como tampouco existiam as estradas ferroviárias consolidadas ou mesmo em projeto, que permitiriam, em parte, tal expansão a ponto da área de que tratamos ter sido posteriormente localizada na “zona Paulista”, segundo Sérgio Milliet (1982). Aliás, essa companhia ferroviária havia sido formada apenas seis anos antes da publicação do mesmo mapa e seus trilhos haviam alcançado somente Rio Claro.

Dessa maneira, a “região natural”, tomando de empréstimo o conceito de La Blache (1954), tinha uma existência questionável naquele período histórico. Para o estado de São Paulo sequer existia como palco a possibilitar ou a determinar, como queira, a ação humana. Veremos, no entanto, que a construção dessa existência estava em curso, com procedimentos de posse das terras da área (algo aliás que não poderia ser aceito pela legislação de terras em vigor a partir de 1854) e com a conquista do território tomado às populações locais, cuja existência como *homens* também podia ser questionada na época. Como falar, então, de um processo de humanização do meio natural se os “habitantes” locais, os índios, não eram seguramente reconhecidos como homens? Como falar de uma humanização dos índios se este processo se deu da maneira mais violenta possível, na chamada Guerra dos Bárbaros? Como falar aí de “gêneros de vida” ou de “espaço vital” quando a formação da propriedade fundiária passa pela negação daquelas vidas e pela transformação daquele “espaço” em pasto para a pecuária regional? Dessa maneira, as noções de “colonização” e “civilização”, anteriormente abordadas na Geografia Tradicional como um processo positivo de humanização, adquirirão tonalidades diversas e problemáticas neste percurso.

Denominar essa análise como a da formação das fazendas de café na área representa um problema semelhante. Fazendas são, por pressupostos, unidades produtivas em propriedades fundiárias rurais. Há que se notar que a legislação que colocava a compra e venda como modo de acessar a terra, isto é, a Lei de Terras de 1850 que estipulava o estatuto da propriedade privada sobre a terra, havia sido regulamentada (1854) apenas três anos antes da primeira ocupação de que se tem notícia na área. O acesso à terra foi, e só poderia ser, dadas as circunstâncias, feito pela sua ocupação, desrespeitando o fundamento básico de uma fazenda e daquela lei. O outro pressuposto, de que a fazenda é uma unidade produtiva, no caso da produção agrícola, implica, no mais das vezes, um investimento, que, por sua vez, implica uma acumulação prévia. Implica, ainda, a contratação de trabalhadores para pôr essa produção em atividade, o que implica, por outro lado, a existência desses trabalhadores no mercado. Todos esses pressupostos daquilo que utilizamos para conceituar e qualificar a referida formação estavam, portanto, eles mesmos em formação.

Disso tudo, a “ocupação” difere radicalmente da “fazenda”, porém a reconstituição do processo mostrará como aquela está relacionada à origem desta, num sentido amplo. Essa reconstituição estará vinculada à história particular dos posseiros que foram ocupando a área, bem como a inserção destes em relações sociais de produção distintas da cafeicultura (e, em particular, do colonato), porém também criando as bases de uma acumulação local que a possibilita. Porém, não a possibilita por si só. A dinâmica de expansão da cafeicultura tem fundamentos próprios, que a constituem como região, e esses fundamentos precisarão ser analisados. Aquelas unidades produtivas, as fazendas de café, precisarão ser compreendidas, a partir de suas relações com o todo das relações de troca de mercadorias, bem como os trabalhadores para elas mobilizados mostrar-se-ão outros, além dos que já haviam ocupado a área.

O processo de formação da região do colonato na área passa, assim, pela ocupação da área sob os padrões de reprodutibilidade da pecuária. Entender minimamente esses padrões servirá para preencher as lacunas das histórias daqueles posseiros que, 50 anos após a chegada (e muitos outros além), quando da formação do patrimônio de São João Batista dos Olhos D’Água, depois Vila Olímpia, ainda estavam presentes, já intimamente imbricados em relações com as famílias tradicionais de Barretos e outras cidades estabelecidas nas proximidades. Entenderemos esses posseiros não como se isolando da totalidade das trocas de mercadorias, mas viabilizando-as localmente. O gado e seus produtos concretizam a ocupação (ou conquista) territorial

das mesmas terras onde os futuros cafezais serão formados. Suas estradas e núcleos de povoamento “esperam” a futura valorização das propriedades. Se a região da pecuária engendra a da cafeicultura, ela não deixará de existir com a consolidação dos cafezais na área, mas se beneficiará dela.

Retomamos, dessa maneira, para o entendimento desse percurso histórico, *criticamente* os trabalhos de historiadores locais. José Maria de Jesus Marangoni e Agnello da Cruz Prates remontam o painel de heróis de seus respectivos municípios, a saber Olímpia e Cajobi, enquanto Marília Dalva Klaumann Cánovas, historiadora acadêmica, reconstitui a trajetória dos imigrantes espanhóis que se tornaram pequenos cafeicultores sitiantes no atual município de Novais.

2. Os pressupostos da região: pecuária, posses e Guerra dos Bárbaros

A história que retomaremos para delinear o estabelecimento de uma região é, dessa maneira, a história da constituição de uma área dentro do que se tornaria posteriormente a região do colonato para a produção de café. Esta história particular da área de Olímpia dentro da história particular da região do Oeste Paulista, conformada com os padrões de reprodução do colonato, no entanto, pouco tem a ver, a princípio, com o que ajudou a formar. O quadro de que partimos, para já situar o leitor, é o de uma área, desconhecida para o Estado provincial, como já afirmamos, dentro do vasto município de Araraquara. Neste município, cujas fronteiras estavam nos grandes rios limítrofes do noroeste da província (Rio Paraná, Rio Grande, Rio Pardo e Rio Tietê delimitavam-no), a maior parte do seu território estaria coberta por matas e pastos, comumente denominados de “sertão desconhecido”.

Araraquara tem a pequena freguesia de Jaboticabal como posto avançado, sua “boca do sertão”; adiante dela, pouco se sabe. Estamos em 1857. A expansão cafeeira para o Oeste Paulista está começando, as primeiras experiências com trabalhadores imigrantes estão sendo tentadas, seguindo o modelo proposto por um senador paulista em sua fazenda em Limeira. O próprio senador abriu uma empresa para trazer trabalhadores imigrantes para as fazendas próximas à Campinas, Rio Claro. A escravidão, portanto, era a realidade das relações sociais de produção em todo o Império, ainda que existissem trabalhadores livres nessa “ordem de coisas”. No vale do rio Paraíba do Sul, entre as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, efervescia a expansão da cafeicultura. Recentemente proibida a “importação” de negros da África,

escravos de todo o norte e nordeste estavam vindo parar nos cafezais paulistas; certo contingente começava a chegar a Araraquara e Jaboticabal, mas as plantações de café ainda estavam aí praticamente impossibilitadas. Mulas levavam a produção de cidades mais próximas ao litoral; as estradas eram precárias e a descida da serra guardava um risco constante de se perder a produção e mesmo parte das tropas.

Para além do lado almejadamente “progressista”, o seu interior seguia largamente desconhecido. As experiências das navegações pelo rio Tietê haviam minguado com a própria mineração das províncias de Goiás e do Mato Grosso. O caminho que passava por Franca em direção às Minas Gerais era muito conhecido, mas para além do rio Pardo a realidade era outra; também nesta província, a mineração estava decadente.

Estamos, portanto, em meados do século XIX, quando o Segundo Império já fazia soar as lembranças do Brasil colonial como pertencentes ao passado, mas que, ao mesmo tempo, a noção de um Estado-nação integrado e administrado discrepava de uma realidade de vastas porções do território “desconhecidas”, ausência ou precariedade de vias de comunicação estabelecidas e relações sociais que incluíam a escravidão nos seus fundamentos. Tentaremos pensar a formação *regional* atrelada a esse contexto de transição, em que as relações sociais de produção ainda não podem ser consideradas como *capitalistas*, nos moldes do assalariamento, porém que fomentam e se pautam pela acumulação de capital.

Jules Martin, *Carta da Província de S. Paulo*, litografia, 32cm X 21cm (LISBOA, 1983, p. 208).

(Extraído de Figueroa, 2008, mapa provavelmente publicado na década de 1880)

2.1. Posses e famílias: o elo visível das relações sociais de produção

Posses no contexto da expansão da pecuária regional e no marco da Lei de Terras

“O começo da história” de Olímpia é, assim, relacionado à abertura da fazenda Olhos D’Água, por Antônio Joaquim dos Santos, em 1857. Seja ele um idealista movido pelo “espírito de aventuras que habitava a alma desse caboclo” ou pensando de antemão na possibilidade de enriquecimento pela ocupação de uma imensa área – ocupação essa passível de ser legalizada, valorizada, parcelada e vendida – o relato de que partimos é sobre um lavrador da cidade de Caldas-MG, que, após uma viagem de reconhecimento, retornou, no mesmo ano, percorrendo um trajeto de ida e volta de 600 quilômetros, vendeu todos os seus bens “e rumou para o inexplorado rincão paulista”¹³, com sua família e seus 60 escravos:

“Nesse mesmo ano [1857], tomou posse de vastas terras denominando-as de fazenda Olhos D’Água, que naquele tempo, medidas a olho nu, deveriam ter uma área de mais de 60.000 alqueires” (Marangoni, 2001; 17).

O fato de Antônio Joaquim dos Santos ter se apossado das referidas terras pode ser mais bem entendido com o processo mesmo de constituição de uma regulação sobre a propriedade fundiária. Desse modo, a legislação que, em 1850, estabelece que as terras devam ser unicamente adquiridas pela compra (artigo 1º., da Lei no. 601) é, com a atitude do posseiro, transgredida, no ano de 1857. A transgressão ocorre três anos

¹³ Vale a pena retomar as palavras do autor, salientando-se na leitura a ausência de motivações materiais para tão arriscada empreitada, preenchida essa lacuna pela motivação que parece brotar do caráter aventureiro do caboclo, num tom de epopéia: “Em 1857, antes da guerra do Paraguai, em Caldas, Estado de Minas Gerais, morava Antônio Joaquim dos Santos, natural de Milho Verde. Brasileiro, lavrador, casado com Da. Maria Ignez de Jesus, possuía sessenta escravos. Viviam eles numa região fria, pedregosa, pouco produtivo, mas saudável, de águas limpas, clima bom, uvas deliciosas, com gente amiga e pacífica.

Caboclo corajoso, típico brasileiro, rijo de caráter e bom de coração, um dia fitou o horizonte largo da Pátria, mediu com os olhos a distância incomensurável das florestas e decidiu conhecer o sertão misterioso e cheio de lendas do promissor rincão paulista.

Sentiu exteriorizar o seu grande desejo com o espírito de aventuras que habitava a alma desse caboclo.

Tomou, enfim, a decisão: montou seu cavalo e com mais três escravos despediu-se da família e partiu. Atravessou rios, córregos e matas, cortando cipós, fazendo picadas, sinalizando rumos e dormindo ao relento. Atravessou o Rio Grande, divisa do seu estado com São Paulo e adentrou o sertão paulista.

Deve ter gasto mais de quatro meses de jornada, percorrendo no trajeto de ida e volta mais de 600 quilômetros. Deslumbrou-se com a magnífica visão das Cachoeiras do Marimbondo no caudal do Rio Grande com suas maravilhosas quedas d’água, uma das mais belas do mundo e a segunda em todo o Brasil.

Voltando à sua casa, contou o que vira a sua gente. Decidiu então com firmeza voltar definitivamente para a nova terra.

Um misto de esperança e receio tomava conta de todos. Antônio casou sua filha deixando-a em Caldas. Com sua esposa, cinco filhos e os sessenta escravos, reuniu seu gado e sua tropa, colocou-os na estrada após vender seus bens imóveis e rumou para o inexplorado rincão paulista” (Marangoni, 2001; 16-7).

depois que a Lei de 1850 foi regulamentada e posta efetivamente em vigor, portanto em 1854. Até esta data, todas as posses ou sesmarias anteriores deveriam ser registradas nas paróquias em que tais terras estivessem. Assim, caso tivesse chegado três anos antes, Joaquim dos Santos poderia registrar seus 60 mil alqueires na paróquia de Araraquara. Como a realidade não opera exatamente no plano ideal previsto pela lei, como haveria Antônio Joaquim dos Santos que proceder? Não restava-lhe outra alternativa a não ser a *posse*, aliás prática já arraigada e mesmo legítima até 1850.

Ruy Cirne Lima, em estudo clássico sobre o assunto, apontou de maneira clara como a legislação em questão lidava exatamente com a normalidade das posses, ao que indica um teor de projeto para o futuro na lei condizente com o período de transformações das décadas de 1840 e 1850: “Dissemos já que a face mais importante da Lei de Terras é a que olha para o futuro” (Lima, 1990; 70). Entretanto, a mesma lei lidava, antes de qualquer coisa, com o passado e presente da ocupação fundiária no Brasil. Entre 1822, com a suspensão do regime de sesmarias, e 1850, as posses foram a única forma de se apropriar da base fundiária e a lei reconhecia o direito de propriedade do possessor sobre o terreno ocupado com cultura efetiva, no seu oitavo artigo. Porém, a Lei de Terras colocava-se, sobretudo, em oposição à legislação de sesmarias vigente até a Independência.

A concessão de sesmarias fora o apoio ao projeto colonizador do Brasil e, portanto, visava cumprir, aquilo que Caio Prado Jr. compreendeu como o *sentido* de se produzir mercadorias para os nascentes mercados europeus (Prado Jr., 2000, intro). Com isso, uma legislação anteriormente pensada para regular a realidade portuguesa é completamente deturpada na colonização, como propõe a análise de Raymundo Faoro:

“Subverte-se, por força da malícia dos fatos, o esquema de dom Fernando I (1375). A distribuição de terras com o fim de agricultar os campos, cobrindo-os de cereais, cede lugar à concessão de florestas para povoar. O cultivo viria por outro meio: pelo índio escravo e pelas plantações financiadas para o açúcar. A doação de chãos bravios continua, todavia, a ainda corresponder a uma ‘concessão administrativa’, presa, com rédea legalmente curta, aos propósitos colonizadores” (Faoro, 2008; 148).

São esses propósitos que se precisa tematizar, porque a concessão implica em áreas enormes doadas a colonizadores “de posses”, ricos, que pudessem concretizar o investimento, que, logo, implicaria na compra de escravos negros para viabilizar a

produção¹⁴. A mudança no curso da apropriação das terras na Colônia com relação ao modelo português aparece, assim, como fruto da mobilização do capital na Europa para ampliar a produção¹⁵, a princípio de açúcar, logo de outros produtos¹⁶. O sentido de se produzir mercadorias é ampliado com a noção do sentido profundo, de fomentar a acumulação de capital na Europa, conforme tematiza Fernando Novais (2005) e de que trataremos mais detidamente na segunda seção dessa dissertação.

“(…) A realidade americana torce o conteúdo da lei, transformando a terra, de instrumento régio de colonização e povoamento, em garantia permanente do investimento agrícola. De outro lado, dentro da mesma corrente, a sesmaria, meio jurídico para apegar a terra à capacidade de cultivo, serviu para consagrar as extensões latifundiárias. Tudo por obra do açúcar e da expansão do gado, afirmando a tendência, no plano político, da autonomia do potentado rural” (Faoro, 2008; 150).

Esta tendência a uma autonomia do potentado rural pode ser antes relativizada pela reafirmação da colonização como projeto colonial do Estado português, o que, de certa forma, o próprio Faoro corrobora quando vê o solo doado como “suscetível de foro” (Faoro, 2008; 149). Mais do que isto, na sua crítica a um suposto feudalismo brasileiro, Faoro ressalta o papel ativo do rei na aplicação de medidas para produzir mercadorias na colônia e para reter boa parte do lucro gerado com a sua comercialização¹⁷; procedia-se a um fomento à acumulação européia. Uma aparência de autonomia e mesmo de feudalismo fazem parte da realidade do processo, em que escravidão e fazendeiros (que eram simultaneamente autoridades locais) articulam-se a latifúndios e produção de mercadorias para o mercado europeu.

¹⁴ “A largueza no distribuir provinha, também, do pouco valor das terras; terra e cultivo não eram termos correlatos; para o cultivo eram necessários escravos, caros e difíceis depois que se desfez a ilusão do préstimo do indígena” (Faoro, 2008; 149).

¹⁵ “Este trânsito sugeria os capitais para o financiamento da empresa – com os banqueiros e negociantes de toda a Europa mobilizados nos empréstimos e adiantamentos. Sobretudo, a mudança de rumo, mudança que o contexto comercial da economia acelerou, refletiu sobre o sentido da propriedade territorial, que se afasta da concessão administrativa para ganhar conteúdo dominial” (Faoro, 2008; 149).

¹⁶ “Logo que, em curtos anos, os produtos de exportação ganharam primeiro plano – primeiro e quase exclusivo plano monocultor –, a terra só valeria com grossos investimentos, sobretudo com a compra do escravo africano. Num quadro válido para o açúcar e o café, no curso de trezentos anos, a terra representaria o valor de um décimo do valor da escravaria” (Faoro, 2008; 149).

¹⁷ “Opõe-se ao feudalismo a própria natureza dos favores concedidos aos donatários, favores de estímulo a uma empresa que o rei engordava para colher benefícios futuros – é o capitalismo politicamente orientado em ação. O rei delimitou as vantagens da colonização, reservando para si o dízimo das colheitas e do pescado, o monopólio do comércio do pau-brasil, das especiarias e das drogas, o quinto das pedras e metais preciosos. O governo português não punha no negócio o seu capital, ao tempo escasso e comprometido em outras aventuras. Servia-se dos particulares – nobres e ricos, com suas clientelas e parentes sem cabedal acenando-lhes com a opulência e o lucro fácil, móveis de ação tipicamente capitalistas, como capitalista seria a oferta aos pobres da fácil vida americana. A propriedade rural brasileira tomou fôlego e se expandiu para a exploração de artigos exportáveis, ligados ao mercado mundial, via Lisboa” (Faoro, 2008; 155-156).

Todas essas características de permanência e mudança, no entanto, são partes de uma totalidade que Novais denomina de *Antigo Regime*. Absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista e, o foco aqui, a expansão ultramarina. É desta última que se deve compreender a colonização correspondente à época. As colônias, portanto, faziam parte daquela totalidade do Antigo Regime, financiando as suas metrópoles e as transformações que nelas operavam¹⁸. As colônias, constituídas pelo Estado e constituindo-o, realizam a expansão do mercado e a acumulação primitiva das metrópoles, como apontou Marx (1985, I, t. 2, caps. 24 e 25).

O que Novais se propõe aqui é ampliar a noção do sentido da colonização, a partir da teorização da colonização dentro da totalidade do Antigo Regime, como mercantil e capitalista. Assim, a ampliação do conceito de sentido de uma colonização para a produção de mercadorias tropicais para a Europa se dá com a compreensão que, ao mesmo tempo, essa produção e a forma como ocorre permitem a acumulação primitiva da metrópole. “A *aceleração da acumulação primitiva* configura, pois, o sentido último da colonização moderna” (Novais, 1969; 63).

Sendo a concessão de sesmarias a sustentação desse processo, na Colônia, algo havia que ser modificado com a queda do Antigo Sistema Colonial (Novais, 2005). Veremos na segunda seção dessa dissertação os fundamentos dessa passagem, mostrando como primeiramente o questionamento da ordem do Antigo Regime, realizado de início por uma colônia marginalizada no cumprimento daquele sentido profundo da colonização, levará à queda do exclusivo metropolitano, que constituía o monopólio das Metrópoles sobre suas colônias. Entretanto, vemos já aqui como o processo mais amplo culminou na vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, o que acelerou mudanças práticas de transformações da ex-colônia. A Independência traria, por fim, a suspensão do regime de sesmarias, mesmo porque não faria mais sentido algum a Coroa portuguesa seguir concedendo terras agora pertencentes a uma “nação”, por assim dizer, soberana. A partir de então, na ausência de regulação, restava unicamente a posse: “Depois da abolição das sesmarias, então, a posse passou a campear livremente” (Lima, 1990; 51).

¹⁸ “... ao mesmo tempo em que se procuram remover os obstáculos institucionais internos (esforços de supressão das aduanas interiores, burocratização da administração, etc.) diligencia-se a criação de complementos externos (*colônias*, que agora vão adquirindo seu verdadeiro sentido), que permitam à economia metropolitana adquirir o máximo possível de auto-suficiência, e pois situar-se vantajosamente no comércio internacional para o qual pode assim carrear os seus excedentes” (Novais, 1969; 61).

Essa Independência aparece como a criação de uma *autonomia* do Estado brasileiro, só aí constituído como tal, com relação ao Estado português. Pensamos essa autonomia, antes, como autonomização (Marx, 1986, III, t. 5, cap. 46) porque adquire aparência de autonomia política (não por isso menos real), enquanto o Estado nacional continua atrelado ao chamado *território do capital*, não podendo decidir se participa ou não da forma de mediação pautada pela produção de mercadoria e pela obtenção de lucro, que ocasiona uma acumulação de capital¹⁹. Enquanto o processo implica em questionar a legislação fundiária e impedir a concessão de sesmarias, não pode simplesmente vetar a maneira como a base fundiária entra nas relações sociais capitalistas, como meio de produção não-produzido, cujo sentido está na produção de mercadorias. Compreendemos, nisso, ainda, a produção de alimentos também como reprodução das condições de se produzir mercadorias para o mercado europeu, não vendo pequenos posseiros ou os homens livres e pobres como fora da referida forma social.

Cirne Lima vê, contudo, nesse processo de suspensão das concessões, uma abertura para as posses pequenas de “colonos humildes”, o que seria vetado no regime de sesmarias²⁰, por maior que estas fossem. Carlos de Almeida Toledo, aliás, argumenta em outra linha, vendo nas 160 léguas da sesmaria do Alto Sertão da Bahia, que tais posses²¹ não deixavam de cumprir o sentido de produção de mercadorias.

Os estudos de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997 e 1984), por sua vez, mostram uma população de homens livres tanto na Colônia como durante o Império, e mesmo depois, vivendo dentro dos grandes latifúndios, como agregados e concorrendo na prestação de toda sorte de serviços para retribuir as concessões da classe proprietária.

¹⁹ Concordamos, com isso com a proposição de Carlos de Almeida Toledo, para quem, ao tratar da dupla busca realizada na sua área de estudos (Lavras Baianas, durante o século XIX) por minérios (diamantes) e por uma suposta cidade perdida que provasse a existência de antepassados nórdicos, provando a nobreza da “raça” brasileira em pé de igualdade com à nobreza européia: “A articulação entre elas [entre as duas buscas] não pode ser feita sem que se recorra à mediação das mercadorias – trata-se de um território do capital, o território nacional existe no interior dele. O território nacional pode impor leis, restrições, decidir sobre o uso da violência do Estado contra seus ocupantes, pode escravizar uma parte da população, mas não pode decidir sobre a forma de mediação. A mercadoria é uma forma de mediação social não tematizada, naturalizada, mas que determina as práticas da reprodução das relações de produção. O Estado age na forma do trabalho remunerado, resultando num orçamento e numa avaliação objetiva das possibilidades futuras de ação deste Estado” (Toledo, 2008; 32-3).

²⁰ “A sesmaria é o latifúndio, inacessível ao lavrador sem recursos. A posse é, pelo contrário – ao menos nos seus primórdios –, a pequena propriedade agrícola, criada pela necessidade, na ausência de providência administrativa sobre a sorte do colono livre, e vitoriosamente firmada pela ocupação” (Lima, 1990; 51).

²¹ “A questão é compreender como estas *posses*, sem amparo legal, participam do processo de reprodução das relações sociais que resultam na formação da região estudada” (Toledo, 2008; 43). Questão essa que norteia também essa parte de nosso debate.

A exploração do trabalho escravo, permitindo a obtenção de sesmarias, é que possibilitava a concessão da terra – praticamente destituída de preço (como um todo) – ao trabalhador livre e pobre que, por sua vez, assim, não era totalmente expropriado, o que, retroativamente, alimentava a necessidade do emprego do trabalho escravo²². A subordinação ao proprietário, todavia, não se anulava pela reprodução do escravismo, e o favor é parte integrante desta subordinação, para além da realidade das grandes fazendas e lavras: “Não há exagero portanto em afirmar que o favor pessoal, incluída a parte inevitável e já então imperdoável de capricho, vem colocado em primeiro plano pela estrutura social do país ela própria” (Schwarz, 2000; 88)

Digressões a parte, não estaríamos com isso sugerindo que as posses estivessem sempre atreladas a uma concessão de um grande proprietário, mas antes ressaltando traços da estrutura social que emerge de um projeto colonizador mais amplo, visando cumprir um sentido profundo que lhe é externo (o de fomentar a acumulação de capital na Europa). E a posse original de Antônio Joaquim dos Santos, na fundação da fazenda Olhos d’Água, não parece se remeter a qualquer concessão alheia.

Entretanto, ficam evidentes, no caso particular, alguns padrões dessa sociedade recém-egressa do sistema colonial. Certamente, o fato da ocupação se dar com 60 escravos não pode ser ignorado. Aliás, a propriedade desses escravos indica a condição privilegiada do pioneiro, mesmo em sua terra de origem, no sul de Minas Gerais. Deixar de empregá-los produtivamente em Caldas-MG para realizar a referida posse também é uma informação que não pode ser desprezada, indicando uma possibilidade de acumulação na ocupação que pouco teria a ver com aquela posse citada por Cirne Lima, de humildes colonos.

Obviamente, fossem humildes colonos os membros da família Santos, além de não terem escravos, não se apossariam de 60 mil alqueires (ou mais). Ademais, a ocupação da área no sertão desconhecido de Araraquara não deve ter ocorrido sem qualquer conhecimento por parte de Antônio Joaquim dos Santos da expansão cafeeira que começava a rumar para o Oeste Paulista, estabelecendo já naquela época a cidade de Campinas com certa centralidade. A decadência da mineração e, depois a Guerra do

²² “As terras improdutivas das fazendas era, sem prejuízo econômico, cedidas de favor a moradores que nelas mantinham uma vida tendendo para o nível de subsistência. Essa facilidade de reelaboração dos antigos padrões, impedindo que o processo de expropriação do homem livre se radicalizasse, foi um obstáculo para seu aproveitamento na grande lavoura, mesmo quando a falta de mão-de-obra se tornou premente” (Franco, 1984; 188).

Paraguai, contribuiriam para tornar ainda mais atraente a vinda para a província vizinha²³.

De todo modo, abstendo-nos de pensar sobre as motivações que levaram à ocupação e formação da fazenda original na localidade, ainda que evidenciando nossa suposição de que tais motivações deveriam cumprir um sentido de obtenção de lucro, haveria que se cumprir um pressuposto para a efetivação da posse na localidade. Esse pressuposto, aliás, novamente nos remeterá à consolidação da colonização e trata-se da conquista territorial da posse, o que nos obriga a repensar o sertão desconhecido de Araraquara, como todo o interior da Colônia, como um “vazio”.

Posses como resultado da Guerra dos Bárbaros

Antônio Joaquim dos Santos escolheu uma área às margens de um ribeirão que batizou de Olhos D'Água, devido ao grande número de minas d'água presentes. Construiu com os seus uma grande casa de pau-a-pique para todos habitarem. Essa construção foi denominada de Taperão. Ergueram, ainda, um enorme cruzeiro, “que naquela época significava o sinal de posse das terras” (Marangoni, 2001; 17), e continua até hoje no mesmo lugar. Um outro descampado foi logo aberto do outro lado do córrego para servir de cemitério, onde anos mais tarde, em 1885, a esposa Maria Ignez de Jesus seria sepultada. Um monjolo e uma moenda também foram construídos.

O Taperão foi erguido numa clareira onde era a grande taba da tribo indígena que antes ocupava a área. Nesse relato do historiador local, a construção da casa do posseiro “desbravador” exatamente em cima da aglomeração de habitações dos índios

²³ Discutiremos essa expansão da cafeicultura ao longo dessa seção, mas também na seguinte. Sobre o conhecimento dessa expansão e a influência desta sobre a sua migração para São Paulo, Monbeig é incisivo. Assim, enquanto boa parte dos mineiros dirigiam-se para os cafezais já celebrizados da área da Mojiana, são muitos os que vão além e são os fundadores de muitas futuras importantes cidades, tais como São José do Rio Preto, Viradouro, Tanabi, etc., ao norte do Tietê, mas também ao sul, para além de Botucatu, entre os vales do Paranapanema e do Peixe. Se há, desse modo, um contingente que se dirige diretamente aos municípios já formados, em expansão e com cafezais estabelecidos (ou se estabelecendo), há, portanto, outro que ocupa os “sertões” adiante desse povoamento moderno, antecipando-o e fixando as bases de uma pecuária. E há ainda, dentro desse segundo contingente, uma dupla “arrancada”, de uma ocupação ao norte e outra ao sul do estado: “Fixara-se a maioria desses imigrantes nos municípios onde o café já estava solidamente implantado; outros, porém, tinham procurado regiões mais longínquas, onde poderiam mais facilmente continuar a viver, conforme seus hábitos de criadores, acostumados aos grandes espaços, suficientemente à distância dos poderes constituídos. Encontravam tudo isso, além das escarpas da *cuesta*. Vê-se um homem de Minas fundar São Simão, antes de 1850; seus conterrâneos formavam quase toda a população da vila que devia tornar-se a cidade de Ribeirão Preto. Vão mais longe ainda: em 1852, é um mineiro que constrói a primeira cabana em São José do Rio Preto, enquanto outros se instalaram além do Ribeirão de São João, afluente do São José dos Dourados; ali desatrelam os bois do seu carro, depois de o fazer virar e logo davam a esse lugar o nome de Viradouro, adiante da atual cidade de Tanabi. Foi igualmente obra de gente de Minas a tentativa de penetração nos campos de Avanhandava. Sua avançada foi ainda mais sensível no espigão que separa a bacia do Paranapanema da do rio do Peixe. Em 1850, a cidade mais importante nessa direção era Botucatu” (Monbeig, 1998; 133-4)

locais está totalmente desprovida de conflito. Salta aos nossos olhos a simbologia de conquista do território pelo “desbravador”. No entanto, esse conflito é esvaziado por completo, para Marangoni, com o suposto descompasso de uma e outra ocupação. Porém, se os índios fogem da geada e da grande queimada de 1870 e Antônio Joaquim dos Santos e os seus constroem o Taperão na década de 1860, ou talvez mesmo antes, a alegação do descompasso cai por terra.

De todo modo, a *conquista* da posse se torna uma evidência, pela manutenção dos posseiros na área, ao longo dos anos. A provável derrota dos índios se concretiza pela fuga desse contingente, ao passo que é amenizada pela atribuição das causas a fatores naturais. A história desses “vencedores” mineiros é, assim, retomada, em sua homogeneidade neutralizada, como se estivessem sozinhos na área em questão²⁴.

A área de que se trata, ao contrário da visão corrente de um vazio, de ser um “deserto”, como na versão de Faoro, foi, na verdade, conquistada naquilo que Puntoni chamou de *Guerra dos Bárbaros* (apud Toledo, 2008, caps. 1 e 2). Uma guerra contra as chamadas “populações locais”, indígenas se se quiser, sustentada pelos sesmeiros e pela Coroa portuguesa. Esta guerra foi pressuposto da ocupação territorial, para a criação das condições para a acumulação de capital nas condições coloniais. Ela mesma coloca essas condições.

Para além do estudo local de Olímpia, no que se refere aos indígenas, a maneira como entram na análise de Pierre Monbeig da ocupação e do povoamento da marcha pioneira sobre o interior paulista diz respeito inicial e principalmente à sua precedência²⁵. Isto é, estavam nos planaltos ocidentais quando os fazendeiros ali chegaram e os ocuparam. Entretanto, a separação de um e outro grupo, mais do que temporal, tendo em vista que ocupavam e passaram a ocupar, respectivamente, as

²⁴ Marangoni, entretanto, oferece certo preâmbulo à ocupação prévia da área pelos índios Guarani, havendo também tribos de Colorados, Tupis, Tapuias e Caucangues. A diferença desta ocupação para a dos “desbravadores” brancos vindos de Minas Gerais que a sucedeu não é explicitada, porém está implícita no teor, por vezes, preconceituoso do texto uma noção pejorativa do índio como “primitivo”, às vezes tomado como “preguiçoso” ou avesso ao trabalho e ao progresso, sem contar certas incongruências que ali aparecem.

“Foi o bugre, de raça amarela, o legendário guarani, o primitivo dominador dessas paragens. Seu domínio se estendia pela vasta planície compreendida entre o Rio Mogi, o Rio Grande e o Rio Tietê, zona riquíssima de florestas seculares, de água, de peixe, de caça. Por aqui dominaram sozinhos até 1870” (Marangoni, 2001; 13).

Apesar da imprecisão de ver nesses vastos “domínios” dos guaranis uma enorme planície, deve-se atentar para a última colocação de que teriam “dominado” a área “*sozinhos* até 1870”, o que conflita com a exposição posterior da chegada dos posseiros mineiros em 1857.

²⁵ “Entrando nas matas dos planaltos ocidentais, os fazendeiros lá encontraram os índios” (Monbeig, 1998; 129).

mesmas áreas, era, acima de tudo, econômica²⁶. Em certo sentido, assim, quanto à noção mais abstrata de pioneirismo²⁷, aproximam-se ambos, sendo que teriam sido os índios “os primeiros a queimar a mata e a aproveitar o solo” (Monbeig, 1998; 129). Porém, e acima de tudo, exatamente por conta daquela separação econômica, repeliram-se os dois grupos, no mais das vezes, com extrema violência.

O número de índios que habitavam a área dos planaltos ocidentais, na virada do século XIX para o XX, é impossível de ser precisado. Sabe-se, no entanto, da existência e da disseminação de grupos pelas diferentes áreas do interior paulista e do norte do Paraná: tupis-guaranis, tupiniquins, xavantes e caingangues.

Dos primeiros contatos com os exploradores brancos surgiram, para além do conflito, indícios de como os grupos indígenas viviam. Os caingangues, por exemplo, eram conhecidos pela “supremacia como caçadores” (Monbeig, 1998; 130), sendo que os sertanejos encontravam abrigos de caça onde os produtos dessa atividade e da pesca eram armazenados nos acampamentos indígenas. Organizavam esses acampamentos em clareiras abertas junto aos riachos, de maneira dispersa e com as cabanas interligadas por “veredas bem conservadas”. À coleta de mel, palmito e ervas, somava-se uma espécie de agricultura simples praticada, com o plantio de feijão, milho e abóboras em terrenos previamente preparados, o que completa o quadro breve das condições de reprodução relativamente estáveis desse grupo de índios nômades²⁸.

Arelado à discussão sobre a humanização da paisagem natural que anteriormente abordamos, Pierre Monbeig hesita em concordar com o caráter cruel do processo civilizatório que assim se deu nos planaltos ocidentais paulistas. Humanizando o índio, concedendo-lhe o privilégio de serem colocados como “pioneiros”²⁹, ainda que

²⁶ “Eram estes [os índios] de todo separados do movimento de expansão, economicamente” (Monbeig, 1998; 129).

²⁷ “Todavia, foram eles [os índios] os verdadeiros pioneiros, se nos ativermos ao sentido restrito da palavra, pois que foram os primeiros a queimar a mata e a aproveitar o solo” (Monbeig, 1998; 129).

²⁸ “Eram feitas em reduzidos espaços – um hectare no máximo, nas aldeias mais importantes – suas culturas de feijão, abóboras e milho. Abatiam pequenas árvores com machados e foices, roubados aos brancos. A queimada completava a limpeza do terreno, deixando de pé os troncos mais grossos. Essa agricultura em terreno incendiado era paralela ao nomadismo, mas não há nenhuma informação sobre a duração dessas aldeias. Encontram os exploradores choças abandonadas, vestígios de culturas e nada mais. Entretanto, a construção de agrupamentos de habitações relativamente importantes, o estabelecimento de caminhos em bom estado de conservação indicam certa estabilidade do habitat” (Monbeig, 1998; 130).

²⁹ Essa discussão sobre a ação do homem sobre a paisagem, humanizando-a e transformando-a numa *paisagem agrária* aparece de maneira mais explícita em outro artigo, posterior à primeira publicação da tese. Ali, Monbeig não concede o título de “pioneiro” sequer aos mineiros e aos caboclos que consolidaram uma pecuária nos planaltos paulistas. Questiona o autor sobre os caboclos: “Devemos considerá-los os verdadeiros pioneiros? Sua ação sobre a paisagem, como a dos mineiros, foi praticamente nula; uns e outros, *apenas derrubaram a mata*” (Monbeig, 1953; 458). Na tese *Pioneiros e*

preferindo ver tais populações como meros “antecessores”, Monbeig chega a discorrer sobre o seu, com o perdão do uso indevido do conceito lablachiano, “gênero de vida”. Acaba por ver uma vasta herança deixada principalmente na transformação das florestas em pastos.

O conflito, no entanto, foi o que marcou os contatos entre índios e pioneiros brancos. À exceção de alguns casos isolados, em que, por exemplo, xavantes pacificados foram contratados por brancos ou estabeleceram pequeno comércio com eles, em quase todas as situações criadas, ao contrário, “a penetração primeira chocou-se com uma rude oposição” (Monbeig, 1998; 131).

De um lado, índios armando emboscadas para apoderar-se de utensílios e armas dos desbravadores, gerando “atrozes morticínios, a flechadas e facadas” (Monbeig, 1998; 131). De outro, alguns pioneiros chegaram a se especializar na organização de expedições violentas, as chamadas “dadas”, contra os índios. Aqueles primeiros se notabilizaram; eram conhecidos como “bugreiros”.

Enquanto no Paraná o governo tentava agrupar os índios em colônias, fazendo com que a maioria se refugiasse nos vales mais afastados, o embate sangrento foi a tônica da ocupação dos planaltos paulistas. A violência chegou a exigir verdadeiras expedições militares para possibilitar a construção da ferrovia que ligava Bauru ao Mato Grosso, a Noroeste. No geral, entretanto, a hostilidade indígena foi capaz de *frear* o “avanço pioneiro”, em áreas como a Alta Sorocabana e a oeste de Bauru, mas não pôde de todo evitá-lo. Essa hostilidade crescia na medida em que acentuava o “ímpeto colonizador” com o choque de aparentes formas de “reprodução social” antagônicas, revertendo-se numa escalada da violência. A construção da Noroeste marcou, enfim, a vitória da ocupação dos colonizadores, que, tornando-se, por consequência da ferrovia, mais numerosos, levaram ao aniquilamento (pelas matanças e pelas epidemias) dos índios:

“Tornou-se mais áspera a luta, mais ou menos por toda a parte, entre 1890 e 1900, no momento em que se acentuou o ímpeto de colonizar. Foi a época dos mais famosos bugreiros e das dadas mais sangrentas. O empreendimento da construção de ferro Bauru - Mato Grosso assinala o declínio definitivo dos índios. Primeiro, porque dentre eles morreu um número muito grande, seja na matança, seja nas epidemias contraídas no contato com os brancos, e também voluntariamente disseminadas. Mas

fazendeiros... (Monbeig, 1998), índios e mineiros aparecem na primeira parte do Livro Segundo (“Os homens”) como “precursores”. Pioneiros seriam mesmo os paulistas, mineiros e imigrantes que, com a cafeicultura, foram além da simples derrubada das matas e constituíam uma paisagem verdadeiramente agrária.

principalmente porque, ao início das viagens ferroviárias, seguiu-se um afluxo considerável de pioneiros que se dispersaram. A superioridade numérica dos colonizadores aniquilou o pequeno grupo indígena” (Monbeig, 1998; 132).

O primeiro contato de mineiros e caboclos com os habitantes locais parece ter se constituído como um embate em que aqueles primeiros impuseram sua dominação territorial. A entrada do Estado na questão teria sido decisiva nessa imposição, não só quando da construção das estradas de ferro ou da implementação dos serviços de proteção ao índio, como vimos, mas também na organização de expedições científicas pelo sertão desconhecido, a fim de propor traçados para aquelas estradas, verificar a qualidade dos solos para os plantios futuros e estabelecer os primeiros contatos com as populações indígenas³⁰. A constituição da Comissão Geográfica e Geológica, na década de 1880, já previa tais objetivos (Figuerola, 2008).

Retomando, por sua vez, o caso localizado de Olímpia, conforme a pesquisa do Dr. Bianor da Silva Medeiros, que teria procurado os descendentes desses índios locais em 1947, os mesmos teriam abandonado a área da futura Olímpia, onde tinham duas grandes aldeias, por volta de 1870, quando a uma forte geada seguiu-se uma queimada de grandes proporções. Teriam se fixado mais adiante, nas margens do Tietê, onde hoje está Novo Horizonte, antiga cidade de Estiva. O proprietário da fazenda Aparecida, naquela localidade, em que os Guaranis ocuparam 1.100 alqueires, anos mais tarde, em 1887, teria os expulsado violentamente, forçando-os a atravessar o rio, indo na direção de onde hoje fica Bauru. Em 1911, uma área seria a eles destinada entre Bauru e Pirajuí, pelo então presidente Nilo Peçanha. Quando aquele pesquisador visitou a reserva, encontrou uma população reduzida a 167 pessoas³¹.

Seguem no texto certos indícios que permitem levar adiante o questionamento da idéia anteriormente afirmada do isolamento desses indígenas na área. Seus chefes, por exemplo, quando da longa fuga que culminou na travessia do rio Tietê eram “o ‘Capitão

³⁰ “A presença indígena, sinônimo de ausência de ‘civilização’, é igualmente condenada, na mesma frase que aponta a abertura de uma importante via de comunicação, a qual permitiria, a um só tempo, o acesso e a ‘redenção’: ‘o picadão do curso superior do Rio Feio constitui uma veia vital desta parte do sertão desconhecido de S. Paulo e em breve será um meio poderoso para arrancar dos índios selvagens desta zona estes seus imensos campos de caçada, entregando-os à civilização’ (São Paulo, 1910, p.18)” (Figuerola, 2008).

³¹ O que condiz com a opinião de Monbeig de que os serviços de proteção, posteriormente criados, pouco puderam fazer pelos que restaram desse processo da marcha pioneira moderna que “acabou a obra de destruição dos índios, encetada na época colonial” (1998; 132). Repare-se, no entanto, que a violência contra esses precursores da ocupação de Olímpia só teria sido feita *fora* dali, praticada por um fazendeiro que não entra no rol dos pioneiros de Olímpia, livrando, assim, os heróis locais de uma tal incivilidade. São a geada e a queimada que expulsam os índios pretensamente antes da chegada dos brancos.

Honório e o Capitão Vitorino’, guaranis puro sangue já semicivilizados” (Marangoni, 2001; 13). Ainda, vários exemplos de casamentos entre brancos e índios são citados.

Porém, novamente, a afirmação da saída dos índios em 1870 contrasta com a chegada da família de Antônio Joaquim dos Santos em 1857. A construção do Taperão pela família Santos exatamente no local da grande aldeia não pode ser minimizada com a explicação de que os índios teriam abandonado a área por conta de uma geada e de uma queimada. A permanência dos desbravadores mineiros na área, apesar de terem vivenciado as mesmas adversidades, confirma a conquista apagada nos autos da história³².

Um paralelo claro pode ser traçado entre este processo civilizatório que consolida a ocupação do planalto paulista, incluindo já a ocupação da área de Olímpia, e a consolidação das sesmarias no período colonial, como o proposto por Toledo para a área do Alto Sertão da Bahia³³. O pressuposto do negócio do sesmeiro e também do rei é a pacificação do gentio. No caso, pois, é este o pressuposto da pecuária, por possibilitar a ocupação da área:

“A *pacificação* do gentio aparece como um pressuposto do valor da terra: onde morrem as criações o capital não aumenta, o que indica que as fazendas de gado são a forma potencial de existência do capital na área do Alto Sertão. A terra tem valor, pois pode ser o suporte de produção agropecuária. Porém, a *pacificação* do gentio não é só o pressuposto da valorização, mas também um obstáculo à formação do valor da terra, onde a produção será realizada, e isso também tem relação com os Tapuias, forma como estas populações são nomeadas” (Toledo, 2008; 46).

Neves, retomado por Toledo, então, vê como resultado das sucessivas investidas contra as populações indígenas locais o fim das aldeias e a absorção dos descendentes desses habitantes como trabalhadores da agropecuária, numa suposta completa assimilação, algo totalmente observável na descrição do processo nos planaltos paulistas. Assim, de todo modo, a pacificação dos tapuias, além de possibilitar a ocupação produtiva do solo, forneceu força de trabalho para produzir a mercadoria gado, ao lado dos escravos africanos.

³² “Convém salientar que os índios não constituíram qualquer obstáculo às penetrações do homem branco. Quando aqui chegaram os desbravadores vindos do sul, não encontraram mais nenhuma tribo, embora fossem inúmeros os vestígios de sua existência” (Marangoni, 2001; 13-4).

³³ “A **Guerra dos Bárbaros** é pressuposto da ocupação do Alto Sertão. Ela permite a expansão da área destinada ao plantio de cana de açúcar, no recôncavo baiano, e da pecuária, no sertão. Durante a realização da obra violenta de territorialização contra as populações locais, esta ação foi sempre apresentada como *pacificação* sobre a qual o processo de produção racional pode ser estabelecido: a ordem era *degolá-los a todos com exceção das mulheres e dos meninos os quais se cativará* (Puntoni, P. 2000: 100)” (Toledo, 2008; 46).

“Depois de serem submetidos são *absorvidos* como *mão de obra* – sua posição social muda inteiramente. Trata-se de um processo de inserção em uma sociedade muito ampla, cuja rede de relações não só se estende para além do oceano, como também, busca mais força de trabalho em outras áreas distantes. O empreendimento colonial toma a todos como seu objeto, aliás, meio de acumulação. Os sentidos dominial e administrativo de Faoro são, portanto, momentos de um processo mais amplo: o processo de acumulação do capital” (Toledo, 2008; 47).

Neste longo processo de colonização que, gradativamente, coloca o Brasil como Estado-nação autonomizado do capital europeu, ainda que alguns portugueses e europeus tenha eles mesmos se juntado aos indígenas, como na lendária história do Bacharel de Cananéia ou na não menos mitológica de Caramuru, a tônica deste contato foi uma violência brutal impetrada pelos colonizadores contra essas populações. De fato, recordando o célebre poema, não foi o índio que despiu o branco, mas este que o vestiu. Não sendo a vestimenta produto da “natureza” da área da colônia ou da do índio, cumpriu-se também aí o sentido do processo de se instaurar a forma-mercadoria. Como se vê, o processo civilizatório (de modo algum aqui tomada como positivo) do indígena não se restringiu ao período colonial.

Assim, o pressuposto da posse no Oeste Paulista também é a Guerra dos Bárbaros. A pacificação do “gentio” pelo seu aniquilamento ou pela sua incorporação como força de trabalho permitem a consolidação da posse e sua posterior transformação em meios de produção. A pecuária será, assim, permitida.

2.2. A concretização da posse como territorialização da pecuária regional e um esboço de teorização sobre o conceito de região

Com a confirmação da posse com a expulsão dos indígenas, a ocupação de tão grande área, por sua vez, pela família e os 60 escravos não havia como ser efetiva. Tratava-se de um contingente de 67 pessoas para ocupar por volta de 60.000 alqueires, numa impressionante média de 895,53 alqueires por pessoa. Para viabilizar minimamente a difícil empreitada, Antônio Joaquim dos Santos espalhou os filhos e os escravos por pontos dispersos, abrindo as primeiras fazendas dentro da fazenda Olhos D’Água³⁴. Isso não seria suficiente para evitar outras posses dentro dessas. Falta

³⁴ “Antônio Joaquim dos Santos, após abrir a fazenda Olhos D’Água, colocou seus filhos, escravos e colaboradores diversos em pontos diferentes, espalhando-se a penetração como segue: a) Olhos D’Água, sede da fazenda ficou com o desbravador; b) Retiro das Posses: doada a uma escrava e seus filhos; c) Retiro da Barra do Córrego Alegre, doada a Felipa Bernardina de Jesus; d) Retiro da fazenda São Domingos, doada a Joaquim dos Santos; e) Retiro do Jacu (hoje fazenda Boa Vista), doada a João Antônio dos Santos; f) Retiro da Cachoeirinha, fazendas Candote, fazenda Turquia, São Pedro e Senas,

compreender, entretanto, o que determina tamanho esforço de migração e de dominação.

Se tratamos dos pressupostos dessa posse, ainda não lidamos diretamente com o sentido que ela cumpria. Não se tratava de simplesmente garantir a porção de terras, espalhando os seus subordinados estrategicamente. Antônio Joaquim dos Santos e os seus vinham do sul de Minas, onde uma pecuária se desenvolvera inicialmente atrelada à mineração daquela província. Essa mesma pecuária, depois autonomizada da decadente mineração como um campo aparentemente separado de produção da mercadoria gado, é o que dá sentido à apropriação da base fundiária. A terra, assim, é vista como um meio de produção, ainda que não tenha sido ela mesma produzida pelo trabalho humano. É um meio de produção não-produzido (Marx, 1986, III, t. 5, cap. 46) que, como notamos, para entrar nas relações sociais próprias da mediação da forma-mercadoria, precisou ser conquistado na chamada Guerra dos Bárbaros.

Portanto, cabe relembrar os pressupostos para a abertura de fazendas de gado na descrição da pecuária colonial, por Prado Jr.. A pouca necessidade de infra-estrutura, além de currais, coxos para a distribuição de sal ao gado e cabanas para os vaqueiros, possibilitava a abertura de novas fazendas contíguas às anteriores. Os 60 escravos que pertenciam ao patriarca mineiro, Antônio Joaquim dos Santos, certamente dariam conta de erguer tais construções com as madeiras locais. Aliás, a pecuária assente no trabalho escravo corrobora a filiação dessa nova área que se instaura com a pecuária de Minas Gerais, que, de fato, após a ocupação do Triângulo Mineiro, era contígua à área de que aqui tratamos, separadas apenas pelo rio Grande. O trabalho escravo, no entanto, ganha aqui outros contornos funcionais, que analisaremos adiante, dado que se reproduz criticamente após a decadência da mineração e num contexto de fim do escravismo e que não repõe as condições de reprodução da pecuária do sul de Minas caracterizada pela construção de cercas, o que aqui não será realizado a princípio.

O estudo da ocupação do interior do Brasil colônia, por Caio Prado Jr. (2000) mostra-a sendo realizada primordialmente pela mineração e pela dispersão de fazendas de gado. Uma e outra ocupação diferenciam-se já pela maneira como se davam: a mineração pela descontinuidade dos núcleos garimpeiros, num avanço rápido para as áreas mineradoras, enquanto a expansão da pecuária era marcada pela contigüidade das

foram doadas a José Antônio dos Santos; g) O Taperão, fazenda Santa Fé e Baixão ficaram pertencendo a Miguel Antônio dos Santos. As propriedades não possuíam cercas nem limites certos” (Marangoni, 2001; 17).

novas áreas ocupadas em relação às anteriores³⁵. Três núcleos de maior densidade de estabelecimentos mineradores se formam durante a colônia, constituindo-se, cada um, numa capitania: Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A primeira interessa-nos mais para o decorrer da apresentação.

As *minas gerais* condensavam-se dentro dos limites das bacias do Rio Grande e do Jequitinhonha, ou mais especificamente entre a vila de Lavras e o arraial do Tejuco (Diamantina), onde as principais aflorações de ouro do país foram encontradas³⁶, dando origem a importantes povoações. Outras zonas mineradoras surgiram dentro dessa região. Com elas, apareceram posteriormente núcleos de povoamento envolvidos em atividades subsidiárias à mineração, ainda que, a princípio, as fazendas de gado da Bahia é que tenham fornecido a carne ao consumo da população ali concentrada. O sul de Minas, então, aparece atrelado à mineração:

“O progresso da pecuária nesta região, favorecida por condições naturais destacadas, foi rápido; e já em 1756 descia gado daí para São Paulo, concorrendo com o fornecimento dos campos do sul – Curitiba e Rio Grande. Aliás, a par da pecuária, pratica-se na comarca do Rio das Mortes alguma agricultura, e o Rio de Janeiro se abastecerá aí de muita coisa; de modo que a população se adensa bastante” (Prado Jr., 2000; 50).

No período da história de que trata Prado Jr., isto é, os últimos anos antes da Independência, a pecuária não tinha adquirido o caráter exportador das demais produções agrícolas e mineradoras do país. Era-lhes, antes, subsidiária e suplementar. O abastecimento de carne para os núcleos urbanos, mais concentrados próximo ao litoral apresentava, no entanto, certa escassez que constantemente se repunha. O comércio e o consumo de carne não eram pequenos e o interior ia sendo ocupado por boiadas para esse fim. Assim, a pecuária aparece como uma das principais atividades econômicas do período, distinguindo-se da agricultura.

³⁵“Isso serve para ilustrar a forma que tomou a dispersão mineradora; de tão brusca e violenta que é, até perde contato com as fontes de onde brotou. Coisa muito diversa se passa com a penetração levada pelas fazendas de gado. Dos seus focos, cujo principal é a Bahia, as fazendas, e com elas o povoamento, vão-se espraiando paulatinamente para o interior. A sua expansão é por contigüidade, e as populações fixadas no sertão conservam um contato íntimo e geograficamente contínuo com o seu centro irradiador” (Prado Jr., 2000; 48).

³⁶“Ela corresponde à serra do Espinhaço e, geologicamente, a uma formação peculiar do terreno, as séries de *Minas* e de *Itacolomi*, ambos do *algonquiano*, onde se verificaram os principais afloramentos de ouro no país. Este fato explica suficientemente a concentração aí do povoamento, multiplicando-se as aglomerações, às vezes bem próximas umas das outras, e cujas principais são: as vilas de São João e São José Del-Rei (Tiradentes), Vila Rica (Ouro Preto); cidade de Mariana, Caeté, Sabará, Vila do Príncipe (Serra) e Arraial do Tejuco (Diamantina), onde, como se sabe, se exploraram os diamantes” (Prado Jr., 2000; 49).

Podemos já com relação a essa proposição da pecuária como subsidiária estabelecer uma possível problematização que diz respeito ao caráter também de produtora de mercadorias que aquela possuía, o que se evidencia pela afirmação de que ela abastecia de carne os núcleos urbanos (ainda que pudesse falhar nesse abastecimento). Entretanto, compreende-se a definição de Caio Prado Jr. não vendo esta pecuária como cumprindo o sentido da colonização de produzir mercadorias tropicais para o mercado europeu. Dessa maneira, a pecuária encontrava-se no papel de reprodução daquelas atividades (mineração e agricultura para exportação) que, por sua vez, cumpriam aquele sentido. Não se trataria, em nossa perspectiva, de hierarquizar tais esferas como separadas esferas “produtivas”, colocando a produção de cana-de-açúcar como mais importante do que a “produção” de gado que lhe serve como transporte e alimento.

Tentamos, antes, uma explicação que enxergue aí uma *cisão*³⁷, em que ambas as “produções” estão articuladas, porém apenas a primeira, então à época, entrava como *valor* nas relações de troca mundializadas, indo cumprir o seu sentido na realização do lucro, especialmente do metropolitano. Entretanto, mesmo essas trocas, como sabemos, não sendo igualitárias, produzidas sob as imposições do exclusivo metropolitano (Novais, 2005), com trabalho escravo, gestavam uma acumulação primitiva na Europa. Estava-se, com isso, possibilitando a formação de um padrão de reprodução social na Europa (cf. Marx, 1985, t. II, cap. 24) com a produção colonial. Assim, a própria produção colonial de mercadorias encontrava-se na “sombra lançada pelo valor” (Sholz, 1996; 18), porque a colônia servia, acima de tudo, para *reproduzir* a metrópole.

Retomando sob tal perspectiva a argumentação do autor, vemos que a pecuária se expandia, ao passo que acompanhava a expansão do próprio processo de colonização, incluindo neste a reprodução daquelas atividades que cumpriam o sentido da colonização. Tratava-se, assim, de uma pecuária extensiva, cujo sistema impunha a ocupação de vastas áreas. Apropriando-se à sua maneira do interior do Brasil em

³⁷ Procuramos expandir a conceituação de Roswitha Sholz do *valor-cisão*, para entender outros aspectos da reprodução das relações sociais de produção como marcadas com um conteúdo feminino, portanto, à sombra da masculinidade do patriarcado produtor de mercadorias: “a contradição básica da socialização através da forma-valor, de matéria (conteúdo, natureza) e forma (valor abstrato) é determinada com especificação sexual. Todo conteúdo sensível que não é absorvido na forma abstrata do valor, a despeito de permanecer como pressuposto da reprodução social, é delegado à mulher (dimensão sensível, emotividade etc). Há muito essa conexão é tematizada na literatura feminista como o mecanismo da *cisão*, embora até onde sei nunca tenha sido referida à constituição negativa da socialização pelo valor, no sentido de uma crítica do valor e do trabalho. Somente por meio dessa relação, porém, será possível explicar, para além do simples plano fenomênico, a problemática conceitual da *cisão*” (Sholz, 1996; 18).

formação, três grandes zonas pecuaristas se estruturam e são analisadas aqui ainda segundo o estudo de Prado Jr..

A primeira delas é a dos sertões nordestinos, com uma área de mais de um milhão de quilômetros quadrados, indo até Minas Gerais. Organizou-se esta pecuária para abastecer o consumo crescente do litoral nordestino e também o das minas, com uma facilidade impressionante na formação das necessárias fazendas. Poucos homens davam conta de toda uma unidade produtiva. Recebendo a *quarta*, dez a doze homens, escravos ou recrutados pelos sertões chegavam a dar conta de até 2.000 cabeças. Esse pagamento possibilitava que esses vaqueiros viessem a constituir, eles mesmos, pequenas fazendas. Por sua vez, os proprietários das grandes fazendas, em geral, habitavam as capitais, relegando a capatazes a administração³⁸.

Dessa descrição sumária, podemos já problematizar a noção reiterada de Prado Jr. sobre a baixa produtividade desta pecuária. Obviamente, a produção insuficiente de carne para o abastecimento dos mercados consumidores, ainda que se valesse de extensões gigantescas de terras ocupadas para tal, aparentava-se, dessa maneira, improdutiva, porém valia-se do emprego de pouca força de trabalho. Assim, a produtividade, que tem que ser analisada como produtividade do trabalho, na relação dada entre tempo de trabalho para a produção da mercadoria e o valor da mercadoria-vendida, era, antes, alta. A baixa produtividade é, para Prado Jr., relacionada à terra.

Por outro lado, o sistema de pagamento que dava uma quarta parte das crias do rebanho para o vaqueiro incumbido possibilitava uma acumulação pelo trabalhador que, de boiadeiro a fazendeiro, antes de mais nada, evidencia a materialidade do processo de acumulação pela expansão do rebanho, ao passo que se mostra também uma riqueza abstrata acumulada pelo proprietário, pela exploração do trabalho daquele vaqueiro, sobre uma base fundiária que necessariamente deve se expandir junto com o rebanho e, por conseguinte, com a mesma acumulação. A acumulação se expressa, dessa maneira, na base fundiária e ambas se reproduzem.

³⁸ “Contribui ainda para a multiplicação das fazendas o sistema de pagar o vaqueiro, que é quem dirige o estabelecimento, com 1/4 das crias; pagamento que só se efetua decorridos cinco anos, acumuladas as quotas de todos eles. O vaqueiro recebe assim, de uma vez, um grande número de cabeças, que bastam para ir-se estabelecer por conta própria. Fã-lo em terras que adquire, ou mais comumente, arrendando-as dos grandes senhores de sesmarias do sertão. (...) O que prevalece é o grande proprietário absentista, senhor às vezes de dezenas de fazendas, que vive nos centros do litoral e cujo contrato único com suas propriedades consiste em receber-lhe os rendimentos” (Prado Jr., 2000; 194).

O novo fazendeiro, antigo vaqueiro, instalando-se nas propriedades dos sesmeiros do sertão reproduz a riqueza abstrata destes, pelo pagamento posterior de renda, ao passo que o processo que permitiu a acumulação por esse trabalhador *mobiliza* um novo contingente de vaqueiros, numa reprodução ampliada do processo de acumulação e de expansão dessa pecuária.

Retomando a descrição da mesma, as instalações precárias não passavam de currais e poucas casas de morada, tudo feito com madeiras locais. Os *fábricas*, auxiliares dos vaqueiros, tocavam eles mesmos as roças. As atividades variavam pouco, abarcando o amansamento, a marcação, os tratos de pequenas enfermidades e, principalmente, o controle do gado. Controle dificultado pela ausência de cercas das fazendas, o que faz com que o gado seja criado solto:

“Vive o gado ali, em suma, à lei da Natureza, pastando a erva rala e as folhas coriáceas desta singular vegetação que encontra nas caatingas. Forragem miserável que supõe uma rusticidade excepcional, e não evita bois magros e musculosos que vão fornecer a pouco apetitosa carne que se consome na colônia. (...) o maior serviço das fazendas (e este sim árduo e trabalhoso, e que absorve quase todo o tempo e ocupações do vaqueiro e seus auxiliares) é o de ter o gado sob as vistas; vigilância particularmente difícil nestas áreas imensas que não separam cercas ou outras tapagens” (Prado Jr., 2000; 195-6).

Dessa forma, podemos, de nossa parte, encontrar nessa pecuária as características de uma *região*, dado que a descrição abarca o modo de reprodução particular das relações sociais de produção que a constituiriam como tal, corroborando uma conceituação próxima à de Francisco de Oliveira: “(...) privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social em escala mais geral” (Oliveira, 2008; 145).

A maneira como se caracteriza a reprodução das relações sociais de produção da mercadoria gado nessas condições é, assim, qualitativamente particularizada, da maneira especial pela qual a população de vaqueiros, fábricas e pequenos fazendeiros (antigos vaqueiros) entra numa relação mediada pelo trabalho, pelo dinheiro e pela propriedade da terra com o fazendeiro. O trabalho do vaqueiro e as condições em que se dá; as relações com o fazendeiro que reiteram um relativo monopólio da base fundiária; e o produto ampliado dessa relação materializado em mais terras e num rebanho maior. Sobre tudo, evidencia-se, ainda, o caráter abstrato da terra, do rebanho e do próprio trabalho, como mediações para a riqueza abstrata oriunda da conjugação dos mesmos,

implicando numa incorporação dinâmica de mais terras, mais gado e na necessidade de mais trabalhadores para a mesma reprodução.

Fica ainda uma lacuna na articulação dessas relações com instâncias concretas que a reproduziam, dentro e fora da área. Porém, a *territorialização do capital* na área pela dinâmica de expansão das fazendas e sua correlata acumulação tinha como condições uma série de outras dinâmicas que compunham a sociedade local, o que corrobora aquela noção de *região*:

“Esta característica da dinâmica de fazenda e de acumulação foi condicionada pelo processo de territorialização do capital na área. Trata-se de uma sociedade de milicianos que se tornam burocratas, ou proprietários ausentes, que deixam suas fazendas com mulatos. Uma sociedade em que a violência é exercida por cangaceiros. Gente pobre de Portugal em busca da riqueza passível de ser acumulada com o trabalho de escravos africanos e de índios absorvidos. O processo de expropriação destes trabalhadores não se fez de uma vez. Entre a perda das condições nas quais reproduziam suas vidas antes do início de sua expropriação e a constituição da superpopulação relativa, que é o pressuposto fundamental da reprodução da acumulação capitalista autônoma nacional, transcorreu mais de um século de história” (Toledo, 2008; 51-2).

Retomaremos na segunda seção a maneira como a formação de uma superpopulação relativa é determinante para a lei geral de acumulação capitalista (Marx, I, t. 2, cap. 23), atrelando tal noção à discussão de região que aqui se propõe. O que Toledo, não obstante, chama atenção aqui é para o modo como os trabalhadores desta pecuária tinham relativo acesso aos meios de produção (terra) e como uma organização social violenta (jagunços) se fazia necessária para garantir a acumulação de capital para os fazendeiros ausentes. Nessas condições, desenvolvia-se uma pecuária, ainda que precária, que ocupava áreas vastas e, muitas vezes, não conseguia suprir a demanda interna de carne de uma população não tão numerosa das cidades. Também tais características puderam ser inferidas na breve delineação da família de e da ocupação feita por Antônio Joaquim dos Santos, na fazenda Olhos d’Água. A ocupação de uma vasta área, contígua a Minas Gerais, e a presença de escravos.

A constituição dessa pecuária colonial, particularmente desta praticada no sertão baiano, e seus requisitos se deram até princípios do século XVIII, realizando a ocupação e formação de novas capitanias e, dentro delas, freguesias e vilas. Toledo chamaria novamente atenção para o modo como a pacificação dos indígenas seria aqui pressuposto dessa expansão. Certo declínio, entretanto, vem logo em seguida pela ascensão de uma produção local em Minas Gerais num mesmo período em que diversas

secas prejudicam a área, sendo afinal solapada (o que não significaria o seu fim completo), num terceiro momento, pela produção de carne do Rio Grande do Sul.

É a própria expansão daquelas fazendas de gado, pautadas pela acumulação que se dava na reprodução do rebanho e o enriquecimento, por ela possibilitado, tanto dos trabalhadores que tocavam tais unidades produtivas como, e principalmente, dos proprietários, que atinge as áreas contíguas daquelas que vinham sendo ocupadas a partir da Bahia. Ali, entretanto, a articulação dessa pecuária com os centros mineradores e, pois, consumidores, associada às melhores condições encontradas de pastagens e climas, possibilitarão a formação de uma nova “região” pecuária, na explicação de Prado Jr.. Por outro lado, a formação de uma terceira “região”, a rio-grandense, caracterizada posteriormente pela produção de carne sob uma nova técnica de conservação, selaria a passagem de uma fase dessa pecuária colonial (que talvez ainda pudesse ser vista, essa pecuária colonial, como subsidiária das atividades exportadoras, ainda que tenhamos posto isto em questão) a outra, de uma pecuária como campo autonomizado de produção de mercadoria.

“Feitas as contas, não seriam as condições naturais dos sertões nordestinos realmente muito favoráveis à criação; e isto se comprovaria definitivamente em fins do séc. XVIII, quando como fornecedor de carne para os núcleos do litoral, eles serão desbancados pelo produto de outra procedência, o *charque* rio-grandense. (...) Mas até então, favorecido pela proximidade de bons mercados, o sertão do Nordeste se manteve economicamente e progrediu. A colonização e o povoamento se espalharam por ele todo” (Prado Jr., 2000; 54).

Aqui se vai tornando cada vez mais clara uma distinção de nossa perspectiva da de Prado Jr., uma vez que “as condições naturais” aparecem como elemento empiricamente significante, preponderante para a sua diferenciação de áreas. Apresentamos nossa discordância nestes termos porque remetem a uma discussão proposta por Richard Hartshorne, numa crítica neokantiana ao cartesianismo da Geografia Tradicional³⁹, sobre o procedimento científico⁴⁰. Nesta perspectiva, a

³⁹ Preocupado com um caminho que se delineava de se dividir a Geografia em física e humana, Hettner propôs a concepção da superfície da Terra como uma totalidade, não obstante diferenciada; uma posição claramente kantiana virá à tona, então: “Influenciado pelo neokantismo, procurou recuperar criticamente os estudos sistemáticos de Ratzel, Humboldt, Ritter, Marthe e Richtoffen. (...) Hettner chamou a atenção para o fato de que os recortes feitos na realidade são provenientes do exercício intelectual, não existindo em si mesmo. Os recortes são produtos de uma construção mental. Seu ponto de vista é que a realidade pode ser dividida segundo conjuntos homogênicos, definindo campos do conhecimento como a geologia, a botânica e a física. Mas a realidade, também, pode ser dividida, levando-se em consideração um conjunto heterogêneo de fenômenos que possuam uma coerência interna própria, conformando uma individualidade referida no tempo e no espaço. A análise que leva em consideração a individualidade espacial é considerada análise regional” (Lencioni, 1999; 122-124).

geografia, ao contrário de simplesmente descrever as características das regiões naturais e dos gêneros de vida a elas relacionados, seria ela mesma ativa no sentido de determinar essas características. Assim, a geografia como “ciência da diferenciação de áreas” podia ser vista como diferenciadora de áreas⁴¹. Isso não representaria meramente a abertura a um relativismo, uma vez que existem variações objetivas de área para área, que deveriam ser descritas e analisadas pelo geógrafo. A decifração dos elementos empiricamente significantes faz parte desse procedimento:

“Existem relações significativas entre as variações dos diversos aspectos das áreas, e os geógrafos de todas as épocas se preocuparam em estabelecer e demonstrar essas vinculações” (Hartshorne, 1969; 23).

Não sendo o caso de simplesmente aplicar a proposição de Hartshorne à nossa perspectiva, podemos, no entanto, *desviá-la* (Debord, 1997), para propor que os nossos elementos empiricamente significantes seriam as relações sociais de produção⁴², conforme já vimos tentando explicitar a partir da forma como estamos abordando a pecuária colonial em Prado Jr. e a ocupação da área da fazenda Olhos d’Água.

Para nós, a região, que é como buscamos realizar tal diferenciação de áreas particulariza uma apropriação dessas condições naturais pela maneira particular com que entram no processo social, a partir de um processo produtivo – de exploração do trabalho, portanto – que permite a relação da população que ocupa e trabalha a base fundiária (no caso, vaqueiros e fábricas) por meio de seu trabalho e do produto de seu

⁴⁰ O próprio Hartshorne não se colocava senão como maior difusor de uma perspectiva ampla tomada à teorização de Hettner. Conceito de diferenciação de áreas como resultado das sínteses de Humboldt e Ritter, melhor exposta por Hettner, adquirindo notoriedade: “Êsse conceito, em si mesmo, decorre da síntese, efetuada por Richthofen, dos pontos de vista de Humboldt e Ritter (1: 92), e foi exposto da maneira mais completa nos escritos de Hettner. Quer na forma que lhe deu Hettner, quer através de variações de menor importância, foi adotado pela grande maioria dos geógrafos alemães do século atual” (Hartshorne, 1969; 17).

Para Hartshorne, Vidal de La Blache teria ido pelo mesmo caminho de Hettner, do seu ponto de vista corológico que buscava o caráter das regiões pelas relações entre seus elementos, porém com um tom diferenciado do deste, afirmando que o caráter de um país, por exemplo, ao passo que a Geografia era para ele a ciência dos lugares, seria definido pela totalidade de suas características. Cholley teria reformulado a perspectiva de La Blache, colocando o objetivo da Geografia como o de conhecer a terra em sua totalidade. A contribuição de Hartshorne, segundo ele próprio, com o seu *The Nature of Geography*, teria se dado na difusão de uma noção ampla da Geografia nos países de língua inglesa.

Moraes propõe, por outro lado, a perspectiva de Hettner como críticas ao determinismo e ao possibilismo: “suas teorizações foram a busca de um terceiro caminho para a análise geográfica, que não fosse o do Determinismo e o do Possibilismo” (Moraes, 1986; 85).

⁴¹ “Pode parecer que esse propósito se exclui da Geografia, definida como ‘o estudo da diferenciação das áreas’, se omitirmos as palavras ‘o estudo da’ e interpretarmos ‘diferenciação’ no sentido ativo, isto é, o de ‘diferenciar’. A finalidade do exame atento das áreas que sejam um tanto semelhantes não é demonstrar que elas diferem, o que sabemos deve ocorrer, sem necessidade de qualquer exame, mas determinar qual o maior ou menor vulto das diferenças específicas que existem entre elas” (Hartshorne, 1969; 21).

⁴² Propusemos, conjuntamente com Toledo, essa perspectiva crítica a partir da proposta de Hartshorne, de maneira sintetizada em Toledo & Boechat, 2008.

trabalho, que tende este último por não lhe pertencer por também não lhes pertencerem os necessários meios para realizar aquele trabalho e obterem esse produto. Um mercado de trabalho e de produtos de trabalho unifica essa população ao todo da sociedade produtora de mercadorias (Kurz) que iguala as produções regionalizadas.

Enquanto, no caso, o gado representa a possibilidade de recursos para o fazendeiro e a terra a possibilidade de gado para obter tais recursos. Para o vaqueiro, seu trabalho representa a possibilidade de receber a quarta parte das crias do rebanho por ele cuidado. A obtenção desse pagamento, diferenciado de um salário monetário, permite-lhe a obtenção de um capital constante que pode gerar uma almejada acumulação por parte desse trabalhador. Para isso, no entanto, esse trabalhador precisará de terras para criar o seu próprio gado. Essa terra, como indica Prado Jr., tende a ser cedida pelos proprietários de sesmarias do sertão, sendo, portanto, arrendada. O vaqueiro, assim, mesmo conseguindo acumular, não estaria deixando de se sujeitar ao detentor dos meios de produção não-produzidos (Marx). A relação muda de caráter, mas, essencialmente, reproduz-se a mobilização da força de trabalho de outros vaqueiros, enquanto aquele agora irá remunerar a propriedade fundiária, a partir da renda paga.

Não obstante essas relações possam ser analisadas a partir da obra de Prado Jr., sua ênfase deve ser continuamente criticada depois de apresentada. Assim, a segunda “zona” da pecuária colonial, a de Minas Gerais, refere-se mais à pecuária realizada na área que viria a ser considerada o *sul de Minas*, cujos campos naturais em terras férteis e a proximidade dos centros mineradores em formação e também do Rio de Janeiro e São Paulo⁴³, propiciam uma pecuária diferenciada com relação à realizada ao norte de Minas Gerais, que seria mais um prolongamento da Bahia⁴⁴. A relação desta pecuária do sul de Minas se dá, num primeiro momento, diretamente com a mineração ali localizada, além das condições naturais propícias encontradas exatamente por aquela dinâmica de

⁴³ “Abastecendo-se a princípio no sertão do Norte e nos Campos-Gerais do Sul, os mineiros passarão logo para ela, mais acessível que é, e sobretudo mais bem aparelhada que seus concorrentes. O sul de Minas suprirá em seguida, e substituirá os Campos de Goitacases e os mesmos Campos-Gerais citados; estes ficam mais longe, aqueles transformam seus pastos em canaviais. É em 1765 que descem para o Rio de Janeiro os primeiros gados da nova proveniência” (Prado Jr., 2000; 199).

⁴⁴ Repare-se a maneira com que Prado Jr. diferencia e identifica as áreas, a princípio: “O setor norte desta capitania se inclui, como notei, nos sertões que acabamos de ver acima, atenuam-se nele os caracteres extremos destes últimos: não se verificam aí secas propriamente, mas somente um baixo índice de pluviosidade. Mas a vegetação é semelhante, a topografia também. E o que sobretudo identifica estas regiões, ‘os gêneros de vida humana’, são iguais em ambas. Aliás, esta parte de Minas é, geográfica e historicamente, um prolongamento da Bahia. Foi povoada pelas fazendas de gado que subiram no século XVII as margens do São Francisco, alcançando já nesta fase o seu afluente rio das Velhas. E muito antes de se formar o que seria Minas Gerais, cujo contingente maior e característico de povoadores viria do Sul, o Norte já se achava ocupado pelos baianos” (Prado Jr, 2000; 198).

expansão sobre áreas contíguas. Mas a pecuária que se formará no sul de Minas apresentará instalações mais complexas, aproveitando o leite comercialmente e estabelecendo um sistema de criação diferente, com o emprego de cercas divisórias nos pastos. O cercamento dos pastos é aqui determinante porque poupa parte do trabalho de vigilância do gado, facilita seu amansamento e possibilita uma melhoria dos pastos, em que se emprega rotação. A conjugação desta pecuária com uma agricultura local permite a alimentação do gado com milho.

“Enfim, estas e outras medidas denotam cuidados que sem terem nada de notável, em termos absolutos, colocam apesar disto a pecuária sul-mineira em nível que não tem paralelo na colônia. Em consequência, o gado parece ser de porte e qualidade superiores, sendo notado pela sua força e tamanho” (Prado Jr., 2000; 201).

Não podemos nos dar por satisfeitos, de nossa perspectiva analítica, mais uma vez, com a diferenciação de áreas proposta por Prado Jr.. Obviamente, os elementos empiricamente significantes (Hartshorne) que parecem ser os do autor, localização e fertilidade, além dos melhoramentos consolidados nos muros construídos, podem influir num produto maior ou menor dessas práticas da pecuária, conforme a sua consolidação espacial, mas não diferenciam-se essas práticas pela qualidade da relação social de exploração do trabalho, que é, aliás, igualada pelo autor quanto a isso. A renda diferencial para o emprego de um mesmo capital⁴⁵ em “condições naturais” diferentes surge como o diferenciador dessas áreas para Prado Jr., em que “é a Natureza propícia que realiza o melhor”.

O que, de fato, diferencia esta região pecuária da anteriormente abordada é o trabalho nas fazendas ser realizado por escravos, apesar de Prado Jr. colocar essa característica como apenas *outra* entre as demais. Um sistema de acumulação mais intensificado é, assim, evidenciado. Apesar do regime de trabalho escravo, entretanto, aparece a particularidade de haver certas relações mais democráticas entre senhores e escravos, porque os proprietários supostamente trabalhavam junto com seus

⁴⁵ Marx aborda a renda fundiária segundo o critério em que dois investimentos de igual monta em duas áreas distintas gerem diferentes rendimentos, possibilitando um sobrelucro acima do lucro médio, por conta de fatores como localização e fertilidade (renda diferencial I) ou por conta de investimentos pretéritos nas mesmas áreas, modificando a relação dos critérios de fertilidade ou localização (renda diferencial II), porém essa diferença não pode influir na consolidação do próprio lucro médio pois representaria uma nova média social. Enfim, na perspectiva que procura o elemento empiricamente signficante das relações sociais de produção, a renda fundiária é antes determinada pela determinação social da acumulação capitalista do que determina os fundamentos desta (cf. Marx, 1986, III, t. 5, seção VI). Procuraremos, entretanto, pensar nas determinações da renda diferencial para o contexto regional, em que as relações de acumulação de capital não seguem a lei geral de acumulação, pela ausência de superpopulação relativa.

subordinados. Também esse caráter seria, no entanto, decorrente do plano secundário que esta pecuária tinha em relação à mineração com que convivia⁴⁶.

“Outra característica da pecuária mineira está no regime do trabalho e no tipo de organização social que ele dá origem. O trabalhador é aí o escravo, e livres nas fazendas são apenas o proprietário e sua família. Efeito provável de uma sedentariedade maior das ocupações em confronto com as do Nordeste, e mais compatíveis com o trabalho africano. Efeito também do nível econômico superior da pecuária sul-mineira, o que lhe permite o emprego de mais capital. O proprietário e sua família participam aliás ativamente do manejo da fazenda e não se conhecem aí fazendeiros absentistas. A presença de escravos, portanto, não aristocratizou o criador sul-mineiro; e a pecuária traz aí, ao contrário da grande lavoura e da mineração, uma colaboração mais íntima de proprietários e trabalhadores, aproximando as classes por um trabalho comum” (Prado Jr., 2000; 201-2).

A caracterização desta pecuária abarca, por fim, como já se adiantara, a indústria de laticínios, que se especializaria na produção de queijo, como também a criação de porcos desempenhava papel importante. De todo modo, há que se pensar nas condições locais que permitiam que essa pecuária desviasse algum contingente de escravos da mineração, que era a atividade econômica por excelência à qual essa mesma pecuária deveria se subordinar. A construção das cercas aparece como um diferenciador dessa atividade na área em relação às análogas praticadas em outras áreas. Essa construção exigia um trabalho sobre a terra que o vaqueiro das fazendas da Bahia não se prestava a fazer, mesmo que a disponibilidade ou não de pedras para essas cercas faça parte da explicação. O trabalho objetivado sobre a terra possibilitava, assim, a intensificação (e talvez diferenciação) da exploração do trabalho escravo que, no caso da ausência das cercas, não seria viável. Isto é, um mesmo escravo daria conta de cuidar de um rebanho maior, ao mesmo tempo em que uma quantidade menor de pastagens, utilizadas racionalmente graças ao sistema de rotação também possibilitado por aquele trabalho objetivado em cercas, sustentaria um rebanho mais numeroso e mais gordo. O trabalho que passa a ser “poupado” da atividade de vigília do rebanho é, assim, trabalho “libertado” da terra para sua utilização em outras atividades, como por exemplo, na indústria de laticínios.

⁴⁶ “Este tipo de vida e relações mais democráticas é geral no sul de Minas; não apenas na pecuária mas na agricultura local que como vimos atrás tem alguma importância. Terão ocorrido para isto muitas causas; uma contudo parece destacar-se. É que estamos numa região mineradora onde a extração de ouro sempre ocupou as melhores atenções. É a indústria por excelência da capitania. Relegam-se assim os elementos mais modestos para atividades de segunda ordem; coisa aliás que se verifica também nas zonas de grande lavoura” (Prado Jr., 2000; 202).

2.3. A expansão da pecuária mineira para o sertão desconhecido de São Paulo

Talvez não precisássemos retomar a análise de Prado Jr. para mostrar aquela “filiação” à pecuária mineira na posse de Antônio Joaquim dos Santos, dado que a ocupação era, como se vê, empreendida por uma família de mineiros, porém, a articulação da nova área com a antiga se dá em termos econômicos, através de uma reprodução de uma relação de produção, para além da relação de consanguinidade familiar e da relação da origem, pura e simples, dessas pessoas vindas de Minas Gerais. As referidas relações de produção, por outro lado, necessitam da estruturação e reprodução da família de proprietários que as personificam. Proprietários de escravos, de gado e, por conseguinte, a partir da posse, também de terras. A reprodução dessas famílias se mostrará como reprodução também dessa relação social. No relato histórico de Marangoni, no entanto, ressalta-se quase que exclusivamente a história dos protagonistas.

As famílias Santos, de Antônio Joaquim dos Santos, e Jesus, de sua esposa Maria Ignez dos Santos, voltariam a se unir nos casamentos de alguns dos filhos deste casal. José Antônio dos Santos, o segundo filho, casou-se com Maria Rita de Jesus, tendo nove filhos; e Miguel Antônio dos Santos casou-se com Maria Generosa de Jesus, tendo cinco filhos; já a filha Ignez, que ficara em Caldas-MG, casou-se com Antônio Felisberto dos Santos, indo morar em Milho Verde-MG. Os sucessores dos filhos de Antônio Joaquim dos Santos e Maria Ignez dos Santos, por sua vez, os netos portanto, casar-se-iam com pares de famílias de outros sobrenomes, evidenciando ligações matrimoniais para além do círculo restrito desses primeiros posseiros. Talvez mostrando também que o isolamento dessa grande família era relativo⁴⁷.

⁴⁷ Fica evidente também, por outro lado, que as famílias Santos e Jesus continuam a estabelecer laços matrimoniais entre si, uma vez que, quase 50 anos depois da chegada, em 1904, quando da criação do patrimônio de São João Batista dos Olhos D'Água, a maioria dos condôminos que se uniram, sob a liderança de Joaquim Miguel dos Santos, filho do patriarca, para doar os 100 alqueires ao bispado de São Carlos tinham no sobrenome ou Santos ou Jesus. Isso, por sua vez, corrobora a idéia ou de matrimônios cruzados (mesmo que, muitas vezes, não fossem casamentos oficializados, portanto uniões ditas “informais”) entre os descendentes diretos do primeiro casal de posseiros ou de uma rede de casamentos com as famílias expandidas Santos e Jesus, que permaneceram com bases sólidas estabelecidas na cidade de origem daquele primeiro casal, Caldas-MG: “A união de fato era regra para a maioria. Em virtude da desigualdade numérica entre os sexos, velhos uniam-se a moças, negros a brancos, senhores a escravos, brancos a índios. Somente os membros das principais famílias e mais afortunadas vinham de longe já casados, ou para longe se dirigiam para estes misteres” (Marangoni, 2001; 29).

Os nomes de novas fazendas continuam a aparecer⁴⁸, no relato, relacionados aos de seus donos, os netos dos primeiros ocupantes. A fazenda original Olhos D'Água continua, assim, a ser desmembrada e ocupada ainda por membros da mesma família. Joaquim Miguel dos Santos, filho de Miguel Antônio dos Santos e Maria Generosa de Jesus, casado com Querubina dos Santos, “foi dono das fazendas Santa Fé e do Baixão. Vende suas terras e muda-se para Tupã” (Marangoni, 2001; 18). Antônio Joaquim dos Santos, filho de José Antônio dos Santos e Maria Rita de Jesus, casado com Guilhermina Alves, foi dono da fazenda Córrego dos Bagres. Já os netos Gabriel Antônio dos Santos, José Antônio dos Santos e Jerônimo Antônio dos Santos foram co-proprietários e co-fundadores da localidade de Baguaçu.

De fato, a divisão da fazenda Olhos D'Água e de seus supostos 60.000 alqueires iniciais não poderia cessar para uma posse efetiva de tamanha área. A ausência de limites certos e cercas facilitou a entrada de novas famílias de posseiros, de modo que, na divisão judicial das terras da fazenda, que durou de 1897 a 1904, a área já era bem reduzida, 40.000 alqueires, e bastante repartida por 236 condôminos⁴⁹.

Aliás, como se viu, a ausência de cercas, ao passo que se justifica pela razão dos posseiros serem majoritariamente das mesmas famílias, diferencia a pecuária que ali se consolida da praticada no sul de Minas, conforme a caracterização de Prado Jr.. Dessa diferença infere-se uma pecuária mais “precária”, com o gado vivendo solto e com o trabalho sendo mais extenso no sentido de vigiar o rebanho. Deve-se relacionar essa prática, por outro lado, à necessidade de ocupar uma vasta área com gado, na ausência relativa de pessoas para tal. Também, no percurso a que o relato se refere, a relação de exploração do trabalho terá se modificado, com a libertação dos escravos, mas isso também já devia ter adquirido novas feições na relação entre senhores e escravos, dado que inclusive uniões entre estes se davam (ver nota de rodapé anterior).

⁴⁸ Algumas dessas primeiras fazendas ocupadas e fundadas pela família Santos existem até os dias de hoje, como a Boa Vista, antigo Retiro do Jacu, que, na divisão da fazenda Olhos D'Água, ficou para o descendente, herdeiro e posseiro João Antônio dos Santos. As fazendas que ficaram para Miguel Antônio dos Santos, depois passadas a seu filho Joaquim Miguel dos Santos, juntamente com a própria Olhos D'Água, do patriarca Antônio Joaquim dos Santos, e de Joaquim dos Santos, denominadas, respectivamente, Taperão, Santa Fé, Baixão, Olhos D'Água, São Domingos e a Boa Vista – já citada – foram onde posteriormente a cafeicultura se consolidou, de fato, na futura Olímpia. João Antônio dos Santos, tempos depois, venderia a fazenda Jacu (ou Boa Vista), indo morar na Barra do Sapé, na fazenda Cachoeira, na futura localidade de Ribeiro dos Santos.

⁴⁹ “A fazenda Olhos D'Água foi dividida judicialmente pela comarca de Barretos, no Cartório do 2º. Ofício. O processo divisório teve início em 1º de dezembro de 1897 pelo engenheiro Robert John Reid e só terminou em 1º de novembro de 1904. Verificou-se uma área de 40.000 alqueires pertencentes já, uma parte, a 236 condôminos (posseiros), que vieram e tomaram posse de terras ainda não medidas. Foi essa a imensa posse de Antônio Joaquim dos Santos” (Marangoni, 2001; 17).

Esses mineiros que ocupavam a vasta área do sertão desconhecido, tendo antes confirmado a posse em detrimento das populações indígenas que ali viviam, tratavam de se reproduzir de maneira a concretizar aquela posse não apenas como uma terra apropriada, mas uma terra que lhes permitiam ampliar seus laços familiares, ao passo que ligações com as localidades próximas iam se dando e mesmo pequenos povoados iam sendo estabelecidos. A divisão progressiva da fazenda original indica uma “reprodução ampliada” daquelas famílias Santos e Jesus. A reprodução do patriarcado pode ser vista como reprodução da própria pecuária que aquele reproduz, retomando-se a noção de valor-cisão⁵⁰, embora na historiografia local seja dada importância apenas às personalidades históricas do futuro município enquanto o lado da produção de mercadorias é ignorado (o historiador mal fala sobre a pecuária local desses precursores).

Essa articulação da história das famílias, capitaneadas pelo posseiro Antônio Joaquim dos Santos (portanto, uma história do patriarcado local, assente na apropriação fundiária e seu pressuposto) pode, no entanto, ser confirmada como cumprindo o sentido da produção da mercadoria gado (não necessariamente aqueles sentidos de Prado Jr. e Novais, mas, como vimos, um sentido de produzir mercadorias) retomando-se, uma última vez, a expansão da pecuária mineira após a crise da mineração. Também a descrição de Monbeig desses mineiros que migram para São Paulo é exemplar na sua relação com o estabelecimento de uma pecuária nos sertões do planalto ocidental paulista.

*

Assim, Prado Jr. observa que (no período final da colônia), enquanto um mesmo processo de esgotamento do ouro levava Goiás e Mato Grosso a verem sua população migrar, seus escravos serem vendidos e mesmo casas serem abandonadas, em Minas Gerais alguns centros se renovaram em torno das atividades que antes eram subsidiárias à mineração – a agricultura e a pecuária –, quando as condições naturais do solo assim permitiram. A área mais central dentro da capitania apresentava exatamente uma tal restrição e o que se viu foi uma dispersão da população ali concentrada para as

⁵⁰ “Como no entanto a cisão necessariamente faz parte do valor e com ele é posta, seria preciso criar um novo entendimento da socialização, capaz justamente de levar em conta o mecanismo patriarcal da cisão – não no sentido de um acréscimo externo, mas no de uma alteração qualitativa da própria teoria do valor, que seria assim também uma crítica do patriarcado” (Scholz, 1996; 18).

periferias dentro da capitania e mesmo ocupando o território das vizinhas, naquilo que Prado Jr. denominou um *movimento demográfico centrífugo*⁵¹.

Esse movimento se orienta em diversas direções. Ocupa-se à leste, além do vale do rio Doce, que fora antes um centro minerador de menor importância e ao norte, as áreas semi-áridas, além das “minas novas” do rio Araçuaí e Jequitinhonha. A colonização aí passa a avançar sobre as matas, indo em direção ao Rio de Janeiro⁵² e, no sul da Bahia, à capitania de Porto Seguro.

A ocupação que decorre em direção ao sul e sudoeste é, por sua vez, a que mais nos interessa, e ela consolidará o chamado Sul de Minas, invadindo inclusive São Paulo, gerando uma duradoura questão de divisas entre as duas capitanias (depois províncias do Império) que só teria um fim definitivo em 1936⁵³. Trata-se, como se pode notar, de um processo que vimos analisando, a partir da análise de Prado Jr. e diferenciando-se dela, de autonomização da pecuária mineira em relação à mineração, dado que a expansão que ora aludimos se dá exatamente por conta da decadência da mineração no centro da capitania, impulsionando uma ocupação das áreas periféricas daquela da mineração pelas fazendas de gado. Em outras palavras, vemos aqui a autonomização da região pecuária em relação à da mineração, indicando um processo que levará ao desdobramento da pecuária colonial numa produção de gado transformado também em mercadoria de exportação, ainda que possa permanecer como mercadoria subsidiária a outras produções regionais. A ocupação mineira do noroeste de São Paulo é, por esta

⁵¹ “Em Minas Gerais, a situação é menos grave. A situação não foi aí até um quase desaparecimento como em Goiás. Alguns centros conservavam certa vitalidade, embora declinando a olhos vistos. (...) Doutro lado, o povoamento fora aí muito mais intenso, e, sobretudo, organizou-se em bases sociais mais sólidas. Foi por isso possível renovar e reconstituir, parcialmente pelo menos, o perdido setor da mineração com outros elementos de vitalidade: a pecuária e a agricultura. Mas não, a não ser excepcionalmente, nos principais centros mineradores, onde a natureza do solo não se prestava às atividades agrárias. E como aqueles se localizam sobretudo na parte central da capitania, assistimos em Minas Gerais, a um movimento demográfico centrífugo, daquela parte central, em que dantes se adensara a população, para a periferia; invadindo mesmo em certos pontos o território de capitanias vizinhas” (Prado Jr., 2000; 69-70).

⁵² “O conjunto deste avanço da colonização para o oriente de Minas Gerais, embora apenas iniciado no momento que nos ocupa, é de grande importância, pois aí se estabelecerá em seguida, no correr do séc. XIX, a principal zona agrícola da província. Isto é particularmente o caso do setor meridional desta área pioneira, nos limites do Rio de Janeiro. A expansão mineira se encontrará, aliás, com a fluminense vinda em sentido contrário” (Prado Jr., 2000; 72).

⁵³ “No caso em debate, é certo que os sertanistas de São Paulo foram os primeiros a se estabelecerem no sul de Minas, como aliás na capitania toda, que é criação destes primeiros descobridores e exploradores do ouro. Mas cessaram depois as incursões, o território mineiro se separara de São Paulo. Alguns decênios depois, o ouro se vai esgotando nos centros mineradores, e a população, em excesso, começa a refluir para as zonas marginais ainda desocupadas e mais favoráveis a outras atividades; claro que não respeitará fronteiras administrativas, e suas autoridades próprias se acham no direito de acompanhá-la. Daí o conflito” (Prado Jr., 2000; 73).

via interpretativa, o nosso foco aqui. Vislumbrar as suas bases nos permitirá compreender a intensificação que se verificará no decorrer do século XIX.

“Essa penetração da capitania de São Paulo por colonos de Minas, então em início, se acentuaria para o futuro; quase todos os núcleos povoados desta região, e formados na primeira metade do séc. XIX, são de origem mineira: Franca, Ribeirão Preto, São Simão, Descalvado, São João da Boa Vista e outros” (Prado Jr., 2000; 73).

Processo semelhante se deu quanto à ocupação e formação do chamado *Triângulo Mineiro*, que fazia parte da capitania de Goiás. Passava ali o caminho que unia São Paulo à capital goiana. As fazendas de gado de mineiros começam, já em fins do século XVIII, a ocupar áreas em que viviam tribos indígenas e constituir importantes núcleos de povoamento como Araxá e Uberaba. A anexação oficial se daria em 4 de abril de 1816.

“Em suma, o movimento centrífugo da população mineira, em direção sobretudo de leste, sul e oeste, acha-se no momento que nos ocupa em franco progresso. A importância do fato é tanto maior que ele constitui correntes que se perpetuam no correr do séc. XIX, formando o traço essencial da evolução demográfica desta parte do país. As zonas marginais da província, e além delas, as faixas fronteiriças dos territórios vizinhos, continuarão sendo assim alimentadas até os dias que correm” (Prado Jr., 2000; 74).

Celso Furtado observou esse mesmo movimento, com a crise da mineração, atribuindo suas causas basicamente à escassez de terras cultiváveis no centro da capitania mineira. Preocupado com a regressão econômica que enxerga, decorrente daquela crise, Furtado vê um “regresso” à economia de subsistência por parte desses mineiros⁵⁴ e, assim, não compreende a dinâmica própria dessa pecuária (e também da agricultura) se autonomizando da mineração em crise e se pondo como produção autonomizada de mercadorias. Quando analisarmos adiante a história de algumas das famílias desses mineiros que ocuparam a área onde se formaria o município de Olímpia procuraremos problematizar esse retorno, como uma passagem necessária na ocupação das referidas terras.

⁵⁴ “Na região central, onde floresce a economia mineira a população tende a deslocar-se a grandes distâncias, em razão da maior escassez de boas terras. Forma-se, assim, uma corrente migratória em direção ao Estado de São Paulo, bem antes da penetração da lavoura cafeeira neste. Outra corrente cresceu na direção de Mato Grosso, ocupando primeiro as terras bem irrigadas do chamado Triângulo Mineiro. A vanguarda desses movimentos de população (...) estava sempre formada por indivíduos de iniciativa e com algum capital que logo se apropriavam de grandes extensões de terras, cujo usufruto, entretanto, era compartilhado por muitos outros em um sistema de economia de subsistência” (Furtado, 2000; 138).

Por outro lado, a ocupação particular do interior paulista se deu de maneira distinta, ainda que a decadência da mineração tenha representado um re-encetamento que leva ao povoamento de parte do seu planalto ocidental. A produção de cana-de-açúcar avançava na direção das boas terras de Campinas e ao norte; ao sul da capitania, as fazendas de gado dos *campos-gerais*, futura província do Paraná, apesar dos conflitos com os índios locais, consolidavam-se, com proprietários absentistas; e o vale do Paraíba via uma dupla ocupação partindo de São Paulo e do Rio de Janeiro mudar sua condição de mera passagem, com São Paulo consolidando a posse definitiva e havendo o início do plantio do café na área. Dava-se ali uma transformação que será da maior importância para o movimento de expansão econômica que terá início depois, com a dinâmica cafeeira. De maneira que aquele aparente retorno à economia de subsistência por parte dos mineiros que ocuparam o noroeste paulista ganhará outros contornos no encontro da região pecuária com a cafeeicultura, nas décadas seguintes.

2.4. As posses dentro da posse: mineiros na ocupação do planalto paulista criando as condições de sua reprodução (posse, pecuária e transformação da paisagem)

Dessa maneira, para Pierre Monbeig, o estudo do contingente de pioneiros oriundos de Minas Gerais que se instalou nos planaltos ocidentais paulistas é determinante para a compreensão da consolidação posterior da cafeeicultura, por diversos motivos, o que justifica também o delineamento anteriormente ensejado por nós a respeito da ocupação do sul de Minas e do Triângulo, da pecuária colonial e da mineração. Monbeig, por seu turno, credita-lhe tal importância porque parte desses mineiros ocupava as áreas recobertas por florestas e habitadas pelos índios, o que significava tal ocupação o aniquilamento ou expulsão dos mesmos índios e a derrubada mais intensa das matas, mas também porque outros muitos mineiros vieram para as áreas em que a cafeeicultura já estava implantada. Foram eles, assim, os grandes posseiros iniciais que negociaram a venda de parcelas destas terras, ao mesmo tempo em que foram os pequenos posseiros a ocupar efetivamente parcelas daquelas primeiras posses e a preparar as fazendas, as pastagens, as trilhas e estradas. Por terem, em geral, precedido nessas áreas a economia cafeeira, quando ela se aproxima e se instala, encontra o solo já apropriado, núcleos urbanos já estabelecidos, estradas, etc. cujos

autores eram antigos posseiros mineiros dessas localidades. Formaram, pois, as famílias tradicionais do Oeste Paulista⁵⁵.

Tomando o caso de um mineiro que, em 1850, à procura de terras, organizou uma expedição a São Domingos e além, partindo de Botucatu, pode-se ter certa noção de como a ocupação da área e a do solo se deram de maneira diferenciada, vislumbrando-se nesta passagem o início do povoamento, a formação da infra-estrutura inicial, a valorização das terras e os padrões de reprodução de vida dos caboclos e mineiros.

José Teodoro de Sousa⁵⁶ teria dado a conhecer, em 1856, “títulos de ocupação de uma vasta gleba, que media 60 quilômetros de frente por 150 de fundo” (Monbeig, 1998; 134). Após essa primeira expedição e com os referidos títulos de posse, José Teodoro retornou à sua Pousa Alegre-MG, para recrutar seus familiares (irmãos, cunhados e primos) “a fim de povoar seus domínios”. Novas expedições seriam feitas por eles.

José Teodoro e seus parentes, detentores de imensas posses, prosseguiram no intuito de vender parcelas destas. Dividiam-nas em aguadas, que eram de fácil delimitação e proviam os futuros posseiros com água em abundância. Estes compradores, no entanto, não ocupavam imediatamente essas terras, o que se deu de maneira mais acelerada mesmo com a Guerra do Paraguai.⁵⁷

Algo semelhante apontamos, poucas páginas atrás para a continuidade dos laços matrimoniais das famílias Santos e Jesus, dos precursores da ocupação da fazenda Olhos d'Água. Os casamentos com parentes em Minas Gerais evidenciam a reprodução dessas relações particulares entre os posseiros no sertão paulista e os habitantes de suas cidades de origem, no sul de Minas. Ainda, a divisão das terras da fazenda original

⁵⁵ Mobilizados para tais empreitadas, principalmente, pela decadência da mineração e pelas conseqüências desta crise, como já fora apontado em Prado Jr. (2000), mas com um impulso dado por conta da Guerra do Paraguai (1864-1870), a migração de mineiros para São Paulo na segunda metade do século XIX foi tão intensa que a população de grande parte dos municípios do chamado Oeste Paulista era predominantemente mineira: “era o mineiro, e não o paulista, que desbravava a floresta e repelia o índio” (Monbeig, 1998; 133).

⁵⁶ A história desse mineiro foi também celebrizada no romance de Francisco Marins *Clarão na serra* (12ª. Ed. Escrituras Editora, São Paulo, 2005).

⁵⁷ “Esforçava-se José Teodoro de Sousa por vender seus vastos domínios; dividia-os em aguadas, isto é, terras compreendidas entre duas linhas de crista e correspondentes a uma pequena bacia hidrográfica. Era a posse da água o elemento indispensável de toda propriedade. Bastava simplesmente a posse da aguada do ribeirão do Veado, para que os seus limites ficassem demarcados, pois que correspondiam à área da bacia do mencionado riacho. Não tomavam posse de seus bens alguns compradores, que preferiam permanecer em Minas e, até a Guerra do Paraguai, o povoamento se limitou aos parentes próximos de José Teodoro. Com a guerra, engrossou o número de fugitivos e cresceu a população” (Monbeig, 1998; 134-5).

indica um processo semelhante ao apontado por Monbeig para ocupação do sertão mais ao sul na província de São Paulo⁵⁸. Não temos, entretanto, como confirmar se aquelas terras eram vendidas. A diferença essencial parece estar no fato de José Teodoro de Sousa tinha os títulos de suas posses, que, assim, passavam a ser propriedades passíveis de reconhecimento jurídico. Isso certamente facilitaria as transações de compra e venda. No entanto, Faoro (2008), bem como Cirne Lima (1990), não deixam de afirmar a existência de tais transações mesmo no período entre 1822 e 1850.

A enormidade de terras apropriadas e a ausência de uma ocupação efetiva e de estradas que as ligassem aos centros urbanos, muito afastados delas, fazia com que não tivessem quase nenhum “valor”. José Teodoro chegava, por isso, a doar algumas aguadas a quem lhe agradasse⁵⁹. Nessas circunstâncias, esses grandes detentores de terras viviam em condições de relativa pobreza⁶⁰. Faziam, portanto, tudo o que lhes era possível para atrair o povoamento, melhorando as trilhas e transformando-nas em estradas, e fundando pequenos núcleos de povoamento⁶¹.

José de Souza Martins argumenta exatamente nesse sentido, ao apontar como a ausência de um mercado imobiliário acaba por tornar o investimento de dinheiro na

⁵⁸ O próprio Monbeig relaciona o processo descrito para a ocupação mais ao sul, da qual o caso de José Teodoro é exemplar, com a ocupação da área de que tratamos. Retomando a distinção que Monbeig faz de duas entradas de mineiros pelos planaltos paulistas inexplorados, uma ao norte, outra ao sul do Tietê, a ocupação das áreas próximas ao rio Grande e seus afluentes não difere substancialmente da realizada pelos pioneiros mineiros que dirigiam-se às margens do Paranapanema, como os companheiros de José Teodoro de Sousa: “Criadores de porcos, eles os levavam a Araraquara e São Carlos. Estabeleceram-se nas manchas de campos e nos solos medíocres em Rio Preto e Tanabi. Só começará a penetração das matas, quando se evidenciar a possibilidade da cultura do café, graças à aproximação da estrada de ferro” (Monbeig, 1998; 136).

Não ocuparam, no entanto, somente a área próxima a Rio Preto, mas estabeleceram três outras rotas entre o Triângulo Mineiro e o Mato Grosso e a enorme área de Rio Preto, e as de Barretos e Jaboticabal, até Franca. A vinda destes migrantes mineiros, a pecuária, nos pastos do cerrado de Rio Preto e de Barretos e as rotas estabelecidas, acabavam por atrelar essa área do noroeste do estado à “órbita econômica do Triângulo Mineiro até uma época recente” (Monbeig, 1998; 137).

⁵⁹ “Cumprir dizer que José Teodoro cedia de modo muito liberal as parcelas do seu pequeno reino. Conta-se que, no curso de uma de suas viagens a Minas, aonde ia recrutar clientes, sentiu tamanha admiração pelos talentos musicais de um escravo, que o comprou de imediato, pagando em terras...” (Monbeig, 1998; 135).

⁶⁰ “Não correspondiam tais munificências à real pobreza desses *land-lords*. Continuavam eles a levar uma vida simples, em pobres cabanas. Um deles que, segundo a lenda, possuía 500.000 alqueires no vale do rio Feio, deixou como herança, algumas caçarolas, meia dúzia de talheres e uma luneta em mau estado! É que a terra ainda não estava valorizada; faltavam-lhe homens, faltavam-lhe estradas e estava por demais afastada dos centros urbanos” (Monbeig, 1998; 135).

⁶¹ “Todavia, fizeram José Teodoro e seu irmão o possível para atrair o povoamento. Tinham fundado pequenos centros como São Pedro do Turvo, São José dos Campos Novos, Nossa Senhora da Conceição da Vista Alegre. Os itinerários de penetração haviam-se convertido em pistas utilizáveis, sem muita dificuldade, por cavaleiros e carros de boi. Entroncavam-se outros caminhos na pista principal do espigão e desciam sobre o Paranapanema, seja pelo vale do Jaguaribe e por um prolongamento, experimentado em direção à colônia Jataí, seja pela cachoeira dos Índios e a confluência do Tibaji. Disseminavam-se alguns fazendeiros ao longo dessas pistas, afastando-se do espigão, no rumo do Paranapanema” (Monbeig, 1998; 135).

compra de terras um risco, as posses eram, dessa maneira, legitimadas⁶², confirmando o que já abordamos com relação à estrutura social do período colonial e a condição aí dos trabalhadores livres, enquanto os escravos continuavam como únicos expropriados de fato.

Estabelecidos os pressupostos iniciais, a expulsão dos indígenas e o acordo com os posseiros que já estavam se instalando na localidade (seja pela compra de parte da posse, seja por laços matrimoniais ou por relações de exploração de trabalho alheio; no caso ainda a escravidão), a posse já constitui a formação de relações sociais de produção, no caso viabilizando a pecuária. Às condições naturais sobrepujam-se as condições criadas por estes primeiros mineiros, e, assim, o povoamento dos sertões do Paranapanema tinha início, assentado na pecuária. Os próprios itinerários de José Teodoro de Sousa correspondiam, não à toa, aos trajetos sobre áreas de campos. As facilidades para a criação do gado e de cavalos e muares, soltos, eram grandes, com especial destaque para a criação de porcos⁶³.

Esses animais, depois de assim engordados, eram conduzidos, em rebanhos numerosos, numa longa e demorada viagem, até Lençóis Paulista, Botucatu, ou, às vezes, Sorocaba. Ali ocorria a troca dessas mercadorias por outras: “Da venda dos animais provinham recursos para a compra de dois gêneros que não se produziam na fazenda: a pólvora para as espingardas, o sal de cozinha e, às vezes, o sal grosso para o gado” (Monbeig, 1998; 136). O exame de como se davam essas viagens dá indícios do relativo isolamento desses posseiros. No entanto, o estabelecimento das condições de realização da troca de mercadorias é o que possibilitou o próprio povoamento. Se algumas dessas produções desses posseiros, como a carne seca, o toucinho e o fumo eram para o consumo na própria viagem, tendo seu valor de uso afirmado para o próprio produtor, sendo comercializado apenas marginalmente, isto é, vendendo o excedente, há, não obstante, uma formação social que é pressuposto dessa produção e que permite

⁶² “Genericamente falando, ela [a terra] não tinha a equivalência de capital, alcançando às vezes um preço nominal para efeitos práticos, sobretudo quando pequenas indenizações eram oferecidas a posseiros encravados no interior das sesmarias, para pagamento de seus roçados. (...) Quando a presença de posseiros era muito grande, a desocupação da terra podia ser onerosa, não compensando a confirmação da sesmaria já obtida. A aplicação de dinheiro na terra envolvia um grande risco por falta de mercado imobiliário. Sendo as terras devolutas abundantes, mesmo após a extinção do regime de sesmarias com a Independência, a ocupação era procedimento simples e eficaz” (Martins, 2004; 24-5).

⁶³ “Nele [no espigão entre os rios Paranapanema e do Peixe] era relativamente fácil a circulação, e os homens, que não conheciam mais que uma agricultura muito limitada, sentiam-se ali à vontade. Seus cavalos, mulas e bois ficavam soltos na savana. Forneciam alguns carneiros a lã que as mulheres fiavam e teciam. O principal recurso era a criação de porcos, tradicional em Minas. Bastava semear milho nos campos desmoitados pelo fogo e neles deixar os animais em liberdade” (Monbeig, 1998; 135-6).

que esse excedente seja comercializado. No entanto, o “nó” que repõe a relação social desses produtores (com a dita sociedade) estabelece-se pela mercadoria que eles levam primordialmente ao mercado; no caso, os porcos.

“Viajava lentamente a porcada, de manhãzinha e ao cair da tarde, para evitar o calor que maltratava os animais. Uma porcada reunia quatro ou cinco talhadas ou grupos de cerca de quarenta cabeças. O rebanho era escoltado por carros de boi, carregados de toucinho e carne seca, destinados ao abastecimento dos condutores e à venda do excedente. Levava-se também um pouco de fumo, a planta que tanto queria a gente de Minas. Demandava três a quatro semanas a viagem de Botucatu, através de caminhos mal traçados, muitas vezes confusos e nos quais os pontos de passagem dos rios, eram os únicos sinais fixos de orientação. Da venda dos animais provinham os recursos para a compra de dois gêneros que não se produziam na fazenda: a pólvora para as espingardas, o sal de cozinha e, às vezes, o sal grosso para o gado. Mais rápida era a volta, sendo necessário evitar a surpresa das chuvas. Eis porque eram as viagens a Botucatu sempre realizadas entre maio, quando o calor diurno é suportável para as porcadas, e setembro” (Monbeig, 1998; 136).

O rebanho, cuja acumulação se deu na engorda e na procriação – que dependem, ambas, da base fundiária apropriada para tal fim –, tem que se realizar na venda do mesmo e sua conversão em “recursos”, para reproduzir as condições dessa mesma produção (pólvora, para espantar os índios, eventuais animais e também outros posseiros, e garantir a posse da terra; sal, para o alimento dos homens e garantir sua reprodução como força de trabalho; e sal grosso para o cuidado e amansamento do próprio rebanho) e, portanto, consolidar a acumulação.

No caso particular por nós retomado, por sua vez, as famílias de posseiros que vieram depois da família Santos ocupariam áreas de tamanhos bem menores do que as ocupadas por Antônio Joaquim e seus descendentes. Em 1869, a segunda delas chegava para ocupar 1.200 alqueires na fazenda Aroeira e parte da fazenda Posses. Eram Manoel Alves de Lima, a esposa Mariana de Lima, naturais de São Joaquim-MG, nove filhos e vinte escravos.

“Abriu a fazenda, plantou roças, formou pasto, criou gado e suínos e foi grande tropeiro. As suas atividades abrangiam um triângulo: Olímpia, Baguaçu e Barretos. (...) Manoel e Mariana faleceram e foram sepultados em Olímpia, no antigo cemitério, 20 anos após sua chegada. Deixaram numerosa prole que enriqueceu o município de Olímpia. Também colaboraram na fundação de Baguaçu. Manoel Alves de Lima abriu o ‘picadão’ (estrada ou trilha) entre Baguaçu, Olímpia e Barretos” (Marangoni, 2001; 18).

A própria descrição da trajetória familiar faz retomar e confirmar certos indícios das práticas estabelecidas por esses posseiros mineiros. A formação do pasto indica uma

ação sobre a “realidade natural” encontrada que sugere que as pastagens não eram “naturais” na localidade. Também complementa a análise de Monbeig de que a “paisagem natural” fora transformada pelos índios, que teriam formado tais pastagens⁶⁴. Fossem naturais ou criadas pelos índios, o que Monbeig toma como argumento para a humanização do índio como responsável por uma “vasta herança indireta”, esse legado não anula o processo de massacre dos mesmos levado adiante por estes precursores mineiros. Por outro lado, enquanto a plantação da roça possa aludir à provisão da própria subsistência por esses posseiros, a reiteração da atividade de tropeiro do patriarca e as ligações físicas e, subentende-se, também comerciais com a vila de Barretos e os futuros povoados de Olímpia e Baguaçu indicam relações mais amplas, mediadas pela troca de mercadorias.

A família Lima, um pouco diferente da Santos que a precedeu, teve os nove primeiros filhos casados com membros de diversas famílias, principalmente de Barretos, mostrando uma ligação forte do tropeiro Manoel Alves de Lima, o patriarca, com as atividades comerciais daquela cidade, mas também em Baguaçu. Os descendentes também tomaram posse de terras cujos nomes, em grande parte, diferem das fazendas da família Santos e foram posses que, legitimadas posteriormente, tornaram-se fazendas famosas na área entre Olímpia e Barretos, próximo a Baguaçu. Tratam-se das fazendas Alegre, em Olímpia, onde viveram Francisco Alves de Lima e sua esposa Delminda Machado, com seus onze filhos, e Córrego das Laranjeiras, ocupada por Sebastião Alves de Lima e Sebastiana Carvalho de Lima, com seus três filhos. Francisco era o segundo e Sebastião o terceiro filho do casal de posseiros pioneiros.

Vai ficando, pois, gradativamente, mais claro que essas famílias estabeleciam contatos aparentemente constantes e estáveis com outras famílias e, principalmente, com as vilas e cidades já consolidadas próximas às áreas ocupadas. Mais do que isso,

⁶⁴ A professora Ely Goulart Pereira de Araújo, que realizou um trabalho de campo no município de Olímpia, em fins da década de 1940, conversando com os primeiros posseiros da área, confirmaria que as pastagens ao norte de Olímpia não eram naturais, mas obra da ação humana. Não fica claro, no entanto, se foram fruto da ação dos indígenas que ali habitavam ou de seus sucessores. Provavelmente tenha sido de ambos.

“Todo o território esteve coberto por florestas, que, segundo os pioneiros que ainda ali vivem, eram de grande pujança e riqueza. Não havia campos naturais, sendo resultado da ação humana as famosas pastagens que hoje se estendem de Barretos a Paulo de Faria. (...) Da paisagem natural da região quase nada mais resta. Por toda parte, nota-se o sinal do homem, que em poucos anos destruiu por completo a floresta primitiva, cobrindo a superfície de culturas, pastagens semeadas de capoeiras e cerrados, além de pequenos núcleos de povoamento” (Araújo, 1950; 12-3).

construíam os meios desses contatos, por matrimônios, estradas e negócios. Em alguns casos, chegaram a estimular eles mesmos a criação de novos povoados, como o caso de Baguaçu e mesmo, como se verá, da Vila Olímpia⁶⁵. Portanto, a noção de isolamento e restrição dessas famílias a uma economia de subsistência pode ser, assim, melhor questionada.

Podemos assim retomar a crítica que Brasília Sallum Jr. faz a José de Souza Martins deste processo, uma vez que este veria nestas posses uma economia não propriamente capitalista, pautada pela introdução apenas marginal da mercadoria. Mais do que preceder a propriedade (legitimada *a posteriori* pela legislação), a posse incorporava a terra à economia por meio da sua apropriação por parte de uma população que se deslocava para além das áreas já incorporadas à produção de café em larga escala. A posse, portanto, precedia também a cafeicultura e os seus cafezais⁶⁶. A esse movimento, José de Souza Martins atribuiu o conceito de *frentes de expansão*, em oposição ao que as mesmas se tornariam, mais tarde, quando do efetivo estabelecimento da infra-estrutura e das relações sociais de produção já organizadas para a produção de mercadorias, que denominou de *frentes pioneiras*. Assim, nas frentes de expansão a economia teria, antes, como prioridade a própria subsistência daquela população, com a produção de mercadorias relegada a um segundo plano, isto é, uma *economia de excedente*⁶⁷. Quanto a isto, Sallum Jr., em nota de rodapé, esboça uma coerente crítica à proposição conceitual de Martins, vendo já nessa economia de excedente, uma sociedade, por assim dizer, produtora de mercadorias, apesar do excedente produzido

⁶⁵ O primogênito do referido casal de pioneiros, João Alves de Lima, bem como as filhas Maria Felícia de Lima, casada com José Ferreira de Menezes, e Carolina Alves de Lima, com Antônio Ribeiro, e o oitavo filho Antônio Alves de Lima, casado com Felizarda Bernardes viveram em Barretos. Por sua vez, Alípio Alves de Lima, o quarto filho, e o caçula, Joaquim Alves de Lima passaram a vida em Baguaçu. O último, aliás, foi um de seus fundadores e é tido como “o primeiro político da terra. Foi hospitaleiro, e um homem de bem. Sua casa era um verdadeiro hotel. Foi quem mandou construir o cemitério de Baguaçu” (Marangoni, 2001; 19). Por fim, a quinta filha do casal, Madalena Alves de Lima casou-se com José Simeão Gouveia e foi morar no que se constituiria como o povoado de Patos, atual município de Paulo de Faria, que pertencia ao município inicial de Olímpia.

⁶⁶ “A apropriação da terra por meio da posse efetiva caracterizou a sua incorporação econômica pelas populações que se deslocavam geograficamente para além dos territórios já incorporados à produção de café em grande escala” (Sallum Jr., 1982; 19).

⁶⁷ “Nessas áreas, que José de Souza Martins denominou *frentes de expansão*, “a economia (...) não pode ser classificada como economia natural, pois dela saem produtos que assumem a condição de valor de troca na economia de mercado. Trata-se de uma *economia do excedente*, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem as suas necessidades” (Sallum Jr., 1982; 19).

não ser “primordialmente o resultado do consumo produtivo de mercadorias”⁶⁸ (Sallum Jr., 1982; 19).

Enfim, a conclusão de Monbeig, caracterizando a importância desta ocupação pelos mineiros como transformadora da paisagem natural, até certo ponto, é-nos insuficiente. De fato, ocuparam eles, antes, as manchas de campos ao norte e ao sul do estado, não podendo transformar a “massa florestal” do interior. Entretanto, diferente dos seus antecessores indígenas, prepararam as condições para os seus sucessores, os plantadores de café. Quando estes chegaram, encontraram as famílias de mineiros, já consolidadas nas áreas, detentoras dos títulos de posse do solo. Nisto as conclusões de Monbeig e Marangoni, de certa maneira, se aproximam:

“À diferença do povoamento índio, essa fase mineira teve conseqüências diretas e fortes sobre a grande vaga do café. Malgrado tudo que distingue esses criadores de gado dos seus sucessores imediatos, os plantadores, aqueles abriram a estes os caminhos, inaugurando os espigões; suas estradas vieram a ser seguidas; os núcleos de povoamento que fundaram serviram de ponto de apoio e a prática da pecuária pioneira jamais desapareceu completamente. Por outro lado, os mineiros deixaram descendência: seus filhos puderam reencetar o avanço, à aproximação dos plantadores de café, como o fizeram em Ribeirão Preto, em São Pedro do Turvo e em Campos Novos; constituíram, portanto, as famílias tradicionais da zona pioneira. Enfim, os mineiros detinham os títulos de posse do solo. Para tornar-se alguém proprietário, era preciso tratar ou lutar com eles” (Monbeig, 1998; 137).

Na historiografia local, a chegada dos “desbravadores” é enaltecida como a primeira fase da “nova ocupação” da área. Pouco a pouco, o “vazio” de civilização será preenchido por este relato histórico. Na noção de “vazio”, preenchido antes unicamente por “uma verdadeira muralha de florestas”, constrói-se uma narrativa em que os “elementos mineiros, tropeiros” foram gradativamente ocupando as margens do rio Grande, que divide os estados. À semelhança de uma epopéia, “esses aventureiros, muitos deles foragidos da justiça” teriam constituído sociedades patriarcais, isoladas do resto do mundo, vivendo numa economia de subsistência.

⁶⁸ “Martins diferencia as *frentes de expansão*, em que a produção não é capitalista mas em que parte dos seus produtos é incorporada à sociedade mercantil inclusiva onde o capital se expande, das *frentes pioneiras* em que as relações sociais são comandadas pelo capital. Não estamos seguros de que seja pertinente caracterizar, como faz o autor citado, as frentes de expansão como produtoras “do excedente” por oposição às frentes de expansão como produtoras “da mercadoria”. O excedente produzido nas frentes de expansão, apesar de não ser primordialmente o resultado do consumo produtivo de mercadorias, não deixa, por isso, de ser mercadoria. Ademais, como o autor não concebe tal excedente como sobra ocasional em relação aos produtos consumidos pelos produtores mas sim como fruto dos fatores de produção excedentes em relação aos necessários para prover a sua subsistência, deveria reconhecer que as relações mercantis não tangenciam a estrutura social das frentes de expansão mas são, em maior ou menor escala, constitutivas dela” (Sallum Jr., 1982; 19-20).

“Tais famílias, isoladas por uma grande distância dos centros urbanos mais próximos como Jaboticabal, Araraquara e Barretos por uma verdadeira muralha de florestas, constituíram-se em vastas sociedades patriarcais, verdadeiras autarquias que produziam tudo para o consumo próprio. É necessário acentuar que o nível de vida era muito baixo. Habitavam em casa de pau-a-pique, criando porcos, plantando milho e mandioca, enfim, o essencial para a subsistência. As matas eram derrubadas em pequenas extensões, o suficiente para a construção da casa de moradia e rudimentar agricultura. A dificuldade de comunicação e de locomoção não permitia o aproveitamento de madeiras de lei, abundantes na região, a criação de gado ou maior exploração da agricultura” (Marangoni, 2001; 15).

Esse pretenso isolamento não teria durado muito, no entanto, como observamos. Poucas décadas, no máximo. Os mesmos desbravadores teriam trabalhado para o estabelecimento dos necessários contatos, “traçando trilhas”, abrindo estradas, visando “o fornecimento de mercadorias indispensáveis”. É então que nova leva de povoadores, vindos do sul, de cidades com cafeicultura já estabelecida, principalmente do nordeste de São Paulo⁶⁹ chega à área, estabelecendo uma ocupação mais densa.

2.5. O contato de mineiros e paulistas: prelúdio da constituição de uma política local não-autonomizada

Não difere muito a história da família Miranda, a terceira a se instalar na área, a não ser pelo fato de que José Bento de Miranda, casado com Francisca de Assis Carvalho, veio das proximidades de Araraquara, em 1880, com seus cinco filhos e sete escravos, e não da província de Minas Gerais como as duas anteriores. Difere, porém, de modo significativo da história das famílias Santos e Lima no que se refere ao relato de que teria *comprado* as posses de um genro de Antônio Joaquim dos Santos.

“Nesse mesmo ano [1880] mudou-se para Olímpia [vale lembrar sempre que Olímpia não existia sequer como povoado, somente como vir a ser pensado *a posteriori* - CAB] e comprou a posse de Joaquim Cruz, genro de Antônio Joaquim dos Santos, na saída para Bebedouro e Monte Azul, composta de 800 alqueires de terras, a três quilômetros de Olímpia. Deu ao imóvel o nome de fazenda Velha. Formou roça, pasto, montou engenho e plantou cana. Foi quem montou o primeiro engenho de Olímpia, onde faleceu em 1906 e foi sepultado no cemitério velho” (Marangoni, 2001; 19).

⁶⁹ “Já em fins do século XIX, depois que esses heróicos desbravadores haviam traçado algumas trilhas que os ligassem a cidades mais próximas para o fornecimento de mercadorias indispensáveis, como o sal ou tecidos, o povoamento se estabeleceu mais para o sul, agora com elementos vindos do nordeste do Estado de São Paulo, Ribeirão Preto, Sertãozinho e cidades fronteiriças com o Estado de Minas Gerais. Com essa chegada vinda do sul, foram aparecendo novos núcleos, como Monte Verde, que data de 1895, São Benedito do Turvo e Baguaçu, também nos últimos anos do século XIX e, finalmente, Olímpia em princípios do século XX” (Marangoni, 2001; 15).

Vai chamando a atenção também o número decrescente do tamanho das propriedades. Dos 60 ou 40 mil alqueires ocupados pelos Santos, em 1857, para “apenas” 1.200 ocupados pelos Lima e, então, 800 alqueires comprados pelos Miranda.

A compra da terra, antes mesmo da legalização das posses, evidencia um momento do processo de autonomização da propriedade fundiária, que, de certo modo, guardava uma independência ao estabelecimento do estatuto jurídico da propriedade privada da terra. Voltaremos adiante nessa questão. Cabe, antes, ressaltar também a diferença dessa família para as anteriores pela sua origem paulista e pela atividade agrícola que estabelecem na área. O local da referida fazenda seria de uma fertilidade diferenciada com relação às posses estabelecidas mais ao norte, dado que esta fazenda também seria convertida à produção cafeeira, quando ela ali se viabilizou. A origem da família, vinda de Araraquara, em 1880, quando ali a cafeicultura começava a se estabelecer, pode sugerir uma antecipação da dinâmica de expansão da grande lavoura cafeeira para a área da futura Olímpia mais adiante daquela. A área em questão, da futura Olímpia, vale lembrar, pertencera a Araraquara até 12 anos antes, quando Jaboticabal se desmembrou daquela vila, em 1868. Somente cinco anos após a chegada dos Miranda, em 1885, a mesma área deixaria de ser o “sertão de Jaboticabal” para passar a pertencer ao novo município de Barretos. Tratava-se, pois, de um deslocamento dessa família pelo sertão adentro, mas nos limites do mesmo município.

A família Miranda viria a ser muito influente na vida pública de Olímpia. Foi, por exemplo, na fazenda Velha de José Bento de Miranda que foi feito o cruzeiro erguido na praça, em maio de 1903, para a festa religiosa de Santa Cruz, o que por tempos foi confundido como o ato de fundação da Vila Olímpia (Marangoni, 2001; 44). Também, um dos filhos do casal de pioneiros, Paulino José de Carvalho, casado com Maria de Carvalho, teria sido um dos primeiros moradores da área do futuro povoado de Álvora, entre as atuais Olímpia e Severínia. Outro filho do casal, Vigilato Serapião de Almeida, em seu terceiro matrimônio, casou-se com Benedita de Oliveira Braz, conhecida como Sinhá, tendo dentre os seus filhos, um dos primeiros prefeitos de Olímpia, Sudário Braz de Miranda.

Aliás, a união aqui aludida das famílias Miranda e Braz é significativa. Esta última teria sido a quarta família a chegar em Olímpia. Assim como os Miranda, vinham de Araraquara, mas, em realidade, Joaquim Antônio Braz, viúvo de Maria Rocha Braz, havia partido de São José dos Campos, apossando-se de 680 alqueires (segue, pois, em número decrescente o tamanho das posses das primeiras famílias) na

fazenda Capituva, por ele fundada em junho de 1893. Joaquim Antônio Braz ficaria renomado na localidade por trazer o arame para a área de Olímpia e realizar os primeiros cercamentos das posses. Construiu, ainda, a primeira ferraria da área, possivelmente para os mesmos fins. Criou pastos, cultivou roças e cana-de-açúcar com o que fazia rapaduras e destilava aguardente, com seus filhos e seus 20 escravos libertos.

Essas atividades por eles desempenhadas, diferente das de outras famílias que os precederam, tinham relações mais estabelecidas com os povoamentos que surgiam mais ao sul de Olímpia. Por isso, “juntamente com seus filhos e sobrinhos, abriu estradas com ligações para Tabapuã e para as florescentes povoações de São Miguel e São José (hoje extintas)” (Marangoni, 2001; 20). Mais do que se relacionar com povoações já existentes, o que reforça, mais uma vez, a crítica à idéia de isolamento dessas primeiras famílias, os Braz criaram o núcleo de São Benedito da Barra do Rio Turvo, “onde logo construíram o seu cemitério e sua igrejinha, doando parte do seu patrimônio. Faleceu [o patriarca] em 1900” (Marangoni, 2001; 20). Capituva, aliás, também se tornaria uma espécie de bairro rural do futuro município de Olímpia⁷⁰.

O tronco da família Braz, delineado por Bianor da Silva Medeiros e retomado por Marangoni, é dos mais extensos. Ressalte-se a variedade crescente dos casamentos com famílias diversas, aparentemente de brasileiros: Pereira, Pena, Maceno, Silva, Pimenta, etc. Também as profissões dos sucessores da família Braz, o que já fora levantado para os Miranda, alude a um envolvimento em atividades mais urbanas, o que, por sua vez, pressupõe um desenvolvimento dessa mesma rede urbana na área habitada pelos membros dessas famílias. Uma das filhas do patriarca Joaquim Antônio Braz, Belizária Rocha Braz, por exemplo, de seu segundo casamento, teve dois filhos. Um deles, a seu tempo, Orfilino de Castro Pena, da união com Letícia Cotrin, com

⁷⁰ Essa parte da narrativa há que ser ressaltada, para o interesse particular de nossa pesquisa, por dizer respeito aos primórdios da fundação do povoado de Monte Verde, depois denominado Cajobi, e por se tratar da ocupação da área em torno do rio Turvo, em que a cafeicultura se consolidou e posteriormente apresentou uma estrutura fundiária bastante diversificada. Voltaremos a ela, portanto, adiante. Resta a breve alusão à efemeridade dessa localidade, devastada por uma epidemia de malária tempos depois:

“Os primeiros desbravadores, logo de início, procuravam as margens dos rios ou córregos, devido à facilidade de abastecimento de água para suas necessidades primárias. À medida, porém, que iam se fixando no local definitivamente, procuravam a meia encosta dos espigões para a construção de suas habitações, recorrendo à abertura de poços para o fornecimento de água. É que as proximidades dos rios e ribeirões, traziam consigo o perigo de doenças como a maleita. Vejamos, por exemplo, o Patrimônio de São Benedito do Turvo, localizado às margens do rio Turvo que, após um acelerado progresso, fracassou, justamente porque sua população foi dizimada em grande parte pela malária. Restou apenas um povoado com algumas casas e a modesta capelinha erigida ali em cumprimento a uma promessa” (Marangoni, 2001; 14).

quem viria a falecer em Rio Preto, deixou quatro filhos, dentre eles uma das primeiras professoras de Olímpia, Brasilina Braz. Dos filhos desta, seguindo a genealogia brevemente, havia uma professora, Ismênia Neves, e dois dentistas, Aristides Braz de Oliveira e Manoel Rocha. “Tivemos desta forma a tradicional família Braz de Olímpia e a quarta a se radicar no município” (Marangoni, 2001; 21). Por outro lado, junto com o tronco do patriarca Joaquim Antônio (ou Francisco) Braz, formando um grupo, veio a viúva e cunhada daquele, Maria Osório de Toledo, com seus muitos filhos, a formar outro grupo de moradores na fazenda e futuro povoado de Capituva, cujos netos também se espalharam pelos povoados e municípios dos arredores (Tanabi, Rio Preto, Bebedouro, etc).

“Foram estas famílias entrelaçadas e unidas que cultivaram Capituva e formaram São Benedito, doaram seu patrimônio, fizeram seu cemitério e sua igreja, assim como abriram as estradas para Tabapuã, São Miguel, São José do Turvo e São Domingos” (Marangoni, 2001; 22).

Finaliza-se, então, a cronologia das seis primeiras famílias. A quinta família a chegar à área de Olímpia foi a Medeiros, do próprio autor inicial da pesquisa aqui referida, Bianor da Silva Medeiros. Provenientes de Porto Santos, na Ilha da Madeira, os Medeiros desembarcaram no Brasil e foram viver parte no Rio Grande do Sul, parte no Rio de Janeiro e outra parte em Pernambuco.

Miguel Soares de Medeiros, sitiante em Barra do Piraí, teria sofrido muito com uma crise econômica em 1889, logo após a Proclamação, tendo falecido. Sua mulher e filhos acabaram por deixar a posse e migrar para a localidade de Santa Cruz, no ribeirão do Bagre, na área da futura Olímpia. Ali formaram a fazenda Gotardi e outros sítios. Tiveram os Medeiros ativa participação na fundação do povoado e formação do patrimônio de São João dos Olhos D’Água, que anos depois viraria Vila Olímpia. Construíram a primeira igreja, alguns prédios e um de seus filhos, Manoel Soares de Medeiros foi “mestre escola e primeiro político em Olímpia” (Marangoni, 2001; 22), assim como José Soares de Medeiros, caçula da família, que também participou dos primeiros anos de vida pública da localidade e foi um dos formadores e primeiro proprietário da fazenda Gotardi, Santa Cruz.

A sexta e última família de pioneiros relacionada por Marangoni dentro das pesquisadas por Medeiros foi a de Clemêncio de Souza e Silva. Chegando à área do córrego São Domingos, afluente do Turvo, vindo de Sertãozinho-SP, apossou-se de enorme área de cerca de 10.000 alqueires, não conseguindo mantê-la por muito tempo.

“Adquiriu 10.000 alqueires, mas perdeu-os, ficando suas posses reduzidas a 600 alqueires, aquisição feita ao Dr. José Teixeira Portugal Flexa Junior, engenheiro civil de renome internacional. Clemêncio da Silva foi um grande caçador e morreu em 1902, em Ibirá, ao abater uma anta. Já tinha vindo viúvo de Da. Ana Jacinta das Dores, casando-se pela segunda vez com Maria José Braz” (Marangoni, 2001; 23).

Apesar de ficar como que vaga a informação sobre o ocorrido, pode-se inferir que o posseiro foi obrigado a comprar parte reduzida das terras, que já tinham dono influente, a exigir o cumprimento de seu direito como proprietário, ainda que não morasse no local. Vislumbra-se, mais uma vez, um início de autonomização da propriedade territorial, ainda que o exemplo deixe as referidas lacunas sobre o que de fato se deu. A união da família Silva com a Braz também deve ser atentada.

Em termos gerais, a história da família Silva parece ser quase uma repetição das demais anteriores: adquirem por posse ou compra certa gleba de terras, onde moram os patriarcas, alguns filhos e parentes. Logo, a família se expande rapidamente, estabelecendo contatos com as demais famílias da localidade, de fazendas próximas e mesmo de vilas, distritos ou cidades do entorno. Os laços de matrimônio se ampliam num crescente a perder de vista, no decorrer dos anos. Não demora muito, netos e bisnetos já estão vivendo nas localidades urbanas que foram surgindo pela chegada dessas mesmas famílias. De lavradores quase exclusivamente, outras profissões e atividades relacionadas com o novo contexto, gradativamente mais urbanizado, vão sendo explicitadas na genealogia expandida (professoras, médicos, dentistas, comerciantes, ferreiros, marceneiros, funcionários públicos, contadores, políticos, etc). Alguns dos filhos e netos, no entanto, seguem abrindo e constituindo, também por posse ou compra, novas fazendas dentro das dos pais pioneiros, nas dos sogros ou mesmo em áreas até então não apossadas. É, por exemplo, este o caso de Antônio Clemêncio da Silva, filho de Clemêncio de Souza e Silva, que se casa com Maria Alves Clemêncio, de Tabapuã, e forma a fazenda Santo Antônio, na beira do rio Turvo. Todos os seus quase vinte filhos se tornam fazendeiros nas proximidades⁷¹.

⁷¹ “Antônio Clemêncio da Silva, proprietário da fazenda Santo Antônio, beira-turvo, falecido em 1932. Foi casado com Maria Alves Clemêncio, de Tabapuã. O casal deixou os seguintes filhos, todos fazendeiros: Sebastião, Floripes, Deodeontina, Gláucia, Bertoldo, Isolina, Alceu, Adileu, Lázaro (todos solteiros na época), Adilor Clemêncio da Silva, casado com Estela Breda, com uma filha Maristela; Divino Clemêncio da Silva, casado com Elaine Brighetti (Adamantina), com um filho, Divino; Jordelina, viúva de Manoel Soares de Medeiros, com dois filhos: Bianor e Elvira; Francisco, casado com Izalina Cândido de Jesus, com os seguintes filhos: Zuleida, Lazara, Sebastiana (professora) e Zoroastro; Franklin, grande fazendeiro e capitalista em Baguaçu, casado com Maria Rita da Conceição, com os seguintes filhos: Herondina, casada com Isolino Moreira (Baguaçu), com um filho: Franklin; Lazara, profa., casada com Otávio Garibaldi (São Paulo), Aldina, profa., casada com José David Fonseca, gerente do Banco do Brasil de Olímpia, com uma filha, Maria Lúcia; Etelvino, Aparecida, Prof. Valdeliz, Mário (solteiros),

Por outro lado, vê-se uma certa separação das atividades daquelas primeiras duas famílias de posseiros para as dessas que a elas se foram somando. Os primeiros mais ligados a atividades pastoris, enquanto os demais a atividades agrícolas, ao menos no que se refere aos patriarcas e primeiras gerações. *As origens mineiras daqueles e paulistas (ou com certa proveniência por terras paulistas pelo menos) destes sugerem a personificação diferenciada de duas regiões se encontrando na área.* Antes, há que se considerar que as posses ou compras de terras que se deram após a posse da fazenda Olhos d'Água pelas famílias Santos e Jesus foram feitas dentro dessa mesma posse. Posses dentro da posse. A limitação territorial que vimos apontando na diminuição do tamanho das fazendas configura uma limitação à própria dinâmica de reprodução expansiva do rebanho. Na impossibilidade de se estabelecer novos padrões técnicos, como novas variedades de pastos e instalações para o confinamento do gado, na realidade de então, podemos inferir certa dificuldade crescente da reiteração da região da pecuária pelos novos posseiros. Essa limitação não seria o bastante para explicar a diferenciação referida, sendo que as fazendas ainda eram de grande porte, com mais de 600 alqueires. Uma nova fase da ocupação se vislumbrava e esses “paulistas” já tinham vivenciado as novas relações sociais que se colocariam na nova área.

Até agora tratamos, talvez de maneira exageradamente detida, da chegada dos “desbravadores” mineiros no “sertão desconhecido” de Araraquara. Vimos como estes mineiros se atrelam a um movimento mais amplo, que guarda relações com um processo longo de territorialização do capital no Brasil colônia, posto que advinham de uma área pertencente à região da pecuária do sul de Minas. Por isso, retomamos criticamente o percurso da ocupação do interior da colônia em Caio Prado Jr. e o processo em que a pecuária se autonomiza da mineração. A expansão dessa pecuária, que se processa durante o século XIX, foi, assim, relacionada à ocupação dos chamados “sertões” do planalto ocidental paulista, conforme os estudos de Pierre Monbeig e já os articulando ao relato de nosso historiador local, José Maria de Jesus Marangoni.

Não bastava indicar que os mineiros haviam sido responsáveis por tal ocupação, tivemos ainda que mostrar esta mesma ocupação como parte de um processo de aniquilação das populações indígenas locais. Embora se reconheça que essa matança ou a assimilação dos índios foi prática corrente da colonização no Brasil, não é raro ainda se pensar os sertões de maneira geral como um “vazio” ou uma “muralha de florestas”.

Oswaldo, casado com Olívia Dionísio, profa. em Baguaçu, e Zulmira Clemêncio da Silva (solteira)” (2001; 24).

Tivemos ainda que contextualizar essa ocupação com a legislação fundiária então vigente. Dessa maneira, a pacificação do gentio e a posse se deram num momento em que já se preparava uma mudança substancial na categorização da terra no Brasil. Esta deveria se tornar uma mercadoria como outra qualquer, acessada apenas pela compra e venda. Há nesta perspectiva a ser implementada, no entanto, um processo a ser percorrido. Este processo, como veremos, passará pela consolidação em cidades dos núcleos populacionais que aqueles posseiros vinham estabelecendo na enorme fazenda original, já devidamente dividida.

Vimos, assim, que na fazenda Olhos d'Água não estavam mais apenas as famílias Santos e Jesus, com seus escravos já transformados em membros das mesmas, divididos em pontos estratégicos para a garantia da posse. Outras famílias afluíam para a área, ainda totalmente desconhecida das autoridades do Estado. Essas novas famílias estavam ocupando parcelas daqueles 60 mil alqueires primeiramente apossados. Suas posses, dessa maneira, eram de menor tamanho. Ainda que o relato do historiador local se ausente de pensar nisso, alguma mediação pessoal haveria que estar sendo feita. A posse não era propriedade, mas tinha o seu dono. Quase trinta anos depois da chegada, a família dos Santos já podia impor a sua ordem; a perspectiva da legalização das terras se evidenciou nos casos em que as terras passaram a ser vendidas, dentro da posse. Cabe, por fim, notar como se deu este processo de regularização e as suas múltiplas implicações.

2.6. Da noção de autonomização como procedimento da crítica sobre a formação do capital

Talvez este seja o momento de deixar claro o que estamos compreendendo com a noção de *autonomização* (e, assim, com a de *personificação*). Ao longo do Livro Primeiro d'*O Capital*, Marx analisa a forma-mercadoria, a extração de mais-valia e as reproduções simples e ampliada, do ponto de vista do capital formado, em seus múltiplos desdobramentos, no maior grau de abstração de suas relações, mediadas constantemente pela abstração real. Pouco antes de tratar do processo histórico de imposição desse *complexo* de relações, pautado pela troca de mercadorias, o autor confirma esta busca inicial por um estudo do procedimento nos seus termos lógicos, evidenciando o esquema dos três livros escritos.

Assim, o processo amplo que se analisa, tomado aqui sinteticamente como a transformação de dinheiro em capital, tem início com a aquisição no mercado de meios

de produção e força de trabalho. Inicia-se, pois, na esfera da circulação, para depois prosseguir-se com o processo de produção. Este, por sua vez, acaba quando se transforma aqueles elementos inicialmente adquiridos em outras mercadorias cujo valor é maior do que o deles, configurando a produção de uma mais-valia sobre o capital adiantado. Essas mercadorias têm, então, que ser conduzidas novamente à circulação para realizar o seu valor em dinheiro. Esse dinheiro, por fim, deverá ser novamente utilizado na compra de capital. É essa a circulação do capital: “Esse ciclo, que percorre sempre as mesmas fases sucessivas, constitui a circulação do capital” (Marx, 1985, I, t. 2; 151).

Disso, temos que o capitalista precisa conseguir vender as suas mercadorias para consolidar a acumulação e para retomar o processo, aplicando novamente boa parte do dinheiro recebido em mais meios de produção e força de trabalho, isto é, em capital. A análise detida da circulação do capital é tarefa para o Livro Segundo.

O esquema adiantado acima mostra o capitalista se apropriando, em primeira mão, de trabalho não-pago dos trabalhadores por ele contratado. A mais-valia obtida, no entanto, não se atém somente ao seu primeiro proprietário, sendo, assim, dividida com outros capitalistas, com proprietários fundiários, etc. Coube ao Livro Terceiro tratar das formas mudadas da mais-valia⁷².

No Livro Primeiro, entretanto, tanto as voltas das mercadorias ao mercado, bem como as diferenças entre valor e preço, as divisões da mais-valia na circulação e as formas concretas da reprodução são abstraídas⁷³, numa análise da acumulação a partir do processo de produção que, se abstrai dos fenômenos concretos que a transforma, permite compreender o “jogo interno de seu funcionamento”⁷⁴.

⁷² “A mais-valia divide-se, portanto, em diferentes partes. Suas frações cabem a categorias diferentes de pessoas e recebem formas diferentes, independentes umas das outras, tais como lucro, juro, ganho comercial, renda da terra etc. essas formas mudadas da mais-valia somente podem ser tratadas no Livro Terceiro” (Marx, 1985, I, t. 2; 151).

⁷³ “Supomos aqui, portanto, por um lado, que o capitalista que produz a mercadoria a vende por seu valor, sem nos determos mais com sua volta ao mercado, nem com as novas formas que o capital assume na esfera de circulação, nem com as condições concretas da reprodução ocultas nessas formas. Por outro lado, consideramos o produtor capitalista como proprietário da mais-valia inteira ou, se se quiser, como representante de todos os participantes no butim. Encaramos, portanto, de início a acumulação em abstrato, isto é, como mero momento do processo direto de produção” (Marx, 1985, I, t. 2; 151).

⁷⁴ As formas concretas que permitem a acumulação, em realidade, obscurecem o seu entendimento: “De resto, na medida em que a acumulação se realiza, o capitalista consegue vender a mercadoria produzida e retransformar em capital o dinheiro recebido por ela. Além disso: o fracionamento da mais-valia em

Ao final do Livro Primeiro, dessa maneira, Marx sintetiza o mecanismo de acumulação de capital, mostrando sua relação com a formação de uma superpopulação relativa, a rebaixar ao máximo o valor da força de trabalho, de modo que apresenta aí uma noção ampla do capital como relação social (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 23), em que a mercadoria é a mediação fundamental e o dinheiro é um desdobramento desta. Daí em diante, até o fim do livro, trata da maneira como essa população foi colocada a serviço da acumulação de capital, pelo processo de *acumulação primitiva*, que inclui a separação do povo de sua base fundiária (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 24) – mobilizado (Gaudemar, 1977), assim, para vender a sua força de trabalho, como única mercadoria que lhe pertence, para poder reproduzi-la, isto é, para se manter vivo – e pelo processo de *colonização sistemática* (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 25), como teorizado por Wakefield, o que inclui transformar a terra em propriedade privada, onde ela era abundante (ex-colônias), e promover uma “importação” de força de trabalho, de onde ela já era superabundante (países industrializados).

De fato, depois, os Livros Segundo e Terceiro seguem o caminho apontado pelo próprio autor no esquema acima, evidenciando aí as maneiras como a reprodução se complexifica na realidade, obscurecendo aqueles mecanismos fundamentais tratados no Livro Primeiro. O Livro Terceiro caminha para uma conclusão com a seção VI, em que aborda as implicações da *renda fundiária*. Esta seção se finaliza com uma discussão sobre a *gênese da renda fundiária capitalista*.

Neste capítulo, Marx mostra as dificuldades de se compreender a renda fundiária. Essa complicação não estaria na particularidade do capital empregado no campo, em empreendimentos agrícola, com a formação do mais-produto agrícola e sua correspondente mais-valia, porque isso seria igual para qualquer ramo da produção, revalidando com essa afirmação a análise mais abstrata do Livro Primeiro. A dificuldade, no âmbito particular da agricultura (ou da mineração) seria a explicação da formação de um excedente do lucro agrícola, “não o ‘produto líquido’, mas o excedente

diversas partes nada muda em sua natureza nem nas condições necessárias em que ela se torna elemento da acumulação. Qualquer que seja a proporção da mais-valia que o produtor capitalista retém para si mesmo ou cede a outros, ele sempre se apropria dela em primeira mão. O que, portanto, é pressuposto em nossa apresentação da acumulação, é pressuposto de seu processo real. Por outro lado, o fracionamento da mais-valia e o movimento mediador da circulação obscurecem a simples forma básica do processo de acumulação. Por isso, sua análise pura exige a abstração provisória de todos os fenômenos que escondem o jogo interno de seu mecanismo” (Marx, 1985, I, t. 2; 151-2).

desse produto líquido sobre o produto líquido dos outros ramos industriais” (Marx, III, t. 5, cap. XLVII; 246).

A partir da constatação dessa dificuldade, Marx incorre numa problematização sobre a passagem da “produção” durante a Idade Média para a produção de mercadorias no capitalismo. De uma maneira ou de outra, está-se aqui incorrendo numa revisão do processo de acumulação primitiva, mas não pensando na mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977), mas antes no processo correlato que mobiliza terra e capital, desdobrando-os em “esferas” aparentemente autônomas. Assim, alega Marx, durante a Antiguidade e a Idade Média, a “indústria” não podia ser entendida como atividade em si, mas apenas atrelada à “agricultura”. O processo de modernização, ou de acumulação primitiva, é que “separaria” tais atividades, a Revolução Industrial consagraria essa desvinculação: “O modo de produção capitalista supera completamente essa vinculação; um processo que, grosso modo, pode ser estudado particularmente na Inglaterra, durante o último terço do século XVIII” (Marx. III, t. 5; 248).

Durante os primórdios da acumulação primitiva, então, com a maioria da população vinculada à base fundiária e produzindo a sua própria reprodução, por assim dizer, diretamente, com uma mediação marginal da mercadoria, o mais-produto dessa “produção” podia se converter em *renda*, paga por exemplo aos senhores feudais ou à Igreja. Neste momento, entretanto, não se pode pensar num preço dos produtos regulando essa renda. A renda paga com produtos remetia, antes, à massa dos produtos produzidos, mas daí decorre uma série de complicações para se pensar essa renda, uma vez que, valendo-se de nossas categorias (salário, renda, lucro e juros), conforme remunerasse cada um dos agentes daquela sociedade poderia não representar o que compreendemos por renda como um sobrelucro sobre o lucro médio, representando conforme o caso uma dedução do lucro.

Algo semelhante poderia ser apontado para aquela renda que era paga com trabalho. Nesse caso, pensando com as nossas categorias, o “servo”, depois de trabalhar para si (trabalho socialmente necessário) trabalharia para o seu senhor (mais-trabalho), no que a renda se igualaria à nossa categoria de mais-valia: “A renda, não o lucro, é a forma em que se expressa aqui o mais-trabalho não pago” (Marx, 1986, III, t. 5; 250). Conforme o que já fora apontado para a análise da acumulação primitiva, também aqui a necessidade de coerção explícita é patente, caso o contrário o “trabalhador direto” só trabalharia para si. Por isso, está retomada aí a relação fundamental entre propriedade da

terra e trabalho, e a forma de Estado correspondente a tal relação⁷⁵. O que, todavia, ressalta-se aqui é a maneira como a renda equivale à forma normal de mais-trabalho. Nessas condições, há uma abertura para o “servo” acumular, em patrimônio, se fizer valer a sua parcela de tempo de trabalho, em oposição ao seu tempo destinado ao pagamento da renda em trabalho.

A passagem do pagamento da renda em trabalho para a renda em produto representa um estágio mais adiantado de mediação, posto que não é o trabalhador que vai em si se relacionar com as condições de trabalho que lhe são alheias, mas o produto do seu trabalho que estabelece a relação. Com isso, diminui a necessidade de uma coerção direta e constante, a forçar ao trabalho, havendo aí uma “internalização” do produtor da necessidade de pagar renda. Nesse processo, algo mudou também na relação com a terra. A terra trabalhada pelo produtor direto é só uma e está em sua posse, apesar de não lhe pertencer⁷⁶. Já se esboça a noção moderna da terra como propriedade privada, pois é esta propriedade que garante o recebimento da renda. Por outro lado, é o produtor direto que lida com todo o seu tempo de trabalho, mas nem todo esse tempo lhe pertence.

Aquela separação explícita que havia entre tempo e espaço de trabalho para si e tempo e espaço de trabalho para o senhor, para o pagamento da renda, deixou de existir, numa tendência ao que ocorre no trabalho propriamente moderno. No entanto, é o trabalho familiar que dá conta de reproduzir o produtor direto e de pagar a renda, não havendo separação entre indústria doméstica e agricultura⁷⁷. Ainda sobre o controle da família, o trabalho e o mais-trabalho são criados num processo em que o lucro não se autonomizou da renda⁷⁸. Está embutido nela (indissociavelmente ainda) e limitado pela massa de produtos produzida.

⁷⁵ “É sempre na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos – relação da qual cada forma sempre corresponde naturalmente a determinada fase do desenvolvimento dos métodos de trabalho, e portanto a sua força produtiva social – que encontramos o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda a construção social e, por conseguinte, da forma política das relações de soberania e de dependência, em suma, de cada forma específica de Estado” (Marx, 1986, III, t. 2; 251).

⁷⁶ “somente a terra se confronta com o produtor direto como uma condição de trabalho que se encontra em propriedade alheia, que se tornou autônoma em face dele e que está personificada no proprietário da terra” (Marx, 1986, III, t. 5; 253).

⁷⁷ “Pressupõe, além disso, a conjunção da indústria doméstica rural com a agricultura; o mais-produto, que constitui a renda, se origina desse trabalho familiar agrícola-industrial” (Marx, 1986; 254).

⁷⁸ Não é o lucro que determina a renda, mas a renda que determina o lucro: “O lucro – caso assim denominamos, antecipando falsamente, a parcela do excedente de seu trabalho vai além do trabalho

A gradação continua, com o preço do produto pago na renda em produto possibilitando o pagamento da mesma em dinheiro. Logo, a renda precisa ser transformada em dinheiro, não bastando mais a forma “natural” do sobreproduto, exigindo uma vinculação social que é a *mediação do dinheiro*. O pressuposto dessa transformação, que tem implicações profundas apesar de se notar qualquer permanência na reprodução do produtor direto, é a generalização das trocas de mercadorias. Isso se expressa na constituição social, historicamente determinada, aliás, de um mercado amplo de trocas de mercadorias, e na formação de um preço de mercado para aquele produto. Aqui ainda não é a renda determinada pelo lucro, mas absorve-o⁷⁹. Logo, a relação tradicional vai se tornando relação monetária, a tendência é a transformação do produtor direto em arrendatário, o que transformaria a renda de vez.

Este processo de dissolução das formas tradicionais de renda seria, assim, paralelo ao processo de mobilização do trabalho da acumulação primitiva, porque só com este uma parte da população é expulsa da condição de produtor direto e deve ir se empregar para obter o seu sustento em meios de produção que não lhe pertencem. Assim, o produtor direto que permanece na terra, pagando renda em dinheiro, tem, então, a possibilidade de contratar parte ou algum daqueles ex-produtores diretos, mobilizados. Concomitantemente, a exploração na indústria dessa massa de trabalhadores mobilizados leva, por meio da concorrência entre os capitais individuais, ao estabelecimento de um lucro médio em que tais indústrias devam operar. Se, por um lado, a mobilização do trabalho permite o estabelecimento de uma média social para o lucro, ao passo que também estabelece uma média social para o tempo de trabalho socialmente necessário, essa mesma mobilização do trabalho permite àquele produtor direto que permaneceu com sua terra encontrar trabalhadores para empregá-los em sua propriedade. Da exploração desses trabalhadores, esse produtor direto, transformando-se em *arrendatário*, pode pagar uma renda que agora é limitada pelo lucro. A renda

necessário do qual ele mesmo se apropria – determina tão pouco a renda em produtos que, pelo contrário, cresce atrás de suas costas e tem seu limite natural no volume da renda em produtos” (Marx, 1986; 254-255).

⁷⁹ “À medida que ele [o lucro] surge ao lado dela como parte específica do trabalho excedente, a renda em dinheiro constitui, como a renda em suas formas anteriores, ainda a barreira normal desse lucro embrionário que só pode desenvolver-se proporcionalmente à possibilidade de exploração, seja de trabalho próprio excedente, seja de trabalho alheio, que resta depois de efetuado o mais-trabalho representado na renda em dinheiro” (Marx, 1986; 256).

vira, assim, excedente sobre o lucro (médio)⁸⁰. A renda também, aqui, já não mais equivale à mais-valia, mas apenas uma parte da mais-valia paga a renda, enquanto outra é convertida em lucro que remunera o arrendatário, que não é mais produtor *direto*. Uma série de *mediações* se instalou aí, portanto.

Dada essa transformação radical, o lucro se encontra já devidamente autonomizado do trabalho do produtor direto, bem como da renda; ao passo que a renda aparece na sua relação com o lucro e não mais com o volume do sobreproduto.

Este processo de autonomização de renda, lucro e salário, intimamente atrelado à acumulação primitiva é o que possibilita a constituição moderna do capital, que aparece, de maneira *fetichista*, não como uma relação social (ainda que mediada por coisas, conforme exposto no capítulo 1, do Livro Primeiro, d'*O Capital*), mas como um processo em que estão colocados apenas os rendimentos dos diferentes âmbitos do capital e suas fontes. É este o desfecho final do Livro Terceiro, apresentando, por fim, a chamada *fórmula trinitária* em que este processo de autonomização já foi devidamente obscurecido. Terra rendendo renda; trabalho rendendo salário; capital rendendo lucro ou juros. Mas o procedimento crítico é que permite mostrar como cada uma dessas fontes e cada um desses rendimentos são fruto de uma relação social:

“Capital, terra, trabalho! Mas o capital não é uma coisa, mas determinada relação de produção, social, pertencente a determinada formação sócio-histórica que se representa numa coisa e dá um caráter especificamente social a essa coisa. O capital não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos. O capital são os meios de produção transformados em capital, que, em si, são tão pouco capital como ouro e prata são, em si, dinheiro. São os meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos autonomizados em relação à força de trabalho viva e às condições de atividade exatamente dessa força de trabalho, que são personificados no capital por meio dessa oposição” (Marx, 1986, III, t. 5, cap. 48; 269).

A noção de *autonomização* permite mostrar como a autonomia dessas fontes não é senão aparência, posto que depende do processo de acumulação de capital que tem seu fundamento na exploração do trabalho. Mas a aparência de autonomia naturaliza essas

⁸⁰ “Da forma normal da mais-valia e do mais-trabalho ela acaba reduzindo-se a um excedente desse mais-trabalho sobre a parte do mesmo que passa a ser apropriada sob a forma de lucro pelo capitalista explorador; assim também o mais-trabalho, lucro e excedente sobre o lucro, agora diretamente extraídos dele, passa a ser apropriado na forma de mais-produto total e transformado em dinheiro. Só uma parte excedente dele ainda deixa como renda ao proprietário da terra, uma parte dessa mais-valia extraída, graças a seu capital, pela exploração direta do trabalhador rural. Quanto ele lhe cede é determinado, na média, como limite, pelo lucro médio que o capital proporciona nas esferas da produção não agrícolas e pelos preços de produção não agrícolas regulados por ele” (Marx, 1986; 257).

relações, apagando o processo de constituição das mesmas e obscurecendo o fundamento da acumulação de capital; o trabalho foi, assim, reduzido a um componente do capital, por um lado, e a um gerador de rendimento (no caso, salário) como outro qualquer; naturalizando-se, com isso, também o próprio trabalho assalariado⁸¹.

Por outro lado, essas esferas autonomizadas precisam ser personificadas. Ainda que se refira constantemente aos capitalistas e aos proprietários de terras, Marx o faz tomando-os como *personificação* das relações capitalistas de produção. Não são eles que fazem a sociedade capitalista, mas as relações capitalistas se fazem através deles. “Os produtos se tornam um poder autônomo frente aos produtores”, bem como a terra monopolizada se personifica no seu proprietário, que “exige sua participação no produto criado com sua ajuda”⁸²(Marx, 1986, III, 276).

O que o capítulo da *Gênese da renda fundiária capitalista* procurou, no entanto, mostrar é como esse processo de autonomização se deu, atrelado à formação do trabalho assalariado, o que implicaria na formação em paralelo do capitalista e do arrendatário. Só assim, como o capital é uma relação social historicamente determinada, aquelas fontes autonomizadas passaram ter quem as *personificar*. Essa passagem não foi abrupta e rápida, mas este processo em que o “capital [vai surgindo] como poder

⁸¹ “O trabalho enquanto tal, em sua simples definição como atividade produtiva útil, refere-se aos meios de produção não em sua determinação da forma social, mas em sua substância material, como materiais e meios de trabalho, que igualmente só se diferenciam entre si materialmente, como valores de uso, a terra como meio de produção não-produzido, os outros como meios de trabalho produzidos. Se, portanto, o trabalho coincide com trabalho assalariado, então a forma socialmente determinada, em que as condições de trabalho agora se defrontam com o trabalho, também coincidirá com sua existência material. Então, os meios de trabalho são, enquanto tais, capital, e a terra é, enquanto tal, propriedade fundiária. A autonomização formal dessas condições de trabalho em relação ao trabalho, a forma específica dessa autonomização que elas possuem diante do trabalho assalariado é, então, uma propriedade inseparável deles enquanto coisas, enquanto condições de produção materiais, um caráter imanente e intrínseco que necessariamente lhes advém enquanto elementos de produção. Seu caráter social determinado no processo de produção capitalista mediante uma época histórica determinada é uma caráter material, inato, que lhes é natural e, por assim dizer, de origem eterna, enquanto elementos do processo de produção” (Marx, 1986, III, t. 5; 276-277).

⁸² Além de pressionar o capitalista nessa direção, o proprietário fundiário tem sua participação histórica na formação dos pressupostos do sistema capitalista de produção, na medida em que é responsável direto, ao longo da história, pela expropriação do povo de sua base fundiária, liberando a massa da população para a “livre” exploração de sua força de trabalho nas manufaturas, indústrias da cidade e mesmo no próprio campo como trabalho assalariado (cf. Marx, 1985, I, t. 2, cap. 24).

autônomo e dominante não ocorre de uma só vez e de modo geral” (Marx, 1986, III, t. 5, cap. 47; 258).

Entender esse processo de autonomização do capital é o que procuramos, portanto, fazer aqui, uma vez que, como procuraremos defender na segunda seção, o capital apresenta uma não-simultaneidade (Kurz) com relação à sua formação clássica para a Inglaterra. Desse modo, enquanto o processo de acumulação primitiva – que incluía o sistema colonial, como defenderemos adiante (Seção 2) – encontrava-se concluído com a Revolução Industrial na Inglaterra, estávamos aqui aplicando a *colonização sistemática* para gerar as condições ideais de acumulação de capital numa realidade de abundância de terras da ex-colônia.

Essa *colonização sistemática* será, portanto, entendida aqui como um processo de autonomização do capital. Por isso, passamos agora a buscar compreender como se dava a passagem das posses para a propriedade privada, quando não se havia constituído a superpopulação relativa que permitia a completa autonomização das fontes de rendimento do capital. Por isso, voltaremos à questão da ausência de autonomização, quando notarmos que uma mesma pessoa personifica o capital, a propriedade da terra e o Estado; ou tem a posse da terra e o trabalho. O coronelismo aqui e o colonato, na terceira seção, serão abordados nesses marcos teóricos. A região é o próprio processo de autonomização, nestas condições.

PARTE II – Meios de produção produzidos: fazendas, cidades e Estado na transição para a região do colonato na área

3. Metamorfoses da região: divisão das terras, regularização das posses, formação dos municípios e consolidação do coronelismo

O estabelecimento de relações dessas famílias “pioneiras” (ou se o termo levar ao debate sobre a discussão de frente pioneira, em Martins, pode-se adotar o termo mais genérico de “desbravadores”, mais atrelado às chamadas frentes de expansão) com as famílias já consolidadas das cidades, distritos e vilas já existentes, bem como a constante chegada de novas famílias, por um lado, e, por isso mesmo, a necessidade⁸³ e

⁸³ “... à proporção que os anos passavam, o fluxo de outros indivíduos, gulosos de terras férteis e campos vastos, vinha se tornando uma séria ameaça aos legítimos direitos dos antigos posseiros que, mantendo as

a possibilidade de legitimação das posses previstas pelos novos desdobramentos da legislação fundiária adotada pelo Estado de São Paulo, por outro lado, conduzem aos processos de divisão das glebas de fazendas da área.

Lembremos que deixamos em aberto a colocação de Ruy Cirne Lima (1990) sobre o segundo aspecto da Lei de Terras, de 1850, de que esta, apesar de lidar com a realidade das posses de terras proveniente do regime de sesmarias e de sua suspensão em 1822, olhava para o futuro, prevendo a transformação das mesmas em *propriedade privada*, adquiridas por meio de compra e venda, ou por doação e herança, e reguladas pelo Estado. Esta perspectiva condizia com um projeto de colonização para o país, algo que transformaria a organização social como um todo, modificando não só a regulação fundiária, mas atrelando-a a um plano maior de transformação das relações sociais de produção. Não é por acaso, assim, que a lei no. 601⁸⁴, a chamada Lei de Terras, foi promulgada no mesmo ano em que foi proibido o tráfico negreiro. Operava-se uma transição⁸⁵, ancorada na teoria da *colonização sistemática* de E. G. Wakefield. Colonização ganhava um novo sentido, de que trataremos de maneira mais detida numa seção adiante, em que a escravidão gradativamente se tornava questionada, inclusive moralmente. A ausência de uma superpopulação relativa era o foco; trazer imigrantes para trabalhar dependia de não permitir que se tornassem proprietários de terra:

“O projeto baseava-se nas teorias de Wakefield e inspirava-se na suposição de que, numa região onde o acesso à terra era fácil, seria impossível obter pessoas para trabalhar nas fazendas, a não ser que elas fossem compelidas pela escravidão. A única maneira de obter trabalho

suas glebas abertas, não cercadas nem divididas, sentiram a necessidade de mandar demarcá-las” (Marangoni, 2001; 30). O que Marangoni não parece compreender é que a “legitimidade” do apossamento de terras pelos novos ocupantes dentro das posses de ocupantes mais antigos é a mesma que a desses, quando da primeira ocupação. A legitimação, nos termos das novas políticas sobre a matéria fundiária que o Estado vai tomando, é que irá determinar quem terá o direito de transformar suas posses em propriedades privadas. Obviamente, a precedência no tempo de uma ocupação sobre a outra podia determinar tal passagem, porém outros expedientes podiam burlar (grilagem) tal história de apossamento e legislar em favor dos ocupantes mais recentes. O uso da violência era uma possibilidade, efetivamente praticada, para também determinar os “vencedores” do processo. A partir, então, da separação das glebas, demarcação das áreas e legitimação das mesmas com a expedição da escritura de propriedade da porção de terras, instaurava-se um novo padrão de reprodutibilidade da propriedade territorial, respaldado pela esfera aparentemente neutra e aceita do Estado de direito. Os conflitos anteriores eram, com isso, apagados.

⁸⁴ Lei Imperial no. 601, de 18 de setembro de 1850. Seguida por: Decreto no. 1318, de 30/1/1854, regulamento de 8/5/1854; Portaria no. 385 de 19/12/1855; Decreto no. 3784, de 19/1/1867; Decreto Federal no. 6129, de 23/2/1876 (Fonte: Arquivo Público Mineiro).

⁸⁵ “A Lei de 1850, por conseguinte, embora reconhecesse, de plano, a aquisição da propriedade pela ‘posse com cultura efetiva’, cuidou de corrigir os excessos havidos nesse particular, fugindo, porém, por outro lado, de decretar uma expropriação em massa, cujos efeitos seriam imprevisíveis, atenta a repercussão que teria sobre a nossa economia e a nossa própria organização social. Instituiu-se, pois, a formalidade da legitimação, a ser solicitada, sob pena de comisso, pelos posseiros nessas condições (...). Com a Lei de 1850, entretanto, termina o regime jurídico das posses no Brasil” (Lima, 1990; 58-59).

livre, nessas circunstâncias, seria criar obstáculos à propriedade rural, de modo que o trabalhador livre, incapaz de adquirir terras, fosse forçado a trabalhar nas fazendas” (Costa, 1999; 176-177).

A maneira de forçar os novos trabalhadores, “importados”, a não terem tal acesso à terra, era regularizar as antigas posses, proibir as novas, devolver as terras sobrando ao Estado, como terras públicas (ou devolutas), e depois vendê-las. Com o dinheiro dessa venda, o Estado poderia fazer um fundo para financiar a imigração.⁸⁶

Procuraremos, noutra parte (seção 2), mostrar como esse projeto de colonização sistemática de Wakefield atrelou-se a mudanças substanciais na forma de reprodução das relações sociais de produção daquilo que se cunhou chamar de *Oeste Paulista*. Diferenciaremos a produção de café aí da realizada no chamado Vale do Paraíba, principalmente pela utilização desses trabalhadores livres, explorados sobre um sistema de trabalho que se chamou de *colonato*, que foi experimentado durante as décadas de 1860 e 1870. O Oeste Paulista se consolidará como *região*, com seus representantes tendo papel importantíssimo na passagem final da crítica ao escravismo que culmina com a abolição.

O sucesso da política de imigração em massa, subvencionada pelo Estado, com os imigrantes indo preferencialmente trabalhar na lavoura cafeeira em expansão dessa região, podia ser medido pela própria expansão e pelo aumento exponencial da produção de café do estado.

Lígia Osório Silva (1996) afirma que, na última década do século XIX, entretanto, praticamente dois terços do território do estado de São Paulo podiam ser considerados *terras devolutas*. Vimos apresentando, no entanto, uma ocupação de uma área desse chamado “sertão desconhecido”, dentro do que seria o município de Araraquara (entre 1857 e 1867), depois o de Jaboticabal (elevado a município pela lei provincial no. 10, de 5/7/1867). No desconhecimento desse sertão e na ausência de regularização da posse original da fazenda Olhos d’Água, esta deveria ser considerada terra devoluta, a ser comercializada segundo o artigo 14º. da lei de 1850.

⁸⁶ “Fiel à morfologia do sistema territorial norte-americano, a Lei de 1850 incorporou, contudo, à sua substância todas as sugestões cabíveis, dentre as constantes dos postulados de Wakefield. (...) O artigo 18 autorizava o governo a importar colonos livres – ‘para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas ou nos trabalhos dirigidos pela administração pública, ou na formação de colônias, nos logares, em que estas mais convierem’. O artigo 14 autoriza a venda das terras devolutas, e o seu § 2 fixa o preço dessas vendas – preço que é, aliás, segundo Varnhagen, ‘mui elevado comparativamente ao das terras particulares’. O artigo 19, enfim, determina que o produto dos direitos de chancelaria e da venda de terras seja exclusivamente aplicado à ulterior medição de terras devolutas e à importação de colonos. De resto, francamente wakefieldianos se haviam já mostrado o anteprojeto da Secção do Império e o projeto Rodrigues Torres” (Lima, 1990; 83-84).

Aquelas terras, no entanto, estavam distantes ainda do raio de atuação da expansão cafeeira. A primeira ocupação do chamado Oeste Paulista pela cafeicultura, a partir dos anos 1860, seria nas proximidades de Campinas e cidades adjacentes. A partir de então, como se sabe, essa “marcha em direção ao interior” não cessaria sua busca por terras de boa qualidade, em especial as das manchas de “terra roxa”, valendo-se de uma igualmente rápida expansão das ferrovias, que possibilitavam a necessária “redução nos custos do transporte”, numa dinâmica expansiva atrelada à do mercado mundial e, portanto, com etapas de intensificação e crise “em sintonia com as oscilações do seu produto [o café] no mercado mundial” (Silva, 1996; 280). Jaboticabal, e principalmente o agora “sertão de Jaboticabal” (onde estariam as posses que vimos tratando), continuavam por demais distantes daí.

O mapa a seguir mostra exatamente como a área por nós aqui tratada, continuava, ainda em 1901, incluída no chamado “sertão de Jaboticabal”:

Fonte: INSPECTORIA DE ESTRADAS DE FERRO E NAVEGAÇÃO,

(Extraído de Cánovas, 2001)

A expansão, não obstante, não cessava de prosseguir, passando do chamado Oeste velho, centrado em Campinas – mas também em Itu, Amparo e Mococa, com rendimentos muito superiores aos do Vale do Paraíba, porém limitado pela serra da Mantiqueira ao norte –, indo pela depressão periférica até atingir o chamado reverso da *cuesta*, com dois maciços com as imensas áreas de terra roxa de Ribeirão Preto e em menor quantidade em Araraquara (cf. Monbeig, 1998; 167-172). Logo Jaboticabal já podia contar com uma produção considerável⁸⁷, que viria a atingir a área ao sul da imensa posse da fazenda Olhos d'Água. As terras aí encontradas não seriam integralmente da qualidade das de Ribeirão Preto e ainda estavam em boa parte cobertas pelas matas⁸⁸.

Acompanhando essa primeira grande expansão pelo Oeste Paulista, seus representantes trataram de rever a Lei de Terras, de 1850, para assegurar a legalidade de uma expansão que se dera sobre boa parte daqueles dois terços do território estadual que podiam ser considerados terras devolutas.

Procedeu-se a um debate sobre uma intervenção que, já contando com a autonomização estadual apresentada na primeira constituição republicana, dispunha sobre a medição, demarcação e aquisição de terras devolutas, para separar o que seria domínio público de particular. Considerada dura demais, a lei no. 323, de 22 de junho de 1895, desagradou tanto os posseiros espalhados pelo interior como a elite da capital que se interessava pelas possibilidades de valorização das terras (aquelas que já possuíam e também as que podiam vir a possuir), essencialmente por inviabilizar, ao menos em tese, a legitimação de posses realizadas depois de 1854⁸⁹.

⁸⁷ “Como para Ribeirão Preto, a comparação das colheitas de 1886 e 1904-1905 em Araraquara mostra o desenvolvimento recente: o território desse município produziu 140.000 arrobas em 1886 e o mesmo território, agora dividido entre cinco municípios, fornece 1.960.005 vinte anos mais tarde. O imenso município de Jaboticabal, que então se estendia até os rios Grande e Paraná, registrou 40.000 arrobas no primeiro recenseamento e... 2.464.788 no segundo (das quais 1.011.850 só em Jaboticabal, o restante provindo de 5 municípios recém-criados)” (Monbeig, 1998; 170).

⁸⁸ “da região de Araraquara - São Carlos para oeste e noroeste, a importância dos cafezais diminuía. Pouco a pouco passava-se da área dos cafezais compactos para uma série de manchas de cultivo, não só porque as terras boas passam a ser menos contínuas, como porque as derrubadas apenas se iniciavam” (Monbeig, 1998; 171).

⁸⁹ “Calcada sobre a lei de 1850, seus dispositivos foram considerados rigorosos demais; inúmeros possuidores julgaram-se prejudicados e trataram de pressionar as altas esferas estaduais, visando a sua modificação. O desagrado com os dispositivos da lei (particularmente a impossibilidade de legitimar posses realizadas depois de 1854) não foi apenas dos posseiros espalhados pelos sertões, (...) na capital, e em outras cidades importantes do Estado, havia capitalistas, agricultores e políticos que olhavam com interesse para a enorme extensão de propriedade rural que a nação abria mão... Esse interesse era parte da vasta especulação que envolveu o movimento de ocupação do solo” (Silva, 1996; 282).

O movimento de ocupação do solo, porém, precedera a regularização das propriedades. Um complexo esquema de grilagem de terras⁹⁰ abria caminho tanto para a ocupação concreta da base fundiária como para a especulação sobre ela, e os preços já subiam, acompanhando os caminhos da expansão cafeeira e mesmo antecipando os plantios de cafezais. A valorização da terra, que era um dos principais objetivos da Lei de 1850, de fato ocorreu, porém pela “venda das terras devolutas *por particulares que se apropriavam delas*”, num processo expansivo que só fazia por complicar ainda mais “a já confusa situação da propriedade territorial” (Silva, 1996; 283 – grifos nossos).

Com a grande maioria dos interessados “na questão da propriedade do solo” insatisfeita com a lei de 1895, pouco depois, em 1898, ela seria radicalmente modificada, estipulando como ano base para a legitimação das posses 1878 e abrindo a possibilidade para a regularização daquelas realizadas entre 1878 e 1895; sendo que não haveria nenhuma modificação substancial quanto a esses pontos-chave na regulamentação final de 5 de janeiro de 1900⁹¹:

“As pressões para a modificação da lei de 1895 surtiram efeito e três anos depois foi promulgada a lei no. 545 de 2/8, cujas principais características, como vimos, eram: 1) a legitimação automática (independente de processo de legitimação) das posses que tivessem um título de domínio anterior a 1878 e das terras que estivessem na posse particular, com morada habitual e cultura efetiva desde 1868; e 2) a legitimação (dependendo de processo) das posses de primeira ocupação estabelecidas até a promulgação da lei de 22/6/1895” (Silva, 1996; 283).

A partir do regulamento de 1900 que obrigava o estado a localizar e demarcar as suas terras devolutas, este mesmo estado passaria a se comportar como se fosse um proprietário qualquer. As enormes dificuldades de localizar essas terras e a impossibilidade de fazê-lo antes do cadastro geral de todas as terras particulares – dado que “as terras devolutas se definiam por exclusão” – contribuíram para que a obrigação não fosse cumprida. Pouco mudaria, no entanto, para os reais envolvidos na questão. Posseiros registraram as suas posses com medo das grilagens e grileiros aproveitaram para falsificar documentos agora com a data de 1878, e não mais com a de 1854. Em todo caso, o registro de terras passou a ser feito, no estado de São Paulo antes que em

⁹⁰ “A falsificação dos títulos com data anterior a 1854 não era, entretanto, tarefa fácil, pois necessitava da convivência dos donos ou funcionários dos cartórios que também acabavam tendo participação no negócio” (Silva, 1996; 283).

⁹¹ “O regulamento levou ainda dois anos para ser estabelecido (5/1/1900). Criou, entre outras coisas, o Registro Público de Terras, instalado nas sedes das comarcas. Deveriam ser registradas: 1) as terras devolutas, inclusive as reservadas (por exemplo, aquelas que haviam sido cedidas aos municípios e, espantosamente, as terras devolutas do estado); 2) os títulos de aquisição de terras devolutas (os lotes vendidos aos colonos, por exemplo); e 3) as sentenças de legitimação de posses e revalidação de sesmarias expedidas pelo estado” (Silva, 1996; 283).

outros estados⁹², na nova repartição pública centralizada na sede da comarca e não mais nas paróquias dos patrimônios, não havendo, todavia, grandes modificações no processo já corrente de ocupação da base fundiária.

Para Monbeig, a legislação de 1900 marcava o fim da fase de ocupação dos sertões paulistas pelos mineiros; começava uma nova fase, em que a especulação tomaria a frente. A mudança na legislação de 1900 permitiu, de fato, uma ação reiterada dos grileiros na especulação sobre as terras, marcando uma virada com relação à ocupação da terra pela pecuária como forma dominante de acesso à base fundiária. A possibilidade de regularização das posses pela ação dos grileiros, articulados, obviamente, a juízes de direito, agrimensores e coronéis, fazia surgir um efetivo negócio de terras, juntamente com os seus negociantes. Lotear passava a ser “melhor negócio” do que desbravar e ocupar, considerando-se sempre o risco de perder a terra cultivada:

“Assinalou o ano de 1900, mais ou menos em todo o conjunto dos planaltos ocidentais, o fim da fase da pecuária pioneira e o início do período dos especuladores. Da especulação participavam os fazendeiros, seja como compradores dos grilos, seja vendendo suas próprias terras. Era preferível lotear um domínio, cujos títulos não ofereciam plena garantia ou que sempre estava exposto ao ataque de um audacioso falsário, a desbravá-lo, cultivá-lo e de súbito ver-se privado da sua posse” (Monbeig, 1998; 146).

3.1. As divisões das fazendas originais na fundação do compromisso coronelista na área estudada

Por conta dessa nova etapa no processo histórico de constituição da área, ou de transformação da região pecuária na localidade, decorrente da passagem das posses para a condição legitimada de propriedade fundiária e pelo início das plantações de café nesta área, dois engenheiros estrangeiros chegaram a Barretos, nos últimos anos do século XIX.

Estavam eles incumbidos, de início, de dar prosseguimento aos estudos necessários para a divisão judicial da Fazenda Palmeira, localizada numa vasta área desde o futuro povoado de Marcondésia até o de Monte Verde, em Cajobi, que nasce dentro da mesma, passando também pelo futuro bairro da Figueira, cuja tarefa de divisão da fazenda antes designada a outros dois engenheiros estava paralisada. O inglês

⁹² “O surto cafeeiro paulista, trazendo as relações capitalistas mais rapidamente para São Paulo, fez com que aí se levasse mais a sério o registro de terras. Os outros estados não conseguiram implementar o registro senão bem mais tarde, e assim mesmo precariamente, porque os proprietários não queriam registrar suas terras (entre outras razões por medo do imposto territorial) e os governos não quiseram ou não puderam torná-lo obrigatório” (1996; 284).

William Leaterbarrow e o escocês Robert John Reid permaneceriam por muitos anos na área de Olímpia. “Em 1896, já residiam em Barretos e, bem relacionados, compareciam a reuniões sociais” (Marangoni, 2001; 24). Estabeleceriam, no decorrer dos anos, fortes ligações com a elite local, participando de momentos decisivos da vida pública e se instalando na área como proprietários fundiários, muito por causa dos pagamentos pelos serviços prestados, muitas das vezes, serem, não em dinheiro, mas em porções de terras das próprias fazendas divididas⁹³.

A divisão da fazenda Palmeira (ou Palmeiras) correspondia ao interesse de investimento na área do espanhol João Saborido. A maior parte dessa fazenda, localizada no espigão entre Bebedouro e a futura vila Olímpia, com as melhores terras da área, seria adquirida por este que se tornava capitão da Guarda Nacional. Logo, a fazenda de Saborido seria renomeada Fazenda Boa Esperança; a mata derrubada daria lugar ao enorme cafezal tocado preferencialmente por colonos espanhóis⁹⁴. Adiante, exploraremos um pouco mais as relações entre este fazendeiro, os agrimensores e os políticos de Barretos e de Cajobi.

Enquanto isso, o engenheiro Leaterbarrow, em 1905, casar-se-ia em Barretos com Nicolina Vítole. Mudou-se depois para Olímpia, indo morar em sua fazenda Lancaster, próxima à futura localidade de Álvora. Aberta e formada pelo engenheiro, a fazenda seria vendida, em 1918⁹⁵, ao coronel Jeremias Lunardelli, que mudaria o nome da fazenda para Recreio. De 1918 a 1947, viveu em Campos do Jordão-SP, cidade de que o amigo Robert John Reid seria um dos fundadores. Os últimos anos do casal, no entanto, seriam passados em Tupã, onde faleceram sem deixar filhos.

A trajetória pessoal do outro engenheiro envolvido nesses processos divisórios tem desdobramentos mais determinantes para o caso estudado. Tendo chegado ao Brasil no mesmo ano de 1896, o engenheiro Reid prestava serviços para a Companhia Paulista de Estradas de Ferro (Marangoni, 2001; 35), que, nesta época, já realizava os estudos

⁹³ “Robert John Reid veio para demarcar terras em nossa região. Apesar de grandes posses, os condôminos não possuíam dinheiro e pagavam os honorários com pedaços de terras. Dessa forma, o engenheiro recebia seus honorários em pequenos pedaços de terras, conforme documentos arquivados” (Marangoni, 2001; 34).

⁹⁴ As “terras de João Saborido” confrontavam-se com as de José Severino de Almeida, em extensões enormes, conforme os registros cartoriais da doação dos bens de Severino de Almeida, em escritura de 28/9/1911, quando ele ainda estava vivo, aos filhos (CGRHCO, Livro 3-D, registro no. 856, fls. 265-266, 16/8/1930).

⁹⁵ O ano de 1918 é decisivo para a transformação da estrutura fundiária local. Também muitos novos personagens entram aqui em cena. O motivo de tamanha reviravolta, além do fim da Primeira Guerra Mundial, a nova onda de imigração e a subida posterior dos preços internacionais do café (cf. Monbeig, 1998), é uma forte geada que arrasa os cafezais no mês de junho deste ano. Voltaremos ao episódio adiante.

para o prolongamento de sua linha, que de Araraquara estava chegando a Jaboticabal e tinha como projeto passar por Bebedouro e atingir Barretos, como de fato viria a ocorrer.

Tudo parece ter início com a amizade firmada entre o engenheiro e o Promotor de Justiça Dr. Antônio Olímpio Rodrigues Vieira, que se tornava o principal líder político local do hegemônico Partido Republicano Paulista (PRP), fundado pelo mesmo na cidade de Barretos. Antônio Olímpio, que nascera em Barbalho-CE, em 1875, após cursar direito na faculdade do Largo do São Francisco, em São Paulo, foi nomeado Promotor de Justiça em Passos-MG, mas logo se transferiu para Barretos (Marangoni, 2001; 42). Seu escritório de advocacia, juntamente com o seu papel decisivo de promotor de justiça da cidade, congregava os agrimensores que foram responsáveis por quase todas as divisões judiciais das principais fazendas de Barretos e das novas localidades que surgiam dentro deste gigantesco município. Tornando-se líder político local do principal partido político do estado, Antônio Olímpio concentrava um poder que se ramificava. De 1905 a 1907, seria vereador e prefeito de Barretos, logo em seguida deputado, numa rápida ascensão. Lembremos, ainda, que o município de Espírito Santo de Barretos se desmembrara de Jaboticabal poucos anos antes, com a lei provincial no. 22, de 10/03/1885, sendo instalado apenas em 1890⁹⁶.

A única filha de Antônio Olímpio com Maria Isoleta Carneiro de Arantes, com quem se casara em Passos, nasceria em São Paulo, no dia 2 de fevereiro de 1897. A menina Maria Olímpia teria como padrinhos de batismo a tia Da. Mariana Arantes e o Dr. Robert John Reid⁹⁷.

Entrementes, a possibilidade de distorções nas medidas e nas delimitações das propriedades facilitava as fraudes. Os “picadeiros”, que realmente conheciam as matas, tampouco eram precisos. Já os agrimensores, pelo poder que o seu estudo “técnico” possuía na condução dos processos divisórios, eram alvo de todo tipo de cooptação. O caso do engenheiro Reid, em Olímpia, evidencia o tipo de relações que se estabeleciam. A posição dos precursores mineiros é, em parte, também confirmada pela história dos primeiros posseiros da futura Olímpia, porém o que lá se efetivou foi mais uma

⁹⁶ Em 1906, o nome do município foi simplificado para apenas Barretos, conforme a lei estadual no. 1.021, de 6/11/1906.

⁹⁷ “Com o nascimento de uma criança, que seria a única filha do casal, o compadrio veio concorrer para estreitar ainda mais os laços de amizade que ligavam o engenheiro ao Promotor e sua esposa. De fato, fora o moço estrangeiro convidado para ser o padrinho de batismo da menina Maria Olímpia, nascida em São Paulo, em 2 de fevereiro de 1897. Batizada pela tia Da. Mariana Arantes e pelo Dr. Robert John Reid, veio para Barretos com menos de 40 dias de idade” (Marangoni, 2001; 25).

aproximação destes com a elite política de Barretos, principalmente com o promotor de justiça Dr. Antônio Olímpio, cujo escritório empregava o agrimensor Reid. Ambos se apoiaram, portanto. Agora, quanto aos pequenos posseiros e sua ocupação de aguadas, cremos ser difícil entendê-las do ponto de vista estratégico, contra a grilagem, como sugere Monbeig; sendo, antes, concernente às necessidades da própria pequena ocupação e do uso efetivo da posse, sobretudo com a pequena pecuária e certa agricultura⁹⁸.

Podemos, neste caso particular, ver uma composição que destoa do esquema clássico do coronelismo, conforme apontado por Victor Nunes Leal (1976) ou por Raymundo Faoro (2008), para o período em questão. Isto porque a figura do chefe político local não emerge de uma passagem de um daqueles fazendeiros que detinham o poder econômico na área, virando autoridade política. O “coronel” que consolida sua força em Barretos é já um indivíduo escolarizado que, com o poder que lhe foi auferido pelo sistema judiciário nos primórdios da Primeira República, começa a expandir o mesmo poder às demais alçadas de um Estado não-autonomizado do capital, no interior do estado de São Paulo. Isto é, incumbido de ser promotor de justiça em Barretos, Antônio Olímpio era também advogado⁹⁹. Seu escritório se responsabilizava pelos processos de demarcação e divisão das fazendas originais – originadas estas, por sua vez, daquelas posses entre o período de 1854 e 1900, quando a pacificação dos gentios possibilitou a pecuária local – e, ele mesmo, legislava como autoridade judiciária sobre os mesmos processos. A necessidade de divisão das posses e a possibilidade de legalização das mesmas confirmam o poder do aparato estatal incumbido desse processo. Personificando esse aparato, logo, o promotor de justiça se faria o político local.

98 “Quando os geômetras agrimensores desembarcaram em Rio Preto, em Bauru, em Campos Novos, também tencionavam firmemente aproveitar-se do sertão. Passava sua amizade a ser solicitada e recebiam eles alguns quinhões de domínios que haviam demarcado. Quanto aos precursores mineiros, não eram isentos de incorreção, na forma e no conteúdo, seus títulos de posse, freqüentemente posteriores às leis de 1850 e 1854. E tratava-se de homens simples, desprovidos de apoio, sem outra riqueza que a vastidão dos seus campos. Podia-se despojá-los, e eles bem o perceberam, sobretudo na Alta Sorocabana. O processo de delimitação que adotavam, o da aguada, não convinha muito aos grileiros, que tinham em mira a revenda das terras aos plantadores de café: era cômodo, para um criador, definir sua propriedade em função de um regato; mas, para um lavrador, o mais importante, era a parte alta do relevo” (Monbeig, 1998; 145).

99 Nunes Leal, todavia, já apontava para essa tendência, apesar de ressaltar a ligação desses jovens ilustrados que assumiam representações estatais com os fazendeiros locais: “A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos ‘coronéis’” (Leal, 1976; 21-22).

Em geral, para Nunes Leal, o processo se dava de maneira invertida, com a consolidação tardia da autoridade política pelo fazendeiro mais importante das referidas áreas. Da “estrutura agrária”¹⁰⁰, mantida do período colonial, emergiria um “regime representativo”¹⁰¹, superposto a esta, na exposição de Nunes Leal. O “coronel” que assim se assume como autoridade em Barretos ver-se-ia, por outro lado, obrigado a firmar laços com os fazendeiros locais, bem como com os referidos engenheiros, que constituiriam ramificações de seu poder, à maneira como o exposto por Nunes Leal:

“A superposição do regime representativo, em base ampla, a essa inadequada estrutura econômica e social, havendo incorporado à cidadania ativa um volumoso contingente de eleitores incapacitados para o consciente desempenho de sua missão política, vinculou os detentores do poder público, em larga medida, aos condutores daquele rebanho eleitoral. Eis aí a debilidade particular do poder constituído, que o levou a compor-se com o remanescente poder privado dos donos de terras no peculiar compromisso do ‘coronelismo’” (Leal, 1976; 253).

O papel eleitoral que, para este autor, assume a reprodução do coronelismo será a seguir retomado. Cabe, antes, retomar a crítica de Toledo a Nunes Leal, para enfatizar o processo histórico que vimos analisando. Tendo compreendido a contradição da formação institucional do Estado brasileiro, Toledo vê Nunes Leal naturalizando a separação entre público e privado, o que ocorre somente em decorrência do processo de modernização.

“Tendo percebido o processo contraditório da formação institucional do Estado brasileiro, o autor parte da oposição público-privado sem criticá-

¹⁰⁰ “Esta ascendência resulta muito naturalmente da sua qualidade de proprietário rural. A massa humana que tira a subsistência das suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono. Diante dela, o ‘coronel’ é rico. (...) Como costumam ‘passar bem de boca’ – bebendo leite e comendo ovos, galinha, carne de porco e sobremesa – e têm na sede da fazenda um conforto primário, mas inacessível ao trabalhador do eito – às vezes, água encanada, instalações sanitárias e até luz elétrica e rádio –, o roceiro vê sempre no ‘coronel’ um homem rico, ainda que não o seja; rico, em comparação com sua pobreza sem remédio. Além do mais, no meio rural, é o proprietário de terra ou de gado quem tem meios de obter financiamentos. Para isso muito concorre seu prestígio político, pelas notórias ligações dos nossos bancos. É, pois, para o próprio ‘coronel’ que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades” (Leal, 1976; 24).

¹⁰¹ O histórico apontado por Nunes Leal vê o período colonial como um momento em que o regime representativo se atinha às câmaras municipais, com a Coroa não se importando com o problema eleitoral e se submetendo à arrogância do “senhoriato rural”, o que se explicaria “pela insuficiência do poder público, incapaz de exercer a plenitude das suas funções” (Leal, 1976; 252). Esse panorama seria modificado, em parte, pela Constituinte de 1823 e a composição da Assembléia Geral, mas o sufrágio continuava limitado a um censo econômico e a maioria da população era escrava. As fraudes eram frequentes e os presidentes das províncias eram nomeados. “Tudo isso contribuía para simplificar o mecanismo da política do interior durante o Império, embora fossem usuais relações de compromisso semelhantes às que posteriormente iriam compor o quadro típico do ‘coronelismo’” (Leal, 1976; 252-3). A abolição e a República passaram a valorizar o voto dos trabalhadores rurais e, com isso, cresceu a importância dos proprietários fundiários rurais, uma vez que a estrutura agrária e o sentido da produção de mercadorias para o mercado externo permaneciam inalterados. Nunes Leal vê nisso uma superposição do regime representativo sobre uma ordem retrógrada.

la como historicamente determinada pelo processo de modernização. Neste processo, o Estado – face pública – autonomiza-se, até certo ponto, da acumulação do capital; e o capital autonomiza-se, de maneira relativa, do uso direto da violência por sua face privada. O autor parece crer na possibilidade de uma esfera pública legalmente regulada, apesar da menção à *poderosa influência que, modernamente, os grandes grupos econômicos exercem sobre o Estado*” (Toledo, 2008; 218).

A autonomia do Estado com relação ao capital aparece, mais uma vez, como autonomização, como aparência de autonomia (reitera-se sempre, entretanto, que essa aparência faz parte da realidade do processo). Aqui a “mistura” público e privado dá o tom da falta de autonomização do momento da Primeira República e, particularmente, da política em Barretos. Porém, mesmo no padrão moderno de Estado autonomizado, suas relações com o capital guardam uma íntima imbricação, que, analisada criticamente, permite apontar a separação como, por assim dizer, “falsa” (Kurz, 1997; 91-95 e 102-103), uma vez que o Estado depende do seu financiamento.

Robert Kurz analisa a relação entre Estado e capital vendo um fundamento econômico em cinco instâncias principais da atuação estatal. O primeiro destes níveis seria o *jurídico*, em que, dada a expansão das relações contratuais próprias das trocas de mercadorias, amplia-se a função estatal de legislar sobre esses contratos¹⁰². Com essa ampliação, o Estado precisa ampliar paralelamente o seu orçamento, para cumprir o seu papel¹⁰³. Esta primeira instância apontada por Kurz guarda profundas relações com o processo particular de que tratamos, uma vez que a consolidação da posse em propriedade privada representaria sua transformação final em *mercadoria*; é com tal passagem que a instalação de um cartório de registros se faz necessário, retirando da alçada da Igreja (com os registros paroquiais) essa função. Obviamente, reforça Kurz, essa instalação de um aparato estatal implica custos, pagos pelo financiamento privado do Estado, por meio, a princípio, de impostos e taxas. Os demais níveis serão analisados ao longo da exposição.

¹⁰² “Todos os homens, sem exceção, inclusive os produtores imediatos, precisam agir cada vez mais como sujeitos modernos do Direito, já que todas as relações se transformam em relações contratuais com forma de mercadoria. Por isso, o Estado transforma-se na máquina legislativa permanente, e quanto maior o número de relações de mercadorias e dinheiro, maior o número de leis ou de decretos regulamentares” (Kurz, 1997, “A falta de autonomia do estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política”; 96).

¹⁰³ “Em consequência disso, o aparelho de Estado também aumenta progressivamente, pois a ‘juridificação’ precisa ser controlada e executada. Mas não se trata aqui de um processo ‘extra-econômico’, pois o aparelho administrativo, que cresce sem parar, precisa ser financiado. A simples ‘juridificação’ crescente já acarreta, portanto, uma demanda financeira, que cresce permanentemente. Mesmo a regulação meramente jurídica não é neutra com relação aos custos” (Kurz, 1997; 96).

Dessa maneira, a separação entre “público” e “privado” que Nunes Leal parece colocar como meta remete à distinção entre “Estado” e “capital” (ou pólo político e pólo econômico), que, desde já, pode ser questionada retomando-se a mediação da forma mercadoria, desdobrada em dinheiro: “O dinheiro é, portanto, o meio universal e total (simultaneamente, o fim em si da modernidade, tão abstrato quanto absurdo), que abrange também o pólo estatal-político” (Kurz, 1997; 103). Assim, mais uma vez, insistimos na idéia de que o Estado nacional está contido no *território do capital*. Do mesmo modo, as relações “pessoais” ou “particulares” dos posseiros ou dos coronéis não podem prescindir da mediação fundamental das mercadorias que aqueles coordenam (gado, terra e votos, de um lado; leis, verbas e polícia de outro).

Por isso, vimos que o processo de ocupação das terras reproduziu uma atividade econômica na área ocupada. A pecuária deu sentido à posse, as relações pessoais de casamentos e compadrios estabeleceram elos entre os posseiros e os habitantes das cidades próximas, bem como entre os posseiros que ocuparam parcelas da posse inicial. Das relações cada vez mais “complexificadas” chegou-se à necessidade de dividir as fazendas originais, mas a regularização se daria por meio do padrão legislativo do Estado. As personificações do Estado, nas pessoas de Antônio Olímpio e do engenheiro Reid, e da terra, nas pessoas dos posseiros, principalmente os da família Santos, entram num acordo. A regularização será um desdobramento das relações sociais de produção que já ocorriam.

Com o compadrio firmado entre Reid e Olímpio, e trabalhando para o escritório deste, três anos após sua chegada para realizar a divisão da Fazenda Palmeira, Reid foi encarregado de realizar a da Fazenda Olhos D’Água, por Jesuíno da Silva Melo, que havia, por sua vez, sido contratado pelos posseiros Antônio Marcolino Osório de Souza, Joaquim Alves Franco e outros¹⁰⁴. Tinha, então, o início de um longo e tumultuado processo, cujo desdobramento final culminaria na criação do patrimônio.

“O processo dos trabalhos divisórios para medição da fazenda teve início em 1º de novembro de 1889. Os inúmeros interesses em jogo e a extensa área a demarcar, contribuíram para que o término da divisão se verificasse somente alguns anos mais tarde, ou seja, em setembro de 1904” (Marangoni, 2001; 25).

Como se nota, bem como no processo da divisão da Palmeira, aqui o processo também tivera início anos antes (1889) da chegada do engenheiro Reid, em 1896, se tais

¹⁰⁴ “Desse modo, o engenheiro já se tornara compadre do casal, quando os posseiros do Sertão dos Olhos D’Água, Antônio Marcolino Osório de Souza, Joaquim Alves Franco e outros, confiaram a divisão da fazenda a Jesuíno da Silva Melo, que passou o encargo ao Dr. Robert John Reid” (Marangoni, 2001; 25).

datas corresponderem realmente aos fatos¹⁰⁵. Participando efetivamente do processo, no entanto, o engenheiro, no curso dos estudos necessários para as demarcações, percorreria a enorme extensão da área a ser dividida judicialmente. Provavelmente, segundo os seus possíveis padrões de convivência urbana, encontrou condições de reprodução das populações ali residentes que diferiam qualitativamente da estrutura já estabelecida numa cidade como Barretos¹⁰⁶. Em tese, segundo Marangoni, daí surgiriam as motivações para que Reid tentasse convencer os condôminos beneficiados com parcelas de terras da divisão que doassem parte destas para a formação de um patrimônio. Estando, no entanto, tão intimamente imbricado nos negócios do Dr. Antônio Olímpio, e a partir das possibilidades de valorização das terras e conseqüentemente do retorno político de um provável desenvolvimento decorrente daquela medida, é de se suspeitar que as motivações se resumissem à pena, benevolência, e ideal civilizatório¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Páginas adiante na narrativa de Marangoni aparece como data do início dos trabalhos de demarcação e divisão da referida fazenda o ano de 1899, o que condiz com o período em que Reid já morava e trabalhava em Barretos e também com o período referente à legislação fundiária do estado de S. Paulo, que sofre alterações significativas em 1897, possibilitando a regularização de posses, como era o caso: “Em 29 de setembro de 1899, foi nomeado o agrimensor Robert John Reid para os trabalhos de divisão da fazenda Olhos D’Água. Em 31 de janeiro de 1900, deu início aos trabalhos pertinentes, terminando em 1 de junho de 1903. O primeiro pagamento foi transcrito em 23/2/1904 e o último em 15/9/1904” (Marangoni, 2001; 37).

¹⁰⁶ “Durante esse tempo, o engenheiro Reid encontrou não poucos obstáculos e tomou contato com as enormes dificuldades em que vivia a gente sertaneja, estabelecida aqui e ali, nas margens dos rios, nas beiras dos córregos, nas clareiras, no fundo das matas. A maior de todas talvez fosse o abastecimento e o comércio dos produtos da lavoura e da pecuária. Nada, porém, maior do que os efeitos das moléstias tropicais e que abriam enormes clarões entre os moradores. Além dos males comuns com que haviam se acostumado, toda a região sempre esteve sujeita a surtos epidêmicos. A mortalidade infantil atingia índices inacreditáveis. A insalubridade, aliada ao desconhecimento dos princípios mais elementares de higiene e a maneira de enfrentar as doenças, fazia com que seus habitantes se resignassem a pagar anualmente, aos implacáveis inimigos do homem o mais triste dos tributos. Eram levados a recorrer à medicina caseira e a crer na eficácia das simpatias. O lúgubre espetáculo dos bangüês, cortando os caminhos, rumo à última morada era comum àqueles heróis anônimos do sertão que, no alvorecer do desbravamento dessas terras, tinham que enfrentar as mais extensas dificuldades para subsistir. O velho casarão em ruínas ‘O Taperão’, que o engenheiro Reid encontrou na margem esquerda do Córrego Olhos D’Água, e o cemitério a que muitos trilhos conduziam, na margem direita (onde hoje se encontra a Igreja e a Praça Nossa Senhora Aparecida), eram a prova mais aterradora das precárias condições que o isolamento e a distância impunham a todos” (Marangoni, 2001; 25).

Não sendo o nosso intuito o de minimizar as dificuldades encontradas por esses primeiros habitantes em meio às condições adversas de abrir fazendas dentro das matas e estabelecer os pressupostos das suas reproduções, chamamos a atenção apenas à explicação de tantos males residir na idéia, mais uma vez reiterada, do *isolamento*. Não sendo necessário retomar nossos argumentos para questioná-la, queremos apenas abrir espaço para também duvidar de que essas condições precárias bastem para explicar as motivações do esforço empregado pelo referido engenheiro na formação do patrimônio.

¹⁰⁷ Como atesta Marangoni, o que colocamos em dúvida aqui, uma vez que buscamos as condições materiais que sustentam as motivações pessoais e as decisões tomadas: “As vicissitudes de toda uma população entregue à sua própria sorte levaram aquele homem culto e civilizado a pensar na formação de um núcleo urbano como se dizia na época que pudesse desenvolver-se e, com o tempo, trazer os benefícios do progresso, do conforto e de mais segurança para as famílias ali reunidas” (Marangoni, 2001; 25).

Para além dessas suposições, entretanto, sabe-se do esforço exercido pelo engenheiro, que contou com a ajuda do sucessor do primeiro posseiro a ocupar as referidas terras, Joaquim Miguel dos Santos, filho de Antônio Joaquim dos Santos. As alianças desses pioneiros com a elite de Barretos acabam por ser, ainda que indiretamente, confirmadas. Uma rede de interesses se vislumbra e conforma os planos encaminhados por Reid:

“Empregou o engenheiro Robert John Reid toda a força de persuasão de que era capaz para convencer os condôminos da fazenda Olhos D’Água da conveniência e vantagens da criação de um povoado. O primeiro a fornecer parte de suas terras para a formação do novo patrimônio foi Joaquim Miguel dos Santos, amigo do engenheiro Reid, (com sua interferência, facilitou para fazer com que os demais condôminos, quase todos descendentes do desbravador Antônio Joaquim dos Santos, doassem, igualmente, algumas nespas de suas glebas)” (Marangoni, 2001; 25-6).

Evidencia-se, por fim, o papel de protagonista das mudanças pelo primogênito do “desbravador” Antônio Joaquim dos Santos. Não sendo a posse propriedade, ainda assim possuía o seu dono, conforme atesta Toledo: “O poder local neste território tem uma relativa autonomia. O fazendeiro é a autoridade” (Toledo, 2008; 64). Ainda assim, não é o caso de se ver aqui um “feudalismo” ou uma ascendência de uma “dominação pessoal”, uma vez que vimos ressaltando o caráter da área (Hartshorne, 1969) como produtor de mercadorias (gado, no caso). Preferimos, assim, recorrer ao argumento de Nunes Leal que verá no coronelismo assim gestado, algo particular; entendendo antes este particular como próprio da *região*:

“Uma ‘região’ seria, em suma, o espaço (...) onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição” (Oliveira, 2008; 148).

3.2. O “nascimento” da Villa Olympia e a formalização do compromisso coronelista

Com tal união entre certa liderança, com base familiar, dentre os condôminos com o engenheiro capacitado para realizar a divisão das terras, bem como para a estruturação do futuro núcleo urbano, mediando esse engenheiro também a relação *a priori* ocultada com a necessária influência política e judiciária do Promotor de Justiça e chefe político local do PRP de Barretos, a criação do patrimônio não tardaria em se concretizar.

O Patrimônio de São João Batista dos Olhos D’Água foi criado, em 2 de março de 1903, com a doação de 100 alqueires pelos condôminos, a maioria dos quais

daquelas primeiras famílias de posseiros de que anteriormente tratamos¹⁰⁸. O registro cartorial se deu em 9 de julho do mesmo ano (Fl. 53, do livro 3-L de transcrição, do Cartório de Registro de Imóveis de Barretos). O santo, São João Baptista, era tido como o patrono da fecundidade agrícola.

Formalizada a aceitação dos condôminos¹⁰⁹ e a doação do patrimônio, o outro lado da referida união, até então obscurecido pelo papel ativo do engenheiro, transparecerá. Em 1904, o próprio engenheiro Reid sugere batizar o patrimônio de Vila Olímpia, em homenagem à filha única de Antônio Olímpio, que era, como adiantamos, afilhada do escocês. Em 27 de março de 1904, o padre de Barretos Ernesto Urbani batizava o novo nome do arraial. Logo em seguida, em 26 de junho do mesmo ano, o político e promotor apresentou o pedido à Assembléia estadual para a criação do distrito da futura Vila Olímpia. O pedido só seria atendido pelo governo estadual dois anos mais tarde, em 1906, quando o presidente do estado Jorge Tibiriçá assinou a lei estadual (lei no. 1035) que criava o distrito, com a sua sede sendo elevada à categoria de vila. A atuação de Antônio Olímpio na concretização do núcleo urbano e no desenvolvimento local iria muito além, no entanto, da mudança do nome¹¹⁰.

¹⁰⁸ É interessante notar os sobrenomes dos condôminos doadores, a maioria deles Santos ou Jesus, descendentes do casal de “desbravadores” que se apossou da área originária da fazenda Olhos D’Água, em 1857, quase 50 anos antes: “Reza a escritura lavrada naquele dia [2 de março de 1903], no 1º. Cartório do Tabelião Francisco de Almeida Silveiras, em Barretos: ‘compareceram como outorgantes os doadores: João Francisco dos Reis e sua mulher Da. Ignácia Eva de Jesus; Miguel Antônio dos Reis e sua mulher Da. Carolina Luiza de Jesus; Da. Mariana Francisca do Carmo; Da. Mariana Ignácia de Jesus; Francisco Miguel dos Santos; Antônio Miguel dos Santos; João Antônio de Campos; João Ignácio de Souza e sua mulher Da. Francisca Frauzina de Jesus; João Bonifácio da Freiria; Jerônimo Bonifácio dos Santos. David Osório dos Santos, Gabriel Garcia dos Santos, Jerônimo Antônio dos Santos e sua mulher Da. Izabel Maria de Jesus, Miguel Veríssimo dos Santos; Da. Marolina Frauzina da Freiria; Antônio Felisberto dos Santos; Joaquim Miguel dos Santos, sua mulher Da. Querubina Maria de Jesus; Da. Ignez Rita de Jesus e Da. Maria Generosa de Jesus’” (Marangoni, 2001; 26).

¹⁰⁹ Em tal concretização da doação acabam por ser apagados os conflitos que estão por trás desse processo longo de demarcação e divisão. Os nomes que ficam registrados serão os daqueles que prevaleceram e tiveram suas porções de terras apossadas transformadas em propriedade privada dos mesmos. Não chegamos, com isso, a poder ter acesso a esses impasses que, durante muitos anos, travaram a realização do processo judicial. Ficam os problemas do percurso apagados pela escritura firmada. A partir de então, um novo tempo pode se instaurar, o das relações de compra e venda, judicialmente aceitas, dessas terras. O que não quer dizer que a terra não fosse passível de se tornar mercadoria comprada e vendida, antes dessa legitimação. Ela, de fato, o era, como no exemplo citado do pioneiro Clemêncio de Souza e Silva. Porém, esse momento mesmo da legitimação era, no mínimo, esperado. A concretização da propriedade privada da terra era a garantia da diminuição do risco do negócio de compra e venda da porção de terra dar errado depois de concretizado.

¹¹⁰ Em entrevista a um jornal local, em 1927, o antigo morador José Trindade, que participou dos primeiros atos de instalação do patrimônio e da vila, via já concretizado um progresso estimulado pelo trabalho do engenheiro Reid e apoiado pelo promotor:

“O que era há poucos meses esse lugar? Nada! E agora está adiantando se de maneira assombrosa, devido especialmente aos esforços do inteligente engenheiro Dr. Robert John Reid, que trabalha sem descanso para o progresso civil daquele simpático arraial, que já está suscitando justas invejas dos povoados circunvizinhos.

Assumindo o cargo de deputado na Assembléia do estado, Antônio Olímpio passaria a residir longos anos na capital paulista. Sua influência, no entanto, continuava a se fazer sentida de maneira presente pelos seus braços políticos locais e seus empregados, como o próprio engenheiro Robert John Reid. Intermediador entre as duas esferas de poder do Estado, a local em Barretos e a estadual, na Assembléia, Antônio Olímpio prescindia, em parte, de ter de morar na sua base eleitoral. Por outro lado, a inserção do deputado no governo estadual possibilitava uma série de realizações que se davam no âmbito local (pontes, estradas, hospitais, eventos, doações e facilidades), o que reforçava a base política do mesmo e alimentava a existência de inúmeras funções desempenhadas por subordinados e coligados, numa mútua reprodução. Uma estrutura montada de poder, como já se sugeriu, sustentava, desse modo, sua ausência, ainda que não de modo absoluto, como se verá.

Configura-se na descrição o “compromisso coronelista”, que era o foco do estudo de Nunes Leal. Este autor, vendo como determinante a mudança levada adiante pela República, quando os trabalhadores rurais, bem como quase toda a população masculina a princípio, é chamada para representar o papel de cidadãos eleitores. Nesta nova composição, os proprietários fundiários ganham proeminência pelas relações que estabelecem com esses trabalhadores rurais, a maioria da população aliás. O proprietário fundiário conseguia conduzir os votos dessa população que lhe era subordinada. A hierarquia se reproduz, na base, com o chamado *voto de cabresto*, garantido pelos capangas a cargo do coronel local, subordinado ao coronel absenteísta ou não. A força eleitoral está casada, pois, com a ausência de autonomização do coronel¹¹¹. Por conseguinte, o coronel fazia uma aliança com tais fazendeiros, enquanto articulava seu

O zelo do Dr. Robert John Reid está valiosamente secundado pelo nosso ilustre deputado Dr. Antônio Olímpio, o qual não deixa de dar provas de particular dedicação e amizade (bem merecidas) à povoação de São João Batista dos Olhos D'Água” (apud Marangoni, 2001; 27).

111 “Esta ascendência resulta muito naturalmente da sua qualidade de proprietário rural. A massa humana que tira a subsistência das suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono. Diante dela, o ‘coronel’ é rico. (...) Como costumam ‘passar bem de boca’ – bebendo leite e comendo ovos, galinha, carne de porco e sobremesa – e têm na sede da fazenda um conforto primário, mas inacessível ao trabalhador do eito – às vezes, água encanada, instalações sanitárias e até luz elétrica e rádio –, o roceiro vê sempre no ‘coronel’ um homem rico, ainda que não o seja; rico, em comparação com sua pobreza sem remédio. Além do mais, no meio rural, é o proprietário de terra ou de gado quem tem meios de obter financiamentos. Para isso muito concorre seu prestígio político, pelas notórias ligações dos nossos bancos. É, pois, para o próprio ‘coronel’ que o roceiro apela nos momentos de apertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades” (Leal, 1976; 24 – grifos nossos). Essa consideração final, por sua vez, corrobora a noção de “falta de autonomia” deste poder “privado” com relação ao capital, à maneira como a crítica proposta por Robert Kurz à política em geral, como dependente da mediação abstrata do dinheiro.

“curral eleitoral” como uma espécie de “moeda de troca” por financiamentos públicos para a localidade.

“Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o ‘coronel’, que comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o ‘coronel’ como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que freqüentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados e capangas” (Leal, 1976; 23).

Por outro lado, a reciprocidade se dá entre o próprio Estado e o “coronel”, que receberia daquele sua parte do orçamento para fazer as devidas melhorias na localidade de onde emana o seu poder eleitoral, pagar os salários dos funcionários públicos nomeados por ele, e vetar as propostas nas mesmas alçadas aos adversários desse “coronel”¹¹². Havendo reciprocidade entre o coronel e sua base de fazendeiros, entre o fazendeiro e sua base de trabalhadores/eleitores subordinados, havia, assim, também uma reciprocidade entre o Estado e o coronel.

“A essência, portanto, do compromisso ‘coronelistas’ – salvo situações especiais que não constituem a regra – consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais federais; da parte da situação estadual, carta-branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar” (Leal, 1976; 49-50).

Antonio Olímpio, já eleito deputado, cumpria um dos elos mais importantes desse compromisso, mas precisava de seus apoios na área. Um dos principais pilares de sustentação dessa força local e estadual, sem dúvida, estava na pessoa do coronel Francisco de Mello Nogueira. Nascido em 1870, em Cássia-MG, filho do Cel. Antônio

¹¹² “de um lado, os chefes municipais e os ‘coronéis’, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. (...) É claro, portanto, que os dois aspectos – o prestígio próprio dos ‘coronéis’ e o prestígio de empréstimo que o poder público lhe outorga – são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a liderança do ‘coronel’ – firmada na estrutura agrária do país –, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do ‘coronel’ ficaria sensivelmente diminuída” (Leal, 1976; 43).

Ferreira de Mello Nogueira, fazendeiro em Barretos, o coronel Francisco de Mello Nogueira adquiriu a fazenda Boa Vista, em Olímpia, por volta de 1900. Além de realizar diversas obras de infra-estrutura, que lhe valiam a credibilidade que tinha¹¹³ e foram determinantes para o desenvolvimento do núcleo urbano nascente, como a ponte do povoado de São Benedito sobre o rio Turvo (em 1910), teria também obtido os méritos da construção da estrada entre Olímpia e Barretos.

O segundo daqueles níveis de relação entre Estado e capital apontados por Robert Kurz (1997), não seria ainda condizente com o momento de que tratamos, mas com o fim do processo que analisaremos. Dessa maneira, enquanto a família no período *regional* ainda se ocupa quase integralmente com a reprodução, lembrando o fundamento da *cisão* tal qual anteriormente elaborado para o período colonial, esse nível de atuação do Estado não se encontra ainda autonomizado¹¹⁴. “A modernização é, portanto, um processo de transformação permanente, que sempre volta a sacudir toda a estrutura de reprodução” (Kurz, 1997; 97).

Assim, demandas com educação, saúde, alimentação, habitação e com aspectos ditos ambientais não estarão ainda em pauta, apesar de nos primeiros anos do século XX já se pensar na instalação de um sistema de instrução pública nesses municípios¹¹⁵. Por outro lado, as melhorias trazidas pelos coronéis para as suas cidades representariam esse mesmo processo de autonomização dos referidos aspectos cisionados da reprodução, institucionalizando-se como aparatos públicos (hospitais, grupos escolares, asilos, etc.). Também quanto a tais aspectos e a esse processo, o Estado gradativamente se incumbia de funções que antes não lhe pertenciam, o que acarreta numa elevação exponencial dos

¹¹³ “Construiu pontes, abriu estradas, mandou limpar a área da Praça da Matriz, em 1905, organizou e presidiu a primeira cavalcada (rodeio), realizada ali mesmo na Praça, em 1908. Francisco de Mello Nogueira foi participante ativo da política local. Chefiou o PRP, popularmente chamado ‘Partido Pica-Pau’, sob a liderança regional do deputado barretense Dr. Antônio Olímpio Rodrigues Vieira e de Mário Vieira Marcondes. (...) Pelo seu prestígio político junto ao deputado Dr. Antônio Olímpio, conseguiu muitos benefícios para Olímpia através do governo estadual” (Marangoni, 2001; 39).

¹¹⁴ A tendência seria verificarmos o processo apontado por Robert Kurz: “O lugar de sistemas sociais locais, pessoais, familiares e naturais de educação dos filhos, de amparo dos doentes e das pessoas necessitadas de cuidados especiais, bem como de garantia do sustento na velhice, precisou ser ocupado cada vez mais por sistemas sociais nacionais, impessoais, públicos, que tinham a forma da mercadoria e do dinheiro. Não o mercado, mas tão-somente o Estado, podia assumir essa tarefa, pois a economia de mercado, enquanto tal, não tem nenhuma sensibilidade e nenhum órgão para as etapas da vida humana, que são expulsas para fora do processo incessante de transformação do trabalho em dinheiro, ou que não podem, por sua própria natureza, coincidir com este processo” (Kurz, 1997; 96-97). Algo semelhante valerá para a etapa posterior do desenvolvimento do capital, quando uma massa de desempregados será formada. Também a eles o Estado deverá se remeter como Estado providência.

¹¹⁵ Conferir esse debate nas Atas da Câmara dos Vereadores do município de Bebedouro, livro 3, 1909 - 1910. É interessante notar que, dentre os cinco vereadores da cidade, três eram coronéis, um farmacêutico e o outro médico e discutiam as atividades dos inspetores de instrução, recrutados entre moradores locais para averiguar a instrução pública local.

seus custos: “Assim como o processo de ‘juridificação’, os subseqüentes processos sociais de modernização acarretam atividades adicionais do Estado e, com isso, uma demanda financeira crescente por parte do Estado” (Kurz, 1997; 98).

Não haveria muita diferença do que foi apresentado para o terceiro nível da atividade crescente do Estado, que seria sua função de estabelecer e manter os chamados “agregados infra-estruturais”. Se já falamos de hospitais, escolas e asilos, incluir-se-ia aqui a construção de ferrovias e rodovias, o abastecimento de água e luz, a canalização de esgotos. A reprodução das relações sociais de produção depende, cada vez mais, dessas áreas infra-estruturais, mas elas não entram na relação como *mercadorias*, mas como pressupostos da produção das mesmas¹¹⁶.

Do ponto de vista apresentado na “historiografia” local, esses agregados infra-estruturais aqui aparecem como obras de tal ou qual “bem-feitor”, como fruto da benevolência e da vontade dos mesmos. No entanto, vimos tentando contextualizar a viabilização dessa “vontade” com o padrão de reprodutibilidade da política regional, o coronelismo. Assim, não são quaisquer beneméritos que podem realizar tais obras, mas apenas aqueles articulados ao coronel Antonio Olímpio, até aqui. Por outro lado, mais profundamente, retomamos o entendimento da função desses “agregados infra-estruturais” como parte integrante de uma reprodução social, gradativamente mais urbana e diversificada. Com isso, a obra, que aparece como fruto da política (coronelista) é financiada economicamente e participa da reprodução das relações sociais de produção locais. Os fazendeiros são desincumbidos de construí-las – *ao contrário do que antes analisamos para as “obras” dos primeiros posseiros* – podendo, cada vez mais, portarem-se como “meros” fazendeiros.

Francisco Nogueira chefiou o PRP em Olímpia, por longos anos¹¹⁷. Chefiou, há que se ressaltar, de maneira decisiva e particular. Personificava fortemente o partido e atuava nas vitórias nas eleições, conhecendo todos os eleitores por nome, sendo inclusive compadre de muitos¹¹⁸. Quando fosse preciso, usava a força para consagrar a

¹¹⁶ “Trata-se de *inputs* gerais, relativos à sociedade como um todo, que entram ao nível da empresa, sem que eles mesmos possam ser representados em medida suficiente pela racionalidade da administração empresarial (aqui as coisas se passam de forma similar aos substratos naturais gerais). Por isso, não é por acaso que os agregados infra-estruturais são operados (ou subsidiados), na sua maior parte, pelo Estado em todos os lugares e, com isso, abre-se mais um campo gigantesco da reprodução social, que faz inchar a atividade estatal e as finanças públicas” (Kurz, 1997; 99).

¹¹⁷ “... enquanto aqui residiu, empenhou-se em memoráveis lutas partidárias, que, sob sua chefia, praticamente teve a hegemonia da política local” (Marangoni, 2001; 39).

¹¹⁸ “Gostava ele mesmo de resolver todos os problemas relacionados com a política e nunca aceitava imposições, mesmo quando essas partissem da mais alta direção partidária. Sua atividade mais se fazia sentir, quando se realizavam os pleitos. Conhecia pelo nome todos os seus eleitores e suas famílias. Foi,

desejada vitória nos pleitos¹¹⁹. No entanto, nunca assumia pessoalmente nenhum cargo executivo, incumbindo subordinados ou apoiando outros candidatos, não obstante prestasse-se a ocupar cargos como Juiz de Paz, cujo papel foi o primeiro a exercer, voltando a fazê-lo por diversas vezes, e fabriqueiro da paróquia local, cargo que assumiu depois de surrar o padre que não queria sua nomeação, levando este a abandonar a cidade em 1911 (Marangoni, 2001; 40). Assim, era visto como “homem de bom coração” por grande número de pessoas e era conhecido pela violência¹²⁰ que era capaz de empregar quando julgasse necessário:

“Sua melhor função era captar votos do eleitorado e fazer as eleições. Chico Nogueira dirigia o PRP (Partido Republicano Paulista) assessorado por Mário Vieira Marcondes, que, por alguns anos, foi o único na cidade. (...) Nunca concorreu a nenhum cargo político. Ele queria mesmo era formar o partido na cidade. Mas os candidatos sempre eram outros, apoiados por ele. E para ajudá-los havia os correligionários como José Clemêncio, José Soares de Medeiros, Nicolau Stanger e outros. Eles iam de casa em casa, a cavalo nos sítios, captando votos” (Marangoni, 2001; 40).

Se esta observação do papel eleitoral desempenhado pelo coronel Francisco Nogueira corrobora aquela noção do mecanismo do “coronelismo” em Nunes Leal, como um compromisso de reprodução política nos marcos do regime representativo da Primeira República, deixamos claro que ampliamos sua noção vendo não uma superposição desse regime representativo a uma estrutura agrária (atrasada). Procuramos não incorrer em dicotomias como atrasado e moderno, nem ver o “moderno” do regime representativo se superpondo sobre a estrutura agrária. Vemos antes este coronelismo se desdobrando a partir do poder e do processo produtivo (da pecuária regional) daqueles primeiros posseiros. Caracterizamos nessa perspectiva uma posição também crítica ao Estado moderno e sua impessoalidade, que são positivados

talvez, o homem que mais possuiu compadres em nossa terra. Vencia sempre o PRP, pois, se acaso alguma oposição se fizesse sentir, era logo anulada na lavratura de atas” (Marangoni, 2001; 39).

¹¹⁹ Nunes Leal observava, no entanto, uma tendência ao Estado preferir apoiar candidatos locais consolidados, que não precisassem de recorrer ao “porrete”, ainda que este andasse lado a lado com o “favor” na reprodução do coronelismo: “Em certas circunstâncias, as ameaças e violências desempenham função primordial, porque semelhantes processos podem, por vezes, garantir o governo municipal à corrente local menos prestigiada. Mas a regra não é essa: a regra é o recurso simultâneo ao favor e ao porrete. Compreende-se isso perfeitamente, quando se considera que à situação dominante no Estado o que interessa é consolidar-se com o mínimo de violência. (...) Por isso mesmo, freqüentemente, o oficialismo estadual apóia a corrente que já conseguiu posição preponderante no município” (Leal, 1976; 47-8).

¹²⁰ “Era um homem de personalidade forte, que radiava simpatia e, acima de tudo, de bom coração. Mas na política o Cel. mandava a sua maneira; nas eleições prometia sapatos e roupas aos eleitores. Como o voto naquela época, não era secreto, o Coronel ficava verificando quem cumpria a promessa. Caso contrário, exigia a devolução dos presentes, na melhor das hipóteses. Na pior alguém levava uma surra” (Marangoni, 2001; 40). Esse relato é de Plínio Garcez, que conviveu com o coronel, em entrevista realizada em 1982 para um jornal local.

na exposição de Nunes Leal, por exemplo. É o processo de autonomização do Estado com relação ao capital regional que está sendo aqui focado. A *região* exerce essa passagem exatamente pela fusão que se observa entre o “poder” político e o “poder” econômico.

Nesse processo, vai transparecendo, mais uma vez, a inserção complexificada daquelas famílias que possibilitaram a criação da vila numa estrutura político-institucional que vem junto com a criação mesma do povoado. Isto é, enquanto alguns membros das primeiras famílias atuam no sentido de viabilizar a formação do patrimônio, como Joaquim Miguel dos Santos, mediando a negociação do engenheiro Reid com as famílias de condôminos, notadamente os seus próprios parentes, fortalece-se, com o patrimônio formado, uma união, antes velada, com a elite política e econômica de Barretos. Os “braços” do líder local do PRP são personificados pelo coronel Francisco Nogueira, já fazendeiro na localidade, que se alia aos membros daquelas famílias (José Clemêncio da Silva e José Soares de Medeiros, por exemplo) e reproduz politicamente sua condição, ao passo que, fazendo-o, reproduz a força de Antônio Olímpio, e vice-versa; o “compromisso coronelista” se evidencia na área. Ainda, vale-se, para tanto, de uma ligação pessoalizada com as famílias de eleitores, que conhece por nome e estabelece relações de compadrio.

3.3. Briga entre cidades e briga entre coronéis: “Reprodução ampliada” do coronelismo perrepista e a ascensão de uma dissidência

O outro pilar de sustentação daquela força do líder ausente do PRP local é o seu próprio genro, Mário Vieira Marcondes. Filho do farmacêutico radicado na Vila, desde 1912, Manoel Inocência Marcondes de Andrade. Enveredando-se pelo caminho do Dr. Antônio Olímpio, Mário Vieira Marcondes se casaria com a filha daquele: Maria Olímpia, que nomeara a vila que se desmembrara de Barretos. Logo, a advocacia e a política junto ao sogro se fundiriam¹²¹.

¹²¹ Estudante do curso de direito na faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo, Marcondes, acometido por uma séria doença, veio se tratar com o pai, em Olímpia. Durante o período em que passou no interior, encontrou a jovem Maria Olímpia Rodrigues Vieira, que, estudante também na capital, passava férias na residência do coronel Antônio Ferreira de Mello Nogueira, em Barretos, e visitava a fazenda Boa Vista, do filho deste, o coronel Francisco de Mello Nogueira, em Olímpia. Mário e Maria Olímpia já se conheciam de vista na capital e se conheceram, de fato, na fazenda do braço direito do pai da moça. No mesmo ano de 1914 firmariam o noivado. Em 1915, o rapaz abandonaria o curso, no terceiro ano de faculdade, para ir se firmar

Quando em 7 de dezembro de 1917, o projeto de lei de autoria do Dr. Antônio Olímpio para a emancipação de Olímpia do município de Barretos foi aprovado na Lei no. 1571, com a instalação do município de Olímpia, em 7 de abril de 1918, Mário Vieira Marcondes foi o seu primeiro prefeito, provando uma longa popularidade¹²², mas também gestando muitas inimizades.

Um ano após a criação do município, Olímpia ainda seria alçada à posição de comarca, autonomizando-se politicamente por completo de Barretos. Com isso, Mário acumularia os cargos de prefeito do município e seria nomeado oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos. Ocupou este cargo de 1918 a 1924.

(Org.: Cássio A. Boechat)

definitivamente em Olímpia. “Levado pelas mãos do futuro sogro, Mário entrou para as hostes do Partido Republicano Paulista” (Marangoni, 2001; 32). Tinha Mário apenas 22 anos de idade. Em 11 de junho 1916, o casamento de Mário e Maria Olímpia se concretizaria, com um evento social de grandes proporções. Logo, o genro abriria escritório de advocacia com o sogro e o capitão Leonardo Posella Segundo, que, por sua vez, apesar de ser adversário político de Antônio Olímpio, trabalhava como agrimensor para o escritório.

¹²² Sua popularidade, então, era enorme, tendo fundado um jornal que durou pouco, “O Momento”, em 1917, e depois o duradouro periódico “A cidade de Olímpia”, em 1918, do qual era o principal redator, tendo como secretário Lino Vieira. “Militou na imprensa local com rara felicidade, granjeando enorme simpatia e prestígio. Criado o município foi seu primeiro prefeito, posição esta que ocupou por 4 vezes” (Marangoni, 2001; 72).

Esse processo de separação de Olímpia, como município e como comarca, de Barretos – que, décadas antes, em 1892, já tinha tido sua área radicalmente diminuída pela separação do distrito de Bebedouro, restituído a Jaboticabal, de onde o próprio município de Espírito Santo de Barretos havia antes se desmembrado, como vimos em 1885 – seria o estopim de um grande movimento, partindo de Barretos, de oposição ao poder de Antônio Olímpio.

Paralelamente ao desenrolar dessa rede de alianças do poder do Dr. Antônio Olímpio, com a história daí ramificada dos maiores suportes locais a sustentar sua prática política como deputado (o engenheiro Robert John Reid, o coronel Francisco de Mello Nogueira e o seu genro Dr. Mário Vieira Marcondes), vai se dando um desenvolvimento material do próprio núcleo urbano criado pelo incentivo dessa mesma rede e a retro-alimentar ela mesma.

A própria formação do patrimônio abria as portas para a inserção legitimada de novos moradores que para ali convergissem. Antes da criação dele, o estabelecimento de uma pessoa na área das posses que constituíam, de modo geral, a enorme fazenda Olhos D'Água, por exemplo, só poderia ocorrer seguindo três possibilidades. Uma delas seria a união com as famílias de posseiros já ali instaladas. Essa união podia se dar por laços de matrimônio, por afinidades estabelecidas tais como o compadrio e a cessão por parte das mesmas da permanência do interessado, ou pela contratação da dita pessoa para realizar qualquer tarefa para as mesmas. Por outro lado, havia sempre a possibilidade, como já ficou explicitado no próprio percurso histórico de ocupação da base fundiária local, de se ocupar uma área, necessariamente de tamanho mais reduzido, dentro da área maior anteriormente já ocupada. Nesse caso, a abertura para a possibilidade de um conflito com os ocupantes anteriores se fazia. A terceira possibilidade de inserção, como os próprios exemplos mostraram, era a compra de parcela de terras dentro das posses, o que podia ocorrer por mais que as mesmas ainda não tivessem sido demarcadas, divididas e legitimadas.

Assim, a criação do patrimônio deve ser vista, antes, junto com o próprio processo de legitimação das posses. É desse processo que as parcelas das glebas que se tornam propriedade privada, com título judicialmente respaldado, podem ser doadas para o bispado a que a área maior estava subordinada, no caso o de São Carlos. Na área doada, agora pertencente à paróquia, a negociação de compra e venda dos terrenos demarcados dentro dela passa a ser feita diretamente com a fábrica da paróquia. Em tese, aquelas três possibilidades de inserção na área, que dependiam, no mais das vezes,

de uma negociação pessoalizada com os ocupantes anteriores da área, são anuladas em favor de uma única forma de negociação, a da troca de mercadorias. No caso, a compra e venda do terreno dentro do foro paroquial, a princípio.

Dada essa, aparentemente maior, liberdade de se instalar no patrimônio, e as possibilidades já antecipadas de uma ocupação diferenciada da área (uma ocupação urbana com as atividades a ela relacionadas), não demora para haver uma afluência grande de pessoas para a localidade. No ano mesmo da criação do patrimônio, os primeiros comerciantes compram os primeiros terrenos, erguem as primeiras casas do povoado e começam a estabelecer relações, devidamente mediadas por suas atividades, que serão consolidadas em histórias pessoais para além das mesmas atividades comerciais.

Para além do exemplo dado (mas na relação com ele): outros processos e outros patrimônios na área abordada, raízes da dissidência e da reprodução do poder local

Outros patrimônios dentro da imensa área que compunha a cidade de Olímpia estavam se constituindo, paralelamente ao processo que aqui expusemos. Enquanto ao norte de Olímpia, a pecuária se consolidava na área da imensa fazenda original Olhos d'Água, ao sul a cafeicultura avançava sobre as áreas das fazendas originais Palmeiras, Coqueiros, Bebedouro do Turvo e Bagagem. No processo divisório de cada uma dessas fazendas surgiu um patrimônio, exatamente nos moldes do que apresentamos, mas com determinações diversas do que o até aqui visto para a passagem da posse à propriedade na fazenda Olhos d'Água.

No começo do século XX, os cafezais chegavam à área ao sul de Olímpia, expandindo-se desde Jaboticabal e Bebedouro. Os trilhos da Companhia Paulista atingiam estas cidades. Já notamos, noutra parte, entretanto, que o grande maciço de terra roxa encontrado no chamado *reverso da cuesta*, depois da depressão periférica, próximo a Ribeirão Preto, São Carlos, Casa Branca era diferente da composição do solo na direção de Araraquara, Jaboticabal e adiante na direção do Rio Grande. Pierre Monbeig (1998) via assim uma expansão posterior nesse momento que ia escolhendo os chamados *espigões*, isto é, as partes mais altas com composições de solo mais férteis. A partilha dessas porções mais férteis seria rapidamente feita, ainda que as condições da cafeicultura caminhassem para a primeira grande crise verificada nos primeiros anos dos 1900.

Estamos no momento da divisão das grandes fazendas originais na área, conforme procuramos salientar. Tais divisões, em geral, implicavam a doação de uma

porção das referidas terras para o *patrimônio* de algum santo católico. A formação do patrimônio constituía o primeiro passo para a constituição de um núcleo urbano, porque permitia o acesso de quaisquer pessoas que quisessem ali se instalar, mediados unicamente pelo dinheiro. Ou seja, bastava comprar um lote dentro do patrimônio, pagando o foro à fábrica paroquial pela quarta.

Neste momento, teríamos na área estudada, além do largamente tratado Patrimônio de São João Baptista dos Olhos d'Água, que já se transformara em *Vila Olímpia*, os patrimônios de São Benedito da Boa Vista, São Miguel Arcanjo do Campo Limpo, Nossa Senhora da Abadia de Monte Verde, Divino Espírito Santo dos Coqueiros, e logo teríamos também o de São José de Severínia, Santo Antônio de Álvora, para constar apenas aqueles mais próximos à área que vimos tratando. A formação desses patrimônios se deu em larga medida conjuntamente à divisão das fazendas originais, que, praticamente 50 anos depois da chegada do primeiro posseiro, já não se resumiam à Fazenda Olhos d'Água.

Marília Dalva Klaumann Cánovas (2001) realizou extensa pesquisa sobre a formação das fazendas de café e da imigração espanhola para a *Villa Novaes*, que se encontra a poucos quilômetros de Olímpia, fazendo à época fronteira ao sul do enorme município criado pelo Dr. Antônio Olímpio. Ali, ao tratar das transformações que a cafeicultura prenunciava naquela “boca do sertão” de Jaboticabal, mostrou como as plantações de café já estavam se dando mesmo antes de constarem nas estatísticas oficiais. Em sua pesquisa, assim, cita em várias passagens a plantação e a vinda de espanhóis meeiros ou pequenos sitiantes, instalando-se na Fazenda Bebedouro do Turvo, ao norte do antigo Patrimônio de São Benedito do Turvo, onde a vila Novais surgiria.

Esta enorme fazenda original acompanhava as margens do rio Turvo, indo fazer divisa com a Fazenda Olhos d'Água, a Fazenda Bagagem, a Fazenda Palmeiras e a Fazenda Coqueiros, ao seu norte.

É lugar-comum entre os que lidaram com a história das referidas áreas por nós estudadas alegar que o plantio de café não teria ocorrido em Olímpia e em suas adjacências antes de 1910. Por conta da enorme produção cafeeira, capitaneada pela rápida expansão pelo Oeste Paulista, notadamente a de Ribeirão Preto, as políticas cambiais repetidas durante as décadas de 1880 e 1890 para manter a exportação desse produto (cf. Furtado, 2000, sobre esta política), já não surtiavam efeito em escoar o produto na virada do século. A produção excedia em muito o consumo mundial

(Taunay, 1941) culminando na grande crise de 1904-1905. Como resposta ao problema, representantes do Vale do Paraíba e do Oeste mais velho próximo a Campinas propuseram a proibição de novos plantios, o que, em tese, além de evitar o aumento ininterrupto do estoque brasileiro, acarretaria um incentivo aos colonos de se manterem naquelas áreas já decadentes, deixando de migrar para as plantações mais novas onde obtinham vantagens no plantio intercafeeiro de alimentos (cf. Stolcke, 1996). A medida teria passado, apesar das críticas no sentido contrário dos representantes do chamado Oeste novo.

Tomando dessa maneira apenas a proibição oficial aos novos plantios, realmente os cafezais tardariam a chegar à área de Olímpia, sendo que antes disso a distância para as ferrovias e o processo incipiente de posse da área atrelada à pecuária regional dificultava o plantio dos mesmos na localidade. Basta, no entanto, um exemplo para mostrar o que Stolcke (1996) e Monbeig (1998) já haviam afirmado sobre a ineficácia da medida, em alto grau pela impossibilidade de se fiscalizar as novas plantações em áreas em que o Estado estava ainda se formando, como procuramos evidenciar até aqui.

Quando, tempos depois, em meio à crise decorrente da *quebra* de 1929, os fazendeiros de Olímpia Pedro Ricciardi e Natal Breda arremataram 94 alqueires de terras na Fazenda Bebedouro do Turvo, em Cajobi, a descrição da propriedade mostrava a existência de “40 mil pés de café formados, 14 mil pés de 30 anos e meio, 9 mil de dois anos e meio” e outras benfeitorias, ao preço de Rs. 50:000\$000 (CRGHCO, Livro 3-E, fl. 187, registro no. 1.578, 3 de novembro de 1931). Discriminando as idades dos cafeeiros para atribuir-lhes preços diferentes como benfeitorias da propriedade, o exemplo nos remete à constatação de que havia plantações de café na Fazenda Bebedouro do Turvo sendo feitas no ano de 1900 ou 1901.

Isso não anula as dificuldades que aqueles que plantaram cafezais na área durante aquela época devam ter passado. Não seria, entretanto, a proibição que vetaria a existência dos cafezais, mas a crise vivenciada, levando à primeira política de *valorização* do café, a partir do Convênio de Taubaté, em 1906, é que constituíam reais entraves à expansão.

Por outro lado, consolidadas pouco antes desse período turbulento, as plantações de café em Jaboticabal, onde a ferrovia chegara em 1892, e em Bebedouro, já eram realidade, tendo-se notado uma fragmentação das fazendas originais naquelas áreas e um afluxo grande de imigrantes, notadamente espanhóis para aqueles municípios. Logo, esses espanhóis também comprariam partes daquelas terras, principalmente nas piores

terras, próximas aos rios. Para a particularidade local, Cánovas (2001) aponta que, segundo os imigrantes espanhóis entrevistados, o acesso às pequenas e médias propriedades por estes deu-se pelo retalhamento das fazendas dos brasileiros que delas haviam se apossado num período anterior, ou dos filhos destes.

É o que se vê no caso indicado da divisão de terras na Fazenda Bebedouro do Turvo. Para vender 100 alqueires ali, por Rs.10:000\$000 à família de seu Tercifon e a outras seis famílias da região de Almería, na Espanha, Ignocencio Braz deu prosseguimento à legalização da divisão dos 738 alqueires que haviam sido por ele comprados a José Antônio dos Santos, juntamente com outros 19 lavradores. José Antônio dos Santos, por sua vez, havia recebido as ditas terras “por herança de seu pai, mãe, sogro e sogra” (Cánovas, 2001; 236). Assim, a compra em conjunto possibilitava o acesso à terra que era, posteriormente, retalhada, e, muitas vezes, revendida.

O exemplo dado pela historiadora é muito relevante. Temos uma fazenda dentro da área que nos compete pesquisar, sendo vendida a imigrantes espanhóis, para cuja venda a divisão das mesmas terras teve que ser levada adiante. Assim, mostra-se a motivação por parte de posseiros para realizar o processo de divisão, demarcação e legalização das terras que tanto tratamos até aqui. Na divisão da fazenda Olhos d’Água ressaltamos o papel do filho do “desbravador” Antônio Joaquim dos Santos no convencimento dos “condôminos” para conduzir o processo, motivado também pelo engenheiro Reid. Aqui vemos o outro lado da motivação, os próprios posseiros querendo a divisão para vender suas porções de terra. No exemplo da Fazenda Bebedouro do Turvo, mais uma vez, mostra-se a ligação do vendedor das terras àquele desbravador: José Antônio dos Santos recebera as terras como herança de Antônio Joaquim dos Santos, seu pai. Portanto, a Fazenda Bebedouro do Turvo seria fruto do lento processo de divisão da Fazenda Olhos d’Água, quando esta ainda era uma enorme posse.

Por outro lado, a legalização dessas terras não teria as implicações que até aqui evidenciamos na legalização das terras da Fazenda Olhos d’Água, gerando a Vila Olímpia, nas profundas relações que se estabeleceram com a elite de Barretos. Temos aqui a legalização e divisão da Fazenda Bebedouro do Turvo, levando à compra de terras de qualidade inferior por imigrantes espanhóis.

Não obstante as dificuldades, a divisão das fazendas originais reservara as melhores fatias das terras mais férteis dos espigões. É o que buscava outro espanhol, já mencionado anteriormente. A divisão da Fazenda Palmeira, para a qual haviam sido

incumbidos os engenheiros Leatherbarrow e Reid, levaria à instalação de João Saborido naquela área, “que comprara dos srs. João Cirino e Laffayette de Almeida grande quantidade de terrenos nas fazendas ‘Coqueiros’ e ‘Palmeiras’ plantando, logo a seguir, milhares de cafeeiros, assentando assim a base de um futuro promissor” (Prates, 1984; 21).

Por outro lado, a divisão das Fazendas Coqueiros e Bebedouro do Turvo também guardam relações com um *imbróglia* que teria surgido com a ação daquele que seria o fundador de alguns importantes patrimônios na área.

Na história do município de Cajobi, retomada em 1936 pelo jornalista e político local Agnello da Cruz Prates, era às margens do rio Turvo que dois dos principais núcleos populacionais da área haviam se desenvolvido. O primeiro deles era São Miguel Arcanjo do Campo Limpo, importante entreposto no sertão de Jaboticabal, ainda quando a vila Olímpia não existia. Após uma desavença com o fundador do patrimônio, Mizael Anacleto de Souza teria se mudado para a outra margem do rio Turvo, logo à frente daquele patrimônio e fundado um novo: São Sebastião da Boa Vista do Turvo. Por demais assim resumida, a história mostra certa facilidade no apossamento dessas áreas, como também reforça o “poder” do fundador do patrimônio, algo análogo ao que procuramos ressaltar para o papel de mediador do acesso à posse pelo posseiro inicial Antônio Joaquim dos Santos e sua família.

De toda maneira, fundado o novo patrimônio, logo Mizael Anacleto de Souza, agora o fundador, entraria em conflito com os novos moradores que para lá convergiam. Mais uma vez, era ele quem abandonava a área. Indo espigão acima dentro da Fazenda Bebedouro do Turvo, onde Anacleto de Souza já possuía algumas terras, procurara uma boa área para fazer plantações e instalara uma casa numa colina. Entretanto, essas novas posses já não estavam dentro daquelas posses que ele já possuía. Já instalado e, por isso, confirmada a sua posse – lembremos que Cirne Lima (1990) aborda exatamente a questão de como a posse na legislação de 1850 era antes posse cultivada – Anacleto de Souza teria entrado em acordo com aqueles que tinham precedência sobre aquelas terras. Como solução à questão, promoveu-se a divisão das referidas terras, não à toa no mesmo ano de 1900, o marco desse tipo de ação respaldada pela mudança na legislação fundiária paulista. Anacleto de Souza convenceu os “donos” das posses a doar 33 alqueires¹²³, entre os quais aqueles de que se apossara.

¹²³ “Aconteceu que tendo Mizael Anacleto de Souza terra em comum na fazenda ‘Bebedouro do Turvo’, resolveu fazer plantações em terrenos que ele achou mais apropriados. Subiu o córrego ‘Mizael’ até as

Fundava-se, com isso o Patrimônio de Nossa Senhora d'Abbadia de Monte Verde, com motivações distintas das que até aqui mostramos. Mas, ao contrário do que parece, Mizael Anacleto de Souza não seria um pequeno posseiro que fez valer o seu direito de posse. Era, como se verificaria no processo de divisão da Fazenda Bebedouro do Turvo mais do que isso. Nesta divisão, que “foi julgada por sentença em 11 de julho de 1896, que transitou em julgado sem oposição alguma” (Prates, 1984; 14), conforme a transcrição do registro recuperada no cartório de Barretos, a Mizael Anacleto de Sousa teria tocado duas glebas, no valor de Rs 25:926\$182. Se o valor pouco informa, muito se deduz das informações de que essas duas glebas eram extensas e tinham muitas benfeitorias. A primeira delas, por exemplo, ia do patrimônio por ele fundado às margens do rio Turvo São Sebastião da Boa Vista até o da Fazenda Coqueiros, espigão acima. Assim, primeiro vê-se que aquele primeiro patrimônio foi doado em posses suas, depois nota-se que Mizael não foi simplesmente procurar um bom lugar para plantar, mas foi consolidando uma posse de mais de 300 alqueires¹²⁴.

suas nascentes e nas águas vertentes desta fazenda com a dos ‘Coqueiros’, edificou ele no cume de uma bela colina, a *primeira casa* que foi o marco inicial da Cidade de Cajobi. As suas terras não chegando até onde ele fizera a sua primeira propriedade, cujas terras adjacentes julgara que lhe pertencessem, doara ao Patrimônio de N. S. d'Abbadia. Tempos após, vendo que as suas terras não chegavam aonde tinha feito ele a sua casa, fizera o velho Mizael com que Joaquim da Silva Ramos e sua mulher fizessem a primeira doação ao primitivo patrimônio, respeitando, ao passar a respectiva escritura, a sua propriedade já edificada” (Prates, 1984; 11 – grifos nossos).

¹²⁴ A primeira dessas glebas, no valor de Rs. 15:555\$300, correspondia a 60% do valor total do quinhão a que se referia, equivalendo a 327,20 alqueires (ou 792,76 ha). Trata-se daquela em que havia conexão com a outra posse do mesmo Anacleto de Sousa. Essa gleba ia da divisa com a fazenda Coqueiros, do espólio de Manoel Antônio do Espírito Santo, terras estas que se encontravam no limite onde o posseiro construiu sua casa na colina, descendo deste espigão até o rio Turvo, acompanhando o seu afluente córrego da Limeira e depois outro afluente denominado córrego do Mizael,

“... seguem confrontando com terras de Jerônimo Moreira da Silva, a princípio e logo depois com o Patrimônio de S. Sebastião da Boa Vista, até chegar na margem direita do córrego Mizael, onde se fez também cova e seguindo daí para a margem direita deste córrego, desce por ele abaixo e vão até a sua barra no ribeirão chamado ‘Turvo’ e finalmente, seguindo veio d’água do Ribeirão do Turvo acima, vão até chegar outra vez na cova onde tiveram começo estas divisas. Dentro desta Gleba há nove casas de morada, rego d’água, moinho, munjolo, plantações e outras benfeitorias de terreiro, pertencentes tudo ao sócio pagando” (Prates, 1984; 12-13).

Além de se notar como as divisas indicam, por um lado, as limitações da posse acompanhando os veios dos rios e seus afluentes, subindo a meia encosta do espigão até encontrar a outra fazenda dos Coqueiros, onde seria fundado o Patrimônio de Espírito Santo dos Coqueiros, em homenagem não só à entidade religiosa, mas também ao desbravador que possuía a posse Manoel Antônio do Espírito Santo, indicam, por outro lado, como tinham início, à beira do rio Turvo, na antiga posse do mesmo Mizael Anacleto de Sousa, no patrimônio por ele fundado de São Sebastião da Boa Vista. Mais ainda, mostram que a posse se efetivava por mais do que uma casa erguida na bela colina, que seria denominada de Monte Verde. Dentro dos seus mais de 327 alqueires, o posseiro erguera 9 casas de morada, além de moinho, monjolo, das plantações que fizera e outras benfeitorias não especificadas. Mizael Anacleto de Sousa não poderia ter realizado essa efetivação da posse sozinho. O protagonismo do patriarca que regulariza o feito coletivo dos seus apaga, no entanto, a história conjunta dos mesmos como se fosse a obra do fundador.

O novo patrimônio concorreria com outros já fundados, levando à decadência de outros núcleos¹²⁵. Mas o “progresso” que a futura Cajobi experimentalista estava antes ligado à sua posição privilegiada, mais perto dos espigões e mais propícia à cafeicultura do que as margens do rio Turvo. Isso não quer dizer, no entanto, que os cafezais não tenham se espalhado para aquelas “baixadas” e que Cajobi não tenha experimentado suas próprias dificuldades.

3.4. A consolidação de uma “dissidência” ao “compromisso coronelista”, paralelamente à própria consolidação do “compromisso coronelista”

Estabelecido o patrimônio de São João Baptista dos Olhos d’Água, as primeiras casas eram as erguidas pelos próprios doadores para a criação do mesmo, porém os primeiros comerciantes não demoraram a se instalar. Jorge Aidar, que aparece no registro acima da empreitada para a determinação da área da futura Matriz, chegara ao Brasil dois anos antes, em 1903, vindo da Síria, com os parentes João, Miguel, Felipe e Alexandre Aidar. Construiu ali, na praça da Matriz, a primeira loja do povoado, “a Loja do Povo, o segundo prédio de Olímpia, que servia de residência e loja de armarinhos” (Marangoni, 2001; 28). A família Aidar se ramificaria, ao longo dos anos, de maneira extensa, exercendo importante influência em diversos ramos de atividade e na política local até os dias atuais.

Ainda em 1904, chegava também à localidade o austríaco Narciso Bertolino, vindo de Piracicaba-SP, depois de ter vivido em Blumenau-SC com os pais, de 1876 a 1888. Tendo acampado às margens do córrego Olhos D’Água nos primeiros momentos¹²⁶, viria a fundar a primeira farmácia de Olímpia, em 1906, a Farmácia Popular, e a primeira escola, em 1910¹²⁷. Também em 1910, agora já tendo sido

¹²⁵ “Com o progresso desta localidade, extinguiram-se três povoações: São Miguel Arcanjo do Campo Limpo, São Sebastião da Boa Vista e Divino Espírito Santo dos Coqueiros.

De São Sebastião da Boa Vista só se vê um pé de ‘primavera’, com suas flores rubras permanentes, assinalando, para quem conheceu aquela povoação, à antiga localidade, a sua vida ora extinta.

Tudo passa!

Tudo tem fim!” (Prates, 1984; 55).

¹²⁶ “Quando aqui chegou, com um companheiro de nome Egídio Zacari, no dia 26 de julho de 1904, com 33 anos, havia apenas algumas casinhas ao redor da Capela, existindo dois cruzeiros: um na praça, futura Praça da Matriz, e outro, o primeiro, às margens do Córrego Olhos D’Água. Ali ficou com sua família acampado, até que pudesse construir um rancho” (Marangoni, 2001; 41).

¹²⁷ “Trabalhou de carpinteiro, mas estudando, fez-se prático de farmácia, fundando, em 1906, a primeira farmácia de Olímpia, na esquina da rua São João com a Rua 9 de Julho, chamando-a de Farmácia Popular. Em 1910, transferiu-a para prédio próprio na Praça Nossa Senhora da Aparecida. (...) Em 1910, criou a primeira escola de Olímpia, mandando buscar sua sobrinha Da. Lourdes Ferrari Guimarães em Jaboticabal para aqui exercer o magistério” (Marangoni, 2001; 41).

agraciado com o título de “capitão”, pelos trabalhos prestados como suplente de delegado, Narciso Bertolino instalava a primeira máquina de beneficiar arroz.

No mesmo período foram sendo abertas as primeiras casas comerciais dos mais diferentes tipos, com as construções de seus respectivos prédios e a ocupação conseqüente dos respectivos terrenos foreiros, principalmente em torno da capela e da área da futura matriz, que foi construída e destruída completamente por um incêndio em 1910, e novamente erguida para ser depois inteiramente reformada e ampliada nos anos de 1918 e 1919.

Os Aidar se consolidavam como importantes e respeitados comerciantes, nas figuras de Miguel Sallim Aidar, João Aidar, Jorge Aidar e Said Aidar, e posteriormente fortes fazendeiros e negociantes de café, com o magnata e bancário Gabriel Said Aidar, aproximando-se, ao longo do tempo, do poder político estabelecido. Já o capitão Narciso Bertolino figuraria como aliado de uma outra força política arraigada na cidade de Barretos.

O referido farmacêutico ficaria conhecido pela filantropia exercida, que lhe faria ser conhecido como “O pai da pobreza” entre os moradores locais. Porém, a aliança com o coronel Silvestre de Lima, que o levaria a exercer diversos cargos como delegado, suplente de delegado e sub-prefeito, assim como já fora apontado para a dinâmica de reprodução do poder, sempre ampliado, do PRP de Antônio Olímpio, parece valer para o seu caso. Vale ressaltar que o Cel. Silvestre de Lima já ocupava, em 1911, o importante cargo de prefeito de Barretos, a que a Vila Olímpia era subordinada, sendo distrito daquele município.

Porém, a força do coronel Silvestre de Lima, de fato, concentrava-se na pessoa do capitão Leonardo Posella II, que se instalara no povoado de São João Batista dos Olhos D’Água em 1906. Agrimensor, trabalhando para o escritório do líder do partido rival Dr. Antônio Olímpio, representava uma figura ambígua, transitando entre as duas frentes opostas de poder¹²⁸. Com isso, tendo sido sub-prefeito do distrito da Vila Olímpia, que ainda pertencia então a Barretos, tornou-se uma das mais respeitadas personalidades locais¹²⁹. As obras de infra-estruturas, cujos méritos de terem sido

¹²⁸ “Apesar de trabalhar para o Dr. Antônio Olímpio em seu escritório, sempre foi fiel politicamente ao partido ‘Arara’, de Silvestre de Lima, e, por esse fato, sempre gozou de prestígio para reivindicar junto ao deputado barretense, melhorias para Olímpia, sem que por isso desmerecesse a amizade e respeito que gozava por parte do Dr. Antônio Olímpio” (2001; 43).

¹²⁹ “Era tão respeitado que quando sub-prefeito, voltava de suas viagens a Barretos, a Banda Musical local is esperá-lo” (Marangoni, 2001; 43).

concretizadas por ele¹³⁰, advêm da complexidade das relações por ele estabelecidas. A principal delas parece ter sido a influência que exerceu, juntamente com a do Dr. Antônio Olímpio, no traçado da nascente Estrada de Ferro São Paulo-Goiás.

Como se nota, entretanto, não se tratam de pessoas simplesmente incumbidas de realizar as obras de melhorias e reproduzir os poderes daqueles coronéis maiores. A força dessas personalidades na localidade tem sustentação material nas diversas atividades em que tomam parte. Enquanto os Aidar acumulam atividades comerciais, tornando-se alguns deles cafeicultores no momento subsequente e, enfim, inclusive abrindo uma casa bancária, o capitão Narciso Bertolino de marceneiro torna-se farmacêutico e depois também comerciante, dono de uma máquina de beneficiar arroz, a primeira da cidade. Leonardo Posella II, mais do que este, agrimensor no principal escritório de Barretos, além de ter sido agente dos Correios em 1908, também terá, no momento em que a cafeicultura se consolide na área, uma máquina de beneficiar café e será um dos principais comerciantes da mercadoria na cidade.

Esse desenvolvimento do núcleo urbano do Patrimônio de São João Batista dos Olhos D'Água, que depois torna-se distrito de Barretos, com sede na Vila Olímpia, culmina na separação da área do distrito como um todo, que se torna município de Olímpia, incorporando também os distritos, emergentes na vasta área de Barretos quase simultaneamente à própria Vila, de Cajobi (antes Monte Verde) e Icém (antes Água Doce). Assim, a mesma Lei 1.571, de 7 de dezembro de 1917, que cria o município de Olímpia, cria, ao anexar os referidos outros distritos de Barretos, um município com área maior do que o de que foi desmembrado.

¹³⁰ “Em 1912, por sua iniciativa, mudou a iluminação de Olímpia, que era a vapor, por iluminação a petróleo. Ainda nesse ano, como subprefeito construiu a primeira ponte sobre o rio Cachoeirinha e o Matadouro Municipal. Em 1914, construiu o novo cemitério (São José), com fiscal contratado pela prefeitura de Barretos. E teve muita influência na vinda da via férrea para Olímpia. Em 1915, construiu duas pontes sobre o córrego Olhos D'Água: a da rua 9 de Julho e a da Rua Jorge Tibiriçá. Doou grande parte de seu patrimônio urbano para a construção da Paróquia de São João Batista, onde foi construída a Casa Paroquial e o Cine Teatro Nossa Senhora da Assunção” (Marangoni, 2001; 43).

(Org.: Cássio A. Boechat, 2009)

A tensão local, no âmbito da alta sociedade barretense, seria muito bem aproveitada pela oposição, liderada pelo coronel Silvestre de Lima. Ainda que também o seu poder se ramificasse por todas as localidades que também formavam o novo município, e talvez também um pouco por isso, o uso da idéia de orgulho local ferido foi o ponto reforçado pelos partidários locais do coronel. O jornal local “O Sertanejo” saiu em defesa da honra de Barretos, acusando o deputado barretense Antônio Olímpio de ter traído a sua base eleitoral, com o desmembramento por ele proposto e aprovado na referida lei. O resultado da campanha, dessa forma empreendida, seria a contundente derrota do deputado Dr. Antônio Olímpio, nas eleições daquele ano para a Assembléia. O pretenso “amor” de Antônio Olímpio pela nova cidade, que levava o nome de sua filha, acarretava a derrota do líder local do Partido Republicano Paulista para o rival, também ainda pelo mesmo partido¹³¹. O contexto era propício, pois, para o início de

¹³¹ “Compadre do Dr. John Robert Reid, fundador de Olímpia, teve o nome de sua filha (Maria Olímpia) emprestado a nossa terra, por solicitação do Dr. Reid. (...) Dr. Antônio Olímpio nunca escondeu seu imenso amor a Olímpia, que até lhe deu prejuízos políticos quando da emancipação política de nossa terra, pois Olímpia ficou com uma extensão territorial muitas vezes maiores que a de sua antiga sede, o que valeu ao Dr. Antônio Olímpio, através do jornal de Barretos “O Sertanejo”, por muito tempo em suas primeiras páginas, severas críticas pela perda de tão grande parte de seu território. Essa atitude custou ao Dr. Antônio Olímpio a derrota nas eleições para o Dr. Silvestre de Lima. Por volta dos primeiros anos do século fundou o partido ‘Pica-Pau’ que dominou a política regional até 1917, quando então pelos motivos acima citados perdeu, pela primeira vez, sua cadeira na Assembléia Legislativa” (2001; 42).

uma oposição, dentro da mesma classe de proprietários, que levaria anos mais tarde a uma cisão dentro do partido, formando-se o Partido Democrático¹³².

Agora Silvestre de Lima era o deputado de Barretos. Como represália, seus correligionários exigiam a mudança do nome Olímpia, indo em caravana a Barretos pedir vingança. O coronel não teria aceitado levar adiante tal medida¹³³. Era a vez da oposição reforçar as suas bases de reprodução. Esse reforço viria com os investimentos possibilitados pela inserção de sua liderança na política legislativa estadual. Não tardaria para ficar tal poder registrado nas obras de infra-estrutura deixadas como se fossem seu legado: “O Cel. Silvestre de Lima foi um dos políticos que muito colaborou para o progresso de Olímpia, trazendo inúmeros benefícios para nossa cidade” (Marangoni, 2001; 26).

O poder político do Partido Republicano Paulista, de Antônio Olímpio, fortemente arraigado na nova localidade de Olímpia, do mesmo modo como não brotava simplesmente das manobras e estratégias eficazes para vencer os pleitos, mas se capilarizava nas relações econômicas reproduzidas pelos aliados que as personificavam, não ruiaria, dessa maneira, pela derrota nas eleições para a Assembléia.

O seu genro Mário Vieira Marcondes seguia como prefeito de Olímpia, ao mesmo tempo em que era editor e redator do principal jornal local e era oficial do cartório de registro de imóveis, quando da subsequente criação da comarca. Em pouco tempo, seria também arrendatário de enorme fazenda em Barretos e formaria com o sogro um grande frigorífico na cidade. O coronel Francisco de Mello Nogueira, além de fazendeiro em Olímpia, ocupava, já em 1918, o cargo de Juiz de Paz, para o qual concorrera com o seu próprio amigo, Manoel Inocêncio Marcondes, o farmacêutico, pai de Mário Vieira Marcondes. Isso sem contar a influência do próprio Dr. Antônio Olímpio, emanada também das atividades de seu escritório de advocacia e seu cargo de promotor de justiça.

Algo começava a mudar, no entanto, e uma forte oposição se organizava para atacar a política e a influência de Mário Vieira Marcondes.

O relato das dificuldades enfrentadas por Cajobi para se emancipar e para ter sua estação ferroviária são patentes do papel que o coronel podia exercer no sentido de

¹³² Cf. Perissimoto, 1999.

¹³³ “Os seus partidários reuniram-se para pedir a mudança do nome do lugar, já que lembrava a filha do líder do partido Pica-Pau então derrotado. Mas o Cel. Silvestre de Lima, chefe do partido vencedor, recusou-se terminantemente a atender ao pedido dos companheiros, por parecer-lhe torpe vingança, atitude que bem revelou a grandeza moral daquele homem, conhecido também pelos dotes excepcionais de inteligência” (2001; 26).

favorecer os seus aliados, no compromisso coronelista¹³⁴. Assim, quando da crise política, decorrente da separação de Olímpia de Barretos, o coronel Silvestre de Lima consegue se eleger prefeito de Barretos, em 1910, instala-se o distrito de Cajobi, ainda com o nome de Vila de Monte Verde. Em 1911, em meio ao debate entre “civilistas”, defensores de Rui Barbosa à presidência da República (com o apoio de Silvestre de Lima), e “hermistas”, defensores do Marechal Hermes da Fonseca (com o apoio de Antônio Olímpio), Silvestre de Lima nomeia alguns de seus aliados a cargos importantes no distrito, colocando a chefia deste a cargo do Capitão Saturnino Antônio Rosa, em detrimento dos então aliados do Dr. Antônio Olímpio, capitães Augusto Martinho de Almeida e Lázaro Vaz de Lima. No mesmo ano, Agnello da Cruz Prates, autor do histórico de Cajobi, foi nomeado professor municipal pelo mesmo prefeito de Barretos.

No mesmo ano, uma comitiva da Companhia Ferroviária São Paulo-Goiás visitou o então distrito de Monte Verde para que o engenheiro Dr. João de Macedo Lobato realizasse os estudos para o traçado da linha ferroviária que, de Bebedouro e passando por ali, atingiria Olímpia. Foram os membros dessa comitiva recebidos por uma comissão de cidadãos que incluía o Cap. Saturnino Antônio Rosa e Agnello da Cruz Prates. Porém, o contexto de influência crescente dos aliados de Silvestre de Lima em Cajobi determinaria um rumo adverso após a visita da comitiva. Por influência local do comerciante Pedro Polizio e do fazendeiro João Saborido, articulados ao Dr. Antônio Olímpio, o trajeto da ferrovia não passaria pela vila de Monte Verde, mas pelos espigões das Fazendas Coqueiros e Palmeiras, pelas terras de João Saborido, onde se instalaria uma estação, há cerca de 3 quilômetros daquela vila.

“Estava ganha a partida... Logicamente teria de passar nas terras do Sr. João Saborido. Foi assim, pois, que se formou o atual Distrito Policial de Monte Verde, de cuja Estação nos servimos. O pretexto de passar os trilhos da Cia. São Paulo-Goiás pelos espigões era que tinha de fazer uma ponte no Ribeirão ‘Coqueiros’, orçada em trinta contos de réis. A Câmara Municipal de Barretos prontificou-se a entrar com a importância orçada. Entretanto, alguma força maior sobrepujara esse expediente. A verdade, com seus detalhes, não a conhecemos. Mas a estrada fora construída no

¹³⁴ “Embaraçar ou atrapalhar negócios ou iniciativas da oposição, fechar os olhos à perseguição dos inimigos políticos, negar favores e regatear direitos ao adversário – são modalidades diversas da contribuição do governo estadual à consolidação do prestígio de seus correligionários no município. Mas nada disso, via de regra, se compara a esse triunfo decisivo: pôr a polícia do Estado sob as ordens do chefe situacionista local” (Leal, 1976; 47).

percurso e local onde interessava pessoas com muitas influências” (Prates, 1984; 21-22).

A questão não se encerraria aí. Tendo tornado ágil a concretização da emancipação de Olímpia, desmembrada de Barretos, o mesmo Dr. Antônio Olímpio, anos mais tarde, ver-se-ia metido num confuso processo de emancipação da vila de Cajobi, procurando se desmembrar de Olímpia. A comissão que tratava dessa emancipação vinha sendo dirigida pelo Capitão Lázaro Vaz de Lima, que, como vimos, era antes um dos aliados daquele “chefe” local do PRP, Antônio Olímpio. Em 1923, no entanto, a situação política era outra e aquela força contrária capitaneada pelo coronel Silvestre de Lima, desde os idos de 1911, agora tratava de promover-se como um novo partido, trazendo para as suas fileiras de oposição, a iminente figura do Conselheiro Antônio Prado, também antigo aliado do Dr. Antônio Olímpio, junto do PRP. O Partido Democrata estava em gestação, também na área que nos toca.

A comissão pró-emancipação lutava contra todo tipo de boicote para coletar assinaturas para dar início ao pedido de emancipação¹³⁵. Nisso, “os dissidentes de Olímpia e Severínia” organizaram uma grande reunião, em 22/6/1924, para fundar o Partido Democrata da Comarca de Olímpia. O presidente da reunião era o capitão Lázaro Vaz de Lima, mas a dissidência se colocava em termos modestos, não chegando a romper com o Partido Republicano Paulista¹³⁶, mas portando-se contra “a prepotência impatriótica de elementos que nos infelicitam” (Prates, 1984; 32). Entre os membros da comissão organizadora do futuro partido estavam ilustres fazendeiros e comerciantes de Cajobi, como: o Capitão Augusto Martinho de Almeida, Manoel Sales, João Casagrande, Ulisses de Paula Monteiro, Olívio Marson, o Capitão Saturnino Antonio Rosa, e membros das famílias Sanchez, Abdo, Lima, Guariente, Seches, Rosa, Locatelli, Detofoli, Glerian, entre muitos outros.

A postura pouco radical de crítica à hegemonia do PRP não seria suficiente para conciliar com o líder local deste partido a vontade dos “dissidentes” de emancipar

¹³⁵ “A Comissão ‘Pró-Emancipação’ de Cajobi, lutando com os poderosos daquela época que não viam com bons olhos o fator progresso da então Vila de Cajobi, a fim de tornar-se independente, interceptava-se todos os passos da referida comissão. Para conseguir as assinaturas dos eleitores foi uma luta titânica. O encarregado José Amélio de Sousa não podia andar pelas estradas de rodagem, a fim de não lhe ser arrebatada das suas mãos a lista de assinaturas dos eleitores, já subscritas” (Prates, 1984; 31).

¹³⁶ “Em seguida, o Cap. Lázaro Vaz de Lima, por entre aplausos gerais, declarou que um dos fins da reunião era de lançar as bases da organização do Partido Democrata, filiado ao Partido Republicano Paulista e trazendo as bases para em seu programa prestigiar à progressista ação (...), fazendo uma política de concórdia de todos os seus elementos (...)” (Prates, 1984; 32).

Cajobi de Olímpia. Com essa finalidade, no entanto, em 1925, foram o Cap. Lázaro Vaz de Lima, como presidente do sub-diretório do PRP, e o Cap. Luiz Antônio Rosa, com outras pessoas, em comitiva solicitar ao Dr. Antônio Olímpio Rodrigues Vieira, então novamente deputado estadual, o seu apoio para a criação do Município de Cajobi. Tendo o deputado negado, com a justificativa de que o município não conseguiria se manter, enfim, uma posição mais forte se instalou, congregando outros opositores de Olímpia e Barretos. Formava-se o Partido Popular:

“Incontinente, renunciou [o Cap. Lázaro Vaz de Lima] à presidência do sub-diretório, da qual, dos membros, era o que mais prestígio tinha no distrito, formando-se daquela data em diante a maior oposição que a situação dominante de Olímpia teve” (Prates, 1984; 38).

Antônio Olímpio alegara a “fraqueza do município”¹³⁷ como argumento para a não emancipação, o que mais uma vez reforça a noção de como a política se movia nos marcos da mediação do dinheiro (cf. Kurz, 1997), mas era exatamente esse o argumento principal em defesa da emancipação. Alegava-se, da parte dos interessados na “separação” que Cajobi contribuía com mais de Rs. 90:000\$000 por ano para o erário de Olímpia, enquanto esta se recusava mesmo a consertar a ponte do rio Turvo, que havia caído no ano anterior, sob a justificativa de falta de recursos (Prates, 1984; 34). A reciprocidade do “compromisso coronelista” parecia estar sendo negligenciada por parte dos representantes de Olímpia.

Rompia-se ali o “compromisso coronelista” na localidade ao sul de Olímpia, porque este levava ao limite uma proposição que ia de encontro ao que instalara o poder local do mesmo deputado. Isto é, a força local de Antônio Olímpio se consolidara com a emancipação de Olímpia com relação a Barretos, mas essa mesma emancipação tinha sido o início de uma oposição a ele. Agora essa oposição se consolidava e tencionava no sentido de promover uma emancipação de uma importante área cafeeira dentro do “seu” município de Olímpia, o que o deputado hesitava em aceitar. O absentéismo guardava

¹³⁷ “Sem o auxílio financeiro do Estado, dificilmente poderiam empreender as obras mais necessárias, como estradas, pontes, escolas, hospitais, água, esgotos, energia elétrica. Nenhum administrador municipal poderia manter por muito tempo a liderança sem realizar qualquer benefício para sua comuna. Os próprios fazendeiros, que carecem de estradas para escoamento de seus produtos e de assistência médica, ao menos rudimentar, para seus empregados, acabariam por lhe recusar apoio eleitoral. E o Estado – que, por sua vez, dispõe de poucos recursos, insuficientes para os serviços que lhe incumbem – tem de dosar cuidadosamente esses favores de utilidade pública. O critério mais lógico, sobretudo por suas conseqüências eleitorais, é dar preferência aos municípios cujos governos estejam nas mãos dos amigos. É, pois, a fraqueza financeira dos municípios um fator que contribui, relevantemente, para manter o ‘coronelismo’, na sua expressão governista” (Leal, 1976; 45).

este perigo. Da capital, o deputado poderia facilitar a condução de obras e nomeações que favoreciam seus aliados; podia, ainda, facilitar a tramitação da emancipação. Mas, o deputado não se mostrava sensível às particularidades de Cajobi o suficiente para manter em suas fileiras a iminente figura do Capitão Lázaro Vaz de Lima. Então, este capitão acabava por romper com o compromisso perrepista centralizado ali em Antônio Olímpio. A pressão seria insuportável para o político ausente; a emancipação estava a caminho:

“Após dois e meio anos de luta, o deputado pelo Décimo Distrito, a que pertencíamos, Dr. Antônio Olímpio Rodrigues Vieira, vendo que era humanamente impossível retardar por mais tempo as aspirações dos munícipes deste Distrito – vejam bem: – era o deputado que mais fazia oposição e trabalhava contra as nossas aspirações – resolveu, ele mesmo, apresentar o projeto, que já há mais de dois anos dormia a sono solto, na pasta da Comissão Estatística. De sessão em sessão, no dia 30 de dezembro de 1926, pela lei no. 2.189, criava o Município de Cajobi” (Prates, 1984; 39).

4. O coronelismo determinando a renda diferencial na área de Olímpia

Abordamos até aqui a maneira como as posses, preenchidos os seus pressupostos (Guerra dos Bárbaros e territorialização da pecuária) ao se tornarem propriedade fundiária, passaram por um processo de “juridificação” concernente com o momento de implantação da cafeicultura na área de Olímpia e também ocasionando o próprio surgimento da vila, depois cidade e, por fim, comarca de Olímpia. Vimos como o papel do “coronel” local, o Dr. Antônio Olímpio Rodrigues Vieira, na articulação com outros coronéis de fato, não reproduziu apenas o seu poder e os que compactuaram consigo no “compromisso coronelista”. Vimos como determinou a postergação da emancipação de Cajobi e como parece ter influenciado no traçado da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Goiás, que deixou de passar por aquela vila, para passar por uma fazenda importante. Vimos, por fim, como essas histórias se articularam a contextos que transcenderam a particularidade local, tais como o processo de constituição do federalismo com a República, a expansão cafeeira para o Oeste Paulista e os momentos de crise e retomada do capital cafeeiro como um todo. Retomaremos, uma última vez, aspectos destes contextos para situar o momento de consolidação da cafeicultura em Olímpia e o que ocorre com a pecuária em paralelo. Faremos isso para mostrar, como resultado da influência do coronelismo sobre o processo, como a renda diferencial assim

gerada expressa-se em áreas com propriedades com preços muito distintos dentro do grande município de Olímpia.

Dessa maneira, após a grande crise de 1904-1905, a intervenção do Estado na política de valorização do café continha, de maneira parca, a reposição do problema de superprodução. Restaria notar que só em 1909 os preços ameaçaram melhorar, mas logo a Primeira Guerra Mundial traria novos problemas à cafeicultura como um todo. Depois, seria a grande geada de 1918 que eliminaria de maneira abrupta e localizada o problema da produção em excesso, queimando e matando cerca de 400 milhões de cafeeiros (Monbeig, 1998; 181).

Durante essas duas primeiras décadas do século XX é que a expansão dos cafezais pelo Oeste Paulista atingiu a área de Olímpia, apesar de, como notamos, as primeiras plantações já datarem dos primeiros anos do século. A própria área ao sul de Olímpia apresentava, no entanto, características de fertilidade distintas daquelas que permitiram as grandes plantações das duas últimas décadas do século XIX. A “terra roxa” se restringia aos chamados espigões e as pecuária regional já estava por demais consolidada nas demais áreas:

“O avanço além da terra roxa levava o pioneiro a instalar-se em estreitas faixas de terras boas, nos espigões, mas que eram envolvidas por solos medíocres, apropriados para a criação de gado. A penetração estava diante de campos em que a criação havia tomado pé no passado, com criadores vindos de Minas Gerais” (Monbeig, 1998; 182).

Ao mesmo tempo, as cidades de São Paulo e Santos viam um crescimento acelerado de suas populações, o que acarretava um aumento substancial do consumo de carne, assentando de vez aquelas áreas de criação. Por outro lado, o Brasil fora incumbido de fornecer carne para os batalhões aliados na Primeira Guerra Mundial. Desse modo, a expansão da Companhia Paulista, nos primeiros anos do século, para além de Bebedouro até Barretos, iria encontrar nesta cidade uma estação dentro de um enorme frigorífico, que tinha entre seus proprietários ninguém menos que o Dr. Antônio Olímpio (Marangoni, 2001), provavelmente em parceria com o Dr. Antônio Prado, que fora decisivo naquela expansão da Paulista à Barretos e que, após a conclusão da extensão, solicitara à câmara municipal autorização para a construção de um frigorífico (Perinelli Neto, 2008). A Companhia Paulista, assim, não podia ser considerada, como se dizia à época, meramente uma “ferrovia cata-café”. Perinelli Neto, com estudo em torno das atas da diretoria desta companhia, atesta que a própria expansão dos trilhos até Jaboticabal e além já antecipava a obtenção de rendimentos com o transporte da

produção pecuária, não só desta área, mas também dos estados próximos¹³⁸. A Paulista monopolizaria inclusive os transportes fluviais pelo rio Grande, consolidando novas rotas para a pecuária local.

“Houve, portanto, a feliz coincidência da abertura de um grande mercado consumidor e da chegada do movimento pioneiro até as zonas propícias à criação de gado ou até as vizinhanças dos tradicionais criatórios de Mato Grosso, de Goiás e do Triângulo Mineiro. Assistiu-se à inauguração da atividade frigorífica em Barretos e ao equipamento dos portos no rio Grande, como Porto Antônio Prato e Porto Cemitério (municípios de Barretos e de Olímpia), locais que correspondem à penetração dos criadores na margem esquerda do grande rio” (Monbeig, 1998; 182-183).

Estabeleceu-se uma pecuária em Olímpia naquelas áreas que não eram muito propícias para as plantações de café. De fato, corroborava-se a diferenciação de áreas (Hartshorne) que Pierre Monbeig (1953 e 1998) notou, com as fazendas de café tomando as melhores terras dos espigões e a pecuária tomando as piores terras das baixadas. Entretanto, ao norte da antiga Fazenda Olhos d'Água uma imensa área entre os rios Grande, Turvo e Cachoeirinha se especializava nessa pecuária, atrelada às novas condições propiciadas pela consolidação de Barretos como “maior entreposto de gado do Brasil Central, fornecendo para o consumo das grandes praças nacionais e para o estrangeiro cerca de 320.000 cabeças de gado, sendo que a metade deste stock é engordado nas internadas do município de Olympia” (Mori, 1925; 41). Era uma pecuária de *engorda*, que valia-se da fertilidade relativamente maior de seu solo em comparação com as áreas criadoras do Mato Grosso, Goiás e Triângulo Mineiro:

“A zona pastoril de Olympia tributaria da praça de Barretos, não é creadora propriamente dita; explora de preferencia a industria da engorda, recebendo as boiadas de Matto Grosso, Goyaz e do Triangulo Mineiro que depois de permanecer alguns mezes nas internadas são vendidas ás grandes Cias. de Matadouros Frigoríficos. (...) assim as internadas bem gramadas engordam em poucos mezes o gado na proporção de uma rez por hectare” (Mori, 1925; 40-41).

¹³⁸ “A preocupação com as oportunidades geradas no aproveitamento do comércio envolvendo a pecuária são claras. Em nenhum momento sequer, cogitava-se estender os trilhos da *Paulista* em direção a Jaboticabal e outras localidades a não ser por conta de se apropriar das rotas de gado existentes nos estados do Centro-Sul brasileiro. Movendo-se para a concretização de seus objetivos, os diretores dessa empresa conclamam o poder público a facilitar o cumprimento de seus interesses particulares, no que são atendidos, tendo em vista a ordem do Governo paulista para elaboração de estudos visando promover melhoramentos da estrada ligando o Porto Taboado à Jaboticabal. Coincidentemente, o presidente do Estado de São Paulo era Jorge Tibiriçá, político e fazendeiro que fundaria com Arthur Diederichsen a Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso (vinculada ao comércio bovino) e o chefe dos estudos era Olavo Hummel, funcionário até então da própria *Paulista*” (Perinelli Neto, 2008).

Mais do que se valer da boa composição físico-química dos solos locais, verificava-se a plantação de pastos selecionados pelos pecuaristas locais, o que parecia não ocorrer nas demais áreas fornecedoras de gado para a engorda nessa área¹³⁹. A pecuária local agregava características que propiciavam aos pecuaristas rendimentos diferenciais de três ordens.

Isto é, analisando a renda diferencial, Karl Marx (1986, III, t. 5, seção VI) mostrou como os critérios de *localização* e *fertilidade* podem representar diferentes rendas para a aplicação de um mesmo capital. No caso, a aplicação de um mesmo capital em gado, terras e vaqueiros, portanto na pecuária, no Mato Grosso, por exemplo, e em Olímpia, nesta última render-se-ia algo acima do lucro médio, estabelecido pela produção naquela pior área para a produção na melhor. O parâmetro seria o da pior área porque, caso contrário, não se poderia reproduzir o mesmo capital naquelas condições, não se obtendo lucro e remunerando os capitais fixo e variável.

Num primeiro aspecto, a própria proximidade a Barretos, o grande entreposto, consistia um fator de vantagem comparativa para a área de Olímpia, recém-desmembrada de Barretos. Além de entreposto, ali se concentravam as companhias frigoríficas. Fora isso, a expansão da Companhia Paulista até Barretos, mais uma vez, reforça a consideração do município como *centro*, mostrando como o compromisso coronelista entre Antônio Olímpio e Antônio Prado determinou a implantação de uma “melhoria” local que representava, em grande medida, um aumento da *renda diferencial* para todos os fazendeiros pecuaristas das proximidades. A implantação do “agregado infra-estrutural” pelo Estado, no caso, acarretava, com isso, um aumento geral do lucro (ou sobrelucro, na comparação do lucro médio daqueles que não tinham tais vantagens) de todos os pecuaristas, que deixavam de ter que conduzir seus rebanhos até ali, sob pena de verem o gado emagrecer, ou mesmo morrer.¹⁴⁰

¹³⁹ “Essas terras em grande extensão ora convertidas em campos de pastagens ou ‘invernadas’ cobertas de gramíneas nobres, de grande poder de feixação de azoto e de saes, têm um valor nutritivo capaz de crear e melhorar os caracteres raciaes dos mais finos rebanhos do mundo” (Mori, 1925; 40).

¹⁴⁰ “De anno para anno augmentam as nossas possibilidades e agora a Brazilian Meat ampliando a capacidade do Frigorífico de Barretos poderá exportar grandes stocks de peças frigorificadas de tarifa barata e frete commodo, em contraste com o embarque escabroso do gado em pé, em viagem lenta, sujeito a fome e sede; portanto a grande emmagrecimento durante três dias e com prejuízos do aspecto da carne, alpem das acchymoses, contusões e mesmo morte de muitos animaes embarcados” (Mori, 1925; 45).

Noutro aspecto, a fertilidade do solo nas áreas ao norte de Olímpia parecia ser superior à fertilidade do solo nas áreas de criação dos estados vizinhos, com condições climáticas também que não mostravam a recorrência de secas como naquelas áreas (cf. Mori, 1925; 41-42). Desse modo, somado ao fato que variedades melhores de capim eram cultivadas nos campos de Olímpia, chegava a compensar para os fazendeiros locais deixar de lado a criação e comprar os gados magros daquelas áreas vizinhas, para engordá-los em Olímpia e abatê-los em Barretos.

O lucro que ganhariam estaria na diferença entre o preço pago pelo gado magro e o preço recebido pelo gado engordado, vendido aos frigoríficos. Mas aqui ainda o lucro se confunde com a renda diferencial, o que condiz com a situação de estarmos num processo de autonomização dessas categorias. Desse modo, o arrendatário aqui ainda é a mesma *persona* que o capitalista. Isto é, o pecuarista em questão é ele mesmo o proprietário fundiário.

O interesse pelas áreas ao norte de Olímpia seria marcante, sobretudo nos decênios depois da instalação da ferrovia e dos frigoríficos. Assim, não eram mais os posseiros ligados à família de Antônio Joaquim dos Santos que realizavam essa pecuária regional, mas logo capitalistas de São Paulo e mesmo estrangeiros estariam comprando as maiores fazendas dentro do município.

Assim, enquanto boa parte das transações de propriedades no recém-criado (1919) Cartório de Registro Geral e de Hipotecas da Comarca de Olímpia, dirigido pelo genro de Antônio Olímpio, Mário Vieira Marcondes, apresentavam compras e vendas de propriedades de, em geral, até 100 alqueires, os “capitalistas”, domiciliados em Londres, Gerard Lee Beuau, Peter Haig Fluncas, Charles Fitzroy Pauseby e Mac Neill, compraram de João Alves de Mello, “uma área de diversos quinhões de terras que reunidas formam mil novecentos e noventa e nove alqueires paulistas, em campos, mattas, invernadas para engorda, terras de cultura e diversas bemfeitorias”, das fazendas “Macacos” ou “Balsamo” e fazenda “Córrego Alegre”, por mil e quatro contos; com as cláusulas dos vendedores continuarem a poder usar as estradas que cortam a área e vão de Crescuma a Rio Preto” (CRGHCO, Livro 3, registro no. 62, 27 de março de 1920, fl. 22).

Anos depois, na Fazenda Bálsamo, em Patos, hoje município de Paulo de Faria, Adoniro José Lemos e Bugido José Bernardes, de Passos-MG, compraram de Antônio Gabriel Junqueira Franco, de Barretos, 2.138 alqueires de terras, por Rs. 543:500\$000 (CRGHCO, Livro 3-D, reg. no. 5.320, 18/4/1929). Em outro caso exemplar, Jonas

Alves de Mello, juntamente com sua mulher D. Marcia Josepha de Mello, de Monte Aprazível, Pedro Ricciardi¹⁴¹ e sua mulher D. América de Mello Ricciardi, de Olímpia, e Antônio Juliano Mineiro e sua mulher D. Emília Francisca dos Passos, venderam 286 alqueires de terras, em três glebas, da fazenda da Barra, ou Córrego Alegre, para a firma *The Lancashire General Investments Company Lmtd*, sociedade anônima com sede em Londres, por Rs. 246:960\$000. Nesta compra, o tamanho das terras não era da escala dos exemplos anteriores, mas essa firma já possuía terras vizinhas as ora compradas. Eram essas terras também nas imediações da fazenda Bálamo, cortadas pelos rios Jatahy, Cachoeirinha e Turvo (CRGHCO, Livro 3-D, fls. 149-150, reg. no. 346, 19/9/1929).

4.1. A confirmação da renda diferencial na venda da propriedade fundiária (renda capitalizada) na área e a confirmação do papel do coronelismo

Ainda que essas transações fossem em valores, de extensão e preço, muito maiores, em geral, dos praticados nas áreas próximas de Olímpia e mais ao sul desta, comparativamente, e ainda que esta fosse uma pecuária privilegiada na relação com outras áreas de estados vizinhos, a fertilidade do solo não se mostrava propícia à cafeicultura. Também a ferrovia tardara em se estender por estas áreas.

Um breve exemplo pode elucidar a discrepância entre os preços de terras numa e noutra área, dentro do mesmo município de Olímpia. Assim, o médico de Barretos, Dr. Marcos Candido Martins, comprou 130 alqueires na Fazenda Olhos d'Água, em porção de propriedade de João Victal de Lima, por Rs. 50:000\$000, em 13 de novembro de 1920 (CRGHCO, Livro 3, reg. no. 387; fl. 92). Por outro lado, José Telles de Menezes, de Barretos, pagou *apenas* Rs. 6:050\$000 por um total de 288 hectares – portanto, quase o mesmo tamanho –, na fazenda “Bálamo”, de Icém, a José Bento Maldonado e Jeronymo e Sebastião da Costa Maldonado (CRGHCO, Livro 3, reg. no. 559, 31/3/1921, fl. 128). Outros muitos exemplos desse tipo poderiam ser aqui mostrados, mas nos privaremos da repetição.

A importância do traçado da ferrovia é reforçada pelo relato da Revista Agrícola de Olímpia, feito pelo Dr. Oscar Lisboa, em 1925, que atestava uma limitação aos plantios de cafeeiros atrelada à distância destes até a ferrovia:

¹⁴¹ Comparar as propriedades de Pedro Ricciardi em 1925 e 1929, pela Revista Agrícola de Olímpia, ver também como se mantém em 1945, pela Relação dos Cafeicultores. As grandes aquisições de terras na “zona pastoril” de Olímpia por empresas inglesas deverão ser analisadas.

“[a] lavoura cafeeira (...) cobre os espigões do sul do município, *num raio de 15 kilometros dos trilhos da S. Paulo – Goyaz*, desde as divisas de Monte Azul até a Cidade, constituída por cerca de 32 milhões de cafeeiros de 4 a 20 anos¹⁴² em plena produção de excelente café, cotado entre os melhores typos paulista, pela sua torração e aroma” (Mori, 1925; 36-37).

Muitos anos depois, conforme a *Relação dos cafeicultores do estado de São Paulo* (1942; 552-577), em 1940, apenas 32 propriedades cafeeiras em Olímpia estavam mais do que 15 quilômetros distantes da ferrovia, sendo que a distância máxima ali verificada para todas as propriedades era de 30 quilômetros, ainda que apenas 4 propriedades estivessem tão distantes, num total de mais de 500 propriedades produtoras de café. Dessas propriedades mais distantes da ferrovia, nenhuma tinha mais do que 70 mil cafeeiros (apenas uma tinha tanto), a maioria menos do que 10 mil cafeeiros, sendo pois pequenas propriedades. Por outro lado, das 29 maiores propriedades produtoras de café do município, com mais de 100 mil cafeeiros, apenas seis estavam mais do que 10 quilômetros distantes de uma estação da ferrovia São Paulo-Goiás.

A distância para a ferrovia continuava sendo algo decisivo para a produção cafeeira. A relação entre a distância e o tamanho das propriedades também deve ser ressaltada. Verifica-se, antes de tudo, uma parcela relativamente pequena de grandes propriedades cafeeiras no universo restrito do município: trinta para um total de mais de 500 propriedades cafeeiras. Destas, apenas seis tinham mais do que 200 mil cafeeiros, sendo que três eram do Coronel Geremias Lunardelli (Fazendas Nata, Gema e Recreio, a Gema aliás com 477 mil cafeeiros), que já fora considerado o *rei do café*, nos anos 1920¹⁴³, depois da decadência do coronel Francisco Schmidt. Nada comparável, portanto, aos imensos cafezais da área de Ribeirão Preto, onde o próprio Schmidt chegou a ter, em 1908, 7.500.000 cafeeiros, e apenas uma das fazendas de Martinho Prado Júnior, a São Martinho, chegou a ter, em 1912, 3.400.000 cafeeiros numa área de 12 mil alqueires (Monbeig, 1998; 141-163). Isso só vem reforçar a noção de como as terras dos espigões de Olímpia eram relativamente *escassas* frente ao que já fora a realidade da chamada “frente pioneira” da expansão da cafeicultura pelo Oeste Paulista.

¹⁴² Essa informação corrobora a noção de que as plantações de café começaram na área nos primeiros anos da década de 1900, uma vez que o texto publicado em 1925 dava conta de cafezais de 20 anos na área.

¹⁴³ Porém, o coronel Geremias Lunardelli tinha outras propriedades pelo estado, em Araçatuba principalmente, dizendo-se que chegava a ter 4.200.000 pés de café (Mori, 1926; 36).

Outras três dessas 30 grandes propriedades eram do Coronel Antônio Gordinho Filho, de São Paulo; outra mais do Capitão Deolindo Joaquim de Souza; outra da tradicional família Franco; outras três eram do Coronel Gabriel Jorge Franco; uma do ex-prefeito de Bebedouro, Dr. Paraíso Cavalcanti; e as demais de fazendeiros que eram, ao mesmo tempo, comerciantes de café. Pode-se, com isso, estabelecer um nexo entre a divisão das melhores terras para a cafeicultura entre aqueles que, de uma maneira ou de outra, *personificavam* os mecanismos da política e do comércio na área.

Nem todas as grandes propriedades, no entanto, eram grandes produtoras de café, porém é patente a consideração de que todas as grandes produtoras de café eram grandes propriedades. Assim, para essas 30 maiores fazendas, a média de cafeeiros estava em 169, 69 cafeeiros por propriedade, enquanto a média de alqueires das mesmas era de 231,83 alqueires, de acordo com a *Relação dos cafeicultores do estado de São Paulo*. É interessante, por fim, notar como essas propriedades estavam quase todas nos espigões da área ao sul do município de Olímpia, acompanhando o trajeto da ferrovia (ou o trajeto da ferrovia é que, antes, acompanhava-as).

Desse modo, das 30 propriedades, uma delas estava no limite sul de Olímpia, em Monte Verde; tratava-se da fazenda Boa Esperança, decorrente da divisão da fazenda original Palmeiras, comprada pelos irmãos Arnoldo Bulle e Augusto Medeiros Bulle de João Saborido, em 1918. Cinco daquelas propriedades estavam em Severínia, que à época se chamava Luiz Barreto: uma sendo a fazenda Barrinha do Cap. Deolindo Joaquim dos Santos; outra a famosa Fazenda Nata do cel. Geremia Lunardelli; outra a Ibiúna, do coronel Gabriel Jorge Franco; outra também chamada Ibiúna, de Hermílio Franco; por fim, a fazenda Embé, do também comerciante de café Natal Breda. Todas essas fazendas, em Severínia, eram subdivisões das fazendas originais Palmeiras, Bagagem e Olhos d'Água.

Depois, seguindo o trajeto da ferrovia e dos espigões, outras cinco daquelas maiores propriedades estavam próximas à estação de Álvora, entre Severínia e Olímpia, onde se evidenciava uma concentração da propriedade fundiária ainda maior do que na estação anterior. Três das quais eram as famosas fazendas Santa Ernestina, Santa Maria e São João, pertencentes ao Banco do Brasil, em decorrência das falências principalmente do grande cafeicultor e banqueiro local, Gabriel Said Aidar, por conta das implicações da crise de 1929. As outras duas eram as não menos consagradas propriedades também do coronel Geremias Lunardelli, as fazendas Gema (com seus 477 mil cafeeiros, em 250 alqueires) e Recreio (com 336 mil cafeeiros, em 270 alqueires).

Vale ressaltar que, para estabelecer o elo com a história anterior dessas terras, todas essas fazendas estavam dentro da área da Fazenda Olhos d'Água.

A grande maioria das grandes propriedades cafeeiras estava, dessa maneira, concentrada nas proximidades da estação de Olímpia, portanto dentro do núcleo da antiga Fazenda Olhos d'Água. Eram quinze das 30 maiores propriedades cafeeiras, portanto metade. A média do número de cafeeiros nessa sub-área era, no entanto, menor do que a média geral para as grandes propriedades: média de 136,46 mil cafeeiros por propriedade, contra a média geral de quase 170 mil cafeeiros por propriedade. O mesmo valendo para a média de alqueires: 208,4 alqueires em média por propriedade, contra 231,83 alqueires da média geral. Vemos, assim, que as maiores e mais produtivas propriedades cafeeiras estavam mesmo mais ao sul de Olímpia, ainda que a maioria estivesse próxima à estação de trem desta cidade.

Por fim, em 1940, apenas três estavam mais ao norte, na estação de Ribeiro dos Santos, que também fazia parte das terras originariamente da Fazenda Olhos d'Água, a maior delas pertencente a um conhecido comerciante de café de Olímpia, o italiano Giosué Tonani. Ainda que houvesse na *Relação* algumas outras propriedades próximas à estação de Ribeiro dos Santos, 15 no total, e outras próximas à estação de Altair, 9 no total, a grande maioria destas era de pequenas proporções, em geral com menos de 20 mil cafeeiros, o que poderia ser tocado por uma família grande de proprietários.

O norte da cidade de Olímpia tinha, de fato, poucos cafezais, na comparação com o sul, ainda que tivesse muitos campos, como procuramos anteriormente apontar. Fica, portanto, clara a ocupação dessas áreas dos espigões, mais ao sul da cidade de Olímpia com a cafeicultura. Porém, mais do que isso, procuramos ressaltar a presença na *Relação* de cafeicultores da cidade de muitos coronéis e comerciantes ligados à história anterior de concretização dos mesmos municípios e do traçado da ferrovia.

Se as maiores propriedades estão próximas das estações ferroviárias (e estas se tornariam os municípios na área que hoje conhecemos, Olímpia e Severínia, e os distritos de Álvora e Monte Verde), estas propriedades são em grande parte daqueles coronéis que determinaram ambas as localizações (das estações e das cidades), pode-se estabelecer, então, uma determinação do chamado *coronelismo* sobre o rendimento superior dessas áreas, não só quanto ao critério de *fertilidade*, porém, especialmente no caso, no critério de *localização*.

Estas distinções de áreas serão revertidas em preços diferenciados para as mesmas propriedades, na comparação com outras e, quanto a isso, os registros do

cartório proporcionam farta exemplificação. Separada a melhor “fatia do bolo” para as mais importantes *personas* do capital e da política (notadamente, portanto, as mesmas pessoas praticamente), restariam as áreas menos férteis e pior localizadas para as pequenas propriedades se instalarem. Este processo condiz, mais uma vez, com a autonomização do capital, o que requer uma apropriação da base fundiária:

“Já que essa produção capitalista no início só entra esporadicamente, não se pode alegar absolutamente nada contra a suposição de que ela, de início, só se apossa de conjuntos de terrenos tais que, devido à sua fertilidade específica ou sua localização especialmente favorável, podem, no todo, pagar uma renda diferencial” (Marx, 1986, III, t. 5, cap. 47; 258).

4.2. Fragmentação das grandes posses e pequenas propriedades nas piores terras da área: a relação entre a alternativa da meação na cafeicultura e a pequena propriedade

Como eram poucas as grandes propriedades cafeeiras, na *Relação* de 1940, apenas 30 num total de mais de 500, eram muitas as médias e pequenas propriedades na área. Procuramos relacionar nesta pesquisa o processo de transformação das posses em propriedade. Neste percurso, tratamos da existência na área em questão de poucas posses iniciais, que chamamos de *fazendas originais*: Olhos d’Água, Bebedouro do Turvo, Coqueiros, Palmeiras, Bagagem, Bálsamo, Patos; e poucas outras que talvez nem tenhamos citado, posto que eram separações da principal delas, a Olhos d’Água, como também o foram a Bebedouro do Turvo, a Bálsamo, a Patos... Enfim, dessas poucas grandes posses, durante a segunda metade do século XIX, chegou-se a 1940 – quando Patos (Paulo de Faria), Cajobi e Embaúba já haviam se separado de Olímpia, não constando, pois, na relação oficial –, com mais de 500 propriedades *cafeeiras*, sendo que havia aquelas apenas pastoris. O quadro a seguir dá uma noção do processo de fragmentação, algo condizente com o que teria ocorrido em todo estado (Prado Jr., 1935):

NÚMERO TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS DO MUNICÍPIO					
Município	1940	1950	1960	1970	1975
Olímpia	1252	892	582	1031	952
Altair	-	-	138	160	140
Cajobi	348	279	305	411	396
Guaraci	-	635	406	363	240
Icém	-	-	117	133	139
Paulo de Faria	436	482	577	410	304
Orindiúva	-	-	-	197	149
Severínia	-	-	110	142	160

(Fonte: IBGE, Censos Agrícolas de 1940 a 1975. Org.: Cássio A. Boechat)

O parcelamento das grandes fazendas teria se dado das mais diversas maneiras, inclusive com a venda de porções cobertas de matas, mas notadamente a divisão parece ter ocorrido de maneira mais intensa naquelas áreas distantes dos chamados *espigões*, onde como vimos as grandes propriedades cafeeiras estavam concentradas.

Por exemplo, José Gil e sua mulher D. Paula Ruiz venderam sítio de 30 alqueires na Faz. Bebedouro do Turvo, com 5 casas “em mau estado”, 5 mil cafeeiros formados, “alem de outros abandonados”, a Manoel Garcia dos Reis, por Rs. 20:000\$000 (CRGHCO, 3-F, no. 2.000, 8/11/1932; p. 32). José Gil não pode ser considerado propriamente um sitiante, posto que seu nome aparece em inúmeros registros e entre aqueles cidadãos de Cajobi que estiveram na linha de frente de passagens importantes já mencionadas. Porém, a transação aqui apresentada constitui certo *padrão* das realizadas na Fazenda Bebedouro do Turvo, com a venda de pequenas parcelas de terras, com poucos ou nenhum cafeeiro(s) e preços inferiores aos praticados nos espigões mais férteis e bem localizados.

Os três primeiros registros do livro referente ao ano de 1933 dizem respeito a compras de sítios nas fazendas Bebedouro do Turvo e Olhos d'Água, em Cajobi e Olímpia. A comparação talvez seja fortuita. Na Fazenda Bebedouro do Turvo, João Valentim Ramos e sua mulher D. Maria Ferreira de Carvalho compraram a sexta parte de 53 alqueires de terras em duas glebas, contendo 32.000 cafeeiros, seis casas, tulha e outras benfeitorias, de Joaquim Ferreira de Carvalho, por Rs. 8:000\$000 (CRGHCO, 3-F, no. 2.110, 2/1/1933). Na mesma fazenda, em outro registro, Henrique Guariente, João Guariente e Carlos Guariente, de Cajobi, compraram de José Borsari e sua mulher D. Saturnina Cione Borsari, também de Cajobi:

“Um sitio com a area de 54 alqueires de terras, divididas judicialmente, em pastos, matas e capoeiras, cercada de arame, com duas casas

construídas de tijolos, cobertas de telhas, um engenho para moagem de cana, e outras pequenas benfeitorias, confrontando por um dos lados com Lazaro Antonio de Oliveira e outro, por outro lado com João Francisco da Silva Felix e outro, pelo fundo, com as águas do rio 'Turvo', e pela cabeceira, com Henrique Carbonera e outros; havido por compra feita a Natal Breda, Pedro Riciardo e suas mulheres, conforme transcrição no. 1.830 lo. 3-F deste cartório”.

O preço da compra lavrada em escritura de 29/12/1932 e registrada em 2 de janeiro de 1933, foi de Rs. 16:000\$000 (3-F, no. 2.111; p. 65). Por fim, com referência à fazenda Olhos d'Água, em Olímpia, por Rs. 60:000\$000, Dona Antonia Cizotto, viúva, comprou de Luiz Cizotto e sua mulher Dona Catharina Ressto:

“Uma propriedade agrícola composta de 21 alqueires de terras, judicialmente divididas, com 32.000 cafeeiros, casa de morada construída de tijolos e coberta de telhas, uma casa para colono, também de tijolos e uma de barro¹⁴⁴, todas cobertas de telhas, tulha, garage, curral, mangueiro, paiol, cercas de arame e benfeitorias existentes, confinando com propriedade de Pedro Zambon, Ramon Ayres Monteiro e com o espólio de Eugenio Storto; havida pelas transcrições nos. 737 e 762 livro 3-A deste cartório”.

Continha, ainda, a seguinte condição de contrato:

“Tendo os transmitentes alheiado os frutos de café da safra pendente digo safra presente a Caetano Gottardi, a presente venda é feita a reserva dos referidos frutos” (3-F, no. 2.112, 2/1/1933; p. 65).

Assim, os preços de oito, 16 e 60 contos de réis para propriedades de 53, 54 e 21 alqueires, respectivamente, evidenciam como a Fazenda Bebedouro do Turvo, na baixada próxima ao rio de mesmo nome, era muito menos “valorizada” do que as terras na Fazenda Olhos d'Água. Poder-se-ia alegar com respeito às benfeitorias de cada propriedade a influir sobre tais preços, mas, uma vez mais, os exemplos confirmam a distinção. No primeiro exemplo, temos um sítio com produção de café e no outro um sítio com benfeitorias que indicam a atividade pecuarista. Ambos têm extensões similares (53 e 54 alqueires), porém, ainda assim o primeiro foi vendido por um preço muito abaixo do segundo. Dessa maneira, o cafeeiro que, de fato, puxava o preço da propriedade para cima, aqui não se mostra como um critério absoluto de “valorização” da propriedade fundiária. Por fim, o último sítio, na área mais “valorizada”, tendo o mesmo número de cafeeiros do primeiro, com uma extensão que era quase a metade

¹⁴⁴ À parte a compra e venda de sítios e a concentração fundiária mesmo nas pequenas propriedades (ver que o sítio em questão é composto de duas transcrições), é interessante notar a presença de casas de colonos mesmo dentro de pequenas propriedades, o que sugere a contratação de colonos para o cultivo de café em áreas de pequeno porte que comportavam a plantação de cafezais para além do que a família dos proprietários poderia dar conta. Evidencia-se a mesma lógica de reprodução ampliada nesses sítios.

daquele (53 contra 21 alqueires), tinha um preço muito acima daquele (8 contra 60 contos de réis. Ainda assim, o sitiante nessas condições relativamente “privilegiadas” estava se desfazendo de sua propriedade, deixando entrever que provavelmente estivesse endividado, posto que a safra pendente dos cafeeiros vendidos pertencia a outrem.

De todas as maneiras, o painel das dificuldades apresentadas para a reprodução do sitiante pode começar a ser esboçado, com estes sítios nas piores áreas e com o indício do endividamento do sitiante, mesmo o mais bem colocado. Para isso, nos remeteremos mais uma vez ao contexto histórico dos anos 1900 e 1910, para entender como a pequena propriedade surge na relação com as crises da grande produção cafeeira.

Assim, procuramos anteriormente ver como a ocupação das áreas ao sul de Olímpia se deram depois da expansão cafeeira pelo Oeste Paulista passar pelas grandes plantações da área de Ribeirão Preto. Estas mesmas plantações, em escala nunca antes vista, provocaram uma enxurrada da mercadoria café no mundo que não pode ser realizada. Isto é, a abstração real da mercadoria produzida, na concretização da troca da mesma por dinheiro, não ocorreu. A crise de 1904 se apresentou como crise de superprodução de café, o que levou a propostas de contenção da expansão, como a proibição ao plantio em 1902. Em 1906, enfim, o Estado e a classe de cafeicultores conseguiram estipular um plano de valorização do café que procurava racionalizar a oferta da mercadoria, para evitar a repetição do problema. Porém, teriam sido causas climáticas que contribuiriam para diminuir a produção paulista, resolvendo paliativamente a questão (Monbeig, 1998). Foi nesse momento, então, que as primeiras plantações de café em Olímpia foram feitas, naquelas melhores áreas dos espigões. Logo após a breve melhora de fins dos anos 1900, estouraria a Primeira Guerra Mundial, para complicar novamente as condições de realização da mercadoria café produzida.

Verena Stolcke (1986) procurará mostrar como o próprio regime de trabalho atrelado ao trato desses cafezais, o colonato, possibilitava minimizar os efeitos dessas crises. Neste sistema, como procuraremos esmiuçar nas duas seções seguintes deste trabalho, a articulação de distintas formas de remuneração do trabalhador possibilitava diminuir os salários em dinheiro, durante as crises. Em contrapartida, permitia-se que o colono plantasse mais alimentos entre os cafeeiros, dando maior margem para daí o

trabalhador retirar rendimentos superiores com a comercialização dos mesmos¹⁴⁵. A urbanização crescente de São Paulo e Santos, aliás, contribuía para um aumento crescente dos preços dos alimentos.

Porém, nem sempre isto seria suficiente para o cafeicultor passar pelos momentos mais complicados que aqueles anos apresentaram. Assim, em algumas áreas, como em Franca, por exemplo, a solução mais radical foi dividir os lucros do café com o próprio colono. Faleiros afirma ter sido, assim, a alternativa da *meação* ao colonato prática institucionalizada em Franca durante a primeira década do século XX. Com a *meação*, o proprietário da terra ganhava metade do café produzido enquanto o meeiro ganhava a outra metade; por outro lado, o proprietário deixava de ter que pagar a parcela fixa do salário do colono, referente ao trato dos cafeeiros (Faleiros, 2002). Tratava-se, assim, de repartir os riscos da empreitada agrícola com o trabalhador. Se, ao final da safra, o preço do café ainda estivesse baixo, o proprietário não teria que fazer o acerto de contas e não teria desembolsado pelo salário fixo do colono. Por sua vez, o colono não teria ganho o salário bimestral que tinha direito no colonato, mas poderia “tirar a sorte grande” de uma retomada repentina dos preços do café, ainda mais com a política de valorização que se implementava e com a possibilidade de intempéries atingirem outros cafezais que não os seus. Dessa maneira, caso o preço do café subisse, o meeiro podia ganhar muito acima do que o colono recebia.

Mais uma vez, evidencia-se uma ausência de autonomização da renda fundiária neste caso. Dessa forma, a renda ainda aparece confundida com o salário do meeiro e com o lucro do proprietário. A conjunção maior do momento em que tal ausência de autonomização ocorre, com a cafeicultura atrelada à dinâmica do capital mundial, produzindo uma mercadoria para o proletariado europeu, no entanto, possibilitava que os cálculos fossem feitos de ambas as partes. Assim, o proprietário-capitalista sabia que a *meação* não era a melhor alternativa, porque permitia a possibilidade do trabalhador enriquecer a si mesmo e não a ele proprietário. A *meação*, ressalta Faleiros (2002), era apenas uma alternativa ao colonato para os tempos de crise extremada.

¹⁴⁵ “O colonato, com efeito, possibilitava aos fazendeiros comprimir os salários monetários quando caíam os preços do café, oferecendo, em contrapartida, condições mais favoráveis para o cultivo de alimentos. (...) Ao combinar a cultura comercial com o plantio de alimentos, o colonato dava flexibilidade aos fazendeiros para lidar com as flutuações no preço do café, o que não teria sido possível em um sistema de trabalho assalariado puro. O efeito do plantio intercalar de milho e ainda feijão sobre o rendimento do café é uma questão polêmica, mas então, como observou Ramos, a decisão dos fazendeiros de permitir o cultivo de culturas alimentares entre os pés maduros de café baseou-se essencialmente em um cálculo econômico” (Stolcke, 1986; 68).

De fato, nessa abertura à acumulação por parte do meeiro, muitos trabalhadores puderam economizar o suficiente para se tornarem pequenos proprietários. Cánovas (2001) mostra como a maioria dos pequenos proprietários em Novais, incluindo aí a Fazenda Bebedouro do Turvo, haviam sido colonos em Bebedouro nesses primeiros anos do século. Procuramos aqui, no entanto, especificar a hipótese de que teriam sido, antes, meeiros, conforme a derivação do estudo de Faleiros para a área em questão.

A crise do começo do século se repetiria, assim, com a grande Guerra, levando o Estado mais uma vez a procurar uma intervenção em 1917-1918, para melhorar os preços do café. Porém, seria a grande geada de 1918 que consagraria a retomada dos preços, eliminando boa parte do cafezal do Oeste Paulista. Essa geada foi um divisor de águas para a nossa área de estudo.

Enquanto vemos muitos dos primeiros grandes proprietários de cafezais da área quebrando justamente com os efeitos prolongados da crise seguidos pela destruição de seus cafezais, vemos a ascensão de uma nova classe de cafeicultores que se instalaria nos espigões locais e se articularia com a política coronelista local.

É nessa época que o engenheiro Leatherbarrow vende sua propriedade, em Álvora, para Natal Breda (Marangoni, 2001). É também nesse momento que Geremias Lunardelli, antes colono em Ribeirão Preto, tendo passado a comerciante ali, consegue comprar sua primeira propriedade, a fazenda Gema (Monbeig, 1998), dando início a uma ascensão meteórica até se tornar o *rei do café* nos anos 1920 (Mori, 1925). Também no mesmo momento, o consultor de café Arnaldo Bulle, trabalhando para uma casa comissária de Santos, tratando do endividamento de João Saborido com a mesma casa, resolve comprar a fazenda Boa Esperança, na estação de Monte Verde, tomando empréstimo com os seus patrões para realizar a compra (conforme entrevista com Hernani Bulle Arruda, realizada em Monte Verde, em fevereiro de 2009).

Em 1926, segundo a Revista Agrícola de Olímpia, estes estariam entre os cinco maiores cafeicultores do município. Dos 32 milhões de pés de café de Olímpia, nada menos que 1.325.371 estavam nas fazendas de Lunardelli, 320 mil nas de Arnaldo Bulle e 330 mil nas de Natal Breda. Os outros dois maiores seriam Henrique Storto, com 470 mil cafeeiros, e Gabriel Said Aidar, com 474 mil. Portanto, nenhum destes eram daqueles grandes coronéis do início do século, nem das famílias dos primeiros posseiros da área. A cafeicultura se autonomizara da região da pecuária de onde partiu.

O ano de 1918, com a sua geada, apresentou também um processo de fragmentação mais acelerado das grandes fazendas locais. Nisso, a Fazenda Bebedouro

do Turvo e áreas de baixadas da fazenda Olhos d'Água (bairro de Laranjeiras, Capituva) e da Bagagem (zona do Baixão) foram parceladas, dando início à venda de sítios. Prates, escrevendo em 1932, no entanto, mostra como, no caso de Cajobi, portanto no caso da Fazenda Bebedouro do Turvo, esses sitiantes eram, antes, meeiros:

“Esta localidade também foi atingida pela grande geada do mês de junho de 1918. Data deste ano o desenvolvimento econômico e financeiro de Cajobi. Levas e mais levas de meeiros, vindos de outras localidades, atraídos pela feracidade dos terrenos atingido pela geada, notadamente os da colônia italiana, foram os que mais contribuíram para o progresso da nossa cidade” (Prates, 1984; 24).

A relação estabelecida entre a chegada dos sitiantes e o desenvolvimento econômico e financeiro da cidade deve ser ressaltada, como indício de que a pequeno propriedade cumpria uma *função* na acumulação de capital, ao contrário de se isolar em sua propriedade como um *camponês* no sentido clássico¹⁴⁶, como que se estivesse saindo da mediação da troca de mercadorias e do dinheiro. Pelo contrário, a passagem de meeiro a proprietário poderia significar inclusive uma piora na condição de reprodução dessas famílias trabalhadoras.

Isso porque os registros mostram como essas pequenas propriedades estavam nas áreas menos propícias à cafeicultura. Ainda assim, uma grande quantidade de registros mostra a existência de cafeeiros mesmo nessas pequenas propriedades, em terras menos férteis e distantes da ferrovia. Seus rendimentos tendiam a ser piores do que os das terras dos espigões. Porém, não parava por aí as dificuldades enfrentadas por estes pequenos proprietários. Também eles acabavam por contratar meeiros para ajudar no trato dos seus cafezais, assim repartiam os ganhos do café produzido com outros trabalhadores mais expropriados do que eles próprios. Nesse sentido, o pequeno proprietário pode ser comparado com aquele *arrendatário* que Marx fala no capítulo da gênese da renda fundiária capitalista (Marx, 1986, III, t. 5, cap. 47). Os registros apontam para essa prática recorrente.

¹⁴⁶ Conforme o exposto para o momento inicial da autonomização da renda fundiária, quando a renda ainda se fundia à mais-valia, limitando o lucro, de acordo com o que expusemos no final da primeira parte desta seção. Aqui, vale ressaltar, essa não-autonomização se referencia a uma produção de mercadoria (café) para um mercado externo (Europa), já havendo portanto um processo de autonomização do lucro nessas transações comerciais e dos juros no financiamento à grande cafeicultura pelas casas comissárias e pelos bancos estrangeiros. Veremos na próxima seção que a cafeicultura está na relação de uma produção capitalista, procurando seguir os padrões de reprodução pós-Revolução Industrial, porém se dando numa realidade de ausência de superpopulação relativa. Dessa maneira, aqueles padrões se aplicam de maneira “distorcida” ao Oeste Paulista, adquirindo feições pré-capitalistas quando, na verdade, está se impondo (modernização retardatária) o padrão reprodutivo da lei geral de acumulação capitalista.

Assim, o espanhol João Martin y Martin comprou metade de uma terça parte de um sítio agrícola de pouco mais de 44 alqueires de D. Maria Rosaria de Nazareth, por Rs. 53:000\$000, ficando de pagar posteriormente Rs. 28:000\$000, também na fazenda Bebedouro do Turvo, em Cajobi. Há, no entanto, uma averbação que regula o direito de *parceria* de José Pereira sobre 40% da produção de 1.300 pés de café:

“No título compareceram como ammentes [?] Joaquim Alves da Costa e sua mulher D. Anna Alves de Toledo e disseram que mediante a quantia de 6:000\$000, recebida do transmittente em moeda corrente do paiz, abrem mão e desistem em benefício do adquirente do usufructo que tinham sobre os referidos 2.500 cafeeiros para que o mesmo possua e goze livremente o cafezal ao mesmo sujeito, colhendo os fructos pendentes, ressaltados os direitos que assistem a José Pereira sobre 40% da producção de 1.300 pés de café dos 2.500 de que os ammentes são usufructuarios, e que o referido parceiro trata no corrente anno, mediante aquella porcentagem, consentindo portanto expressamente na presente venda” (CRGHCO, 3-D, no. 5.031, 26/11/1928; fl. 2).

Em outro registro, quando da venda de parte da fazenda Olhos d’Água, aqui no lugar denominado Córrego do Capim, é interessante notar também que o contrato prevê, como condição, que os adquirentes se obriguem a respeitar as combinações:

“(...) com os meeiros, nos 20.000 cafeeiros admittindo que estes ali permaneçam até fazerem a colheita do café do presente anno e esparramação de cisco, dali sahindo até fim de agosto também do corrente anno.

Admittirão também que os antecessores dos transmittentes, Joaquim Ribeiro de Mendonça e Filhos, colham os cereaes que têm plantados nos 64 hectares de terras e bem assim a fruta de 800 pés de café, no corrente, fazendo-o até fim de julho deste mesmo anno” (CRGHCO, 3-A, p. 63, no. 1.051, Olympia, 18 de março de 1922).

Além de terem, portanto, que dividir os rendimentos do café plantado com meeiros contratados, algo que não se fazia nas grandes plantações da área onde o colonato era a regra (cf. entrevista com Armando Vassoler, colono em Monte Verde, realizada em fevereiro de 2009), tais sitiantes estavam nas piores terras, menos férteis e distantes. Mais do que isso, no entanto, não dispunham de máquinas para o beneficiamento do café, tendo que beneficiar os seus grãos nas máquinas daqueles grandes proprietários e comerciantes de café.

Dessa maneira, na *Relação dos Cafeicultores do estado de São Paulo*, para o município de Olímpia, em 1940, das mais de 500 propriedades cafeeiras, apenas 25 possuíam máquinas de beneficiar café. Dentre essas 25 propriedades cafeeiras que tinham máquina de beneficiamento, a média do número de cafeeiros de cada era 137.680, enquanto tinham em média 181,5 alqueires. Portanto, os números giravam em

patamares muito próximos daqueles para o grupo das 30 maiores propriedades cafeeiras do município (com mais de 100 mil cafeeiros).

Aliás, muitas se repetiram num e noutro grupo, 16 das presentes entre aquelas que tinham máquina tinham mais do que 100 mil cafeeiros e mais de 100 alqueires de terras. As oito abaixo destes patamares, porém, estavam entre o que se pode chamar de propriedades médias (Prado Jr., 1935), com mais de 20 alqueires e menos de 100. Apenas o sítio São José, de João Lopes Peres, tinha características próximas de uma pequena propriedade cafeeira no sentido integral da palavra: tinha apenas 21 alqueires e 6 mil cafeeiros plantados.

Dessa maneira, tirando a única exceção do município inteiro, todos os demais sitiantes estavam desprovidos dos meios de beneficiar o café, tendo que pagar aos proprietários dessas máquinas, notadamente aqueles grandes proprietários instalados nas melhores terras, para realizar o processamento dos grãos. Ou teriam que vender diretamente a estes os grãos de café em coco, sem qualquer beneficiamento e com um preço inferior.

As agruras do sitiante passavam, por fim, por financiar suas plantações com aqueles mesmos fazendeiros. Os estudos de Tosi, por sua vez, mostram como os juros destes empréstimos tendiam a ser maiores, principalmente nos momentos de crise. Assim, quando da possibilidade do acesso à terra, o financiamento da produção cafeeira estava dificultado. Dessa maneira, Faleiros, Tosi *et alli*.(2006) apontam para uma situação complicada para a reprodução social destes imigrantes, mesmo na comparação com os colonos. Por isso, tornar-se sitiante não significa bem uma ascensão social¹⁴⁷. As condições por nós apontadas nesta pesquisa permitem corroborar essa noção, subordinando, conforme procuramos fazer, as mesmas condições de reprodução ao papel do coronelismo na distribuição fundiária local.

¹⁴⁷ “Paradoxalmente, é justamente na crise que se percebe um processo mais acelerado de fragmentação da terra, ligado mais às dificuldades dos fazendeiros do que à frugalidade, ética ou capacidade de poupança dos colonos. Mesmo quando o colono imigrante (ou não) tornava-se proprietário, a pequena cafeicultura, como demonstramos, reunia poucas possibilidades de acumulação, pois se submetia ao jugo dos usurários num grau de exploração ainda mais elevado do que o praticado com os grandes proprietários. É necessário distinguir entre acesso à terra e ascensão social, porque uma coisa não necessariamente implica outra; os pequenos proprietários, quanto ao ‘enriquecimento’, talvez enfrentassem dificuldades maiores do que alguns colonos, notadamente aqueles situados na crista da fronteira, onde as condições de produtividade do café e do cultivo alimentício intercafeeiro eram superiores” (Tosi; Faleiros; Teodoro, 2006; 22).

5. Conclusão parcial: As brigas partidárias no processo de autonomização do Estado em São Paulo e o coronelismo como forma do Estado nesse processo, determinando a renda fundiária

A organização do Partido Republicano Paulista e o “compromisso” estabelecido em suas bases haviam criado uma situação única de coesão na política paulista, através de uma dupla consequência interligada. Esta coesão, aliás, seria o fundamento de sustentação da própria República, após 1898, naquilo que ficou conhecido como “política dos governadores”. Por um lado, produzira-se uma situação de quase completa ausência de oposição; por outro, uma organização poderosa, o PRP, capaz de calar os opositores e manter uma disciplina entre os seus membros (Perissimoto, 1999, II; 177-178). Se, por um lado, numa primeira fase (1873-1898), o PRP fora um partido da classe dos cafeicultores de São Paulo, especialmente daqueles do Oeste Paulista. Num segundo momento, entre 1898 e 1930, consolidado no poder e reproduzindo-se nele, transformara-se num “partido da administração”, na concepção de Renato Monseff Perissimoto (1999, II; 178).

Nesse processo, levou adiante suas principais bandeiras *modernizadoras*, com reconhecível interesse dos proprietários fundiários do Oeste Paulista. Uma delas era a luta pela federação, o que, por muito tempo, deu unidade ao partido. A defesa de um Estado forte, comandado pelos interesses da expansão cafeeira, era colocada, de início, em oposição à centralização monárquica:

“Aos olhos dos promotores da expansão cafeeira paulista, o Estado monárquico era um obstáculo a ser derrotado, pelo menos no seu aspecto centralizador. Quando a Monarquia mostrou-se intransigente quanto a este ponto, antigos adeptos começaram a retirar o seu apoio à Coroa. (...) Desse ponto de vista, uma das grandes vantagens da federação, por exemplo, seria conferir aos novos administradores da província autônoma o poder de suprimir o imposto de exportação sobre o café” (Perissimoto, 1999, II; 180-181).

Paralelamente a essa defesa, o PRP esteve, desde seus primeiros anos, na linha de frente pela consolidação da política de subvenção estatal à imigração em massa, o que veremos em maiores detalhes na seção seguinte. Num primeiro momento, porém, a própria composição heterogênea da classe de fazendeiros em São Paulo não tomava a imigração como um “substituto” para a escravidão, mas uma complementação a esta. A escravidão, como vimos e veremos, ainda era a base da produção cafeeira. A hesitação no que tange ao posicionamento contra a abolição seria marcante nesta primeira fase do PRP, levando inclusive muitos defensores do abolicionismo a abandonar o partido.

Porém, o próprio conflito evidenciava um conflito material entre duas formas de reprodução social que duelavam para se estabelecer no início da expansão cafeeira para Oeste Paulista, para além do centro campineiro. O PRP era, de fato, aí um partido de classe¹⁴⁸.

A consolidação de sua principal bandeira, o federalismo, com a Proclamação da República, mas especialmente depois com a organização da “política dos governadores”, levariam à consolidação daquele mesmo “compromisso coronelismo”, assentado em bases estaduais. O coronelismo é definitivamente, assim, determinado historicamente, dentro dos marcos da Primeira República¹⁴⁹.

O partido totalmente articulado com a burocracia estatal logo se veria diante de exigências de um capital diversificado que, gradativamente, estava para além dos interesses dos fazendeiros de café do Oeste Paulista, embora estes também personificassem as ramificações do comércio, da indústria e etc. Porém, o que Perissimoto procura mostrar é como o partido no governo paulista tinha que lidar com problemas que, por vezes, transcendiam os interesses imediatos da classe, ao mesmo tempo em que crescia a centralização do poder dentro do próprio partido. Logo, o Estado parecia estar para além dos limites da classe:

“A partir da vitória republicana, transformado o PRP em organização do governo, o partido não poderia levar à cúpula do Estado indivíduos que ali atuassem como meros representantes de classe. Ao contrário, os seus membros deveriam estar preparados para tratar de problemas que ultrapassavam aquele estreito horizonte” (Perissimoto, 1999, II; 185).

A crescente centralização e a especialização dos seus representantes como *personificações* não apenas do capital cafeeiro, mas cada vez mais do próprio Estado, fazia crescer as dissidências dentro do partido; o poder do PRP se mostrava sufocante, quando na verdade era o poder centralizado do Estado que sufocava a sua base para se impor como autonomizado do seu capital¹⁵⁰.

Nesse sentido é que deve-se compreender a ascensão do Partido Democrata, não como defensor de um novo padrão de reprodução social das relações sociais de

¹⁴⁸ Cf. Perissimoto, 1999, II; 182.

¹⁴⁹ Algo que mesmo Nunes Leal chegou a apontar: “o fenômeno estudado é característico do regime republicano, embora diversos dos elementos que ajudam a compor o quadro do ‘coronelismo’ fossem de observação freqüente durante o Império e alguns deles no próprio período colonial” (Leal, 1976; 254).

¹⁵⁰ “Todos os outros conflitos no interior do PRP estão, de uma ou outra maneira, vinculados a uma reação ao poder sufocante exercido pelo Presidente do estado sobre a política, em geral, e sobre o partido, em particular” (Perissimoto, 1999, II; 189).

produção. Isto é, o PD não se colocava em favor da industrialização e da classe operária, apesar de muitos dos seus integrantes terem tomado certos lemas democratizantes, após a Liga Nacionalista e durante as grandes greves de 1914 e 1917. A base social deste partido era, de fato, mais diversificada, como pudemos notar no caso particular de Cajobi com a presença de muitos comerciantes, além do médico da localidade (Dr. Adhemaro de Godoy), professores, farmacêuticos e advogados, porém os fazendeiros eram a maioria e deram as diretrizes do partido a todo momento¹⁵¹. O que motivava, profundamente, os membros desse partido era uma reação ao monopólio estatal do PRP (ou será que ao monopólio do Estado sobre o PRP?). Seus alvos sempre recaíam sobre a tributação excessiva e sobre a centralização corporificada, por exemplo, no Instituto do Café do estado de São Paulo. No caso particular, notamos a crítica ao monopólio político do PRP, primeiro, determinando os rumos da ferrovia, em detrimento dos interesses particulares de parte dos fazendeiros da área de Cajobi, que engrossariam as fileiras da dissidência. Depois, as barreiras à emancipação de Cajobi impostas pelo representante local do PRP foram a causa do rompimento. Mais uma vez, não se tratava exatamente de uma crítica profunda ao projeto do PRP, o que se evidenciava na hesitação dos “dissidentes” em se “des”-filiar do grande partido. Quando todo o esquema coronelista foi contestado na Revolução de 1930, todas as críticas seriam deixadas de lado e os “dissidentes” do PD lutariam, lado a lado, com os arrogantes do PRP, pelo menos num primeiro momento, na organização do revide constitucionalista de 1932 (cf. Prates, 1984; 64-66).

Tomado o processo como um todo, mais do que uma reprodução de um poder particular dos coronéis, temos aí um processo com um sentido *modernizador*, em que o Estado forte se coloca como coordenador de mudanças estruturais que estão para além dos interesses imediatos da classe que este próprio Estado parece representar. Robert Kurz (2000) chamaria atenção para um processo que se dá “pelas costas” de seus sujeitos. Dessa maneira, os coronéis e membros do PRP aparecem como “sujeitos sujeitados” na imposição de políticas modernizadoras de extrema importância para um capital que logo não será meramente um *capital cafeeiro*:

“Como procuramos mostrar (...), se o Estado promoveu a reprodução ampliada da economia cafeeira, o fez segundo um sentido específico, não

¹⁵¹ Retomando a pesquisa de Maria Lígia Coelho Prado, Perissimoto afirma que: “se é certo que o PD teve bases de apoio que ultrapassavam os limites do capital cafeeiro, a este coube, contudo, o comando interno do partido” (Perissimoto, 1999, I; 302).

reduzível aos interesses imediatos da classe em questão, em alguns até mesmo francamente contrários a eles, tanto a curto como a longo prazo. Nessas circunstâncias, o PRP foi um instrumento do Estado, e não da classe, utilizado pelo Executivo para vencer toda e qualquer oposição à forma pela qual a alta burocracia paulista conduzia as políticas econômica e tributária” (Perissimoto, 1999, II; 191-192).

O Partido Democrata parece ter surgido como uma resistência da base do capital cafeeira a este processo de fortalecimento do Estado, através da perpetuação do compromisso coronelista pelo forte PRP. A crítica à arrogância do PRP pelo PD pode, assim, ser vista, como uma “resistência” ao processo de autonomização do Estado¹⁵².

Porém, o estudo até aqui levado a cabo procurou mostrar como esse avanço do Estado e a prepotência perrepista foram decisivos na determinação dos critérios de localização e na “captura” das melhores áreas, em termos de fertilidade, que foram articuladas àqueles critérios. Isto é, os coronéis locais travaram seus conflitos no sentido de determinar onde seriam estabelecidos os patrimônios, com o que tiveram que fazer as devidas mediações com os posseiros da região da pecuária na localidade. Esses posseiros, no processo, tornaram-se proprietários fundiários, devidamente hierarquizados segundo o que conseguiram consolidar como propriedade fundiária, no mesmo percurso de institucionalização.

Assim, tivemos a “partilha” dos espigões e dos campos da nascente Olímpia, com todas as idas e vindas de suas muitas vicissitudes que nos escapam. No entanto, os registros mostram a manutenção de certas famílias daqueles posseiros entre os grandes proprietários locais. Mostram também a perpetuação de elementos ligados ao coronelismo entre os grandes cafeicultores. Mostram uma distinção grande de preços entre as diferentes áreas: espigões em oposição aos campos de pecuária; espigões com relação às baixadas; baixadas com cafeeiros e baixadas com pecuária; baixadas com pecuária e grandes campos pecuaristas do norte do município.

A renda diferencial, assim, determinada pelo coronelismo foi apontada em aspectos que estão para além da simples constatação da diferença de preços. Diferentes padrões de reprodutibilidade estão por trás de números que só indicam se a propriedade é grande ou pequena, cara ou barata. A retomada do fio da história, procurou dar vida a estes números e mostrar como são resultado de um processo. A determinação do coronelismo sobre esses padrões de reprodução das relações sociais de produção (estas,

¹⁵² “essas organizações [a Liga Agrícola e Rural Brasileira, a Sociedade Rural Brasileira e o Partido Democrata – CAB] do capital cafeeiro foram criadas ou pelo menos tiveram a sua ação orientada com vistas a reagir ao avanço do Estado e à prepotência perrepista” (Perissimoto, 1999, I; 314).

até aqui, apenas tangenciadas pela análise) corroboram a noção do coronelismo compondo, de maneira ampla, a *região do colonato*. A citação de Francisco de Oliveira agora ganha outros contornos: “Uma ‘região’ seria, em suma, o espaço (...) onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição” (Oliveira, 2008; 148).

Por outro lado, o compromisso coronelismo, atrelado ao processo de autonomização do Estado, permitindo a organização da distribuição da base fundiária e a consolidação das cidades na área, com seus respectivos aparatos estatais, possibilitam enxergar nesse processo uma *modernização retardatária*, conforme a teorização de Robert Kurz (2000). Modernização porque colocam padrões de reprodução social próprios da forma-mercadoria em estágios mais desdobrados. Assim, a propriedade privada da terra é mais apropriada às relações contratuais, mediadas mais pelo dinheiro do que pela pessoa ou seu poder de imposição. As eleições guardam um mesmo potencial de abstração das relações pessoais, instalando uma mediação contratual própria do Direito¹⁵³ e apropriada às trocas de mercadoria. Retardatária porque coloca-se em relação de “atraso” a ser corrigido, em relação ao padrão europeu de reprodução social.

¹⁵³ “O carácter abstracto, repressivo, dissociador e exclusionista do universalismo ocidental, constituído com base na relação de valor, não se afirma apenas no seu nível basilar sexual, mas também para além deste. Este universalismo, referido unicamente ao mundo interior à forma do valor, constitui sob vários aspectos um sistema de exclusão, com os seus mecanismos. A definição “do ser humano” como sujeito do valor não só reduz o feminino dissociado a um patamar meio-humano, como, pela sua própria natureza, exclui socialmente da humanidade todos os indivíduos que, a título temporário ou definitivo, não (ou já não) possam actuar no âmbito do auto-movimento do “sujeito automático” e que, por conseguinte, do ponto de vista deste, que se tornou o ponto de vista da reprodução social em geral, têm de ser considerados “supérfluos” e assim, em princípio, não-humanos. O direito iluminista do Homem implica a desumanização temporária ou total dos indivíduos não reproduzíveis de forma capitalista, porque desde o início se refere somente ao Homem enquanto sujeito do valor” (Robert Kurz, em “A razão sangrenta – Vinte teses contra o Iluminismo e os valores ocidentais”, Oitava Tese, 2002).

**Seção 2 – Região e formação contraditória da superpopulação relativa
numa realidade capitalista periférica**

*Uma proposta de discussão em torno do conceito de colonização e seus
sentidos*

Introdução

Este estudo se propôs a pensar o conceito de *região* e também uma região propriamente dita. O conceito, vista a região como modo particular de viabilizar a produção de mercadorias numa realidade específica (tornada particular pelo mesmo processo), incluindo os “arranjos” políticos locais que gestavam a correlata acumulação que aquela produção acarreta, assim, particularizava-se numa região escolhida. Indo adiante, o conceito que buscamos de região correspondia ao estudo de uma mobilidade do trabalho e de uma mobilização do trabalho para realizar a produção de determinada mercadoria. No caso, a mobilidade visada e as relações sociais de produção em que se inseria eram a do colono e o colonato; a mercadoria a ser produzida, o café. Não se tratava, pois, da cafeicultura, mas de uma determinada cafeicultura, assente na exploração do trabalho preferencialmente do *colono*, sendo que o café também fora produzido pelo trabalho escravo. Nossa região estudada é, portanto, a região do colonato. Porém, mais concreta e particular ainda era a área que circunscrevemos dentro dessa região: a que viria a constituir o município de Olímpia-SP.

Os termos assim apresentados devem ser devidamente problematizados e a tarefa não é fácil. A viabilização da produção de mercadorias, histórica e territorialmente determinada, que, a princípio, caracteriza a “região” não implica necessariamente no estabelecimento de uma região. A mercadoria, então, e sua forma social (forma-mercadoria) mais esconde do que revela o processo social que a produziu. O procedimento, no entanto, que se instaura com a mercadoria, unifica uma totalidade cindida. É desse procedimento que deveremos partir, para a ele sempre retornar, evidenciando as particularidades cindidas e abstraídas.

Tomamos, paralelamente às noções de mobilização do trabalho e acumulação que sustentarão a discussão sobre a região, o conceito de *colonização* para iniciar nosso percurso, porque, além de abarcar a aparente generalidade de uma ação do homem sobre uma área, conforme a noção de Maximilien Sorre, diz respeito diretamente a um processo que instaurou a nossa “história”, a do Brasil-colônia, bem como se relaciona ao significado que deu origem aos termos “colono” e “colonato”. Pela discussão do conceito de colonização, então, queremos diferenciar a acumulação primitiva que realiza a Colônia da acumulação (primitiva?) que se coloca com o colonato.

O sistema de colonato só viria a se consolidar na década de 1870, portanto ao menos 50 anos após a Independência e ainda outros anos mais se considerarmos a vinda da família real para o Brasil (1808) como marco para o fim da Colônia. Diferenciá-los,

Colônia e colonato, exige a compreensão de um processo mais amplo, o de ascensão do sistema mundial produtor de mercadorias e os sentidos dos seus processos particulares.

PARTE I – Colonização no marco da acumulação primitiva e do sistema colonial

6. Ascensão do sistema mundial produtor de mercadorias: mobilização do trabalho e colonização

A análise de Marx da mercadoria parte da aparência de a riqueza das nações parecer ser uma imensa coleção de mercadorias para adiante mostrar que o que se esconde por trás dessa acumulação de riqueza material é uma relação social pautada pelo *valor* (Marx, 1985, I, t. 1, cap. 1; 45 e seguintes). De maneira semelhante, quando a referida análise já foi esquematizada em seu plano mais abstrato e está para se adentrar em sua formulação histórica, o autor aponta como a riqueza ou pobreza dos indivíduos aparece aos olhos da sociedade, no entanto, como o resultado de mais ou menos trabalho dedicado pelos mesmos ao longo de suas respectivas vidas, ou com relação aos seus antepassados (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 24; 261-2). Pouco importaria para o início do procedimento crítico a ser realizado que os sujeitos de uma e de outra frase fossem trocados. Assim, também a riqueza dos indivíduos parece ser uma imensa coleção de mercadorias e a riqueza ou pobreza das nações parece advir de uma mesma disposição ou aversão ao trabalho árduo que levaria àquela acumulação de mercadorias. Uma mesma lógica que anula os processos históricos por trás dessas aparências tem que ser colocada em questão.

Essa crítica pode, no entanto, começar também com um procedimento lógico¹⁵⁴, antes de se retomar o percurso histórico que impõe a própria lógica criticada e as formas concretas do capital colocadas pelo mesmo percurso. Começamos, pois, com Marx, com uma breve alusão à mercadoria, sua lógica e a forma social que a embasa.

Abstração real: Mercadoria, forma-mercadoria e trabalho abstrato

¹⁵⁴ As formas concretas que permitem a acumulação, em realidade, obscurecem o seu entendimento: “Por isso, sua análise pura exige a abstração provisória de todos os fenômenos que escondem o jogo interno de seu mecanismo” (Marx, 1985, I, t. 2; 151-2).

Sendo um objeto externo, uma coisa, a mercadoria satisfaz necessidades quaisquer. Porém, essas necessidades não se relacionam apenas com os aspectos fisiológicos necessários para a sobrevivência dos homens, sendo de fato, como se mostrará adiante, indiferente, até certo ponto, as motivações que levam à realização da mercadoria¹⁵⁵. Juntamente à *qual* necessidade ela se refere, pensa-se no *quanto* de utilidade que uma mercadoria possui.

Encarar a mercadoria segundo sua qualidade e sua quantidade nos remete a uma multiplicidade de propriedades da mesma, que “pode, portanto, ser útil, sob diversos aspectos” (Marx, 1985, I, t. 1, cap. 1; 45). Empreender a análise dessa multiplicidade de aspectos é um *ato histórico*, na medida em que reconstituirá “os múltiplos modos de usar as coisas” e descobrirá as “medidas sociais para as quantidades das coisas úteis”. O alargamento da noção de utilidade é o primeiro passo para se compreender o duplo caráter constitutivo da mercadoria, o de ser útil para o consumo/uso e útil para a troca. Sobre ambos recai o que aqui se denomina medidas sociais¹⁵⁶.

Por isso, o primeiro fator apontado da mercadoria, atrelado ao seu uso e determinado “pelas propriedades do corpo da mercadoria”, o valor de uso, já é, de pronto, necessariamente relacionado ao seu aspecto quantitativo, de modo que os pólos da distinção entre qualidade e quantidade devem ser tomados como dois momentos de uma mesma coisa, cindida no seu interior. Assim, o aspecto qualitativo da mercadoria, seu valor de uso, pressupõe o quantitativo, sendo ele o portador material do valor de troca.

“A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante, etc., é, portanto, um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. O exame dos valores de uso pressupõe sempre sua determinação quantitativa, como dúzias de relógios, vara de linho, tonelada de ferro etc. (...). O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma da sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo

¹⁵⁵ “A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção” (Marx, 1985, I, cap. 1; 45).

¹⁵⁶ “A diversidade das medidas de mercadorias origina-se em parte da natureza diversa dos objetos a serem medidos, em parte de convenção” (Marx, 1985, *id.*; 45).

tempo, os portadores do – valor de troca” (Marx, 1985, I, t. 1, cap. 1; 45-6).

Aqui Marx já incorre numa problemática formulação que permite o entendimento da existência prévia e separada do valor de uso, independente da forma social da riqueza. Esse entendimento pode conduzir a uma ontologização do valor de uso, portanto, um apagamento mesmo do que antes havia sido reclamado como o necessário “ato histórico” de se compreender as múltiplas determinações e propriedades da utilidade das coisas. Sendo a mercadoria o núcleo da forma social de nossa sociedade e sendo sua forma pautada pela sua cisão interna, não se deve tentar compreender um de seus momentos como independente do outro, o que acarretaria numa quebra da noção proposta de totalidade a partir da forma mesma. Ademais, essa formulação ontologizante permite uma projeção de noções abstratas totais, próprias de nossa mentalidade decorrente dos processos sociais de base (abstração real), para formações sociais com diferentes conformações históricas – até certo modo, a nós inacessíveis, senão por meio mesmo destes jogos lógicos. Fica, assim, complicado de se falar em valor de uso para sociedades que não se pautam pela troca de mercadorias, problema igual a ser encarado para a projeção da noção moderna de trabalho para sociedades que não passaram pelo processo histórico que determina a centralidade obscurecida da mercadoria força de trabalho.

Freemos todavia o avanço dessa discussão¹⁵⁷. Marx está aqui ainda discorrendo sobre o nível da aparência e iniciando a sua problematização. Dessa maneira, nesse nível, o valor de troca *aparece* como mera quantificação pela qual os diferentes valores de uso são trocados, “algo casual e puramente relativo”, mas próprio das mercadorias que se trocam, ainda que tal relação já apareça em sua dinâmica de estar constantemente mudando no tempo e no espaço¹⁵⁸. Aparece, assim, já em sua contradição, porque como sendo imanente à mercadoria e próprio do momento da troca entre mercadorias diferentes; intrínseco à coisa e surgindo da relação com outra(s) coisa(s). Além de haver aí também uma aparência de estar na essência da mercadoria ao passo que está em constante mutação.

¹⁵⁷ Cf. Postone, 1995 e Kurz, 2004 [1992].

¹⁵⁸ “O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria (*valeur intrinsèque*), portanto uma *contradictio in adjecto*” (Marx, 1985; 46).

Todavia, quando se começa a ver o emaranhado de trocas que determinadas quantidades de determinadas mercadorias possibilitam começa-se a perceber que “os valores de troca da mesma mercadoria expressam algo igual” (Marx, 1985, I; 46). Sem adiantar a resposta, o autor evidencia, mais uma vez, uma outra distinção que percorre sua exposição, que diz respeito à relação entre aparência e essência, ou entre expressão e substância, para desenvolver que, notando-se que algo igual surge de coisas diferentes, mesmo esse algo igual, o valor de troca, ainda é um modo de expressão de “um conteúdo dele distinguível”¹⁵⁹.

Os valores de troca das mercadorias, desse modo, acabam, no processo de troca, por serem reduzidos a algo comum, “do qual eles representam um mais ou um menos”. Não serão as suas utilidades, corporificadas nos usos particulares a que cada coisa foi atribuída, que representarão esse algo comum. É exatamente o oposto, ou melhor, a *abstração* desses traços particulares, o que caracteriza a troca. Na troca, os diferentes se igualam; é essa a *abstração real*:

“Suas propriedades corpóreas [das mercadorias] só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valor de uso. Por outro lado, porém, é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias. Dentro da mesma um valor de uso vale exatamente tanto como outro qualquer, desde que esteja disponível em proporção adequada” (Marx, 1985; 46-7).

Após ressaltar, mais uma vez, que valor de uso e valor de troca são partes constitutivas da unidade cindida própria da forma mercadoria¹⁶⁰, o autor apresenta uma terceira propriedade, a que se chega a partir da abstração do valor de uso dos corpos das mercadorias, mas que não é exatamente o seu valor de troca. Trata-se da propriedade de serem produtos do trabalho. Há nisso a abertura para o “ato histórico” de reconstituir o processo de produção das mercadorias e problematizar a aparência de que a relação de

¹⁵⁹ “... 1 *quarter* de trigo = *a* quintais de ferro. Que diz essa equação? Que algo em comum da mesma grandeza existe em duas coisas diferentes, em 1 *quarter* de trigo e igualmente em *a* quintais de ferro. Ambas são, portanto, iguais a uma terceira, que em si e para si não é nem uma nem outra. Cada uma das duas, enquanto valor de troca, deve, portanto, ser redutível a essa terceira” (Marx, 1985; 46). Sendo forma de manifestação do valor, o valor de troca expressa também uma relação entre conteúdos distinguíveis dele, isto é, os valores de uso trocados. Sendo que a frase pode remeter tanto a essa relação como à relação a ser posteriormente analisada entre valor de troca e valor. Não obstante, vale ressaltar que a distinção entre aparência e essência, ela mesma, será problematizada no decorrer da análise: “A verdade é um momento da mentira” (Debord, 1997).

¹⁶⁰ “Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (Marx, 1985, I, t. 1; 47).

troca é uma relação entre coisas. Porém, se se pensa que é aí que encontraremos a verdade sobre a mercadoria logo somos advertidos de que o processo de abstração que recai sobre os produtos do trabalho também recai sobre o trabalho, o que exige um cuidado sobre o processo analítico aqui empreendido. Portanto, no processo de trocas generalizadas de mercadorias, o caráter *particular* dos trabalhos concretos produtores de mercadorias é igualado e, assim, reduzido ao caráter geral de *trabalho humano abstrato*:

“Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igualtrabalho humano, a trabalho humano abstrato” (Marx, 1985; 47).

A igualdade que se pode encontrar na abstração das diferenças particulares das mercadorias levada a cabo na relação de troca é a igualdade de em ambas ter havido um equivalente dispêndio de força de trabalho humano. As mercadorias são cristalizações do acúmulo de trabalho humano e, como tais, são valores (mercantis)¹⁶¹. O valor de troca ou a relação de troca da mercadoria revela o valor¹⁶² – que é o algo em comum às mercadorias trocadas¹⁶³. Sendo o valor de troca forma de expressão do valor, só se pode, no entanto, medir esse último através do quantum de dispêndio de força de trabalho nele contido. Por isso, o trabalho é a substância que constitui o valor. Aquela medida, por sua vez, é realizada pela medição do tempo de duração do tempo de trabalho.

¹⁶¹ “Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores – valores mercantis” (Marx, 1985; 47).

¹⁶² Revela, porém não coincide com: “O prosseguimento da investigação nos trará de volta ao valor de troca, como a maneira necessária de expressão ou forma de manifestação do valor, o qual deve ser, por agora, considerado independentemente dessa forma” (Marx, 1985; 47).

¹⁶³ “Na própria relação de troca das mercadorias, seu valor de troca apareceu-nos como algo totalmente independente de seu valor de uso. Abstraindo-se agora, realmente, o valor de uso dos produtos do trabalho, obtém-se seu valor total como há pouco ele foi definido. O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria é, portanto, seu valor” (Marx, 1985; 47).

Entretanto, se o que constitui o valor é o dispêndio de trabalho humano abstrato e o que determina sua grandeza é a quantidade de tempo desse dispêndio, há que se ressaltar o caráter *social* dos processos de trabalho produtores de mercadorias, que, no momento da troca das mesmas, terão suas qualidades particulares abstraídas e suas grandezas quantitativas reconhecidas como iguais. As médias sociais recairão sobre os diferentes componentes particulares do processo global de produção de determinada mercadoria e antecipam, na produção, a abstração real concretizada na troca, ainda que estejam sujeitas a constantes mudanças¹⁶⁴. O entendimento, desse modo, do conceito de trabalho socialmente necessário passa por e mutuamente determina o entendimento dos conceitos anteriormente apresentados e do que agora se apresenta. A saber, o de grandeza de valor, posto que o quantum do primeiro determina este.

“O trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem. (...) É, portanto, apenas o quantum de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor. A mercadoria individual vale aqui apenas como exemplar médio de sua espécie. Mercadorias que contém as mesmas quantidades de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm, portanto, a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra” (Marx, 1985; 48).

*

Realizando esse procedimento, por nós aqui retomado, Marx evidencia o mecanismo social que permite a igualação de mercadorias que são concretamente diferentes. Simultaneamente, a mesma relação de *valor* permite a igualação de trabalhos

¹⁶⁴ “A grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria portanto constante, caso permanecesse constante o tempo de trabalho necessário para sua produção. Este muda, porém, com cada mudança na força produtiva do trabalho. A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. (...) A grandeza de valor muda na razão direta do quantum, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza” (Marx, 1985; 48-49).

A relação entre as variações da grandeza de valor decorrentes de mudanças na força produtiva do trabalho e suas implicações na relação de valor das mercadorias será tratada no próximo ponto. As diversas circunstâncias que implicam em mudanças na força produtiva e suas implicações para as relações de troca são também esmiuçadas no Livro II. O entendimento dessa dinâmica também é pressuposto para e determinado por o que será desenvolvido para as variações da extração de mais valia (absoluta e, principalmente, relativa), ao longo do Livro I, depois da primeira seção.

que são concretamente diferentes. Permite pela noção compartilhada e subentendida de que os trabalhos são trabalhos humanos quaisquer, diferenciados pelo tempo e complexidade em que são colocados em atividade (grandezas de valor). Decorre da abstração real constantemente reiterada de todas as mercadorias que uma mercadoria seja gradativamente selecionada para ser o equivalente de todas as demais. Não precisaremos, portanto, adentrar nos desdobramentos propostos por Marx da forma simples e da desdobrada para mostrar o ponto a ser retido. O dinheiro é, portanto, apenas um desdobramento da forma simples da mercadoria¹⁶⁵.

Ademais, essa forma mercadoria ($x A = y B$), aparentemente compreendida apenas logicamente aqui, corresponde a uma realidade de trocas historicamente determinada (Postone, 1995). Isto se evidencia quando Marx, pela primeira vez, fala não apenas da mercadoria, mas da forma-mercadoria. Trata-se da conhecida passagem em que discute a limitação histórica para o entendimento da relação de valor por Aristóteles. Este teria compreendido a relação de igualdade posta em prática no ato da troca, porém, diante do absurdo de se estar igualando coisas essencialmente diferentes, não consegue ir além e encontrar o que permitia a igualação. Não consegue, exatamente porque não havia a generalização do conceito de igualdade humana na sociedade grega. O trabalho realizado por escravos não podia ser considerado trabalho humano, bem como a atividade de refletir do filósofo não poderia ser considerada trabalho. Essa generalização que vinha se dando, na prática pelo processo que a seguir retomaremos, só atingirá a concretização no plano de uma consciência popular da igualdade humana com as revoluções liberais de fins do século XVIII¹⁶⁶.

A abstração do pensamento que permite o preconceito popular de uma suposta igualdade humana, teorizada nas doutrinas liberais e conclamada pela Revolução

¹⁶⁵ “A forma mercadoria simples é, por isso, o germe da forma dinheiro” (Marx, 1985; 70).

¹⁶⁶ “Que na forma dos valores de mercadorias todos os trabalhos são expressos como trabalho humano igual, e portanto como equivalentes, não podia Aristóteles deduzir da própria forma de valor, porque a sociedade grega baseava-se no trabalho escravo e tinha, portanto, por base natural a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho. O segredo da expansão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quando o conceito da igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade na qual a forma mercadoria é a forma geral do produto de trabalho, por conseguinte também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidoras de mercadorias é a relação social dominante. O gênio de Aristóteles resplandece justamente em que ele descobre uma relação de igualdade na expressão de valor das mercadorias. Somente as limitações históricas da sociedade, na qual ele viveu, o impediram de descobrir em que consiste ‘em verdade’ essa relação de igualdade” (Marx, 1985; 62).

Francesa, em especial, decorre de uma forma social que vinha se generalizando. Decorre, pois, do procedimento reiterado da troca de mercadorias, da abstração real das mesmas. E decorre, mais ainda, da maneira como o próprio trabalho passa a se apresentar como mercadoria força de trabalho. Posta lado a lado com as demais mercadorias e trocado por dinheiro (salário), também a força de trabalho se iguala à qualquer mercadoria¹⁶⁷, sendo ela, ao contrário, como vimos e veremos mais explicitamente, aquela que possibilita a existência das demais, que dá substância ao valor. Uma consciência fetichizada emerge dessas relações, em que as coisas (mercadorias) é que parecem ter de fato importância, posto que são os objetos das trocas. Acabam, no entanto, por parecerem, antes, os sujeitos das mesmas trocas:

“O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais” (Marx, 1985; 71).

O duplo aspecto da mercadoria, o de ser útil para o consumo (valor de uso) e útil para a troca (valor de troca), é espelhado no duplo aspecto do trabalho, que, como procuramos deixar claro em nossa interpretação, é somente trabalho que produz mercadorias; cindido também ele em trabalho concreto e trabalho abstrato. Uma terceira característica de ambos, mercadoria e força de trabalho, também ela uma mercadoria, a de estar presente no mercado, será a seguir desenvolvida.

6.1. Acumulação primitiva: mobilização do trabalho

A mera exposição da relação de valor que pauta a troca das mercadorias não explica como se dá a valorização pelo consumo produtivo da força de trabalho. Explica, no entanto, como uma relação fetichista esconde uma relação de exploração, mostrando-a como se fosse uma troca igualitária entre proprietários de mercadorias. Falta, ainda, evidenciar o mecanismo básico dessa relação de exploração dessa mercadoria diferenciada que é a força de trabalho.

¹⁶⁷ “Finalmente, tão logo os homens trabalham uns para os outros de alguma maneira, seu trabalho adquire também uma forma social” (Marx, 1985; 70).

O consumo desse “trabalho” não é exatamente a simples compra do mesmo. Evidentemente, no plano da circulação, o “trabalho”, ou melhor, a força de trabalho é comprada como qualquer outra mercadoria. Paga-se pelo seu valor de troca, isto é, acorda-se quanto ao salário que será pago. E da mesma maneira como ocorre com qualquer mercadoria, o valor de troca pago pela força de trabalho, o salário acordado, é mera expressão do valor dessa mercadoria, não a sua substância, que equivale ao tempo necessário para a sua produção. Há, assim, um *processo de produção* dessa mercadoria, da força de trabalho.

Devemos ter em mente, no entanto, que a força de trabalho, comparando-a com as outras mercadorias, em sua configuração histórica moderna, é a única que, em primeiro lugar, vai sozinha ao mercado, e que, acima de tudo, ao ser consumida, cria valor. O consumo da mercadoria-força de trabalho (seu valor de uso) é a realização de trabalho produtivo, capaz de criar outras mercadorias que, por sua vez, serão trocadas no mercado. “Assim, surge o valor da força de trabalho, revelando a possibilidade de um valor de uso muito superior ao valor de troca, reduzido ao ‘custo de produção’ da força de trabalho¹⁶⁸”. Assim, ainda, é que se pode concluir que “o agente real de produção é a força de trabalho” (Gaudemar, 1977; 188).

Uma análise mais detalhada da característica essencial da força de trabalho indicará, ela mesma, o sentido desse processo. Isto é, a força de trabalho, para valorizar o valor, transformar dinheiro em capital, requer a disponibilidade, no mercado, do trabalhador *livre*.

Contraditoriamente livre, numa liberdade que se realiza tanto positiva – “dispondo à sua vontade da sua força de trabalho *como de uma mercadoria que lhe pertence*” (Gaudemar, 1977; 189), apresentando uma aparência de ser sujeito de sua própria história, ao escolher o serviço e o local de trabalho desejado – como negativamente – por não possuir qualquer outra mercadoria que não seja a sua própria força de trabalho para vender, sendo, por isso, obrigado a vendê-la a todo custo (o que nega aquela aparência) para realizá-la, ou melhor, para sobreviver, no limite.

“Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas

¹⁶⁸ “Essa mercadoria, ‘possui, do mesmo modo que qualquer outra, um valor. Como se determina esse valor? *Pelo tempo de trabalho necessário à sua produção*’” (Gaudemar, 1977; 189).

necessárias à realização de sua força de trabalho” (Marx, 1985, I, t. 1, cap. 3; 140).

Pensando, a partir disso, num mercado de trabalho multidimensional, que apresenta características variadas e mesmo contraditórias, “deformando-se no tempo e no espaço”, podemos compreender como essa liberdade implica numa necessidade de *mobilidade* da força de trabalho, e do seu possuidor: ele tem que conseguir realizar os pressupostos de valorização do capital que somente a sua mercadoria (força de trabalho) pode realizar, ao mesmo tempo em que é obrigado a realizar estes pressupostos. A mobilidade é, assim, *condição* da sujeição ao capital¹⁶⁹; condição do capital, portanto.

“No seu aspecto positivo, a ‘liberdade’ conduz à possibilidade do trabalhador escolher o seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e ao seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho assim como as condições que ele o exerce. Em ambos os casos, a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos quer impostos; móvel, quer dizer apta para as deslocações e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório. O dinheiro vem reforçar esta tendência e assim estimular a mobilidade da força de trabalho. Pouco importa o emprego, desde que o salário recebido em troca seja satisfatório” (Gaudemar, 1977; 190-1).

Estamos diante de um processo instaurado de trocas generalizadas, com uma certa mobilidade perfeita da força de trabalho já formada. Também na análise que anteriormente apresentamos da mercadoria pressupõe-se essa mobilidade do trabalho, posto que ela permite a produção de mercadorias, permitindo a realização não somente da relação de valor, mas também da mais-valia, e daí, a forma capital.

Adiantamos, todavia, em nossa exposição que há um processo de produção dessa força de trabalho. Adentrar nesse processo exige um entendimento crítico da relação de valor, porque, assim que esta se reitera, apaga-se esse processo, abstraído nas trocas de mercadorias. Tínhamos um círculo vicioso de reprodução, e agora já podemos falar de uma reprodução ampliada do capital, desde que essa mais-valia gerada retorne aos investimentos produtivos alargando as possibilidades de extração de mais-valia¹⁷⁰. Precisamos sair dele para encontrar uma acumulação de capital que, dando-se em outra

¹⁶⁹ “A mobilidade da força de trabalho é assim introduzida, em primeiro lugar, como a condição de exercício da sua ‘liberdade’ de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital” (Gaudemar, 1977; 190).

¹⁷⁰ Cf. Marx, I, t. 2, cap. 22; 163 e seguintes.

lógica, instaura a relação de valor. A relação de valor e o processo de valorização são, portanto, consequências históricas de um vasto processo que culmina na sociedade moderna (produtora de mercadorias)¹⁷¹. A gestação, portanto, da liberdade do trabalhador e da sua mobilidade acontece numa acumulação primitiva¹⁷².

6.2. Mobilização do trabalho na Inglaterra

O processo de acumulação primitiva ocorre em uma lógica diferente daquela naturalizada nas trocas de mercadoria, porque coloca os seus pressupostos, violentando as relações sociais que organizavam a sociedade no período medieval, ou instalando também violentamente uma organização social em que as trocas desiguais são impostas (colônias).

Em princípio, a generalização da forma-mercadoria que está no fim desse processo implica, como vimos, a existência do trabalhador “livre” para ser empregado pelo capital e valorizá-lo. Para tanto, esse trabalhador tem que ser “libertado” e nisso consiste o sentido da acumulação primitiva: uma mobilização do trabalho. Só a partir dessa condição fundamental a produção capitalista pode se dar, trabalhadores livres de um lado e compradores de força de trabalho alheia, inter-relacionando-se na produção de mercadorias.

“A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. (...) Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada

¹⁷¹ “A questão do por que esse trabalhador livre se defronta com ele na esfera da circulação não interessa ao possuidor de dinheiro, que encontra o mercado de trabalho como uma divisão específica do mercado de mercadorias. Nós nos ateremos ao fato na teoria assim como o possuidor de dinheiro na prática. Uma coisa, no entanto, é clara. A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social” (Marx, 1985, I, t. 1, cap. 3; 140).

¹⁷² “Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos sair supondo uma acumulação ‘primitiva’ (*previous accumulation* em A. Smith), precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida” (Marx, 1985, I, t. 2; 261).

acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 24; 262).

A partir disso, passaríamos a lidar com um exemplo histórico concreto, o da Inglaterra. É aqui que seria detalhado a tão conhecida história dos cercamentos das terras comunais, que já vinha tendo importância na obra de Marx desde seus escritos da juventude. Aludiremos, entretanto, a tal processo apenas o mais brevemente possível, posto que nosso intuito será, antes, contrapô-lo à outra maneira como a acumulação primitiva se deu nesta época, no processo de colonização.

Voltamos, rapidamente, assim, ao século XIV, quando a servidão encaminhava-se para o seu fim. A maioria da população do reino inglês, 4/5, era de agricultores, sendo que a maior parte desse contingente era de pessoas que “viviam da exploração de suas pequenas parcelas *freehold* (*freehold* é propriedade plenamente livre)”, mas muitos servos haviam sido desalojados pelos arrendatários livres e, desse modo, já existia o trabalho assalariado, em parte, daqueles que “aproveitavam seu tempo de lazer trabalhando para os grandes proprietários, em parte numa classe independente, relativa e absolutamente pouco numerosa, de trabalhadores assalariados propriamente ditos” (Marx, 1985, I, t. 2; 263-4); dispondo todos ainda do usufruto coletivo das terras comunais¹⁷³, além do que, em geral, tinham junto à casa uma parcela razoável de terra para uso próprio (aproximadamente 4 acres)¹⁷⁴. Desse quadro, vê-se que aquela separação do trabalhador das condições de reprodução de sua vida ainda não se completara. A transição, todavia, já havia se iniciado.

A relação da produção feudal com a distribuição da terra é completamente distinta da relação capitalista. Na primeira, quanto maior o número de pessoas trabalhando a terra melhor para o senhor feudal; seu poder emana da quantidade de súditos que possui. A necessidade de súditos que possam se sustentar é patente para o senhor. Essa “riqueza” do povo excluía, no entanto, a do capital.

¹⁷³ “Além disso, junto com os camponeses propriamente ditos, gozavam o usufruto das terras comunais, em que pastava seu gado e que lhes forneciam ao mesmo tempo combustíveis, como lenha, turfa, etc.” (Marx, 1985; 263).

¹⁷⁴ “Também estes eram [os trabalhadores assalariados propriamente ditos], ao mesmo tempo, de fato camponeses economicamente autônomos, pois recebiam, além de seu salário, um terreno arável de 4 ou mais acres além do *cottage*” (Marx, 1985; 263).

A reviravolta no cenário estável acima descrito se dá pela tentativa centralizadora do poder real. Tal ímpeto centralizador foi esboçado também posteriormente por J. Habermas, em seu *Mudança estrutural da esfera pública* (1981), quando aponta que a centralização do poder nas mãos do rei e de sua corte é o início da esfera pública aristocrática, precursora da esfera pública literária, que dará vez à forma de sociabilidade em público característica da esfera pública burguesa, mediada pela racionalidade nas trocas tanto de opiniões como de, e principalmente, de mercadorias. Aqui essa faceta do processo é descrita de forma parecida, entretanto o poder real não foi a única causa da dissolução do complexo de relações sociais de produção da Idade Média e seus séquitos feudais. A expulsão do campesinato de sua base fundiária foi empreendida violentamente também pelos senhores feudais, “em oposição mais teimosa à realeza e ao Parlamento” (Marx, 1985; 264).

O impulso foi antes de caráter econômico; sua causa, a alta do preço da lã pelas transformações da produção ocorridas nos Países Baixos¹⁷⁵. Uma parcela mais nova da nobreza feudal, que não havia se desgastado recentemente em grandes guerras, aproveitou o exemplo dado no continente e passou a transformar enormes extensões de terras de lavoura em pastagens de ovelhas. O desejo de lucros os fez passar por cima de seus súditos, destruindo violentamente as habitações dos camponeses para dar lugar às pastagens e suas ovelhas¹⁷⁶.

A legislação tentou em vão barrar essa rápida e brutal transformação do campo que levava a classe trabalhadora rural inglesa a cair sem transição, de forma abrupta, num mundo novo, a “idade de ferro”. Diz Bacon em sua história de Henrique VII:

“‘Naquele tempo’ (1489) ‘aumentaram as queixas sobre a transformação de terras de lavoura em pastagens’ (para criação de ovelhas etc.) ‘fáceis de cuidar por poucos pastores; e arrendamentos por tempo determinado, vitalícios ou anualmente revogáveis (dos quais vivia uma grande parte dos *yeomen*) foram transformados em domínios senhoriais. Isso provocou uma decadência das cidades, igrejas e dízimos. (...) Na cura desse mal, a sabedoria do rei e do Parlamento naquela época foi admirável. (...) Tomaram medidas contra essa usurpação despovoadora das terras comunais (*depopulating enclosures*) e a exploração pastoril

¹⁷⁵ “O impulso imediato para isso foi dado, na Inglaterra, nomeadamente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e a conseqüente alta dos preços da lã” (Marx, 1985; 264).

¹⁷⁶ “A velha nobreza feudal fora devorada pelas grandes guerras feudais; a nova era filha de seu tempo, para a qual o dinheiro era o poder dos poderes. Por isso, a transformação de terras de lavoura em pastagens de ovelhas tornou-se sua divisa. As habitações dos camponeses e os *cottages* dos trabalhadores foram violentamente demolidos ou entregues à ruína” (Marx, 1985; 264).

despovoadora (*depopulating pasture*) que lhe seguia as pegadas” (Marx, 1985; 265).

Segue-se, então, uma série de medidas iniciadas pelo rei Henrique VII, para tentar proibir, por exemplo, que as casas dos camponeses em áreas de mais de 20 acres fossem derrubadas. Um decreto de 1533 chega a limitar em dois mil o número de cabeças de ovelhas que um único proprietário pudesse ter. Porém, “as queixas do povo e a legislação, que (...) [,] continuamente por 150 anos, se voltam contra a expropriação dos pequenos arrendatários e camponeses, foram igualmente infrutíferas” (Marx, 1985; 265).

Fracassaram porque se tentou conservar uma reprodução, pelo menos aparentemente, digna e farta da vida de seus súditos quando um processo havia sido desencadeado no sentido oposto, no sentido de mobilizar os trabalhadores, transformá-los em trabalhadores “livres”.

As leis seguiram, no entanto, em sua tentativa de obrigar que em volta dos *cottages*, das casas rurais, houvesse uma área mínima de 4 acres para o plantio particular do trabalhador rural ali residente, por mais que fosse empregado. Até meados do século XVIII as queixas não cessaram acerca dos *cottages* dos trabalhadores agrícolas que não tivessem como complemento 1 ou 2 acres de terra. “Hoje ele está feliz quando ela é dotada de um jardimzinho ou quando pode arrendar longe dela umas poucas varas de terra” (Marx, 1985; 266).

A Reforma protestante, no século XVI, deu um impulso no processo de expropriação violenta da massa do povo na medida em que expulsou os moradores dos conventos, confiscou e revendeu os bens da Igreja – que era uma das maiores proprietárias feudais de grande parte da base fundiária inglesa –, a preços irrisórios “a arrendatários ou a habitantes das cidades especuladoras, que expulsaram em massa os antigos súditos hereditários, juntando suas explorações” (Marx, 1985; 266).

Tratar o movimento religioso da Reforma atrelado a tais transformação permite-nos, cabe aqui apontar, deslocar as considerações de Max Weber (2004) sobre as implicações morais e ascéticas do mesmo. Mais do que apontar as “afinidades eletivas” entre a ética protestante (embasada numa mudança da noção de vocação, atrelada a uma transformação comportamental dos membros protestantes) e o espírito do capitalismo, sem cair numa causalidade direta que Weber chamou de “tese tola” (Weber, 2004, cap. 3; 82), o importante aqui é perceber como o processo social de mobilização culmina numa *forma social*, que escapa à análise de Weber (cf. Kurz, 2004; 21). Mais do que

justificando as medidas que implicam num disciplinamento da população mobilizada, os padrões de comportamento atrelados à ética protestante se autonomizaram (Marx) do próprio universo da religião, atrelando-se à mera mobilidade do trabalho própria da valorização do valor, algo que Weber chega a apontar para o dito “capitalismo vitorioso” (Weber, 2004; 45-6, 143 e 168) sem, mais uma vez, compreender a forma fetichista que os embasa.

Retomando, não obstante, os exemplos da acumulação primitiva inglesa, a parte do dízimo cobrado pela Igreja que era revertida a camponeses empobrecidos, parte essa legalmente assegurada, foi confiscada. O Estado foi obrigado, com isso, a substituir a Igreja nesse papel, implementando o imposto para os pobres, no reinado da rainha Elizabeth I. Foi, ademais, a primeira vez que os autores de uma lei sequer apresentaram uma explicação das razões de sua formulação, porque se sentiam envergonhados pela situação. A lei gerou controvérsias e o “espírito” protestante se evidenciava nas discussões. Alguns muitos defenderam que só teriam direito aos recursos do imposto os pobres que trabalhassem. Outros mais radicais chegaram a propor o encarceramento dos pobres nas paróquias para obrigá-los a trabalhar (cf. nota 197, p. 266). Chegou-se a defender, no Parlamento escocês, o retorno da servidão para acabar com a mendicância¹⁷⁷. Data dessa época o fim da *yeomanry*.

Poderíamos seguir reproduzindo a multiplicidade de eventos que compõem o processo, porém o que foi exposto já dá conta de mostrar como o rápido processo de transformação da produção agrícola leva a uma mobilização forçada do campesinato inglês. O cercamento das terras comunais completa a aniquilação das possibilidades de reprodução dessa população¹⁷⁸. Seguem-se legislações que visam disciplinar essa massa de pessoas que passam a vagar pelas estradas e cidades inglesas.

“Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de

¹⁷⁷ Eden tenta a explicação: “Da liberdade dos lavradores data o pauperismo (...) [;] manufaturas e comércio são os verdadeiros pais de nossos pobres nacionais”. Ao que Marx emenda, trazendo a explicação de fato: “Eden, como aquele republicano escocês por princípio, equivoca-se apenas porque não é a abolição da servidão, mas a abolição da propriedade do lavrador sobre a base fundiária que o torna proletário, respectivamente *pauper*” (Marx, 1985; 267).

¹⁷⁸ “A revolução agrícola, no último terço do século XV, que prossegue por quase todo o século XVI (com exceção de suas últimas décadas) enriqueceu o arrendatário com a mesma rapidez com que empobreceu o povo do campo. A usurpação das pastagens comunais etc. permitiu-lhe grande multiplicação de seu gado, quase sem custos, enquanto o gado fornecia-lhe maior quantidade de adubo para o cultivo do solo” (Marx, I, t.2, 1990, cap. 24; 364).

trabalho assalariado, por meio do acoite, do ferro em brasa e da tortura” (Marx, I, t. 2, 1990, cap. 24; 358).

Mobilizada pela expulsão de suas terras, agora ocupadas por ovelhas e gado (a chamada Revolução Agrícola) ou mesmo por florestas para a prática de caça dos nobres, com a apropriação privada das terras comunais, e mobilizada também pelas legislações que obrigavam-na a trabalhar, a população inglesa foi separada da base fundiária, separada dos meios de produção, da maneira mais violenta. É um processo escatológico de ruptura que passa pela separação do produtor direto da gleba de terra e de suas relações, por assim dizer, feudais, mas também passa pelo rompimento da dominação pessoal das corporações de ofício¹⁷⁹. A liberdade do trabalhador evidencia-se aqui essencialmente em seu aspecto negativo: livres dos meios de produção. Repetindo, por fim, para reforçar o sentido dessas transformações, e já adentrando na base fundamental do processo histórico em questão, qual seja a expropriação do povo do campo de sua base fundiária:

“O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que as grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo” (Marx, 1985; 263).

6.3. Mobilização do trabalho ou formação do trabalho (acumulação primitiva): o Antigo Sistema Colonial

O outro lado essencial, e o que mais nos interessa aqui, são os “revolucionamentos” que constituem a expansão comercial. Retemos aqui a conformação do antigo sistema colonial, seu sentido e dinâmica.

O sentido da colonização e a organização social no período colonial

¹⁷⁹ “Para tornar-se livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde houver mercado para ela, ele precisa ainda ter escapado do domínio das corporações, de seus regulamentos para aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho” (Marx, 1985; 262).

De uma formulação muito ampla e abrangente sobre a existência de um sentido a ser desvendado na história de um povo pelo pesquisador, sentido este que dá coerência e unidade ao emaranhado de acontecimentos, Prado Jr. logo diferencia a sua noção de *sentido* de qualquer estruturação social mais estática e hermética por elaborá-la como sujeita a variações.

O exemplo que segue da história moderna de Portugal não seria, de modo algum, aleatório. Sua unificação, no início do século XV, marca um novo rumo da história de seu povo, pela reconquista do território tomado aos árabes, constituição do Reino e organização das empresas e conquistas ultramarinas. É destas últimas que se poderá, por sua vez, compreender a colonização do que viria a se tornar o Brasil. As histórias de Portugal e Brasil, da Europa e suas Colônias fazem parte, em sua síntese¹⁸⁰, de um mesmo processo de integração. “Processo que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte” (Prado Jr., 2000; 8-9).

“Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos ‘descobrimentos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu” (Prado Jr., 2000; 11).

“Colonização” deixaria, com a experiência portuguesa, de se ater meramente ao estabelecimento de simples feitorias como até então se havia procedido no Mediterrâneo, Oriente e em outras partes. Na ausência inicial de uma população estabelecida e produzindo o que se pudesse transformar em mercadorias comercializáveis no mercado europeu, Portugal deu os primeiros passos na organização da produção e no povoamento em suas ilhas do Atlântico¹⁸¹. Nisso, para o caso das colônias recém-descobertas no novo continente, da extração de alguns poucos produtos (pau-brasil, no Brasil, peles e pesca nas colônias do Norte, e metais preciosos no México e no Peru), passar-se-á a uma colonização diferenciada.

¹⁸⁰ “Não sofremos nenhuma descontinuidade no correr da história da colônia. E se escolhi um momento dela, apenas a sua última página, foi tão-somente porque (...) aquele momento se apresenta como um termo final e a resultante de toda nossa evolução anterior. A sua síntese. Não se compreende por isso, se desprezarmos inteiramente aquela evolução, o que nela houve de fundamental e permanente. Numa palavra, o seu *sentido*” (Prado Jr., 2000; 8).

¹⁸¹ “Aqui ainda, Portugal foi um pioneiro. Seus primeiros passos, neste terreno, são nas ilhas do Atlântico, postos avançados, pela identidade de condições para os fins visados, do continente americano; e isto ainda no séc. XV. Era preciso povoar e organizar a produção: Portugal realizou estes objetivos brilhantemente” (Prado Jr., 2000; 13).

Assim, é dessa breve apresentação que se depreendem as características essenciais que constituíram a colonização dos trópicos. Seu caráter de grande empresa decorre, pois, da intensificação das intenções de exploração que já se verificavam na própria expansão do comércio europeu e que, na América do Norte, ficariam atrofiadas pela possibilidade única de se produzir o que também se podia produzir na própria Europa e pelas motivações dos seus colonos. Por seu lado, a grande empresa produtora de mercadorias tropicais para a Europa, conformar-se-ia, principalmente, com a grande plantação dessas mercadorias em grandes extensões de terra (ou com a grande mineração) e com a exploração do trabalho escravo. O sentido de produzir mercadorias para o exterior levava, pois, a uma estruturação social para realizá-lo e desta decorre a nossa sociedade colonial e mesmo talvez além¹⁸².

“No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos” (Prado Jr., 2000; 19-20).

Maria Sylvia de Carvalho Franco (1984) iria um pouco além dessa formulação para compreender que o que unifica Colônia e Metrópole não era tão somente a produção de mercadorias para o comércio europeu, mas a realização do lucro através deste, apesar de que era exatamente disso que Prado Jr. falava quando aludia aos necessários “incentivos” que os colonizadores dos trópicos precisavam para deixar suas terras¹⁸³. Compartilhamos, ainda assim, da intenção evocada no método de Franco:

“É esse o método que será sustentado aqui: conceber como mundial o desenvolvimento do capitalismo e investigar o engendramento de suas partes, das formas particulares que assumiram, no movimento de

¹⁸² “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país” (Prado Jr., 2000; 20).

¹⁸³ “Coloquemo-nos naquela Europa anterior ao séc. XV, isolada dos trópicos, só indireta e longínquamente acessíveis, e imaginemo-la, como de fato estava, privada quase inteiramente de produtos que se hoje, pela sua banalidade, parecem secundários, eram então prezados como requintes de luxo” (Prado Jr., 2000; 17).

diferenciação histórica dessa determinação universal – lucro e acumulação” (Franco, 1984; 174).

Ambos os autores, porém, estão de acordo sobre o modo como se organizou o empreendimento colonial para se obter tais mercadorias tropicais e os respectivos lucro e acumulação. Diferente do processo de libertação dos servos da base fundiária inglesa, a mobilização do trabalho que aqui se exige seria de outra “natureza”, uma vez que não se tratava exclusivamente de expropriar a população aborígine, sendo impossível o completo controle da “base fundiária” da colônia. Ao mesmo tempo em que se exige, portanto, o trabalho escravo, exige-se a constituição da grande unidade de produção. Não seria absurdo, portanto, pensar numa reformulação da idéia de “mobilização”, propondo uma de “formação” do trabalho, algo que nossa perspectiva permite sugerir mesmo para o caso anteriormente analisado da Inglaterra, posto que o trabalho produtor de mercadoria, o único que se permite a generalização como *trabalho abstrato*, só existe depois da conformação moderna que o próprio processo lhe dá. A questão se complica para uma formação moderna de um trabalho que também produz mercadorias, mas que é, por outro lado, trabalho escravo.

Interessa-nos, sobretudo, na explanação de Franco, a compreensão que esta propõe, portanto, sobre a escravidão como uma outra mobilidade forçada do trabalho (Toledo, 2001). Isto é, separando no processo de compra e venda da força de trabalho, tal qual recuperado anteriormente a partir da teoria marxiana e sua exposição por Gaudemar porém diferente destas, as noções de *posse* e *propriedade*, a autora aborda a liberdade instaurada nessa troca fundamental como uma alienação temporária da propriedade da mercadoria força de trabalho, mas nunca de sua posse, sob pena do trabalhador ser transformado em escravo. Esta distinção entre posse e propriedade da força de trabalho será crucial para o entendimento que ela propõe. Enquanto a posse relaciona-se às capacidades da pessoa, a propriedade diz respeito ao uso que se faz destas.

“O homem que possui força de trabalho, que a encerra em seu ser, não é, *ipso facto*, o seu proprietário. Possuir força de trabalho significa compreendê-la em si e não implica o poder de dispor dela livremente, o que vem a ser sua propriedade. E é a propriedade da força de trabalho (e não a sua posse) que legaliza sua venda; só o proprietário pode aparecer como um dos termos da relação de dependência determinada pelo mercado. Isto posto, o que decorre necessariamente da premissa que define as relações engendradas pela troca de mercadorias é que a força de trabalho só pode aparecer no mercado, como mercadoria, sempre e quando seja oferecida pelo seu proprietário e não (...) pelo seu possuidor” (Franco, 1984; 156-7).

Para que o próprio trabalhador possa vender a sua força de trabalho como mercadoria é preciso que ele seja livre, que tenha o estatuto de pessoa. Mas isso só acontece numa situação *particular*, a do capitalismo, o que transforma aquela situação estritamente necessária numa situação atrelada a um “arranjo peculiar dessas relações” (Franco, 1984; 157). A possibilidade da força de trabalho ser mercadoria está limitada pela condição de liberdade do trabalhador, enquanto a condição da possibilidade do possuidor da força de trabalho ser o seu vendedor está limitada por uma condição histórica.

Invertendo, por sua vez, o raciocínio de Marx, Franco acentua a particularidade histórica em que possuidor de força de trabalho e vendedor de força de trabalho são a mesma *pessoa*, o capitalismo (e no período de que aqui tratamos, especialmente o capitalismo que se processa na realidade inglesa), para levar adiante a possibilidade de uma disjunção entre os termos, que coloque a força de trabalho como mercadoria cuja posse pertence a outra pessoa que não o trabalhador, ainda que as capacidades para o trabalho estejam atadas ao corpo deste. Mantém-se, não obstante, a necessidade fundamental da compra da mercadoria, portanto da existência de um mercado de trabalho, cujo uso realiza um valor maior do que o despendido em sua compra, apesar de haver uma constituição jurídica diferenciada¹⁸⁴.

Mais do que logicamente possível de se conciliar dentro da teoria marxiana, a utilização do trabalho escravo foi não só concretizada em toda a sua crueza, como

¹⁸⁴ “Creio que se pode, agora, concluir:

1. que a única passagem necessária, a partir da premissa sobre as relações de dependência inerentes à troca de mercadorias, no que se refere à constituição do vendedor de força de trabalho, é de que ele seja proprietário dessa mercadoria, atributo que legaliza a sua venda;
2. nesses termos, a força de trabalho pode tornar-se mercadoria sempre que oferecida pelo seu proprietário, juridicamente habilitado a vendê-la;
3. por conseguinte, a presença do possuidor da força de trabalho no mercado, na figura de seu vendedor, corresponde apenas a uma das situações possíveis desse personagem, aquela em que determinações muito particulares fazem do trabalhador um homem livre;
4. resulta, assim, que a igualdade jurídica inerente às relações de troca de mercadorias refere-se às categorias de proprietário e de comprador de força de trabalho;
5. portanto, só existe igualdade jurídica entre o comprador de força de trabalho e o seu possuidor na situação particular em que este último guardar o caráter de homem livre, proprietário e vendedor temporário de si mesmo.

Retornando ao ponto inicial, partindo de um fundamento de ordem estritamente lógica (como a premissa de Marx), e conduzindo o pensamento também estritamente dentro desses limites, pode-se propor:

1. para que a força de trabalho apareça como mercadoria, como objeto de compra e venda, não é condição necessária que o trabalhador seja livre;
2. sendo o requisito para a formação de mais-valia que a força de trabalho seja mercadoria, o capital torna-se compatível com outros regimes de trabalho, isto é, desde que constituído um mercado de força de trabalho.

Pode-se, então, propor a hipótese de que não exista incompatibilidade entre produção capitalista e a instituição do trabalho escravo” (Franco, 1984; 159-160).

também havia que sê-lo para realizar aquele sentido da colonização. Não se tratava de uma escolha entre trabalho livre ou trabalho escravo, uma vez que o trabalhador livre estava sendo simultaneamente gestado historicamente e ainda não existia como categoria social, na concepção de Franco. A acumulação primitiva engatinhava, as “empresas” açucareiras viam a possibilidade da expansão do comércio de açúcar, sempre atrelado a uma expansão da produção que, sob as mesmas bases técnicas, requeria aumento proporcional de trabalho. Apenas a escravidão podia responder a essa demanda.

“(…) só a forma violentamente aberta e juridicamente garantida de apropriação da força de trabalho alheia, que é a escravidão, poderia prover o contingente requerido pelo setor açucareiro. (...)”

A escravidão representa, face a essa exigência, a possibilidade de mobilização rápida e plástica de mão-de-obra, adequando-a às necessidades da produção em grande quantidade e em volume crescente” (Franco, 1984; 178)¹⁸⁵.

Único expropriado total, o escravo era o agente de trabalho historicamente possível para ser compelido a trabalhar inteiramente a serviço das empresas açucareiras e em número expandível. Isto, além de inverter a relação entre trabalho e terra monopolizada, posto que é o “trabalho” aqui que é monopolizado, diferente do processo inglês anteriormente vislumbrado, mostra-se de fundamental importância para o capitalismo. Mais do que pensar em formas “pré-capitalistas” identificadas com as colônias escravocratas a alimentar a formação do capitalismo, Franco mostra um sistema particular de dominação social, um modo de produção presidido pelo capital (Franco, 1984; 179).

Pensando esse sistema particular como uma *unidade contraditória*, a contradição fundamental residia no fato de que “a massa de homens engajada na produção mercantil estava apartada do movimento de circulação de mercadorias” (Franco, 1984; 179). Isto

¹⁸⁵ João Manuel Cardoso de Mello compreende o mesmo, afirmando no entanto a maior rentabilidade do escravo no caso: “(...) não é difícil compreender que somente haveria produção colonial se houvesse trabalho compulsório, servil (*encomienda, mita, indentured*, etc.) ou escravo. (...) Se o móvel da empresa colonial era o lucro, tratava-se de rebaixar, ao máximo, o custo de reprodução da força de trabalho. Havendo abundância de terras apropriáveis, os colonos contariam com a possibilidade de produzirem a própria subsistência, transformando-se em pequenos proprietários e, especialmente, em posseiros. Nestas condições, obter produção mercantil em larga escala significava assalarar a sua força de trabalho, o que exigiria que a taxa de salários fosse substancialmente elevada para compensar, *aos olhos do colono*, a alternativa da auto-subsistência. Assim sendo, o trabalho compulsório era mais rentável que o emprego de trabalho assalariado” (Mello, 1982; 39-40).

é, os escravos trabalhavam na produção de produtos para a venda, nessas unidades especializadas que requeriam tais trabalhadores expropriados em números progressivo, porém eles não supriam suas necessidades pela compra de outros gêneros produzidos.

“Surge, pois, uma formação social integrada por homens engajados precipuamente numa produção especializada e obrigados, ao mesmo tempo, a auto-suprirem-se. (...) Na situação brasileira, essas duas práticas são *constitutivas uma da outra*. (...) Concebendo desse modo o vínculo entre a produção direta de meios de vida e a produção mercantil – como práticas que se negam e se determinam –, não se correrá o risco de perder o significado histórico da economia e da sociedade coloniais. Não se correrá o risco, por exemplo, de encará-las como uma *dualidade integrada*, que conjuga aspectos feudais e capitalista, mas se estará em condição de captá-las como uma *unidade contraditória*” (Franco, 1984; 179-180).

Como unidade contraditória também há que se pensar a existência concomitante e mutuamente necessária do sistema colonial e o nascente capitalismo europeu, quando a generalização das trocas apresentava-se não mais do que como tendência.

O sentido profundo da colonização

Organizemos, por outro lado, nossa discussão mais a fundo no conceito de colonização e no sentido da colonização. Novais (1969) retoma a noção mais geral, tal como formulada por Maximilien Sorre, para iniciar uma aproximação ao significado de *colonização*. Segundo ele, a colonização, envolvendo uma relação entre o homem e a natureza, estabeleceria uma forma de ocupação, povoamento e valorização das áreas, ou seja, “alargamento e organização do ecúmeno” (1969; 56). Porém, Novais já rebate-a segundo a perda da historicidade por uma tão ampla conceituação¹⁸⁶. Ainda assim, é a partir dessa noção abstrata que Novais critica a tipologia das colônias, para propor parcialmente a sua noção de colonização, defendendo uma perspectiva histórica:

“Portanto: *colonização* significa, no plano mais genérico, alargamento do espaço humanizado, envolvendo ocupação, povoamento e valorização de novas áreas (Sorre); historicamente, na época moderna, entre a expansão ultramarina e européia e a revolução industrial, *exploração e povoamento* (Leroy-Beaulieu) constituem-se nos dois sentidos básicos em que se processa o movimento de europeização do mundo, delimitando as duas categorias fundamentais de colônias geradas nesse período. Assim, a pouco e pouco, através da crítica dos conceitos, vamo-nos aproximando

¹⁸⁶ Por exemplo, mostra como esse conceito geográfico de Sorre não consegue explicar muito de como “a colonização dos séculos XVI, XVII e XVIII assume a forma mercantilista” (Novais, 1969; 56), por ser muito abstrato.

da perspectiva histórica, pois somente ela permite enlaçar todos esses elementos, revelando-lhes o sentido como partes de uma totalidade concreta e dinâmica” (Novais, 1969; 59).

A especificidade histórica da colonização moderna seria, pois, a forma mercantilista de colonização¹⁸⁷: “Noutras palavras, é o *sistema colonial do mercantilismo* que dá sentido à colonização européia entre os Descobrimentos Marítimos e a Revolução Industrial” (Novais, 2005; 58). Para tanto, há que se compreender como operava a acumulação mercantilista, visando lucros extraordinários no comércio, para se entender como as colônias constituíam-se na “retaguarda econômica da metrópole”. Mercantilismo esse ancorado especialmente no metalismo e numa noção de acumulação pelo comércio que exigia, pois, uma balança comercial favorável, no que se denota uma concepção de *entesouramento* a ser bem compreendida:

“Ela envolvia uma conceituação primária da natureza dos bens econômicos, e a suposição de que os lucros se geram no processo de circulação das mercadorias, isto é, configuram vantagens em detrimento do parceiro. Assim, o receituário mercantilista encaminha-se diretamente para a formulação da doutrina da balança favorável; balança dos contratos na formulação mais tosca, no nível dos mercadores particulares, balança do comércio no plano do intercâmbio internacional. Era a maneira de promover a entrada líquida do *bullión*, termômetro da riqueza nacional. Daí, a política protecionista: tarifária em primeiro lugar; ligada a esta, fomentista da produção nacional daqueles produtos que concorram vantajosamente no mercado entre as nações. (...)

Pois que a política mercantilista ia sendo praticada pelos vários estados modernos em desenfreada competição, necessário se fazia a reserva de certas áreas onde se pudessem por definição aplicar as normas mercantilistas; as colônias garantiriam a auto-suficiência metropolitana, meta fundamental da política mercantilista, permitindo assim ao Estado colonizador vantajosamente competir com os demais concorrentes.

O projeto colonizador tinha, portanto, sólida urdidura com a mentalidade da época absolutista” (Novais, 2005; 61-2).

O principal mecanismo desse “receituário” que foi, de fato, colocado em prática pela expansão colonialista ultramarina dos séculos XV a XVIII, seria o “exclusivo metropolitano”, a permitir uma situação favorável para as trocas comerciais da metrópole. Articulado ao papel centralizador do Estado Absolutista do Antigo Regime, subordinava a Colônia, garantindo super-lucros para a metrópole (Novais, 2005; 72),

¹⁸⁷ Nisso também havemos de nos diferenciar ao longo do texto, mostrando uma diferenciação entre o sistema colonial do mercantilismo e a teoria da moderna colonização ou a colonização sistemática, teorizada por Wakefield. Este é exatamente o eixo da primeira parte desta seção.

através de uma espécie de reserva de mercado (Novais, 2005; 85). Dessa maneira, garantindo vantagens tanto na compra das mercadorias coloniais como na venda das mercadorias manufaturadas (metropolitanas), o exclusivo era o mecanismo primordial para acelerar a acumulação primitiva da metrópole¹⁸⁸.

Cabe nessa totalidade assim abordada também uma reformulação do próprio escravismo que possibilitava a produção colonial e com ela fomentava a acumulação primitiva européia, pelas trocas desiguais consolidadas no monopólio estipulado. Também o escravismo constituir-se-ia num ramo do comércio colonial, talvez o mais lucrativo de todos¹⁸⁹. Também Novais, como Franco e Prado Jr e ainda Mello, compreende a impossibilidade de se instaurar o trabalho livre nas condições de produção da colônia¹⁹⁰, mas dá um passo adiante ao colocar o próprio escravismo como decorrência do tráfico negreiro, e não o contrário¹⁹¹.

¹⁸⁸ “Este o mecanismo fundamental, gerador de lucros excedentes, lucros coloniais; através dele, a economia central metropolitana incorporava o sobreproduto das economias coloniais ancilares. Efetivamente, detendo a exclusividade da compra dos produtos coloniais, os mercadores da mãe-pátria podiam deprimir na colônia seus preços até ao nível abaixo do qual seria impossível a continuação do processo produtivo, isto é, tendencialmente ao nível dos custos de produção; a revenda na metrópole, onde dispunham da exclusividade da oferta, garantia-lhes sobre-lucros por dois lados – na compra e na venda. Promovia-se, assim, de um lado, uma transferência de renda real da colônia para a metrópole, bem como a concentração desses capitais na camada empresária ligada ao comércio ultramarino. Reversivamente, detentores da exclusividade da oferta dos produtos europeus nos mercados coloniais, os mercadores metropolitanos, adquirindo-os a preço de mercado na Europa, podiam revendê-los nas colônias no mais alto preço acima do qual o consumo se tornaria impraticável; repetia-se pois aqui o mesmo mecanismo de incentivo da acumulação primitiva de capital pelos empresários da mãe-pátria” (Novais, 2005; 88-9).

¹⁸⁹ “A *escravidão* foi o regime de trabalho preponderante na colonização do Novo Mundo; o *tráfico negreiro* que a alimentou, um dos setores mais rentáveis do comércio colonial” (Novais, 2005; 98).

¹⁹⁰ “Efetivamente, nas condições históricas em que se processa a colonização da América, a implantação de *formas compulsórias de trabalho* decorria fundamentalmente da *necessária adequação da empresa colonizadora aos mecanismos do Antigo Sistema Colonial*, tendente a promover a primitiva acumulação capitalista na economia européia; do contrário, dada a abundância de um fator de produção (a terra), o resultado seria a constituição no Ultramar de núcleos europeus de povoamento, desenvolvendo uma economia de subsistência voltada para o seu próprio consumo, sem vinculação econômica efetiva com os centros dinâmicos metropolitanos. Isto, entretanto, ficava fora dos impulsos expansionistas do capitalismo mercantil europeu, não respondia às suas necessidades” (Novais, 2005; 102).

¹⁹¹ “(...) ora, o *tráfico negreiro*, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante *setor do comércio colonial*, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia. Assim, os ganhos comerciais resultantes da preação dos aborígenes mantinham-se na colônia, com os colonos empenhados nesse ‘gênero de vida’; a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto, fluía para a metrópole, realizam-na os mercadores metropolitanos, engajados no abastecimento dessa ‘mercadoria’. Esse talvez seja o segredo da melhor ‘adaptação’ do negro à lavoura... escravista. Paradoxalmente, é a partir do *tráfico negreiro* que se pode entender a *escravidão africana colonial*, e não o contrário” (Novais, 2005; 105).

Antes de concluir, há que se ressaltar que nem Novais nem Franco, como tampouco Prado Jr. e Mello, constroem suas interpretações em torno da noção de abstração real, decorrente da relação de valor própria da forma mercadoria. Abstêm-se de adentrar as implicações do fetichismo da mercadoria, buscando a especificidade histórica do sistema colonial numa acumulação presidida pelo chamado *capital comercial*. Franco, por sua vez, permite validar a relação de valor no escravismo, porém, bem como em Prado Jr. e Novais, parece que o valor só se encontra nas transações comerciais, complicando-se o esquema com a ausência do escravo nas relações de troca de mercadorias para a sua própria subsistência. Não obstante, ainda que escancarada a troca desigual entre colônia e metrópole, a produção se coloca como produção de *mercadorias* tropicais, a serem trocadas por *mercadorias* manufaturadas metropolitanas. Nesse nível de compreensão, também aqui a abstração real se realiza, escondendo os processos produtivos e reprodutivos de ambos os lados. O problema não se resolve com a mera afirmação da abstração real já no período colonial. Antes, começa aí todo o problema.

Está claro, portanto, o *sentido profundo da colonização*: acelerar a acumulação primitiva da Europa. Assim a colonização insere-se na totalidade do Antigo Regime, cumprindo o seu papel. “A *aceleração da acumulação primitiva* configura, pois, o sentido último da colonização moderna” (Novais, 1969; 63). Marx, por sua vez, também havia bem compreendido a questão, mais profundamente analisada por Novais:

“O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As ‘sociedades *monopolia*’ (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital” (Marx, I, t. 2, 1990, cap. 24; 372).

Revela a colônia, com isso, o sentido do processo de constituição do trabalho livre na Europa e, portanto, de generalização da forma-mercadoria. Mais do que isso, gestados juntos, o que se torna explícito para o mundo colonial, cindido pelo comércio ultramarino, a saber a exploração do trabalho escravo, a violência explícita (ou extra-econômica) e as trocas desiguais (decorrentes do monopólio metropolitano), é exatamente o que fica escondido no mundo europeu que se conforma (porque abstraído nas trocas de mercadorias). A força de trabalho livre posta (precisamente por esse processo) como uma mercadoria qualquer nas trocas de salário por tempo de trabalho,

pressupondo a liberdade do trabalhador, esconde, como vimos, no próprio ato da troca o fundamento do trabalho como real agente da produção. Isto, no entanto, fica claro para o trabalho escravo. “De maneira geral, a escravidão encoberta dos trabalhadores assalariados na Europa precisava, como pedestal da escravidão *sans phrase*, do Novo Mundo” (Marx, I, t. 2, 1990, cap. 24; 378).

A crise do Antigo Sistema Colonial

Com a colonização atrelada ao sistema mercantilista e ao Estado Absolutista, enfim, compondo o Antigo Regime, não seria de se espantar que o momento em que este vai ser colocado em cheque seja o momento de questionamento também do próprio sistema colonial. Aliás, é com um movimento que culmina com a Independência de uma Colônia que uma série de eventos se instaura, influenciando uma convulsão generalizada na Europa, cujo epicentro seria a Revolução Francesa.

A crise do sistema colonial, assim, em boa parte, decorre de suas próprias contradições internas. Como já se apontara quanto à organização social do trabalho escravo na colônia, em que o trabalhador entra como mercadoria, mas não se reproduz com o consumo de mercadorias, também o “exclusivo” dificultava uma acumulação interna à colônia (embora não a impedisse), dificultando, por sua vez, uma complexificação do mercado interno. Ainda, a metrópole buscava impedir a produção manufatureira nas colônias, para garantir o mercado consumidor de suas próprias manufaturas (metropolitanas) (Novais, 2005; 112-3).

Como unidade contraditória (Franco, 1984), a relação metrópole-colônia, assim mostrava uma mesma *cisão* (Scholz, Roswitha, 1993) própria à forma-mercadoria. Isto é, enquanto o valor parecia realizar-se nas trocas localizadas primordialmente no mercado europeu, abstraindo nesse ato o processo produtivo localizado na colônia, internamente à própria colônia, para além da produção de mercadorias tropicais para o mercado europeu, todo o mais consistia-se em reprodução das condições de realização desse sentido da colonização. O debate evocado por Roswitha Scholz (1993) para o patriarcado produtor de mercadorias, cindindo os papéis do homem e da mulher (e crianças) e os atrelando, respectivamente, às funções de produção e reprodução, pode então ser expandido ao nível dessa unidade contraditória mais ampla.

Mais do que vislumbrar as incapacidades de se industrializar a colônia neste período pela retenção de uma renda que não se socializava o bastante para a criação de um mercado interno (Furtado, Celso, 2000), também não se trata de se contentar com a

idéia reiterada de Novais da transferência da mesma renda para a promoção da acumulação primitiva européia (Novais, 2005; 107). Passar a tratar o fator-troca, em detrimento do fator-renda (Oliveira, 1977) é importante para se entender a contradição interna à própria colônia. O escravismo dificultava a divisão social do trabalho, dificultava a instalação de um mercado de trabalho livre na colônia.

A organização social interna da colônia não deixava de apresentar um contingente de homens livres e expropriados, mas este contingente, que chegou a ser três quartos da população em fins do século XIX, permaneceu largamente “não-” ou “sub-” utilizado. Sua existência, porém, pode ser compreendida pelo sistema de sesmarias, que regulou a distribuição de terras desde a Colônia, que gerou enormes latifúndios que não podiam ser inteiramente ocupados para a produção mercantil e em que a instalação daqueles homens livres e pobres se permitia. A própria escravidão impedia o uso produtivo regular desses homens.

Franco volta a reiterar a necessidade de realçar o fundamento mercantil para entender o significado da organização interna do latifúndio e suas relações sociais. O latifúndio, assim, organiza-se para realizar as funções necessárias para a produção de mercadorias numa ampla extensão de terras, mas, ao mesmo tempo, implica a convivência de um grande número de pessoas no seu interior. Aqui também se encontra uma unidade contraditória:

“Assim, o latifúndio, que foi *ao mesmo tempo núcleo doméstico e empresa mercantil*, submeteu todos os que nele viveram ao duplo jugo de uma convivência inescapável e da dominação econômica. As relações estabelecidas dentro do latifúndio foram marcadas, a um só tempo, por esses componentes. Levando isto em conta, se poderá conceber essas relações como uma *síntese de associações morais e de relações de interesses*, elementos contraditórios, constituídos por um *sistema que unificou lar e negócio*” (Franco, 1984; 186).

Por isso, qualquer simplificação em torno de um ou outro aspecto, privilegiando os “fios firmes de dependência pessoal” em que o escravo mantinha convívio estreito com a família dos proprietários, como uma análise culturalista como a Gilberto Freyre, ou apenas a coisificação do escravo submetido à dura disciplina do eito, faz perder a unidade sócio-econômica que ali se formou. Para se estabelecer a dominação pessoal que havia, tinha que existir a brecha para o necessário reconhecimento de humanidade no dominado¹⁹².

¹⁹² “Desse modo, a forma básica de convivência, que colocou o grupo dominado a um só tempo sob o poder do proprietário de empresa e do chefe de núcleo doméstico, abriu brecha para que junto à

Retomamos, pois, a delineação da organização social do período colonial, por dois motivos. Primeiro, para pontuar a discordância com a noção de “escravo-coisa”¹⁹³ que permeia a literatura e reformular tal relação conforme a cisão colocada pela mercadoria. Isto é, é inegável que o escravo era uma mercadoria em si, cuja propriedade da força de trabalho pertencia a outrem (mercador ou traficante, ou a quem o comprasse). Também não se deseja aqui anular o açoite como principal disciplinador e acelerador do processo produtivo correlato. A violência explícita pauta essa relação, como todo o complexo das relações que compõem a acumulação primitiva¹⁹⁴. Entretanto, o escravo fazia parte de uma unidade produtiva que era, ao mesmo tempo, lar. Convivia com o seu senhor não só como proprietário da empresa, mas como proprietário do núcleo doméstico. Temos uma relação de produção umbilicalmente atrelada a uma relação de reprodução, o que permite compreender um patriarcado produtor de mercadorias no sistema colonial.

Em segundo lugar, retomamo-na porque esta organização é que permitia, como procuramos ressaltar segundo a tese de Novais (compartilhada por João M. C. de Mello e por Maria S. de C. Franco), cumprir um sentido de estimular a mobilização do trabalho (na Inglaterra) e a acumulação de capital que culminariam na Revolução Industrial. Ela, a organização social na colônia, é, no entanto, totalmente diversa daquela que está gestando. Trabalhador assalariado e escravo são, formalmente, opostos. Exclusivo colonial e concorrência entre empresas ou países também são formalmente opostos.

brutalidade do regime servil transparecesse o requisito necessário à dominação pessoal: o reconhecimento de humanidade” (Franco, 1984; 187).

¹⁹³ “... a própria estrutura escravista bloquearia a possibilidade de inversões tecnológicas; o escravo, por isso mesmo que escravo, há que manter-se em níveis culturais infra-humanos, para que não desperte a sua condição humana – isto é parte indispensável da dominação escravista. Logo, não é apto a assimilar processos tecnológicos mais adiantados” (Novais, 2005; 108). O mesmo vale para J. M. C. de Mello: “... a escravidão bloqueava tanto uma maior divisão técnica do trabalho, quanto a especialização do escravo, porque era próprio de sua condição que se mantivesse *res*” (Mello, 1981; 75).

¹⁹⁴ “Violência extra-econômica direta é ainda, é verdade, empregada [na acumulação capitalista], mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às “leis naturais da produção”, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada. Outro era o caso durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva” (Marx, I, t. 2, 1990, cap. 24; 359).

Porém, exatamente por ser aparentemente oposta, a colônia cumpria o seu *sentido profundo*. Nascida da expansão comercial, internamente as relações de troca de mercadorias ficavam bastante reduzidas porque grande parte da população não participava das mesmas. O mercado interno permanecia reduzido, ainda que Prado Jr. (2000) tenha constantemente evidenciado a sua importância, principalmente na ocupação do interior da colônia com a pecuária, que é ela mesma produção de mercadorias para o mercado interno, como veremos adiante em nossa exposição; cidades também se formavam, mas mantém-se aquela contradição. Não obstante essas dificuldades, a produção colonial de mercadorias tropicais para a Europa, com o mecanismo fundamental do “exclusivo metropolitano” transfere riquezas¹⁹⁵ para as metrópoles. Ao mesmo tempo, constituíam-se como mercados consumidores dos produtos manufaturados europeus, adquiridos com a “renda” oriunda daquelas exportações de mercadorias tropicais, de que uma cota-parte era retida na classe de proprietários-empresários-comerciantes da colônia.

A Revolução Industrial inglesa, do século XVIII, colocará exatamente a claro essas contradições, que passarão a expressar uma contradição mais ampla, transformando certos aspectos do antigo sistema colonial, de estímulo, em empecilho à acumulação capitalista. Capitalismo industrial e produção colonial, então, colocam-se em contradição, em quatro pontos, segundo J. M. Cardoso de Mello (1981; 44-5): 1) porque a produção da periferia não pode ser mais de produtos agrícolas e coloniais, mas de matérias-primas, produzidas em massa, a baixos preços, visando o barateamento dos custos de reprodução da força de trabalho e o dos elementos (capital circulante) do capital constante; 2) porque a produção da periferia deva preferencialmente ser com trabalho livre para aumentar ao máximo os mercados consumidores para a produção industrial; 3) porque o monopólio colonial criava uma necessária intermediação da metrópole para a venda dos produtos industrializados (o lucro comercial monopolista constituía-se num empecilho); 4) porque o mesmo exclusivo metropolitano impedia a

¹⁹⁵ Assim Francisco de Oliveira compreende essa acumulação, como de riquezas. Salientamos, por nosso lado, como já o vimos fazendo, o caráter abstrato dessa riqueza, já pautada por trocas, constituindo um valor socialmente referido, ainda que tal medida seja pautada preferencialmente por um dos pólos da troca, o da metrópole. Esta *objetividade social* (Postone) deveria ser mais bem compreendida em todas as suas implicações por perspectivas como a de Oliveira: “A acumulação, em economias desse tipo, de que a brasileira é exemplo eloquente, resulta na ampliação do fundo de terras, sem entretanto produzir renda da terra, e ampliação do fundo de escravos, que corresponde ao capital constante; é uma acumulação de riquezas, mas não de capital” (Oliveira, 1977; 23).

garantia de que se produzisse livre de restrições e preços fixados com base no monopólio.

Ao gerar a acumulação primitiva que permite a Revolução Industrial, o sistema colonial cria as bases para a sua crise e superação. Seria a partir de dentro, pois, que ele começaria a ruir; a partir daquelas colônias que haviam ficado, de alguma maneira, à margem do próprio sistema¹⁹⁶, porque, localizadas em áreas de clima temperado, não poderiam produzir mercadorias tropicais e diferentes daquelas que a própria Europa podia produzir. As colônias ditas de povoamento (também porque para lá convergem emigrantes ingleses fugindo das tensões religiosas e políticas do século XVII), no entanto, aparentemente colônias que não cumpriam bem a função de gerar a acumulação primitiva européia, seriam aquelas em que o exclusivo metropolitano se mostraria mais fraco, havendo, pois, uma brecha para a sua paralela industrialização (Novais, 2005; 113). Também, produzindo mercadorias agrícolas similares às européias, instaurariam uma concorrência com estas, comercializando com outras colônias. Sem as suas próprias colônias de exploração, a Inglaterra incorreria numa política de concorrência com a Companhia das Índias Orientais principalmente, e muitas vezes pautada pelo contrabando às colônias ibéricas. Logo, isto não seria suficiente para escoar a produção inglesa. A concorrência se acirraria com enfrentamentos contra a França (Guerra dos Sete Anos – 1756-1763) e com a Espanha, saindo-se como a potência vencedora. A tensão, no entanto, está no cerne da própria potência que também que se industrializa de fato¹⁹⁷. Ao procurar reforçar, a esta altura o seu exclusivo metropolitano, irrompe a Guerra de Independência, que logrará o feito de criar os Estados Unidos em 1776. Todo o Antigo Regime entrará de vez em crise, a partir desse

¹⁹⁶ “... de exploração são as colônias mais ajustadas aos quadros do *sistema colonial*, de povoamento as que ficam relativamente à margem do sistema. Mas, a ser verdadeiro o esquema explicativo que vamos construindo, e gerando-se ambos os tipos de colônias no bojo do mesmo processo colonizador, é a partir do sistema e portanto da exploração colonial que se pode entender o conjunto e pois também as colônias de povoamento, e não o contrário” (Novais, 2005; 71).

¹⁹⁷ “Nem é pura coincidência que a *Inglaterra* seja ao mesmo tempo a potência que levava de vencida a concorrência colonial e a nação que dá os primeiros passos no industrialismo moderno: sem se desprezar os fatores internos de seu crescimento econômico na rota da industrialização, a supremacia colonial permitiu-lhe carrear para dentro de suas fronteiras, mais que as outras potências, os estímulos advindos do sistema colonial. Em torno da década de 60 de Setecentos convergem a consolidação da preponderância inglesa e a abertura da Revolução Industrial. (...) Tudo isso era decorrência da supremacia política e do desenvolvimento industrial. Ao funcionar plenamente, portanto, o sistema engendra tensões de toda ordem. Quanto mais se avançava nesse processo, menos a potência podia suportar o comércio ‘independente’ de suas colônias americanas” (Novais, 2005; 115).

momento. Era a primeira vez que uma colônia rompia o pacto, mostrando o caminho às demais, e mesmo renunciando, com sua forma republicana, a crítica ao Estado absolutista na própria Europa. De tudo o que vimos percorrendo, a conclusão de Marx sobre a passagem histórica faz agora mais sentido:

“Hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, é, ao contrário, a supremacia comercial que dá o predomínio industrial. Daí o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava então. Era o ‘deus estranho’ que se colocava sobre o altar ao lado dos velhos ídolos da Europa e que, um belo dia, com um empurrão e um chute, jogou-os todos por terra. Proclamou a extração de mais-valia como objetivo último e único da humanidade” (Marx, 1990, I, t. 2, cap. 24; 373).

Cabe agora, mostradas as contradições entre a nova ordem que se impõe, a do capitalismo industrial, e o sistema colonial, pensar em como o processo se deu na realidade, posto que mais que sugerir as transformações e o sentido destas em alargar os mercados consumidores para os produtos industrializados, havia que se impor à força as referidas mudanças de toda ordem para tal.

A longa liquidação do sistema colonial

Se a crise do sistema colonial e do Antigo Regime já se iniciara com as transformações na produção inglesa e na suas colônias, com o Reino de Portugal o processo se dará de maneira mais intrincada. Já cientes dos novos rumos que os acontecimentos pareciam arrastar a todos, o reinado de D. Maria I, diferente até certo ponto do consulado pombalino que a precedera, será marcado por um reformismo ilustrado, que procurará uma nova relação com as colônias, em especial com o Brasil; uma espécie de “integração”, visando um novo desenvolvimento econômico¹⁹⁸. Preocupava-se em perdê-las; no plano das tensões instaladas e cada vez mais acirradas entre as grandes potências nascentes Inglaterra e França¹⁹⁹, o apoio e a proteção britânicos a Portugal se dava com as reforçadas concessões que este lhe dava no Brasil. A situação convergia para uma insustentabilidade: manter a colônia, mas modernizá-la; manter o comércio exclusivo, mas fazer concessões à Inglaterra, o que, por sua vez,

¹⁹⁸ Cf. Novais, 2005, cap. IV.

¹⁹⁹ Prado Jr (1961) vê nesse embate a razão da permanência dos imensos impérios coloniais de Portugal e Espanha, os maiores até o fim do Antigo Regime. Portugal se aliará com a Inglaterra e a Espanha com a França napoleônica: “Corpos imensos de cabeças pequenas... (...) Foi-lhes possível assim atravessar mais ou menos incólumes um século de lutas, não sem sofrer por vezes amputações de certa gravidade” (Prado Jr., 1961; 125).

também colocava Portugal em “posição de hostilidade” contra a França. Ademais, como realizar quaisquer transformações, quando estas comprometiam as classes dominantes metropolitanas e na colônia? Portugal, no período, não logrou realizar o que suas políticas reformistas propunham: industrializar-se, para suportar a concorrência das potências européias, ainda que se tenha, de fato, estimulado a produção manufatureira portuguesa em fins do século XVIII. Porém, as exportações de produtos têxteis para as colônias são cada vez mais estrangeiras no mesmo período. As reformas sociais e econômicas se mostraram, ao final, insuficientes para conter a concorrência dos produtos industrializados e as convulsões revolucionárias. Fazendo de tudo para preservar o sistema, enfim, a Corte tem de escolher e optar por embarcar para o Brasil, invertendo-se o pacto²⁰⁰.

Primeiramente, o exclusivo metropolitano é o alvo preferencial da nascente nação industrial. O monopólio constitui uma barreira ao industrial excluído do mesmo. A realização das mercadorias, agora produzidas na grande unidade produtora por grande número de trabalhadores assalariados (e não mais manufaturadas por artesãos), produzidas pois em quantidade crescente, havia que ser facilitada. Com isso, instaurar-se-á uma crise que é a do próprio antigo sistema colonial²⁰¹. Após a crise com o fim do “pacto colonial”, o alvo serão os demais pilares do antigo sistema colonial: o Estado Absolutista e a colônia, a serem transformados em Estados nacionais, o trabalho escravo e sua correlata organização da produção. O sistema cai com o Antigo Regime, mas um longo processo de liquidação persistirá²⁰².

²⁰⁰ “Para preservar o sistema, a perspectiva reformista avançou corajosamente até as suas fronteiras, e mesmo forçou-as; não hesitou, ainda para salvar o sistema, em sacrificar temporariamente a metrópole, e a Corte embarcou para o Brasil. Veja-se bem: a colônia era essencial para a preservação da metrópole não só enquanto metrópole mas enquanto estado soberano; em 1807 torna-se impossível manter as duas, e os estadistas têm que optar: ora, seria mais fácil recuperar a pequena metrópole do que a grande colônia, que se independizaria – e a sede da monarquia transferiu-se para a América. Assim acabou por se configurar, também na relação Portugal-Brasil, a ‘inversão do pacto’: aqui, porém, é a colônia que comanda a mudança e acaba por assimilar a metrópole” (Novais, 2005; 302).

²⁰¹ “O progresso do capitalismo industrial na segunda metade do séc. XVIII se voltará assim contra todos os monopólios; e a destruição completa destes aparece cada vez mais, condição necessária do seu desenvolvimento. Os impérios coloniais ibéricos, fundados puramente no monopólio, achavam-se por isso condenados” (Prado Jr., 1961; 126)

²⁰² “Será um processo demorado – em nossos dias ainda não se completou – evoluindo com intermitências e através de uma sucessão de arrancos bruscos, paradas e mesmo recuos” (Prado Jr., 1961; 128).

Num primeiro momento, a crise abate aquelas produções (orientais) que pudessem representar uma concorrência à produção industrial inglesa²⁰³. Nas colônias ibéricas americanas, para o capitalismo industrial, o alvo, como já dito, será antes o monopólio metropolitano sobre o comércio colonial, abstendo-se, a princípio do combate ao trabalho compulsório²⁰⁴, ainda que já em 1810 Inglaterra e Brasil tenham (além do tratado comercial do mesmo ano) assinado um tratado que previa a extinção do tráfico negreiro para o Brasil.

Com a avalanche revolucionária que tomara o continente europeu, capitaneada por Napoleão e sua tática de guerra total (Tilly, 1996), a Inglaterra se viu privada desses mercados, voltando-se com força à preservação do seu comércio com os mercados coloniais portugueses e espanhóis²⁰⁵. A vinda da Corte para o Brasil praticamente coincide com a abertura dos portos, favorecendo-se especialmente a importação dos produtos ingleses. O que se verá, no decorrer dos 13 anos que a Corte permanece no Brasil (1808-1921) é um fortalecimento das instituições da colônia, preparando-se todavia com isso a Independência. Ao mesmo tempo, as transformações que se dão na Europa preparam uma reformulação do Estado absolutista no continente como um todo, principalmente com o padrão burocrático e policial imposto por Napoleão nos territórios conquistados, até 1815 (Tilly, 1996; 157-160).

O escopo desse estudo não nos permite analisar toda a vasta gama de acontecimentos que compõem essa transição. Estaremos satisfeitos se tivermos esclarecido o modo como se organizou a colonização no Antigo Regime e a acumulação primitiva, em seus termos essenciais, e se tivermos delineado a direção do movimento das transformações sociais do vasto período.

7. Da crise prolongada à expansão cafeeira no Brasil pós-colonial: as regiões cafeeiras de São Paulo na crise do escravismo

²⁰³ “O invasor britânico acabou com o tear à mão e destruiu o torno de fiar (...) O vapor e a ciência britânicas destruíram, em todo Indostão, a união entre a agricultura e a indústria artesanal” (Marx, “La dominación Británica en La India”, apud Cardoso de Mello, 1982; 46).

²⁰⁴ “(...) a queda de um dos elementos da economia colonial, o binômio monopólio de comércio/dominação política metropolitana, abriu inteiramente os mercados latino-americanos ao capital industrial inglês” (Mello, 1982; 46).

²⁰⁵ “O plano inglês de compensar-se de suas derrotas no continente europeu com a conquista das colônias ibero-americanas é óbvio. No caso do Brasil, as circunstâncias favoreceram e facilitaram este plano” (Prado Jr., 1961; 130).

Restringindo nosso escopo à análise da expansão cafeeira em São Paulo, principalmente, procuraremos pensar a partir dela as implicações das transformações mais gerais pelo que o sistema mundial produtor de mercadorias passou. Internamente, a queda do exclusivo metropolitano e a Independência não seriam, por si, suficientes para modificar substancialmente a organização social que se produzira²⁰⁶. Não se trata exatamente de uma política deliberada que inclui a princípio o questionamento do tráfico, como necessidade para ampliação do mercado consumidor, como o foi o questionamento do exclusivo metropolitano. A Revolução Industrial coloca, antes, uma relativização do trabalho escravo como o trabalho barato por excelência, uma vez que tenha consolidado o trabalho livre como *categoria social*. Nisto, em sua reprodução autonomizada (o que não quer dizer, de modo algum, autônoma, mas apenas com aparência de sê-lo), a Inglaterra prescindirá dos altos rendimentos propiciados pelo tráfico, passando o escravismo a lhe ser indiferente²⁰⁷.

Estando, assim, claro o motivo da persistência do escravismo, sendo a forma de se produzir mercadorias nas condições dadas de abundância de terras e escassez de uma superpopulação relativa, e ressaltando-se as limitações da Inglaterra em impor tal mudança numa organização social constituída e agora nacional²⁰⁸, resta indagar *como* o

²⁰⁶ “O Brasil não sairia tão cedo, embora nação soberana, de seu estatuto colonial a outros respeito, e em que o ‘sete-de-setembro’ não tocou. A situação de fato, sob o regime colonial, correspondia efetivamente à de direito. E isto se compreende: chegamos ao cabo de nossa história colonial constituindo ainda, como de princípio, aquele agregado heterogêneo de uma pequena minoria de colonos brancos ou quase brancos, verdadeiros empresários, de parceria com a metrópole, da colonização do país; senhores de terra e de toda a sua riqueza; e doutro lado, a grande massa da população, a sua substância, escrava ou pouco mais que isto, máquina de trabalho apenas, e sem outro papel no sistema. Pela própria natureza de uma tal estrutura, não poderíamos ser outra coisa mais do que o que fomos até então: uma feitoria da Europa, um simples fornecedor de produtos tropicais para seu comércio” (Prado Jr., 2000; 125).

²⁰⁷ “De um lado, a indústria inglesa adquire condições para competir livremente pelo mercado norte-americano e mundial, dispensando a manutenção de um mercado consumidor forçado. De outro, com a autopropulsão atingida pelo capital industrial, declina a importância do excedente criado pelo tráfico, como fator de acumulação de capital. Correlatamente, reformula-se a inserção da economia açucareira no sistema inclusivo. O quadro de uma produção tendo por fulcro o tráfico negreiro é substituído por outro, no qual emerge, como fator ponderável de acumulação capitalista, a comercialização do açúcar mundial a que tende a Inglaterra” (Beiguelman, 2005; 15).

²⁰⁸ “Na América Latina a situação é distinta: o capitalismo industrial inglês nem tem o mesmo poder, nem maior interesse na reorganização das economias nacionais; não tem o mesmo poder porque estava diante de Estados Nacionais, por mais fracos que fossem, e não de suas colônias; não tem maior interesse porque não surgem por aqui oportunidades de inversão de capitais suficientemente atrativas, isto é, capazes de concorrer tanto com as Colônias inglesas, quanto, e principalmente, com os países que atravessam vigorosos processos de industrialização (Estados Unidos, etc). Em outras palavras, o fraco ‘poder de difusão’ do capitalismo exercido sobre as nações latino-americanas há de ser explicado, *em última análise*, não pela ausência ou frouxidão da demanda externa, mas pelas dificuldades internas de organização de economias exportadoras vigorosas” (Mello, 1982; 48).

escravismo foi questionado, para, posteriormente, procurar-se compreender *por que* tinha que sê-lo.

Em poucas palavras, podemos resumir o curso político dos acontecimentos da seguinte maneira. Valendo-se do acordo de 1810 de que o tráfico português deveria se ater às colônias portuguesas, estava dado o pretexto para os cruzeiros ingleses apreenderem quaisquer embarcações transportando negros em alto mar. O policiamento seria dispendioso e incapaz de conter o tráfico, levando a Inglaterra, no famoso acordo de Viena que estabelece a paz continental na Europa (1815), a trocar o reconhecimento de seus exageros e o pagamento das referidas indenizações pela proibição do tráfico negreiro ao norte do Equador. Dois anos depois, pouco havia mudado com relação às práticas anteriores de ambos os lados, mas um novo acordo permitia a inspeção inglesa aos navios em alto mar, algo inédito nas relações internacionais. Mesmo com a crescente impopularidade do escravismo entre certos grupos urbanos, a situação mesmo se intensificara, aportando anualmente no Brasil cerca de 40.000 escravos.

A Independência marcará nova tentativa inglesa no assunto. Necessitando do reconhecimento internacional de sua soberania, algo que os Estados Unidos prontamente atenderiam, diferente dos países europeus organizados na chamada Santa Aliança, a Inglaterra se colocaria como mediadora da questão, conseguindo o reconhecimento do soberano português e a conseqüente aceitação geral da Santa Aliança: era o rei português quem concedia a independência ao Brasil. Em troca, a hábil manipuladora de toda a trama, exigirá medidas definitivas para o fim do tráfico negreiro, chegando-se a um acordo firmado em 1826. Conforme o acordo, em 1831, o Brasil promulga a Lei de 7 de novembro, proibindo o tráfico. No mesmo ano, a abdicação de D. Pedro I ao trono enfraquece a posição de negociação do governo com a classe dos proprietários rurais; a Regência, corporificando politicamente de vez o poder dessa classe se encarregará de tornar a lei letra-morta. A intensificação das atividades repressoras inglesas em alto mar, por sua vez, representam gradativamente mais uma afronta ao país como um todo, fortalecendo a posição escravista e aquela de aversão aos ingleses. As apreensões inglesas, entretanto, pouco afetavam a alta lucratividade do tráfico, depois de 1840 o número médio de escravos aportados no Brasil sobe para mais de 50.000 anuais. Em 1845, a questão chega a um ponto de inflexão incontornável, quando o direito de visita às embarcações em alto mar seria expirado, segundo o acordo em vigor desde 1831. Não conseguindo a renovação do direito, o Parlamento Inglês aprova o ato (Bill Aberdeen) que permite a apreensão de toda embarcação utilizada no

tráfico, a revelia de qualquer acordo internacional porém representando uma prerrogativa para as ações unilaterais inglesas, que se intensificam como nunca. Era quase uma declaração de guerra. Diante da desorganização econômica decorrente, enfim o governo brasileiro cede, proibindo o tráfico em 1850, e cooperando em sua repressão (cf. Prado Jr, 1969; 145-157).

Essa noção já consagrada dos referidos acontecimentos pode ser melhor problematizada a partir do debate posto por Paula Beiguelman (2005), sendo que Prado Jr. parece ressaltar de maneira exagerada o papel da potência inglesa na imposição do fim do tráfico. O estudo de Beiguelman, por outro lado, mostra como o debate interno e a polarização política entre os partidos Conservador e Liberal e o jogo de força entre a Coroa e a sociedade agrária levam a um resultado final que estava além das expectativas da própria Inglaterra, que não esperava ver o tráfico de fato cessado, mas forçava o reconhecimento de seu poder de inspecionar o comércio atlântico (cláusula dos indícios). Porém, um fundamento social para a dispensa do tráfico é a maior contribuição da autora.

Beiguelman foge do esquema teleológico da necessidade do fim da escravidão após a Revolução Industrial e sua imposição pela Inglaterra, buscando na conjugação de três setores principais escravistas da economia nacional a explicação da extinção do tráfico. Para a decadente agropecuária cearense, a extinção do tráfico representaria apenas a elevação do preço dos escravos que já dispunha prontos para o tráfico interprovincial. Para a economia açucareira endividada, a questão se mostrava mais complexa, não havendo, em princípio, qualquer vantagem da extinção do tráfico, sendo que interromperia a especulação que reinava. Porém, essa mesma especulação mostrava-se, ao mesmo tempo, prejudicial e imposta aos fazendeiros.

O papel do tráfico ali levava a um controle maior dos traficantes sobre os fazendeiros. Numa economia, por assim dizer, consolidada e estagnada, o escravo representava o patrimônio preferencial para concretizar a acumulação, o que, ao longo do tempo, implicava num endividamento caso a produção não se mantivesse em patamares elevados. A escravaria tendia a ser abundante. O traficante, manipulando o preço desta mercadoria, podia, assim, desvalorizar o patrimônio acumulado pelos

fazendeiros, ao mesmo tempo, que aumentava suas vendas, havendo a possibilidade inclusive de assumir as propriedades de fazendeiros endividados²⁰⁹.

Assim, não deveria haver muita resistência ali à extinção do tráfico, porque esta levaria a uma valorização da propriedade dos fazendeiros²¹⁰. Isto, sem maiores problemas, pode ser expandido para todo o Brasil: ainda que dificultasse a expansão das lavouras, a extinção do tráfico trazia o benefício da rápida valorização da propriedade escrava²¹¹.

Por fim, a terceira área a ser tratada é o Centro-Sul, para onde os escravos trazidos das demais províncias afluem após a cessação do tráfico, evitando uma interrupção do suprimento de braços. Passava a ser mais vantajoso para as províncias do Norte e Nordeste a venda do que a conservação dos quadros de trabalho escravo. Mesmo o setor açucareiro passa a dispor de seus excedentes de escravos, vendendo-os para o setor cafeeiro em expansão. Isto, em última análise, acaba por representar uma redistribuição dos proventos propiciados pelo café para tais províncias. Assim, pode-se avaliar que o tráfico era, de certo modo, dispensável, quando sua extinção foi concretizada, a pressão inglesa só fez por trazer à tona um conflito que se afigurava nas relações internas dos setores escravistas²¹².

²⁰⁹ “Com efeito, enquanto na fase de expansão da agricultura a demanda se faz essencialmente em função do quadro de trabalho requerido, na economia amadurecida ela tem como motivo precípuo a norma que define a riqueza como proporcional à escravaria. Em conseqüência, endividando-se sem contar com uma correlata produção agrícola, o fazendeiro fica mais facilmente à mercê do credor traficante e do especulador em escravos. Complementarmente, alternam-se os termos da discussão sobre a quantidade de braços introduzidos pelo tráfico: enquanto na fase de expansão o fazendeiro reclama da escassez, posteriormente passa a temer as manobras pelas quais o traficante, importando em larga escala, provoca uma desvalorização do capital empregado na lavoura. Esses conflitos, porém, não redundam em antagonismo ao próprio tráfico, cuja extinção paralisaria a especulação em escravos que se praticava” (Beiguelman, 2005; 22).

²¹⁰ “Nessas condições, dado o grau de suprimento já atingido, a extinção tráfico, sem ter sido reivindicada por nenhum dos setores da economia açucareira, não tendia contudo a provocar considerável resistência” (Beiguelman, 2005; 22).

²¹¹ Complementar com essa discussão a vantagem apontada por Martins para os fazendeiros do Vale, quanto ao crédito hipotecário; também o estudo de Zélia C. Mello comprova esse padrão de acumulação em escravos então vigente.

²¹² “Em resumo, temos que a política repressiva inglesa à época em que o comércio negreiro para o Brasil se encerrou visava exclusivamente à assinatura de um tratado consignando a pesquisa de indícios – cuja inoperância para afetar estatisticamente o tráfico, aliás, já se podia antecipar. Entretanto, essa exigência, em si pequena, assumiu tal relevância que acabou fornecendo o terreno onde encontraria expressão, no plano político, um passo já inscrito estruturalmente, uma vez preenchidas condições determinadas. Ou seja, uma vez amadurecido, o problema do encerramento da especulação em escravos encontra no contexto das relações anglo-brasileiras o conveniente e já preparado quadro que o traz à tona” (Beiguelman, 2005; 43).

“Podemos, pois, considerar que, ao efetivar-se a proibição da entrada de novos escravos em território nacional, o tráfico já podia ser dispensado como fator de crescimento da economia” (Beiguelman, 2005; 23).

*

Paralelamente a este longo processo que atinge os pilares do sistema colonial, em São Paulo e no Rio de Janeiro se organiza, no mesmo período, uma produção que, a princípio, pode ser correlacionada ao que definimos segundo a produção colonial. Já produzido sem fins comerciais, o café passará a ganhar atenção dos grandes proprietários rurais exatamente com a crise que instala no sistema colonial, notadamente (e antecipando-a) a crise da mineração.

Até, então, a capitania de São Paulo se caracterizara como um grande entroncamento de vias, levando ao interior e articulando as diferentes regiões mineradoras de Minas Gerais e do Mato Grosso e Goiás ao litoral e à capital²¹³.

Beneficiaram-se, entretanto, as cidades que se formaram nessas vias de comunicação, principalmente com o auge da mineração na capitania ao lado. Aliás, no período que cobre boa parte do século XVIII, São Paulo se restringirá a abastecer com o que puder os mercados consumidores de Minas Gerais, vendo um início de uma produção agrícola para tal²¹⁴. Por outro lado, outras áreas da capitania viram suas populações partirem²¹⁵.

De um modo geral, a decadência do comércio de índios escravos com a consolidação do tráfico negreiro africano; o fornecimento de gado para o Rio de Janeiro passando a ser feito pelos Campos de Goitacases e depois pelo sul de Minas; a abertura

²¹³ “A colonização do território paulista se desenvolve por estrias que acompanham as vias de comunicação que levam do litoral para o interior do continente: para Minas Gerais, através das gargantas da Mantiqueira; para Goiás, pelas planuras que bordam a ocidente o maciço central brasileiro; para Mato Grosso, pelo vale do Tietê, aproveitando o curso dele; para o Sul, pelos campos que se alargam até o Prata. (...) Zona de passagem, São Paulo não chegou a formar, no período colonial, vida própria; a pequena mineração de lavagem que aí se praticou nos dois primeiros séculos, a insignificante agricultura ensaiada, de caráter puramente local, não tiveram expressão alguma” (Prado Jr., 2000; 58-9).

²¹⁴ “A lavoura paulista recebeu impulso à produção de excedentes e passou a vender farinha, panos de algodão, redes, trigo, marmelo, etc. A criação e comércio de animais foi estimulada não só para fornecimento de carne e couros como para transporte” (Mello, Z. M. C., 1990; 43).

²¹⁵ “Os efeitos dinâmicos decorrentes da existência do mercado consumidor das Gerais refletiram-se na integração de diferentes áreas da economia colonial, a favorecer o desenvolvimento dos povoados situados nas rotas para as Minas: Penha, Moji das Crues, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Lorena, Atibaia e Bragança. (...) As cidades paulistas beneficiadas foram as ‘de estrada’, situadas nas rotas de comércio entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas. (...) ... não se pode dizer o mesmo relativamente a outras áreas da qual emigraram muitos homens com destino às Gerais” (Mello, Z. M. C., 1990; 44-5).

de um caminho que ligava diretamente as Minas ao Rio de Janeiro, desviando também o antigo caminho de Goiás, que passa a ser feito pelo interior da capitania de Minas Gerais, e o mesmo se dará com o caminho de Cuiabá, articulando-se com Goiás, depois Minas e daí com o Rio de Janeiro; a emigração de paulistas para as Minas Gerais; todos esses fatores levavam a uma complicada situação econômica de São Paulo, nos últimos anos da Colônia²¹⁶. “É só em fins do séc. XVIII que São Paulo começa a recuperar as forças exauridas em dois séculos de aventuras, e inaugura, na base mais estável da agricultura um período de expansão e prosperidade” (Prado Jr., 2000; 60). A transformação seria, entretanto, rápida e avassaladora²¹⁷.

O cerne da transformação passa exatamente pela acumulação prévia que havia se dado naquelas áreas nas rotas do comércio com as Minas Gerais, ainda que tais caminhos tenham sofrido um sério abalo com a nova rota ligando diretamente a capital Rio de Janeiro às minas²¹⁸. A acumulação propiciada pelas atividades de comércio, em especial aquelas concentradas nas feiras de Sorocaba, e a concentração de escravos para a produção local de bens de consumo, também comercializados com Minas Gerais, e o posterior refluxo de escravos após e durante a crise da mineração constituíam todas as necessárias condições para a implementação da lavoura canavieira²¹⁹ na virada do século XVIII para o XIX.

²¹⁶ “Já não eram, porém, suficientes os motivos capazes de animar as energias; já não havia riquezas a conquistar, nem homens em número bastante para lançar-se a empresas tão perigosas. (...) a penetração não partia mais de São Paulo, porém do Mato Grosso e do Triângulo Mineiro. As distâncias eram por demais longas, o isolamento por demais acentuado” (Monbeig, 1998; 94). A relação de distância aparece, portanto, motivada pela necessidade de realização de mercadorias. Como se podiam fazer tais “aventuras” e percorrer tais trajetos antes e agora eles ficam por demais longos? A relatividade que se coloca é a relatividade posta pelas novas vias de escoamento das mercadorias produzidas no interior da Colônia.

²¹⁷ “De 1797 a 1836 anda-se ainda devagar. Acompanha-se o caminho do burro, a trilha; procura-se o núcleo já habitado, para as experiências. Mesmo assim oito lustros bastam para abarrotar de cafeeiros todo o vale do Paraíba e parte das terras mais férteis das regiões próximas da capital, colonizadas pelo açúcar. 582.066 arrobas são colhidas neste último ano, sendo mais de 4/5 na zona norte e o restante na zona central” (Milliet, 1982; 25).

²¹⁸ “... os efeitos da atividade mineira não se fizeram sentir somente no desenvolvimento das cidades tributárias do comércio que se fazia com as Gerais. Propiciou pelas ‘correntes de comércio interior, as sementes das fortunas que ao tempo do governo de Morgado de Mateus atraíram os capitais de maior vulto na capitania paulista” (Mello, Z. M. C., 1990; 46).

²¹⁹ “A análise sobre os níveis de riqueza da Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII mostra algumas características importantes, as quais desejamos retomar aqui: cabe à capital da capitania o papel primordial quanto à riqueza; em segundo lugar, os maiores níveis de riqueza associam-se a homens de negócios e mercadores; finalmente, se os imóveis pouco valiam, a ‘essência do processo de acumulação de riqueza consistia, de modo geral, na atribuição dos recursos disponíveis para manutenção do estoque de bens de produção, representado essencialmente pelos escravos, a fim de garantir o *status* e

“Com a lavoura açucareira, a economia paulista passou a se constituir em centro exportador, a apresentar as características típicas destas áreas na sociedade brasileira; ‘mas seria ilusório supor que a grande lavoura representa nesta fase o que há de ser em dias mais tardios: o elemento dinamizador por excelência da economia local’” (Mello, Z. M. C., 1990; 48).

A produção açucareira do planalto paulista ainda teria que se impor sobre a produção do litoral paulista. Os caminhos que levavam ao porto de Santos dificultavam o escoamento do açúcar produzido, que se deteriorava com as chuvas no trajeto. A melhoria na demanda mundial pelo produto, decorrente das rebeliões nas colônias francesas produtoras de açúcar, juntamente com as medidas governamentais tanto de melhoramento do caminho do mar, como de obrigatoriedade de exportação do açúcar pelo porto de Santos favoreceram as áreas produtoras de açúcar do interior da capitania, ao passo que desestimulou as áreas produtoras de Ubatuba e São Sebastião²²⁰.

“Nas primeiras décadas do século XIX, portanto, o dinamismo da economia paulista advém da cultura canavieira e do sempre presente comércio de gado e mulas, a constituir-se estas no único meio de transporte entre as áreas produtoras e o porto de Santos” (Mello, 1990; 52).

Também o vale do Paraíba, nesse período, ocupava-se com a produção de cana-de-açúcar e com a engorda de gado, mas as plantações de cana já começavam a serem substituídas pelas de café. A população da capitania como um todo crescia, mas especialmente o número de escravos aumentava a olhos vistos, com a incorporação das áreas às dinâmicas de exportação de mercadorias agrícolas. O setor produtor de açúcar, centrado principalmente em Campinas, concentrava as fazendas com maior número de escravos, enquanto as fazendas do Vale ainda eram majoritariamente pecuaristas. “A lavoura cafeeira modificou substancialmente este quadro” (Mello, 1990; 54).

“Passados dezenove anos [1836-1845] o panorama novo nos apresenta aspectos de pleno dinamismo. 2.737.639 arrobas de café enriquecem a

a manutenção dos níveis mínimos de produção rural e artesanal indispensáveis à coletividade” (Mello, 1990; 48).

Perissimoto é mais direto ao firmar as bases da acumulação prévia que permite a produção açucareira paulista no tropeirismo: “Do acúmulo de riqueza a partir do comércio de gado e muas, esses mercadores [tropeiros – CAB] começaram a investir no açúcar quando este produto tornou-se, em função de mudanças no mercado externo, uma atividade rentável” (Perissimoto, 1999; 69).

²²⁰ “Tal proibição, revogada no governo de Melo Castro e Mendonça (1797/1802) e novamente imposta em 1804, favoreceu a região produtora de açúcar do interior da capitania – cujo centro principal compreendia as localidades de Piracicaba, Moji-Guaçu, Jundiá, Itu, Campinas, Porto Feliz – e animou o comércio santista” (Mello, 1990; 50-1).

zona norte [a do vale do Paraíba], cuja população aumenta concomitante de 40%. Ao mesmo tempo a produção da zona central triplica e se inicia o desbravamento da Mojiana e da Paulista, cujas produções respectivas se elevam então a 81.750 e 233.470 arrobas” (Milliet, 1982; 25).

A conjugação de terras a serem exploradas, trabalho escravo para realizar tal exploração, recursos prévios para o início dessas explorações e condições para a concretização da empreitada, isto é, condições para levar a mercadoria produzida ao mercado consumidor, precisa ser analisada. Para tanto, dado que apontamos há pouco os caminhos da ocupação do planalto paulista e a acumulação que se vinha possibilitando, temos que agora focalizar a situação das terras a serem exploradas e dos escravos mobilizados para isso. Estamos, no que tange a ambas questões, num momento de transição, o que evidenciará que a questão da terra e a do trabalho são dois lados de um mesmo problema.

A expansão cafeeira que até então se dera no vale do Paraíba, estendendo-se também pelas áreas adjacentes do sul de Minas, pelo norte fluminense e encontrando as áreas da capital paulista e de Campinas, valera-se da disponibilidade de terras a serem ali cultivadas e de um bom contingente de escravos, liberados das atividades mineradoras em franca decadência da capitania ao lado. Além disso, a proximidade à capital, Rio de Janeiro, e às zonas portuárias de São Vicente, Santos, Parati e Rio de Janeiro possibilitavam o escoamento da produção, realizado pelas tropas de muares. Tantas condições favoráveis, além do financiamento dessas lavouras propiciado pelas classes comerciantes do Rio e de São Paulo, levaram a uma impressionante ocupação do vale e um aumento vertiginoso da produção, que já se transformara na principal mercadoria de exportação do país, quintuplicando o produto entre 1821 e 1850, apesar dos preços em queda nas décadas de 1830 e 1840.

Celso Furtado vê nisso a fase de gestação da economia cafeeira. Para ele, a baixa necessidade de capitalização na ativação da unidade produtiva e a utilização de recursos ociosos²²¹ – terras abundantes, escravos de Minas Gerais e mulas para o transporte – explicam como essa expansão pôde se dar, apesar dos preços em baixa para a

²²¹ “Ao transformar-se o café em produto de exportação, o desenvolvimento de sua produção se concentrou na região montanhosa próxima da capital do país. Nas proximidades dessa região, existia relativa abundância de mão-de-obra, em consequência da desagregação da economia mineira. Por outro lado, a proximidade do porto permitia solucionar o problema do transporte lançando mão do veículo que existia em abundância: a mula. Dessa forma, a primeira fase da expansão cafeeira se realiza com base num aproveitamento de recursos preexistentes e subutilizados” (Furtado, 2000; 118).

mercadoria²²². Havendo terras a serem ocupadas, com pouca necessidade de investimentos de capital, bastava a incorporação da necessária “mão-de-obra” para a produção agrícola. Nesse contexto, apenas uma mudança na oferta de “mão-de-obra” poderia abalar o processo expansivo:

“Organizada com base no trabalho escravo, a empresa cafeeira se caracterizava por custos monetários ainda menores que os da empresa açucareira. Por conseguinte, somente uma forte alta nos preços da mão-de-obra poderia interromper o seu crescimento, no caso de haver abundância de terras” (Furtado, 2000; 119).

João Manuel Cardoso de Mello acrescenta ainda que o aumento da demanda internacional por café deve acompanhar um tal aumento da produção. Sendo que tal demanda surge com os novos hábitos instaurados pela Revolução Industrial, o café teria deixado de ser um produto colonial com a generalização do seu consumo. Para que essa generalização acontecesse, os preços tiveram que ser rebaixados para viabilizar o acesso à nova população urbana consumidora dos países recém-industrializados. Assim, os mesmos preços em baixa de que falávamos anteriormente são explicados. Porém, é a própria expansão do cultivo do café no vale do Paraíba que permite o rebaixamento dos preços e, por conseguinte, o aumento do consumo e, assim, o da demanda por mais café²²³.

Tal explicação mostra uma dinâmica produtiva e de consumo, de fato, já diferenciada daquela que anteriormente analisamos para o sistema colonial. Agindo sobre a demanda e estimulando-a, a oferta de café não cumpre mais a lógica do monopólio comercial sobre mercadorias tropicais e, portanto, monopolizáveis. Trata-se de uma mercadoria para o consumo do proletariado industrial preferencialmente, que deve, pois, ser o mais acessível a este o possível, sendo que cumpre concorrer com o chá e não seria de suma importância para a reprodução daquela força de trabalho.

Uma outra “região” produtora de café, no entanto, preparava-se para adentrar nesse mercado. Quando a expansão cafeeira atinge as proximidades de Campinas, configurando o primeiro Oeste Paulista, também encontra ali essas mesmas condições

²²² “A baixa dos preços, entretanto, não desencorajou os produtores brasileiros, que encontravam no café uma oportunidade para utilizar os recursos produtivos semi-ociosos desde a decadência da mineração” (Furtado, 2000; 118).

²²³ “A demanda externa, por conseguinte, não foi mero fator independente e inerte, sobre o qual a economia brasileira não teve a menor ação. Ao contrário, é a própria expansão da oferta brasileira que permite, em última análise, que a demanda se amplie constantemente e, ao mesmo tempo, estimule novamente, dentro de certas condições, o crescimento da oferta” (Mello, 1982; 56-7).

favoráveis. Como vimos, a área em questão se consolidara, na virada para o século XIX, como a principal produtora de açúcar do estado. Uma acumulação prévia, pelas atividades comerciais ligadas especialmente aos tropeiros, possibilitou que estes investissem na produção de açúcar quando esta se tornou rentável. Com isso, já nas primeiras décadas do século XIX, Campinas era a cidade que mais tinha escravos²²⁴ na província. O aumento internacional da demanda do café, refletindo numa maior rentabilidade do produto e melhores condições de armazenamento levariam as famílias produtoras locais a transformar as fazendas produtoras de açúcar em produtoras de café. Teria início, a partir de então, uma expansão ainda mais impressionante das lavouras de café, agora sendo lideradas exatamente por essas famílias, que se tornarão a elite paulista do fim do século XIX até 1930²²⁵.

Também no que tange ao capital a vir a ser personificado por essas famílias e o dos fazendeiros do vale, uma e outra região se diferenciarão. Porém, esse capital decorre exatamente do maior grau de acumulação de que elas partem e que possibilita a chamada “marcha para o Oeste”, de que serão as principais investidoras e que, por sua vez, gera um capital ampliado e diversificado, assim como decorre, principalmente, das condições que terão que ser geradas para essa expansão.

João Manuel C. de Mello irá enfatizar exatamente o caráter nacional dos controladores dessa dinâmica do “capital cafeeiro” que se forma. Assim, se num primeiro momento, reforçamos a analogia entre essa produção assentada no latifúndio escravista com a produção reproduzida no sistema colonial, há que se ressaltar que a queda do “exclusivo metropolitano” e a gestação de um Estado nacional modificam, em

²²⁴ “Enquanto no Vale do Paraíba já predominavam as fazendas de café, na zona central imperavam os engenhos (Müller, 1923; 130-1). Esses estabelecimentos produtivos eram movimentados por um extenso plantel de escravos, a revelar também uma atividade econômica bastante sólida. (...) Uma das possíveis explicações para o maior número de escravos na região açucareira reside na própria atividade produtora de açúcar, já que o engenho exigia, pelo seu maquinário, grande quantidade de mão-de-obra” (Perissimoto, 1999; 70-1).

²²⁵ “Quais seriam, afinal, essas famílias, e quais seriam as suas características essenciais? Os nomes são aqueles que aparecem em profusão na literatura: Silva Prado, Alves de Lima, Souza Queiroz, Queiroz Telles, Souza Aranha, Paes de Barros, Moraes Barros, Silva Telles, Sampaio Vidal, Almeida Prado, Álvares Penteado, Camargo, Camargo Aranha, Toledo Piza, Pacheco e Silva, Jordão, Queiroz de Lacerda, Nogueira, Amaral, Dias da Silva, Prates, Mello Oliveira, Cardoso de Mello, Arruda Botelho, Queiroz Aranha e outros (...). Famílias cujo capital inicial foi gerado na economia açucareira e no tropeirismo do final do século XVIII e início do século passado e que serviu para financiar a primeira grande expansão cafeeira no Oeste paulista, a partir de Campinas e outras cidades da ‘zona central’ do estado” (Perissimoto, 1999; 63).

parte, o sentido da acumulação²²⁶. Essa acumulação, não deixando de realizar a acumulação de capital européia, passa a permitir diferentes ações de um Estado em consolidação, que serão de extrema importância no processo que passamos a analisar.

Assim, essa mesma expansão e seus protagonistas teriam, antes, que enfrentar exatamente aquele problema adiantado por Furtado. Dadas as condições favoráveis para a incorporação crescente de novas terras para o plantio dos cafezais, com a necessária acumulação prévia que tais famílias haviam concentrado em suas atividades com o tropeirismo e depois com a lavoura canavieira, com o aumento crescente da demanda externa por café, apenas um “aumento nos preços da mão-de-obra poderia interromper seu crescimento”. Aliado a tal barreira, impunha-se também a necessidade de resolver a questão do transporte dessa mercadoria, que seria produzida em áreas cada vez mais distantes dos portos.

* *

Podemos agora, portanto, unificar os dois planos da análise do período. Chegamos, assim, juntos ao ano de 1850, quando o fim do tráfico negreiro e a expansão da cafeicultura, descendo pelo Vale do Paraíba e já no primeiro Oeste Paulista, são uma única realidade.

Durante a vigência das relações de produção assentadas na exploração do trabalho escravo, a monopolização da força de trabalho por parte do seu proprietário dizia respeito ao traficante ou ao comprador do mesmo, não ao próprio trabalhador, como patente na realidade em que o trabalhador é livre (Franco, 1984). Já observamos noutra parte que tal organização social fora exigida pela realidade de se constituir uma produção de mercadorias, frente um contexto de abundância de terras na colônia (Novais, 2005; Prado Jr., 2000; Mello, 1982 e Franco, 1984) e em que o trabalho livre mesmo na Europa não estava consolidado como categoria social (Franco, 1984), mas antes se consolidando pelo mesmo processo de acumulação primitiva (Marx, 1985,

²²⁶ “Neste mesmo momento, a economia mercantil-escravista cafeeira assumiria seus traços definitivos: grande empresa produzindo em larga escala, apoiada no trabalho escravo, articulada a um sistema comercial-financeiro, controlados, uma e outro, nacionalmente. Estava, portanto, estabelecida no Brasil, uma economia nacional. A queda do ‘exclusivo metropolitano’ e, em seguida, a formação do Estado Nacional criaram a possibilidade de que se nacionalizasse a apropriação do excedente e de que se internacionalizassem as decisões de investir. O momento do surgimento da economia cafeeira, quer dizer, sua simultaneidade com a Revolução Industrial, a precocidade do desenvolvimento do capital mercantil nacional e da formação do Estado Nacional e, ademais, a existência de recursos produtivos, explicam por que se efetivou esta possibilidade mantendo-se o controle nacional do sistema produtivo” (Mello, 1982; 57-8).

1990; Novais, 2005, 1969; Mello, 1982). Na unidade contraditória (Franco, 1984) que coloca o capitalismo industrial na Inglaterra e o sistema colonial no que viria a ser o Brasil, é, no segundo caso, o monopólio sobre o trabalhador que permite a produção, quando, no primeiro, é o monopólio sobre a terra que obriga o trabalhador a vender a sua força de trabalho. A terra, no período colonial, está praticamente destituída da condição de mercadoria, que pode vir a tomar. Isto constitui o último fator que resta para ser analisado na organização social do período colonial, para se adentrar nas prerrogativas para as necessárias transformações que levariam a uma nova ordenação das relações sociais de produção no Brasil.

Concedida pelo sistema de sesmarias, sua utilidade como meio de produção depende da compra do escravo. Sem ele, a concessão não se reverte em produção de mercadorias, impossibilitando qualquer acumulação. Vimos também que a posse da terra por uma população livre cada vez mais abundante na Colônia (e depois dela) não estava vedada e era mesmo aceita. Franco (1984) pensou essa massa marginal (cf. Antonio Candido, 1951) como economicamente dispensável porque, no geral, ela não era utilizada na grande lavoura e nem na grande mineração, deixando de cumprir o *sentido da colonização*, em ambas as suas implicações. Nisto, Marx vê a distinção primordial entre colônia e metrópole, ao que apenas uma modificação substancial na apropriação da base fundiária poderia instituir uma produção de mercadorias sem o trabalho cativo²²⁷; a propriedade fundiária não estando formada não atua como mecanismo de barreira ao acesso do trabalhador aos meios de produção nem de barreira

²²⁷ “O que faz da colônia uma colônia – aqui falamos apenas de autênticas colônias agrícolas – não é apenas a massa de terras férteis que se encontram em estado natural. É, antes, a circunstância de que essas terras não foram apropriadas, não estão submetidas à propriedade fundiária. Nisso reside a enorme diferença entre os países antigos e as colônias no que tange ao solo: a não-existência de direito ou de fato da propriedade fundiária, como observa bem Wakefield e, muito antes, Mirabeau *père*, o fisiocrata, e outros economistas anteriores já haviam descoberto. É indiferente se os colonos se apropriam simplesmente do solo ou se apenas pagam ao Estado, a título de preço nominal do solo, uma taxa por um título jurídico válido sobre o solo. Também é indiferente se colonos já estabelecidos são juridicamente proprietários da terra. A propriedade fundiária não constitui aqui efetivamente nenhuma limitação para o investimento de capital ou mesmo de trabalho sem capital; a apropriação de parte do solo pelos colonos já estabelecidos não exclui os recém-chegados da possibilidade de investirem seu capital ou seu trabalho em novas terras. Portanto, quando se trata de investigar como a propriedade fundiária atua sobre os preços dos produtos agrícolas e sobre a renda, aí onde ela restringe o solo enquanto campo de aplicação do capital, é um absurdo falar de colônias burguesas livres onde não existe o modo de produção capitalista na agricultura, nem sua forma correspondente de propriedade fundiária, sendo que esta última, de fato, não existe” (Marx, III, t. 2, 1986, cap. 45; 224-5).

ao investimento do capital e, portanto, de concorrência entre os proprietários de meios de produção (produzidos e não-produzidos).

Quanto a isto, novas perspectivas se abririam para transformações sociais neste sentido, exatamente na área que apresentava uma expansão, o Oeste Paulista. Mas a questão a que se propõe o estudo é como pôde cafeicultura paulista assumir o comportamento diferencial que tomou e que, por sua vez, modificou o padrão de reprodução das relações sociais de produção; alterando, com isso, a escravidão e o papel da terra nessa reprodução. Quanto a isto, o fato do desenvolvimento dessa produção ter se dado posteriormente e durante a queda do sistema colonial é de extrema relevância, bem como a relação da cafeicultura em formação com uma economia açucareira já plenamente estabelecida²²⁸. Para tal diferenciação, o estudo, por sua vez, tem que se voltar para o estabelecimento da grande imigração e para a abolição para compreender os marcos que possibilitam as mudanças. Nisto, não basta pensar tais mudanças como meras respostas ao estrangulamento da oferta de escravos ocasionado pela extinção do tráfico.

PARTE II – Região do Oeste Paulista como região do colonato: imigração como modernização retardatária

8. A região cafeicultora do Oeste Paulista na vanguarda da crise do trabalho servil

A cessação do tráfico constitui um momento de inflexão da cafeicultura, uma vez que, como observamos, exige diversas medidas para preservar a base de exploração e produção da referida mercadoria, o café. Por um lado, o tráfico inter-provincial resolve em parte as necessidades dos fazendeiros do Vale do Paraíba. Ao mesmo tempo, o preço elevado dos mesmos permite, conforme a legislação do crédito hipotecário então vigente, angariar mais fundos para custear novos cafezais; a expansão das lavouras é possibilitada e torna-se realidade. Porém, a mesma expansão requer a compra

²²⁸ “Essa defasagem provavelmente incita a nova economia a um comportamento diferencial no que concerne ao investimento de excedentes. Desencadeado o processo, a etapa do capitalismo internacional que se inicia no último quartel do século XIX encontra os setores de vanguarda da economia cafeeira em condições de promover, sob sua liderança, uma intensa incorporação de trabalho de tipo assalariado, em diversos âmbitos do sistema” (Beiguelman, 2005; 13).

de mais escravos, ocasionando um círculo vicioso. Outras limitações, então, surgem para o prosseguimento da expansão ou mesmo a reprodução das lavouras no mesmo estágio por um tempo prolongado, como a reprodução dos escravos e o escoamento da produção.

Prado Jr. (1969) entende que se coloca o problema, pela primeira vez, da reprodução da massa de trabalhadores escravos internamente, argumento compartilhado na tese de Jacob Gorender. De fato, após 1850, parece ter-se comprometido com a possibilitação da reprodução dos escravos, em termos de expansão de sua população interna, algo que não podemos analisar no escopo deste estudo. Para isso, no entanto, o grau de exploração anteriormente exigido, privilegiando a “importação” de escravos homens e explorando-os de maneira extensiva e mesmo predatória, dificultaria esse procedimento; dadas as dificuldades de consolidação da família escrava. João Manuel C. de Mello (1982; 60-3), por sua vez, aponta para os custos que essa mudança representaria, obrigando os fazendeiros a pensarem na reprodução da família escrava, acarretando uma depressão da taxa de lucro e uma conseqüente elevação dos preços. De qualquer modo, a lei do ventre livre representará um óbice a esta alternativa²²⁹, em 1871. Tratava-se de uma libertação que não afetava diretamente o volume dos escravos, porém consistia em mais uma séria limitação à persistência do sistema escravista. Assim, encontrou forte oposição da lavoura como um todo, mas foi conduzida principalmente pela Coroa²³⁰.

Outras medidas, por outro lado, seriam tomadas para se minimizar o uso dos escravos em reparações de estradas, no transporte do café e de outras mercadorias e no beneficiamento do café, cada vez mais mecanizado. A própria expansão das lavouras é que ganharia impulso com as mesmas medidas, o que, por outro lado, acarretaria mais uma vez a necessidade de mais escravos.

²²⁹ “Com efeito, a libertação dos nascituros eliminou a possibilidade de virem a transformar-se as províncias exportadoras de escravos em criadoras (a exemplo dos *breeding-states* norte-americanos)” (Beiguelman, 2005; 48).

²³⁰ Na passagem da medida, a Coroa terá um papel crucial, enquanto um racha no Partido Conservador mostra-se inevitável, conforme oscilava entre atender às pressões advindas de todos os setores da lavoura e ao interesse da Coroa pela reforma servil. Ademais, após o fim do tráfico a questão tensa entre Inglaterra e Brasil desloca-se para a situação dos africanos apreendidos. Negociações iniciadas em 1857 levam a uma comissão mista em 1860 que termina, em 1863, sem qualquer resultado. A libertação dos africanos livres, em 1864, marca uma orientação da Coroa na direção de uma reforma servil: “A promulgação da lei do ventre livre se apresenta, pois, como resultante de um processo diretamente provocado pela Coroa” (Beiguelman, 2005; 58).

Quanto ao uso do escravo como garantia aos empréstimos ainda não ficava solucionada a questão de uma *nova garantia para o crédito hipotecário* – “base do capital de terceiros necessário à manutenção e expansão de seus negócios” (Martins, 2000; 30) –, que ficava atrelado à posse de escravos²³¹ e restrito às áreas do entorno do Vale do Paraíba e serras de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Em 1873, o governo ampliaria o crédito hipotecário a todos os municípios dos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, porém, com uma importante novidade: o crédito teria como garantia as próprias fazendas e suas benfeitorias. A essa mudança é muito atribuída a expansão rápida da lavoura cafeeira na direção de Campinas e além, possibilitando um acesso a empréstimos, pois tal expansão demandava, acima de qualquer mentalidade progressista ou apego à terra, capital²³². Como vimos, no entanto, essa mudança na legislação, antes, soma-se às condições de investimento daquelas famílias proprietárias de fazendas de cana-de-açúcar na área.

Se as mudanças nas legislações possibilitavam, por um lado, uma limitação à continuidade a longo prazo do tráfico interprovincial, com a lei do ventre livre; permitiam, por outro, a mudança na base do crédito hipotecário, viabilizando o financiamento das lavouras atrelado às propriedades fundiárias ou mesmo às safras; e, ainda por outro, passava-se a incentivar a imigração; era ainda preciso solucionar outro entrave que se erguia contra a expansão dos cafezais, dado que a demanda externa por café seguia em alta. Tratava-se da impossibilidade crescente de fazer circular a totalidade das mercadorias produzidas.

²³¹ “Formalmente, a legislação territorial acentuara as garantias de negociabilidade das terras. Mas, isso não revogava a desimportância do mercado imobiliário em face do mercado de escravos” (Martins, 2000; 30).

²³² Martins enfatiza sempre sua posição da sujeição dessa elite, também a campineira, ao capital comercial. Preferimos deixar em suspenso uma tal conceituação para tentar entender o processo histórico antes: “Essa expansão teria sido atribuída exclusivamente à mentalidade capitalista dos fazendeiros do oeste, em contraste com seus iguais do Vale do Paraíba, que não possuíam tal atributo. É bem verdade que na região campineira desde o século XVIII havia surgido uma elite de plantadores de cana-de-açúcar, senhores de engenho, na qual tem origem algumas das principais fortunas modernas de São Paulo. Entretanto, a substituição da cana pelo café demandava capital. Os senhores de engenho mais abonados preferiam, no entanto, investir seus capitais no comércio e não na agricultura, procurando incrementar seus lucros nos setores intermediários. Todavia, tanto os fazendeiros de cana-de-açúcar do oeste quanto os fazendeiros de café do Vale do Paraíba dependiam do trabalho escravo e estavam, portanto, basicamente sujeitos à mesma forma de capital: a renda capitalizada. Personificavam, tanto num lugar como no outro, o rentista e o comerciante. Não só no oeste, mas também no Vale era possível encontrar capitalistas ativos, cuja orientação de modo algum baseava numa vinculação emocional à terra. Por outro lado, tanto no oeste quanto no vale era possível encontrar na mesma época escravistas empedernidos” (Martins, 2000; 30).

Ferrovias para a expansão cafeeira do Oeste Paulista

As condições de transporte, aliás, eram em si determinantes para esta lavoura e, a partir da década de 1840, passariam a ser tratadas como assunto de Estado. Emília Viotti da Costa (1998), analisando, em especial, os relatos e anais da Assembléia Legislativa da província de São Paulo, atesta as dificuldades de transporte até a década de 1860, acarretando prejuízos à lavoura. As reclamações vinham de toda parte e não dispunham apenas sobre a escassez de estradas. Em muitas partes havia, pelo contrário, muitas estradas, abertas pelos próprios fazendeiros para escoar suas produções, o que dificultava a manutenção de todas elas. Em outras, de fato, não havia uma sequer em boas condições, e “toda a circulação ficava interrompida” (Costa, 1998; 202). Feitas para a passagem de tropas de muars, não se tratavam de estradas carroçáveis, e mesmo a passagem de mais de uma tropa era dificultada.

Até mesmo a via que ligava a capital paulista ao litoral era de extrema precariedade. Até 1840, o traçado não permitia a subida de equipamentos ou cargas maiores do que uma mula pudesse carregar e era inclusive muito perigoso. Este traçado foi modificado seguidamente até 1862, mas ainda nessa data as chuvas tinham deixado a descida para Santos quase impraticável. Raramente um “carro” descia com 50 arrobas de carga, muitos animais morriam e a viagem levava de 10 a 12 dias, saindo da capital até o referido porto²³³. Os prejuízos eram diversos.

As dificuldades nas viagens e a deficiência, como um todo, dos meios de transporte ocasionavam fretes muito altos, limitando os lucros dos produtores. A situação não era ignorada pela administração provincial, que, vale lembrar, era basicamente formada pelos maiores fazendeiros da época²³⁴. Durante todo o período, as

²³³ “Havia sorvedouros, onde morriam animais aos cinquenta e mais por semana. Nessa época, empreenderam-se consertos de vulto na estrada, ao mesmo tempo em que se tratava da melhoria do seu traçado. Até então, os carros que se ocupavam na baldeação de gêneros da capital a Santos não conduziam peso maior do que 40 a 45 arrobas, atingindo raramente 50 arrobas. Nunca se conseguia efetuar uma viagem ‘redonda’ em menos de dez a doze dias. No fim de cada viagem, os donos de tropas ou dos carros tinham que contar como certo o prejuízo de alguns animais empregados nesse transporte. Com as melhorias feitas naquela ocasião, considerava-se notável progresso o poder realizar-se a viagem redonda em oito dias, bem como a possibilidade de aumentar a capacidade de transporte dos carros para 70 ou 75 arrobas” (Costa, 1998; 204).

²³⁴ Somente em 1866, era criada a diretoria de obras públicas. Já em 1851, todavia, estipulava-se o peso máximo dos carros de eixo móvel para conservar melhor as estradas, principalmente nos períodos de chuva, mas tal medida dificilmente seria cumprida

medidas que se podiam tomar eram falhas porque improvisadas em torno de uma realidade de um aparelho estatal e um mercado de trabalho em formação, o que evidencia a dificuldade de medidas modernizadoras no contexto analisado. “Faltavam engenheiros competentes, operários capazes, sem falar no problema de uma adequada repartição dos recursos financeiros” (Costa, 1998; 212).

Se não havia quem projetasse as estradas, mesmo com oferta de salários tidos por vantajosos, tampouco havia quem realizasse os projetos. Pensou-se, em 1843, em buscar africanos livres para tais empreitadas, pagando-se, nos primeiros anos, com comida e vestuário e, depois, com salários. O sistema não deu certo e utilizou-se, antes, africanos apreendidos ao tráfico ilícito e “libertados” formalmente. De 1843 a 1846, novas medidas chegavam a obrigar os fazendeiros a ceder 20% de seus escravos por dez dias para as obras. Projetos de colonização oficial visando cobrir a demanda de braços para tais construções foram se tornando mais aceitos. No mais das vezes, entretanto, fazendeiros preferiam, em dadas ocasiões, “alugar” seus escravos para tal fim.

Todos eram afetados pela desorganização do sistema vigente de vias de comunicação e nem mesmo um primeiro projeto de regionalização da província conseguia superar os mesmos obstáculos que se recolocavam: falta de um centro científico e de engenheiros, bem como de dados geográficos para orientar e projetar a construção das estradas; desorganização da administração e incapacidade de fiscalizar as obras; e também a rejeição de alguns fazendeiros em permitir que estradas passassem por suas propriedades. Com o aumento da produção que vinha se dando e dadas tais circunstâncias, conduzia-se, assim, a um colapso da circulação de mercadorias²³⁵. O transporte por tropas de muares não dava mais conta de conduzir uma produção

²³⁵ “À medida que crescia a produção, mais insuficientes revelavam-se as vias de comunicação. Os sistemas de transportes tradicionais não davam vazão à produção que aumentava em razão da demanda do mercado exterior. Já em 1855, reconhecia-se na Assembléia Legislativa de São Paulo que era impossível dar saída aos produtos da província. Os lavradores de café viam-se impossibilitados de exportar toda a sua safra, que ficava, em parte, retida nas tulhas, sujeita à fermentação e outros danos. Uma vez que um lote de bestas não conseguia (nas províncias do Vale do Paraíba) fazer o transporte de mil arrobas de café por ano e que raros eram os anos em que as bestas podiam trabalhar durante todo o período, tornava-se impraticável a permanência desse meio de transporte, em regiões que produziam, como as de Pindamonhangaba e Taubaté, mais de quinhentas mil arrobas anualmente. Quantos lotes de bestas seriam necessários para exportação dessa quantidade? Quanta mão-de-obra mobilizada, uma vez que a tropa exigia trato e que, para conduzi-la, era necessário, pelo menos, um tocador para cada lote de sete animais? Daí a impossibilidade de manter o sistema tradicional que, além de tudo, resultava extremamente oneroso” (Costa, 1998; 217).

crescente de café sem, com os seus custos, limitar quase ao máximo o lucro dos produtores.

“Em 1863, o frete pago de Campinas a Santos chegava a 2\$500 por arroba, esperando-se que a construção de uma estrada de rodagem pudesse reduzi-lo a um quarto, isto é, \$540 ou \$640 por arroba, no mesmo percurso. A *Revista Comercial* dava como preço médio de fretes entre Santos e a capital 1\$280 a 1\$440 por alqueire ou 3\$840 a 4\$320 por animal, enquanto o preço médio da arroba de café oscilava entre 4\$000 o ordinário e 7\$200 o superior (Expilly, em sua obra publicada em 1863, dá como despesas de transporte de uma arroba de café 1\$040 para o preço de 4\$400), o que equivale dizer: um terço é consumido pelo transporte” (Costa, 1998; 218).

É nessas condições que a construção de ferrovias surge como solução para o barateamento do frete, principalmente, do café. Estimava-se que se poderia diminuir em um terço os custos com o transporte da mercadoria, com a construção das vias férreas.

Possibilitar a construção das mesmas, por sua vez, exigiu uma união da classe de produtores de café, que nunca havia sido necessária. As companhias ferroviárias, excetuando-se a São Paulo Railway Company, que ligava a capital a Santos e era de capital inglês, todas surgiram no sistema de ações compradas por esses fazendeiros²³⁶.

*

A mera congregação dos recursos dessas várias famílias, no entanto, tampouco seria suficiente para tais empreendimentos. A lei ferroviária de 1852 criava, para isso, as condições para que os financiamentos para as empresas ferroviárias tivessem a garantia de juros de 5% ao ano para os capitais investidos nas ferrovias. O governo provincial adicionaria a garantia de mais 2%, alcançando um total de 7% de juros ao ano.

“É indiscutível, também, que o Estado brasileiro, ao conceder garantia de juros aos investimentos externos em ferrovias, assegurando ao capital estrangeiro rentabilidade certa a longo prazo, desempenhou um papel essencial. Em suma, o *entrelaçamento* do capital mercantil nacional com o capital financeiro inglês, tornado possível e estimulado pelo Estado, começa por explicar o extraordinário surto ferroviário da segunda metade dos 60” (Mello, 1982; 80-1).

Enquanto em 1867 era inaugurado o prolongamento da capital a Jundiaí, que reduziria drasticamente o frete daquela localidade a Santos de 2\$000 para \$460, as tropas de mulas continuavam a circular nas estradas para além dessa estação final. Entretanto, os esforços das antigas famílias de fazendeiros das áreas vizinhas já

²³⁶ “O novo investimento estava muito longe da mera organização de tropas, atividade conhecida e exercida por vários dos grandes fazendeiros. A sua dimensão técnica e escala impediam iniciativas puramente individuais. Ao contrário, exigiam o desenvolvimento de um ‘espírito associativo’ que congregasse recursos de várias famílias. Em função disso, diz Saes, a ferrovia surge na forma de grande sociedade por ações, procedimento adotado em vários outros investimentos” (Perissimoto, 1999; 75).

articulavam, pelas companhias Paulista²³⁷ e Mogiana²³⁸, a extensão das linhas. Em 1872, os trilhos da Paulista chegavam a Campinas e, em 1876, a Rio Claro. A Mogiana, já em 1882, ligava Campinas a Moji-Mirim, com ramal para Casa Branca, São Simão e Ribeirão Preto. A Ituana ligava Itu a Jundiaí, já em 1873, indo depois na direção de Piracicaba; a Sorocabana alcançou Botucatu, em 1876. Não é, assim, de se espantar que as mesmas cobrissem os ditos “caminhos do café”²³⁹ daqueles mesmos fazendeiros e que, dada a futura expansão das mesmas, também eles se colocassem como os grandes pioneiros da “marcha para o Oeste”.

* *

Com isso, podemos ver como se processa o estabelecimento das condições que permitirão a rápida expansão da cafeicultura para o Oeste Paulista. Os principais fatores que buscamos evidenciar foram a limitação do escravismo após o fim do tráfico negreiro em 1850, e a lei do ventre livre, em 1871; a maneira como a terra, tornando-se mercadoria, poderá substituir o escravo como garantia dos financiamentos às novas lavouras; além, é claro, da questão do escoamento da mercadoria café, limitado então pelos altos custos e riscos das tropas de muares. A concretização dos investimentos em ferrovias, pelas sociedades de ação em conjunto com o próprio Estado, evidenciam, por outro lado uma nova postura do capital inglês, com relação ao país. Nesse momento de ascensão de uma nova fase de produção, que seria chamada de “Segunda Revolução

²³⁷ “Em 30 de janeiro de 1868 ocorreu a reunião que fundou a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, inaugurada, no trecho Jundiaí-Campinas, em agosto de 1872. Foi iniciada com 25 mil ações distribuídas entre 654 subscritores. Entre eles, os principais eram: Joaquim José dos Santos Silva (Barão de Itapetininga) e Vicente de Souza Queiroz (Barão de Limeira), com mil ações cada; José Ferraz Campos (Barão de Cascalho) e Antonio Paes de Barros (Barão de Piracicaba), com 600 ações cada; José Estanislau de Oliveira (Barão de Rio Claro), Francisco A. Souza Queiroz (Barão de Souza Queiroz), Luís de Souza Barros, Martinho da Silva Prado e Nicolau Vergueiro, com 500 cada. Além deles, fizeram parte da Paulista Antônio da Silva Prado, seu presidente por longos anos, os irmãos Souza Aranha, Antônio Pompeu de Camargo, Floriano de Camargo Penteado, membros da família Mello Oliveira, o conde do Pinhal (Antônio Carlos de Arruda Botelho), entre outros” (Perissimoto, 1999; 75-6).

²³⁸ “A Companhia Mogiana, inaugurada em 1875, revela a mesma formação de capitais. Na sua primeira diretoria encontramos nomes como os de Martinho Prado, Francisco A. de Souza Queiroz, Clemente Falcão de Souza Filho, Bernardo Avelino Gavião Peixoto, Inácio Wallace da Gama Cochrane e um dos seus principais membros, Antônio de Queiroz Telles. Ao lado deste último, os principais acionistas da Mogiana eram a família Prado, a Companhia União Paulista, presidida pelo Barão de Tietê (João Manuel da Silva) e José Estanislau do Amaral, todos ligados à atividade agrícola, ‘capitalistas’ e proprietários” (Perissimoto, 1999; 76).

²³⁹ “A produção cafeeira de uma dada zona era o critério a partir do qual se decidia se ela seria ou não cortada pelas ferrovias. Mesmo a Sorocabana passará mais tarde a depender fundamentalmente do café para a composição de sua receita” (Perissimoto, 1999; 74-5).

Industrial” (cf. Mello, J. M. C., 1982; 49-50), os financiamentos às construções das ferrovias eram, pois, realizados por bancos ingleses, com a garantia de juros dada pelo governo brasileiro, evidenciando-se o atributo da dívida pública como alavanca da modernização. Mais do que isto, no entanto, o capital inglês era o acionado para a construção propriamente dita das mesmas, aplicando nisto seus meios de produção, materiais e sob a direção de engenheiros ingleses.

Não fosse isso o bastante para deixar claro o papel decisivo do Estado no processo de expansão da cafeicultura para o Oeste e também o papel decisivo do próprio Oeste Paulista e seus representantes (também eles, como se viu, personificando simultaneamente o mesmo Estado), portanto de modernização, falta, ainda, o ponto essencial da discussão que se procura aqui realizar. A saber, o da transição final do trabalho escravo para o trabalho livre.

* * *

A situação, portanto, caminhava para o desfecho esperado após a cessação do tráfico negreiro; com ele, o escravismo fatalmente ruiria: “abolido o tráfico, a escravidão lhe seguiria o passo a curto prazo” (Prado Jr., 1969; 147). Entretanto, ainda que condenada, a escravidão não seguiria o passo de extinção do tráfico a tão curto prazo, persistiria por ainda quase 40 anos, exatamente pelas razões de resistência que se colocaram: o tráfico inter-provincial, o crédito hipotecário atrelado ao escravo (aumentando com o preço deste) e a ausência de um sistema de exploração de trabalho substituto. Porém, a situação exigia, e de longe já isso se notara, um mecanismo de transição que não inviabilizasse a produção de mercadorias, notadamente do café.

É aí que entra uma nova noção de *colonização*; agora, como se nota, colocada não pela unidade contraditória da produção mercantilista, mas, antes, de uma nova realidade cindida, a posta exatamente pela Revolução Industrial. Muitas experiências com a introdução de trabalhadores imigrantes livres já vinham sendo tentadas, sem muito sucesso, até que o sistema de colonato foi conformado e uma política de imigração de massa implementada pela província de São Paulo. Isto operaria uma importante diferenciação entre as áreas mais novas do Oeste da província, as áreas do Oeste mais antigo próximo a Campinas e o Vale do Paraíba. As mudanças no padrão de reprodução do Oeste da província de São Paulo terão papel fundamental na passagem final da reforma servil, possibilitando, afinal, a supressão da escravidão porque o surto imigratório já vinha ali sendo efetivamente utilizado num novo sistema de trabalho, o colonato.

A gestação do sistema de colonato: primeiras experiências de parcerias com imigrantes

O colonato é, no entanto, o resultado de um processo, apesar de ser também, como indica o parágrafo anterior, o início de outro. Resulta, dessa maneira, não apenas da constelação de eventos que vimos elencando e que constituem, como um todo, a crise do escravismo, mas resulta ainda da opção de alguns fazendeiros do Oeste paulista por tentar experiências com o emprego de trabalhadores imigrantes quando o tráfico interprovincial ainda podia provê-los com escravos. Aliás, o trabalho escravo e o do imigrante livre conviveriam, lado a lado, nesse período²⁴⁰.

As primeiras dessas experiências teriam sido tentadas pelo senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, já em 1840, na sua fazenda Ibicaba, em Limeira (cf. Buarque de Holanda, 2004; 289-308). Fracassada a primeira tentativa, em 1847, outra maior seria realizada pela já constituída firma Vergueiro & Cia, formando-se na mesma fazenda a colônia “Senador Vergueiro” com 423 colonos alemães, mandados vir pelo governo imperial, com as despesas de viagem pagas pela firma (Beiguelman, 2005; 95).

O mesmo senador empreenderia fortes esforços para convencer o Estado a subvencionar parte das passagens e amenizar as dívidas, que representavam a principal fonte de atritos entre colonos e fazendeiros – sendo que outros vinham seguindo os passos do senador, contratando inclusive a sua firma para trazer imigrantes, depois do relativo sucesso dessa experiência (Stolcke, 1986; 20). Por outro lado, a comissão que a sua companhia passou a cobrar – também, é claro, repassada ao trabalhador imigrante –, bem como taxas de juros, cada vez mais duras, foram incorporadas às dívidas, chegando a 12%, cobrados a partir da chegada, tornaram os contratos mais onerosos para os imigrantes. Além disso, como forma de manter toda a família no trabalho na fazenda, a dívida passou a incidir sobre toda a família. Também, para aumentar o número de pés de café que os mesmos cuidariam, os imigrantes foram afastados das tarefas de beneficiamento. O número de imigrantes, em 1855, chegava a 3.500, no estado.

Entre o contrato de locação de serviços e o de parceria, os colonos logo preferiram o segundo, por apresentar a vantagem de receberem 50% em participação

²⁴⁰ “Na maioria dos casos, o trabalho livre coexistia com a escravidão. Todas as tarefas, à parte o cultivo e a colheita do café, e que se considerava exigirem supervisão constante ou serem impróprias para a parceria, continuavam a ser realizadas por escravos. Tais tarefas incluíam a preparação do solo para culturas variadas, o plantio de novos pés de café, o plantio de culturas anuais para o consumo da fazenda e o beneficiamento do café” (Stolcke, 1986; 21-2). Tais tarefas seriam mais tarde, após a abolição, realizadas por camaradas.

nos ganhos líquidos, apesar do repasse para o trabalhador de todas as despesas com o transporte dos imigrantes desde os seus países de origem até Santos e depois até a fazenda, incluindo juros com outros adiantamentos feito pelo fazendeiro aos trabalhadores, além de outras cláusulas²⁴¹. Os trabalhadores eram obrigados, ainda, a permanecer na fazenda até quitar as dívidas, o que deveria acontecer, segundo o previsto, em quatro anos.

Frente ao constante abandono das fazendas pelos colonos contratados e o não pagamento das dívidas, os fazendeiros responderam com contratos ainda mais ríspidos. O resultado do aperto das novas medidas para segurar o trabalhador imigrante na fazenda, nos novos contratos firmados, com vistas principalmente a garantir o retorno do investimento dos fazendeiros, foi uma diminuição ríspida dos rendimentos do trabalhador, sobretudo pelo peso representado pelas dívidas iniciais e os juros sobre elas. Como consequência, o descontentamento dos imigrantes assim contratados chegou a provocar revoltas, como a fazenda Nova Olinda, perto de Ubatuba, e a da fazenda Ibicaba, ambas em 1856. Além da queda dos rendimentos, as queixas recaíam sobre as condições das roças de subsistência, de moradia e sobre as fraudes dos administradores nos cálculos dos lucros. A desilusão do trabalhador descambava, pois, em revolta.

“Antes, a introdução do trabalho livre requeria um desembolso de capital cuja amortização exigia um nível de exploração que os fazendeiros não tinham condições de impor. O contrato de parceria não encaminhou adequadamente o problema de se criar uma força de trabalho confiável” (Stolcke, 1986; 24).

Justificando o emprego da *parceria* como medida de dispersão dos riscos da experiência, frente às incertezas da cafeicultura que se instalava no Oeste paulista²⁴², Stolcke viu o fracasso do sistema, que preconizava o incentivo ao trabalhador como

²⁴¹ “Os trabalhadores cuidariam de um número não-especificado de pés de café, e o fazendeiro lhes cedia um pedaço de terra onde cultivariam suas próprias culturas alimentares. Além disso, os imigrantes recebiam gratuitamente uma casa” (1986; 20).

²⁴² “A parceria, numa situação de mão-de-obra escassa e dispendiosa, é, de fato, mais eficiente que o trabalho assalariado, desde que o empregador tenha o poder político de impor uma divisão lucrativa. É uma forma de utilização do trabalho semelhante a um sistema de trabalho por produção cuidadosamente negociado, uma forma de assegurar um esforço adicional por parte da mão-de-obra, de fazer com que os trabalhadores trabalhem mais e melhor, em troca de apenas um pequeno acréscimo na remuneração total, acima da dos trabalhadores assalariados. A remuneração em forma de uma proporção da produção constitui um incentivo para que o trabalhador intensifique o seu esforço, visto que sua renda dependerá do montante produzido. Ele cultivará com maior cuidado, novamente porque parte do resultado reverterá para ele mesmo. Além disso, a supervisão necessária será insignificante, na medida em que o controle do trabalho será exercido pelo próprio trabalhador” (Stolcke, 1986; 25-6).

fator de aumento do rendimento do mesmo²⁴³, exatamente na desmotivação que o endividamento ia causando no colono. Beiguelman, por sua vez, acrescentará como razão dessa desmotivação um ponto do contrato que dizia respeito à plantação de alimentos do colono como *separada* do cafezal, o que dificultava o trabalho destas simultaneamente ao trabalho no trato no cafezal²⁴⁴. Seja qual fosse o motivo, de fato, “o sistema se revelava frustrante para ambas as partes” (Beiguelman, 2005; 97). De um lado, colonos endividados e desmotivados; do outro, fazendeiros descontentes com os rendimentos do trabalho do colono e preocupados com o não-pagamento das dívidas dos mesmos (Beiguelman, 2005; 98-9; Stolcke, 1986; 25-8). Enfim, as revoltas eram gradativamente mais freqüentes e assistia-se ao progressivo desinteresse dos fazendeiros com a implantação do trabalho livre imigrante.

Stolcke, no entanto, antes de delinear uma situação de recusa gradual ao trabalho, diferente de Beiguelman e a justificativa por ela apresentada para a desmotivação do colono pelo veto à cultura alimentar intercafeeira, vê a maioria desses colonos (parceiros) dedicando-se às culturas alimentares, em detrimento do trato no café²⁴⁵.

²⁴³ Combinado ao incentivo de receber pela produtividade, os fazendeiros trataram de assegurar que os colonos dessem constituir unidades familiares de trabalhadores, para aumentar o seu número (sempre insuficiente) com o menor custo possível, assegurando que o colono, junto com sua família, daria conta dos pés de café que fora encarregado, sobretudo na colheita. Também, a auto-subsistência dos trabalhadores, com o cultivo de suas próprias roças, contribuía, ainda mais, para diminuir os custos da unidade familiar: “Reduzindo os custos da mão-de-obra por unidade, em comparação com o trabalho assalariado, a parceria deve inicialmente ter-se apresentado aos fazendeiros como o substituto mais adequado para o trabalho escravo. O elemento de incentivo deve ter parecido uma alternativa satisfatória à coerção que obrigava os escravos ao trabalho. A questão não era simplesmente a de resolver problemas potenciais na oferta de mão-de-obra, mas de fazê-lo de forma lucrativa” (Stolcke, 1986; 27).

²⁴⁴ “Segundo as declarações do próprio Vergueiro no Senado Imperial, o colono só entrava no cafezal depois de derrubado o mato, plantado o café e tratado por quatro anos. Tentava assim o senador justificar a impossibilidade de remunerar, mais do que fazia o sistema de meação, um braço que participava de maneira relativamente restrita. Essa organização, entretanto, na verdade privava o colono de uma oportunidade econômica de que se valeria quando, mais tarde, lhe for entregue o trabalho essencial da cafeicultura – ou seja, o usufruto das terras intercafeeiras, que ele explora *simultaneamente* com o trabalho do cafezal, sem a dispersão que a concessão de pequenos lotes afastados (e freqüentemente de terras já impróprias para a cultura) acarretava” (Beiguelman, 2005; 97).

²⁴⁵ “O contrato deixava em aberto o número de pés de café a serem tratados por cada família e o tamanho da sua roça de subsistência, que inicialmente seriam de decisão dos próprios colonos. Isso permitiu que, à medida que os imigrantes se desinteressavam em quitar suas dívidas no prazo esperado, eles desviassem cada vez mais seu trabalho para as culturas alimentares. Embora muitos observadores tenham chamado a atenção para a alegada preguiça e falta de interesse dos imigrantes, o que de fato ocorria era, não tanto, uma subutilização absoluta da capacidade de trabalho, mas sim uma alocação alternativa de trabalho nas culturas alimentares” (Stolcke, 1986; 29).

Gradativamente, todavia, o contrato de parceria foi abandonado e substituído por um *contrato de locação de serviços*. Tentando reparar as possíveis lacunas do contrato anterior que haviam levado à queda de produtividade²⁴⁶, o novo contrato apresentava algumas medidas. Eram elas, basicamente, a substituição do pagamento de 50% dos ganhos líquidos por uma cota fixa sobre o café colhido, a fim de evitar as fraudes de contabilidade. Além disso, foi estipulado o tamanho da roça de subsistência proporcionalmente ao número de pés tratados, para evitar o desvio do trabalho do cafezal para as culturas alimentares. O que não foi resolvido, entretanto, foi a questão do endividamento do imigrante.

Pelo contrário, os fazendeiros lançaram mão de uma lei de locação de serviços de 1837²⁴⁷, que estipulava punições severas para o trabalhador que não pagasse suas dívidas, incluindo a prisão e trabalhos forçados. Também, apertava-se o cerco contra o abandono das fazendas, seguindo a mesma legislação punitiva.

Essas medidas, porém, pouco podiam fazer para aumentar a produtividade; ao passo que podiam obrigar o imigrante a permanecer na fazenda e a pagar a dívida, nada dispunham no sentido de obrigá-lo a trabalhar, levando, ao contrário, a uma piora na qualidade do trabalho:

“Enquanto os imigrantes estivessem dispostos a permanecer na fazenda, pouco podiam fazer os fazendeiros para obrigá-los a trabalhar, exceto pela coerção direta, o que eles sabiam que poderia produzir resultados desfavoráveis.

A produtividade no café continuou a ser baixa²⁴⁸. (...) E mais, a qualidade do trabalho parece ter-se deteriorado sob o contrato de locação de serviços. (...) Há evidências de que, sob o contrato de locação de serviços, embora os imigrantes se empenhassem em colher o máximo possível de café, tendiam a negligenciar as carpas” (Stolcke, 1986; 34-5).

²⁴⁶ “A fim de tratar com os problemas correlatos de controle da produtividade e amortização da dívida, a parceria foi gradualmente substituída por um contrato de locação de serviços” (Stolcke, 1986; 32).

²⁴⁷ “Contudo, a aplicabilidade dessa lei na parceria se mostrara duvidosa. Assim, mais uma razão para que os fazendeiros preferissem o contrato de locação de serviços era seguramente o seu desejo de se valerem de sanções penais mais severas, contidas na lei de locação de serviços de 1837” (Stolcke, 1986; 33-4).

²⁴⁸ “O número médio de cafeeiros cultivados por um trabalhador variava de 566 a 813 pés. Quanto maior a capacidade produtiva da família (famílias com uma proporção c/p entre 1,0 e 1,4) menor o número de pés de café tratados por cada trabalhador na família. A produtividade no café por trabalhador era baixa, especialmente quando comparada à média usual de 2000 e 2500 pés tratados, a partir da década de 1890, por trabalhadores que também produziam simultaneamente culturas alimentares. Além disso, as famílias que dispunham de uma capacidade produtiva comparativamente maior eram as que menos se empenhavam no cultivo do café” (Stolcke, 1986; 35).

Evidencia-se, com isso, a situação complicada que Wakefield encontrou na aplicação das leis de exploração da força de trabalho nas condições de acesso aos meios de produção não-produzidos (terra); o caso, entretanto, por ele apontado é o “drama” de capitalistas nos Estados Unidos.

“A população absoluta cresce aqui muito mais rapidamente que na metrópole, pois muitos trabalhadores já chegam adultos ao mundo, e mesmo assim o mercado de trabalho está sempre subabastecido. A lei da oferta e procura de trabalho desmorona. (...) Essa constante transformação dos trabalhadores assalariados em produtores independentes, que em vez de trabalhar para o capital, trabalham para si mesmos, e em vez de enriquecer o senhor capitalista, enriquecem a si mesmos, repercute de forma completamente prejudicial sobre as condições do mercado de trabalho. Não é apenas o grau de exploração do trabalhador assalariado que fica indecentemente baixo. Este último perde também junto com a relação de dependência, o sentimento de dependência em relação ao capitalista abstinente” (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 25; 298).

Decorrem daí os “problemas” que Wakefield enxerga para a produção capitalista nas colônias. Uma oferta de trabalho insuficiente e irregular, não adiantando que o capitalista “importe” trabalhadores da Europa, leva, afinal, a um “bárbaro sistema de dispersão”, na visão de Wakefield. “A fragmentação dos meios de produção entre inumeráveis proprietários economicamente autônomos elimina, com a centralização do capital, toda a base de trabalho combinado” (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 25; 299).

No caso que vimos analisando, não se trata exatamente apenas de uma fuga desses colonos imigrantes das fazendas, sendo que alguns mecanismos (como a lei de locação de serviços) tendiam a segurá-los nas fazendas. Porém, o acesso sem restrições aos meios de produção para o cultivo de alimentos, eles mesmos mercadorias, podiam enriquecer os ou aliviar a pressão dos mesmos trabalhadores; desviava-os do trabalho no cafezal.

Na década de 1870, uma nova fase do imigrantismo tentará sanar o problema do endividamento dos colonos, decorrente em sua maior parte do pagamento das passagens e das primeiras despesas pelo fazendeiro (que passava a cobrá-los dos imigrantes), pela subvenção das passagens pelo governo. O contexto de pressão sobre o escravismo, após a libertação dos nascituros (lei do ventre livre, 1871) contribuirá para passar medidas desse tipo, além da organização de uma Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração, organizando o auxílio pecuniário “do governo geral e provincial, que seriam aplicados principalmente ao pagamento das passagens dos imigrantes”(Beiguelman, 2005; 101). Ainda que, de fato, fazendeiros tenham passado a se interessar pelo

emprego do trabalho imigrante, apenas aos poucos seriam alteradas as condições do contrato. No entanto, restava, sim, uma solução definitiva para o sistema de trabalho e de suprimento dos correlatos trabalhadores (imigrantes).

No Congresso Agrícola de 1878 duas posições duelaram por alternativas para sanar os problemas das experiências com o trabalho livre. De um lado, preconizava-se intensificar a coerção para forçar o trabalhador livre nacional a trabalhar em substituição às políticas de imigração; de outro, buscava-se maneiras de consolidar as políticas de imigração e incentivar o colono a uma maior produtividade. Visavam os primeiros reforçar a lei de 1837: “Buscavam meios de disciplinar os agregados e de obrigar os ingênuos ao trabalho” (Stolcke, 1986; 39). Ainda que derrotada no congresso²⁴⁹, o governo fez uma última concessão a estes fazendeiros, através de uma nova lei de locação de serviços, em 1879, que estabelecia penas de prisão pelo abandono injustificado da fazenda e por greves.

Após greve de tirolezes em fazenda em Amparo e a aplicação das punições, aumentou a reprovação a tais medidas. A lei de 1879 não resolvia a questão, os fazendeiros continuavam tendo que arcar com os custos da imigração privadamente, os imigrantes presos deixavam de produzir e, além do mais, as prisões e retaliações às greves constituíam propaganda negativa do Brasil na Europa: “a lei de 1879 era em larga medida ineficaz e até contraproducente” (1986; 41). Por fim, uma lei que concedia passagens gratuitas aos imigrantes para a agricultura foi aprovada na Assembléia do estado, em 1884, consolidando de vez a posição daquele segundo grupo de fazendeiros no congresso de 1878, o dos fazendeiros do Oeste paulista mais novo.

8.1. Colonato como sistema de trabalho: Oeste Paulista como região do colonato

E também *o colonato* se organizava *como sistema*. Novas alterações nos contratos foram sendo implementadas, tais como multas pela não-execução das carpas e a distribuição mais regular das roças alimentares segundo a proporção de cafeeiros tratados pela família, até que se chegou à fórmula²⁵⁰ do colonato, que incluía o

²⁴⁹ “Ao final, essa posição seria derrotada pelos fazendeiros que consideravam altamente problemático depender de ex-escravos após a abolição ou da população nacional disponível, e que viam na imigração em massa subvencionada a única solução” (Stolcke, 1986; 39-40).

²⁵⁰ “Por fim, alguns fazendeiros começaram a introduzir uma nova forma de remuneração, um sistema misto de remuneração por tarefa e por medida colhida, o colonato, fórmula que prevaleceria nas fazendas cafeeiras desde os anos 1880 até os anos 60 deste século” (Stolcke, 1986; 36).

pagamento anual fixo pelas carpas e pelo número de pés tratados, além de um pagamento proporcional relativo à colheita. Visava-se, sobretudo, uma melhora no cuidado e na produtividade:

“Com o pagamento de um preço estipulado e separado pelas carpas – uma espécie de salário mínimo fixo –, que garantia aos trabalhadores uma renda estável e independente dos rendimentos do café, esperava-se que eles não negligenciassem os cafezais fora da época da colheita. Além disso, visto que parte da remuneração dos trabalhadores pelo novo contrato dependia diretamente do número de pés tratados, e não mais do rendimento, era de se esperar que eles se sentissem encorajados a cultivar um maior número de pés. Mantendo-se, porém, o sistema de remuneração por produção na época da colheita, os custos de mão-de-obra poderiam ainda ser ajustados às flutuações anuais no rendimento. Além disso, os custos de trabalho por unidade poderiam ser reduzidos, com a intensificação da atividade das famílias dos imigrantes, durante colheita, quando era maior a demanda de mão-de-obra” (Stolcke, 1986; 36-7).

Beiguelman, por sua vez, enxerga na liberação do cultivo das terras intercafeeiras a grande modificação do colonato, no que tange à motivação do colono para trabalhar mais e melhor, sendo que isto se completa com o quadro descrito por Stolcke da remuneração mista e do controle sobre o cafezal atrelado à disposição de terras para o cultivo das culturas alimentares. Acrescenta Beiguelman uma importante constatação de como isso tendia a beneficiar as áreas de plantio mais recente²⁵¹.

O Oeste paulista mais novo era, dessa maneira, o principal beneficiado com o colonato (e conseqüentemente também com a grande imigração) e outras medidas demonstrariam isto. Intensifica-se, com isso, uma *diferenciação de áreas* (Hartshorne) dentro do setor cafeeiro, com o Vale do Paraíba já saturado de escravos e menos produtivo em café, o Oeste campineiro (mais antigo), com um quadro de escravos já organizado e uma produtividade intermediária, e, por fim, o Oeste mais novo, praticamente desprovido de escravos e com uma produtividade alta²⁵².

²⁵¹ “(...) impunha-se a própria substituição do trabalho coercitivo pelo incentivado. O incentivo consistia na oportunidade de alguma acumulação econômica, oferecida ao imigrante através da atividade intensa da família colona na expansão do cafezal, remunerada na base de um salário fixo anual acrescido de quota por alqueire de café colhido, e, principalmente, com a permissão do usufruto das terras intercafeeiras. Essa última forma de remunerar o trabalho que assim se implantava era na verdade uma possibilidade exclusiva da área em expansão, e pois em processo de abertura de cafezais” (Beiguelman, 2005; 104).

²⁵² À diferenciação das áreas, pois, soma-se o rendimento diferenciado de suas lavouras cafeeiras decorrente da organização social também diferenciada das mesmas: “Crescendo o abastecimento de escravos com o tempo de ocupação da terra – por sua vez fator de decréscimo da produtividade da lavoura tropical –, verifica-se uma relação inversa entre o suprimento da mão-de-obra em cada área e a produtividade da lavoura. Assim, pois, o Vale do Paraíba, de cultura velha, constitui a área mais

Assim, vê-se que o colonato, como sistema, é fruto de um processo de tentativas de organização do controle sobre o trabalho do imigrante e do seu sistema de remuneração, numa realidade de abundância de terras e ausência de uma superpopulação relativa. Paralelamente, é fruto também de uma política de imigração, no que se aproxima de maneira determinante da noção de *colonização sistemática* de Wakefield.

Articula-se, pois, o colonato com a questão já delineada da Lei de Terras, quando matizamos o sentido da motivação desses mesmos colonos com um ideal consagrado de se tornar proprietário, conforme notou Martins, porque a mesma abundância de terras que possibilitaria nos decênios seguintes, exatamente pela exploração da força de trabalho dos imigrantes²⁵³, a enorme expansão das fazendas de café foi a base da fórmula usada para integrar o imigrante na produção: trabalhar para depois se tornar proprietário²⁵⁴. “Do mesmo modo que para o fazendeiro, também para o imigrante ser livre era o mesmo que ser proprietário” (Martins, 1998; 61). Terras não faltavam; era preciso, pois, regular o seu acesso, viabilizando-o juridicamente, por torná-las mercadoria, e o inviabilizando o mais possível na prática, através de mecanismos empregados pelos mesmos fazendeiros no intuito de manter o trabalhador como “posse” sua. Nesse sentido que a transformação das terras em propriedade privada, somente adquirida por meio de compra (art. 1º da referida lei)²⁵⁵, ainda que possibilitasse o acesso de qualquer um que possuísse dinheiro à posse das terras – algo bastante distinto das antigas formas oficiais realizadas por meio de concessões, o que garantia o “monopólio de classe sobre a terra” –, era mais um instrumento jurídico de na

abastecida de escravos e a menos produtiva, apresentando o Oeste novos atributos opostos, e situando-se intermediariamente o Oeste campineiro” (Beiguelman, 2005; 62).

²⁵³ “A extensão e a abundância de terras devolutas, teoricamente desocupadas, virtualmente disponíveis para serem incorporadas pela grande lavoura, tanto antes quanto na vigência da legislação fundiária, não eram fatores suficientes para dar continuidade à expansão do café. Além da abundância de terras era necessária a abundância de mão-de-obra disposta a aceitar a substituição do escravo” (Martins, 1998; 60).

²⁵⁴ “Os colonos, transportados com tais cautelas, dentro de poucos anos poderão reunir algum pecúlio, e o Governo procurará assegurar sua sorte ministrando-lhes, ou fazendo-lhes ministrar os meios de, em mais ou menos curto prazo, tornarem-se proprietários, fim principal da emigração de colonos industriais e agrícolas” (Ferraz, *op. cit.*, p. 88).

²⁵⁵ A lei também “não permite, excepto nas zonas de fronteiras, distribuição de terras públicas a não ser por venda e a dinheiro avista” (Ferraz, 1856; 22).

prática manter o trabalhador “livre” atado às grandes fazendas²⁵⁶. Assim, a própria lei de terras abarcava cláusulas idênticas às propostas por Wakefield, visando, desde então, o incentivo à colonização. Vimos, por fim, que esta colonização adquiriu feições próprias ao sistema do colonato; diferindo, pois, da política de núcleos de colonização também tentada pelo estado e de outras noções de colonização baseadas na distribuição de pequenas propriedades, como se tentou em áreas do sul do Império. Nos termos de Wakefield retomados por Marx, tratava-se das seguintes condições a serem cumpridas:

“Se se quisesse, de um golpe, transformar toda base fundiária de propriedade do povo em propriedade privada, destruir-se-ia — é verdade — o mal pela raiz, mas também — a colônia. A proeza consiste em matar dois coelhos com uma só cajadada. Faça-se o governo fixar para a terra virgem um preço artificial, independente da lei da oferta e procura, que force o imigrante a trabalhar por tempo mais longo como assalariado, até poder ganhar dinheiro suficiente para adquirir sua base fundiária e transformar-se num camponês independente. O fundo, que flui da venda das terras a um preço relativamente proibitivo para o trabalhador assalariado, portanto esse fundo de dinheiro extorquido do salário mediante a violação da sagrada lei da oferta e procura, deveria ser usado pelo governo, por outro lado, para importar, na mesma proporção em que ele cresce, pobres-diabos da Europa para as colônias e, desse modo, manter abastecido para o senhor capitalista seu mercado de trabalho assalariado” (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 25; 300).

Acima de tudo, o colonato se articula com uma nova forma de reprodução das relações sociais de produção, própria do Oeste Paulista mais novo, que, politicamente, impõe-na sobre as demais áreas cafeicultoras do Estado. Para se consolidar era preciso respeitar seu caráter distintivo de trabalho *livre*, o que implicava em medidas complementares para manter os fazendeiros “abastecidos” com trabalhadores, frente à constante mobilidade dos trabalhadores, exatamente conforme os preceitos da *teoria da*

²⁵⁶ Abstrairo, a princípio, o acesso possível à terra por meio de diversas práticas, a que chamo provisoriamente de não-oficiais, que não implicavam o domínio legal da terra, o que de modo algum significava a impossibilidade do seu uso. Um interessante estudo acerca disso, abordando diversos aspectos de terras cujos usuários não possuíam legalmente, especificamente aquelas de uso comum, encontra-se em Campos, Nazareno José. *Terras de uso comum no Brasil; um estudo de suas diferentes formas* (2000). É mais de nosso interesse a 4ª. parte do trabalho, “Transformações e apropriações das terras de uso comum” (Campos, 2000; 200-239); “Ver-se-á que, quando se trata das terras de uso comum (mas que também vale para outras categorias de uso ou posse da terra) a usurpação ocorrerá inclusive por pequenos produtores pobres” (Campos, 2000; 200). O processo apontado parece bastante com o analisado no Vale do Jequitinhonha, por Moura, M. M. (1988), principalmente nas décadas de 1960 a 1980. Ainda cf. o uso não-oficial da exploração da terra pelos garimpeiros em Toledo, Carlos de A. *Mobilização do trabalho nas Lavras Baianas*, 2001. É também importante o estudo sobre como a cessão de partes das grandes fazendas pelos grandes proprietários constituía um forte esquema de dominação pessoal em *Homens livres na ordem escravocrata*, de Franco, M. S. de C., 1997; 65-113.

moderna colonização de Wakefield. Assim justificava-se a imigração em massa subvencionada pelo Estado²⁵⁷. Uma mudança do papel modernizador do Estado é, assim, decretada. O Estado deixa de conferir aos fazendeiros vantagens pontuais e passa a agir diretamente sobre a formação de um mercado de trabalho.

“Com o imigrantismo em grande escala subvencionado pelos cofres públicos, alterava-se radicalmente o esquema vigente. Enquanto as administrações provincial e nacional encaravam sua tarefa no sentido de uma concessão de auxílios pecuniários aos fazendeiros, o Oeste mais novo, ao invés, passava a interpretar a imigração em termos do estabelecimento de um abundante mercado de trabalho estrangeiro promovido pelo Estado” (Beiguelman, 2005; 62).

Assim, compreendemos este Oeste mais novo como uma *região*, porque conforma uma nova relação social de produção²⁵⁸. O novo padrão de reprodução do colonato, já evidenciado como distinto da parceria anteriormente tentada e obviamente da exploração do trabalho escravo, articula-se a outras peculiaridades que compõe a reprodução do Oeste mais novo como um todo, notadamente a articulação do capital de seus representantes nas companhias ferroviárias. Sua relação com as demais regiões, não só do setor cafeeiro, na intrincado processo que permite a consolidação da imigração subvencionada, reiterando, com ela, a reprodução do colonato, compõe a noção de região, conforme Oliveira: “... as regiões seriam definidas pelo caráter diverso das leis de sua própria reprodução e pelo caráter de suas relações com as demais” (Oliveira, 2008; 143).

Definitivamente assumida a posição imigrantista do Oeste mais novo da província, este se volta contra o tráfico interprovincial, com vistas a generalizar a sua posição e consolidar de maneira ampliada a política imigrantista. Para isto, cunha uma aliança com o Vale do Paraíba e seus representantes, para quem o tráfico interprovincial não representava o suprimento de braços para suas lavouras já decadentes e

²⁵⁷ “Para garantir o abastecimento de braço europeu era, entretanto, necessário respeitar sua mobilidade, seja entre as fazendas, seja na direção dos núcleos urbanos. Esse fator, obrigando a uma contínua introdução de novos imigrantes, tornaria impraticável o sistema no caso do financiamento das passagens continuar cabendo aos fazendeiros. Além disso, a transferência total da despesa para os cofres públicos devia influir favoravelmente sobre a oferta de braço, uma vez que o imigrante estaria liberto da necessidade de reembolsar o preço da passagem, vendo acrescida, portanto, sua remuneração” (Beiguelman, 2005; 62).

²⁵⁸ “(...) privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social em escala mais geral” (Oliveira, 2008; 145).

devidamente supridas com escravos. Para esta área, o tráfico, antes, desvalorizava suas reservas de escravos e seu patrimônio em escravaria, aumentando a população escrava da província. Assim, em 1878, Martinho Prado Jr. apresenta proposta para imposto de um conto de réis para cada novo escravo averbado na província, o que inviabilizaria o tráfico. O Clube da Lavoura de Campinas consegue fazer com que o presidente da província não sancione a lei aprovada na Assembléia pela coligação dos representantes dos distritos mais novos e mais antigos da lavoura cafeeira.

Paralelamente, a solução alternativa tentada pela lavoura do Oeste campineiro recairá sobre a imigração chinesa, tendo em vista “um suprimento de mão-de-obra semi-servil, menos exigente” (Beiguelman, 2005; 63).

Uma outra diferenciação de áreas (Hartshorne) é, mais uma vez, retomada, a partir de Beiguelman, para se compreender como as mudanças se processam. Dentro do plano nacional, três áreas escravistas principais se inter-relacionavam: um Norte agropecuário, decadente e exportador de escravos para as demais províncias; um Nordeste açucareiro, ainda necessitando de um quadro de trabalho escravo para sua atividade produtiva principal, mesmo que suas áreas mais antigas também acompanhassem o movimento de exportação de escravos para o Sul; e um Centro-Sul cafeeiro, em expansão, importador desses escravos mesmo nas suas áreas mais antigas e estabilizadas. Vê-se, pois, um equilíbrio estabelecido, dependente da lavoura em expansão. Assim, o papel do Oeste mais novo da província de São Paulo, para onde a expansão se dirigia, é fundamental neste equilíbrio. A nova direção por ela tomada implicava num rompimento deste equilíbrio.

O abolicionismo expressa esse contexto de contestação do escravismo, capitaneado pelo rompimento do equilíbrio escravista e pela postura ativa dos representantes do Oeste mais novo da província paulista na proibição do tráfico interprovincial e na estruturação da imigração em massa²⁵⁹. O processo se adianta no Norte decadente, com o Ceará declarando-se província livre em 1884. O movimento abolicionista e o imigrantismo ganham força.

“Com a ameaça progressiva de desorganização do trabalho servil, a lavoura cafeeira passa a proclamar a dependência fundamental do

²⁵⁹ “À ameaça à segurança da propriedade escravista segue-se a proibição da entrada de novos escravos nas províncias cafeeiras. (...) Como passo complementar, a lei paulista n. 36 de 21 de fevereiro de 1881, consignava um total de 150:000\$000 para o pagamento de passagens a imigrantes (a serem introduzidos preferencialmente em famílias) e à construção de uma hospedaria” (Beiguelman, 2005; 64).

suprimento de braço de que necessita ao estabelecimento de um fluxo imigratório” (Beiguelman, 2005; 65).

Em 1884, nova lei paulista (n. 28 de 29 de março) aumenta os créditos financeiros para introduzir imigrantes para 400:000\$000, dispondo ainda de 200:000\$000 para a criação de núcleos coloniais. A lei trazia alterações importantes em comparação com a de 1881. Agora, obrigava-se subvencionar apenas a entrada de famílias de imigrantes. Um ano depois também essa lei seria modificada, permitindo-se então que o pagamento de passagens não se restringisse apenas diretamente aos imigrantes, mas também aos fazendeiros imigrantistas, o que abria a brecha que faltava para a organização de uma instituição introdutora. A organização da Sociedade Promotora da Imigração coincide com o controle da presidência da província sendo assumido pelo representante da lavoura mais nova, Antonio Queiroz Telles, em 1886. Um engenhoso esquema privilegiava o Oeste novo:

“Na execução dos seus propósitos, a Promotora focalizará essencialmente as possibilidades abertas pelo surto imigratório italiano, do qual, desde a década anterior, já se beneficiava a lavoura em expansão. Como norma de recrutamento de colonos, dará preferência àqueles que tiverem parentes e amigos domiciliados na província. Igualmente estabelecerá como ponto fundamental a composição familiar (já determinada pela lei n. 28 de 1884), que era ao mesmo tempo necessária para um ajustamento favorável na lavoura em expansão e incompatível com as condições oferecidas pelos demais setores.

Assim, evitando a migração de indivíduos isolados, e valendo-se do interesse do colono em buscar uma área em que já estivessem localizados patrícios seus, a Sociedade estimulou a canalização preferencial para a área mais nova da província” (Beiguelman, 2005; 66).

A imigração em massa, por mais que respeitando a mobilidade do imigrante e deixando em aberto seu emprego nas demais áreas cafeeicultoras, privilegiava o Oeste Paulista. Com isso, podemos reforçar a noção deste como *região*, posto que seus representantes elaboram um projeto de política de Estado que, influenciando sobre a formação de um mercado de trabalho, estão em realidade formando um mercado de trabalho, acima de tudo, para si.

Juntamente com um aumento da agitação abolicionista no Oeste campineiro, contra o qual a administração provincial se recusa a tomar quaisquer medidas repressivas, a Assembléia Legislativa aprova um imposto de 400\$000 sobre cada escravo existente na província e dá início à elaboração de uma lei de abolição.

Enfim, frente à iminente abolição, os fazendeiros conseguiram impor a imigração subvencionada em massa. Dois anos após a lei de 1884, o sistema passava a funcionar de fato, com subsídio integral aos imigrantes. Já em maio de 1887, os

trabalhadores imigrantes superavam em número os escravos empregados nas fazendas de São Paulo²⁶⁰, a abolição podia agora ser devidamente encaminhada. Reitera-se, portanto, o papel modernizador do Estado no processo:

“Somente com a intervenção do Estado foi possível quebrar o circuito do trabalho cativo, procedendo-se a uma socialização dos custos de formação da força de trabalho e criando-se as condições para que se instituísse o trabalho livre e o mercado de trabalho. A intervenção do Estado na formação do contingente de mão-de-obra para as fazendas de café representou, de fato, o fornecimento de subsídios para a formação do capital do empreendimento cafeeiro” (Martins, 1998; 66-7).

Essa política se manteria sem maiores alterações até a Primeira Guerra Mundial, contribuindo decisivamente para a expansão rápida e avassaladora da cafeicultura no período²⁶¹.

“Em 1884, em vez de coagir os trabalhadores diretamente, o Estado procurou obter mão-de-obra barata e disciplinada para as fazendas, inundando o mercado de trabalho com imigrantes subvencionados. Em 1886, o governo provincial havia encontrado uma forma eficaz de fornecer subsídio integral aos imigrantes, e o resultado foi praticamente imediato” (Stolcke, 1986; 42).

8.2. Colonização sistemática e modernização retardatária

A esse método de colonização sistemática, Marx chama também de uma “acumulação primitiva”. Podemos, no entanto, observar que se trata de uma acumulação radicalmente diferente daquela levada adiante pelo sistema colonial, não cumprindo, pois, um *sentido profundo* para fora (da perspectiva cindida e visto a partir da colônia), mas antes para gestar *internamente* suas próprias condições de exploração da força de trabalho, segundo os preceitos da dupla liberdade do trabalhador moderno (não escravo, posto que este também é, como vimos, moderno). Não que deixe de existir um sentido

²⁶⁰ “Em maio de 1887, entre 60 000 e 70 000 imigrantes, agora predominantemente italianos, já haviam sido assentados nos estabelecimentos agrícolas de São Paulo. Essa cifra excede a estimativa de 50000 escravos que estavam sendo empregados nas fazendas cafeeiras paulistas em 1885” (1986; 42).

²⁶¹ “A política de imigração se manteve basicamente inalterada até a Primeira Guerra Mundial. Entre 1884 e 1914, chegaram a São Paulo cerca de 900 000 imigrantes, a maioria como mão-de-obra barata para as fazendas de café. O programa de imigração permitia aos fazendeiros paulista não só abolir a escravidão apenas com ligeiros inconvenientes, como também o projeto – auxiliado, pelo menos de início, por preços altos de café – criou as condições para uma expansão continuada da produção cafeeira. Entre 1888 e 1902, o número de pés de café plantados em São Paulo subiu de 221 milhões para 685 milhões” (1986; 42-3).

externo da acumulação, mas essa acumulação “primitiva” não implica na constituição da Revolução Industrial, porque esta já se deu.

Desse modo, o colono imigrante é fruto, acima de tudo, das condições de seu tempo e nisto está a explicação maior para a diferença entre esta colonização sistemática, bancada pelo Estado pós-colonial na realidade do capitalismo industrial, e aquela colonização do período mercantilista, atrelada à monopolização do Estado absolutista do Antigo Regime.

Por um lado, temos a modificação do sentido profundo da colonização como alavanca da acumulação primitiva, principalmente da Inglaterra. Como procuramos observar, o exclusivo metropolitano foi o alvo primeiro da política externa da própria Inglaterra, após as transformações radicais do final do século XVIII e início do XIX.

A organização social no período colonial, visando a produção de mercadorias numa realidade de abundância de terras, assentava na exploração do trabalho escravo, o que sustentava o ramo mais lucrativo do comércio colonial, o de escravos. A produção de mercadorias tropicais e de escravos acarretava uma acumulação extraordinária para a metrópole principalmente, assim retida através dos mecanismos de seu monopólio. Paralelamente, esta acumulação compunha o painel das transformações na organização social da Inglaterra (mas também de outras localidades) no processo de dissolução da organização social feudal. Tudo isto culminando na formação de um mercado interno ali, em que a mercadoria força de trabalho, assim gestada pela mobilização do trabalhador dissociado dos meios de produção (a princípio, da expulsão da base fundiária), coloca-se como a serviço do capital. Neste sentido, a princípio, quando colocado o trabalho livre como categoria social (Franco, 1984), ainda sua coexistência com o trabalho escravo que persiste nas realidades pós-coloniais decorre de uma indiferença (Beiguelman, 2005) do capital global quanto à maneira de se produzir mercadorias.

Procuramos observar como a produção cafeeira que se organiza neste mesmo momento já estava pautada por esta realidade, na maneira como influi sobre a demanda pela sua mercadoria produzida (Mello, 1982). O café será uma mercadoria, ainda que tropical, produzida em grandes unidades produtivas e com o trabalho escravo (Prado Jr., 2000), que não se atrela aos mecanismos monopolistas do período colonial porque passa a ser cultivada no período da crise destes. Como mercadoria a ser consumida primordialmente pelo proletariado industrial dos países europeus, procurará fugir das implicações que um monopólio tende a provocar nos preços, buscando-se,

antes, uma produção sempre ampliada que, rebaixando os preços, aumenta o consumo da mesma.

As Revoluções Liberais, notadamente a Francesa e a Americana, implicam numa nova sistematização da mentalidade moderna, de acordo com a liberdade geral da população. Trata-se do estágio final das transformações que têm início com a acumulação primitiva e decretam o momento quando, de acordo com Marx, “o conceito da igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular” (Marx, 1985, I, t. 1, c. 1; 62). Neste momento, a mobilização da força de trabalho (Gaudemar) já atingiu um grau de generalização em que todos se igualam de fato como possuidores de mercadorias. Aos que não possuem senão sua força de trabalho, devem entrar em relação com os demais que possuem outras mercadorias (dinheiro e meios de produção) para obter, em troca pelo uso temporário de sua mercadoria, a mercadoria dinheiro que lhe permita acessar outras mercadorias para a sua subsistência. Aos que possuem dinheiro e meios de produção têm que encontrar os possuidores da mercadoria força de trabalho para ativar seus meios de produção e conseguir mais dinheiro do que o que foi utilizado na compra do tempo de uso desta, depois na venda das mercadorias produzidas neste mesmo tempo de uso. Enfim, esta realidade de troca de equivalente, ao passo que iguala continuamente os produtos trocados, iguala também os seus proprietários como proprietários de mercadorias.

Temos, portanto, uma realidade que é resultante da liberdade instaurada pela libertação da população de sua base fundiária (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 24). Tão logo esta liberdade tenha se generalizado para uma vasta parcela da população de certos países, pode-se, de fato, compreender uma igualdade humana abstrata ali preconizada nos mandamentos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, por exemplo. Porém, da mesma forma que a realidade colonial é completamente distinta com relação à abundância de terras, da maneira como bem observou Wakefield (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 25), também o grau de expropriação que leva àquela liberdade deve ser outro. Enquanto para uns, nesta realidade, a liberdade do acesso às terras resulta na necessidade de apropriação da força de trabalho não temporariamente, mas por completo, sob pena desse trabalhador deixar de ser empregável, indo “trabalhar” para si, apropriando-se de parte dos meios de produção (terra). Para outros, os trabalhadores nacionais livres, com a escravização como setor lucrativo do comércio colonial, a liberdade do acesso às terras implica uma mobilização de sua força de trabalho por meio da necessidade de retribuir ao proprietário das terras (ainda que improdutivas para este)

o *favor* da concessão desse acesso (Franco, 1984; Franco, 1997). Nesta realidade contraditória, os ideais liberais, gradativamente incorporados nas bandeiras abolicionistas (Beiguelman, 2005), constituem, antes, o desconforto que Roberto Schwarz (2000) teorizou em torno da obra literária de Machado de Assis: uma consciência de igualdade humana simultânea a uma base social em que a troca generalizada ainda não atingiu a totalidade da reprodução da população.

Com a mobilização da força de trabalho na Europa, portanto, instaura-se um mercado de trabalho diferenciado e com implicações muito amplas. A acumulação de capital dela decorrente é diferente daquela propiciada pelo monopólio instaurado pelo pacto colonial, porque decorre de uma relação fetichista de troca de equivalentes, portanto com aparência de igualdade e com igualdade de fato (abstração real), que, por sua vez, encobre uma relação de exploração dessa força de trabalho, resultando num *processo de valorização*.

9. Conclusão parcial: Lei geral de acumulação de acumulação capitalista como meta, colonização sistemática como meio

Nessa relação de exploração ocultada, o uso da mercadoria força de trabalho pelo capital é reduzido à quantificação do gasto com salários e da jornada de trabalho; reduzido, assim, a uma parcela do capital, o capital variável, autonomizada dentro da composição orgânica do capital²⁶². Disso é que se pode inferir que, num contexto de crescimento do capital, cresce a parcela variável do mesmo. Para a reprodução ampliada do mesmo, uma parcela aumentada de força de trabalho deve ser empregada como capital variável para colocar em andamento um montante também aumentado de meios de produção. Partindo-se de uma suposição que a proporção entre capital variável e constante seja mantida, cresce proporcionalmente ao crescimento do capital a demanda de trabalho. Neste caso, poderia ocorrer, dadas as circunstâncias de oferta de

²⁶² A noção, pois, de composição do capital deve ser delineada. Pode-se abordá-la num duplo sentido, que se imbricam um ao outro, a saber, a composição referente ao valor do capital, ou composição-valor – valor dos meios de produção (capital constante) e valor da força de trabalho (soma global dos salários) –, e composição técnica do capital, que diz respeito à proporção da massa de meios de produção utilizados e o montante de trabalho exigido para seu emprego (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 23; 187). É a composição-valor do capital que se toma aqui como *composição orgânica do capital*, sendo determinada pela técnica e espelhando sempre suas modificações.

trabalhadores não acompanhar a demanda²⁶³, ocasionando um *aumento dos salários*²⁶⁴. Para que isso não encontre um limite absoluto na população trabalhadora, também esta se reproduz de maneira ampliada, paralelamente ao capital.

“Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste pólo, mais assalariados naquele. A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (Marx, 1985; 188).

Supondo uma constância na composição orgânica do capital, o crescimento do capital implica, dessa maneira, um crescimento extensivo das condições de acumulação, o que leva a uma redução na pressão que a relação de dependência dos trabalhadores com o capital exerce sobre aqueles. Possibilita-se uma redistribuição do mais-produto, diminuindo a parcela de trabalho não-pago, pela elevação dos salários. Não se modificam as relações sociais de produção e dominação, mas reduz-se o “aperto” sobre o trabalhador²⁶⁵. O que é próprio do capitalismo é a necessidade da extração de mais-valia, que é consubstanciada por um mais-produto derivado da atividade produtiva do trabalhador que, ao ser vendido, gera um valor em dinheiro superior ao valor pago pela força de trabalho contratada para uma tal produção. A finalidade desse processo é a *valorização do capital*, não o bem-estar ou a satisfação das necessidades do comprador

²⁶³ “Como o capital produz anualmente uma mais-valia, da qual parte é adicionada anualmente ao capital original, como esse incremento mesmo cresce anualmente com o tamanho crescente do capital já em função e como, finalmente, sob o aguilhão particular do impulso ao enriquecimento, por exemplo a abertura de novos mercados, de novas esferas dos investimentos de capital em decorrência de necessidades sociais recém-desenvolvidas etc., a escala da acumulação é subitamente ampliável mediante mera repartição modificada da mais-valia ou do mais-produto em capital e renda, as necessidades da acumulação do capital podem superar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores, a demanda de trabalhadores pode se tornar maior que a sua oferta e por isso os salários se elevam. Esse tem de ser, afinal de contas, o caso, permanecendo inalterados os pressupostos acima” (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 23; 188).

²⁶⁴ “Como a cada ano mais trabalhadores são ocupados do que no anterior, mais cedo ou mais tarde tem de se chegar ao ponto em que as necessidades de acumulação começam a crescer além da oferta habitual de trabalho, em que, portanto, começa o aumento salarial” (Marx, 1985; 188).

²⁶⁵ “De seu próprio mais-produto, em expansão e expandindo a parte transformada em capital adicional, flui de volta para eles uma parcela maior sob a forma de meios de pagamento, de maneira que podem ampliar o âmbito de suas satisfações, podem prover melhor seu fundo de consumo de vestuário, móveis etc., e constituir um pequeno fundo de reserva em dinheiro. Mas assim como melhor vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não superam a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco superam as do assalariado. Preço crescente do trabalho em decorrência da acumulação do capital significa, de fato, apenas que o tamanho e o peso da cadeia de ouro, que o próprio trabalhador forjou para si, permitem reduzir seu aperto” (Marx, 1985; 191).

ou do contratado²⁶⁶. Assim, essa redução do aperto sobre o trabalhador nunca pode ir além de certo limite. “Essa diminuição nunca pode ir até o ponto em que ela ameace o próprio sistema” (Marx, 1985; 192). Esse limite é a continuidade de parte do trabalho fluir para o proprietário dos meios de produção, sem que este pague por ela.

O nível dos salários e seu aumento são, pois, regulados pelo limite em que a valorização ainda ocorra, havendo, aqui pensado em termos lógicos, uma autorregulação do próprio sistema de valorização. Dessa maneira, com o aumento dos salários, a acumulação decresce e, com ela, diminui a necessidade e mesmo a possibilidade de emprego de mais força de trabalho, o que leva a uma relativa redução dos salários. “O próprio mecanismo do processo de produção capitalista elimina, portanto, os empecilhos que ele temporariamente cria” (Marx, *idem*; 192). Em ambos os momentos, é o capital que é o agente do processo. No primeiro, quando de seu crescimento, torna insuficiente a força de trabalho empregada, ou explorável. No segundo, quando de uma “retração” do crescimento e diminuição da acumulação, a força de trabalho se torna excedente e seu preço tende a diminuir. Portanto, o nível dos salários é que depende do da acumulação e não o contrário²⁶⁷.

Assim que devemos compreender o dilema enfrentado pelos fazendeiros nas experiências tentadas de implantação do trabalho livre no período analisado. Seu capital aumentava conforme se processava a relatada expansão das lavouras. Nesta situação,

²⁶⁶ “Força de trabalho é aí comprada não para satisfazer, mediante seu serviço ou seu produto, às necessidades pessoais do comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, portanto, que contenham uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. As condições de sua venda, quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem, portanto, a necessidade de sua contínua revenda e a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital. O salário, como se viu, condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinado quantum de trabalho não-pago por parte do trabalhador” (Marx, 1985; 191-2).

²⁶⁷ “A lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa ‘lei natural da população’, redundaria simplesmente nisso: a relação entre capital, acumulação e taxa de salário não é nada mais que a relação entre o trabalho não-pago, transformado em capital, e o trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional. Não é, portanto, de modo algum uma relação de duas grandezas independentes entre si, por um lado a grandeza do capital, por outro o tamanho da população trabalhadora, mas é, em última instância, muito mais a relação entre o trabalho não-pago e o trabalho pago, da mesma população trabalhadora. (...) A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada. Nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista, ele o é pela obra de sua própria mão” (Marx, 1985, I, cap. 23, 1985; 193).

não mais aludindo à utilização do trabalho escravo – posto que era, antes, o único trabalhador, de fato, expropriado –, temos uma situação em que se pode utilizar o trabalhador que passou pelo processo de mobilização (e, pois, de expropriação) na Europa.

No período de que se trata, a partir da década de 1850 e especialmente depois de 1870, havia, de fato, um enorme contingente de homens pobres mobilizados pelas transformações no campo em diversos países europeus. Hobsbawn (2005) procura mostrar como a segunda metade do século XIX consolida um mundo unificado pelos meios de comunicação e de transporte. A consequência maior dos inúmeros adventos por ele apontados, em especial o barco a vapor, a locomotiva e as linhas férreas, e o telégrafo, talvez, de fato, tenha sido a constituição de um mercado internacional do trabalho. Ambos os processos, no entanto, complementam-se. Trabalhadores do campo mobilizados por cercamentos, leis sanguinárias, impostos elevados, empobrecimento e pelas guerras de unificação da Itália e da Alemanha, além da Franco-Prussiana; trabalhadores da cidade mobilizados por péssimas condições de trabalho e mesmo desempregados; e, por outro lado, a possibilidade de emigrar, facilitada pelos novos meios de transporte e pela difusão das informações. Os principais destinos da massa européia de imigrantes seriam, a princípio os Estados Unidos, a Argentina e a Austrália. Uma política migratória colocaria o Brasil entre esses destinos.

Nessas condições, assim mobilizados para o trabalho pela crise econômica na Europa Central, os imigrantes encontraram a possibilidade de melhorar sua situação de vida não exatamente pela cafeicultura, mas dedicando-se às culturas alimentares. A causa dessa “liberdade” encontrada reside, como se sabe, na ausência de uma pressão sobre os imigrantes, que, não podendo, no caso forçar o aumento de seus salários, podiam, na fórmula conjugada de trabalho da parceria na cafeicultura, desviar-se do trabalho no cafezal. Neste caso, quem ficava pressionado era o fazendeiro²⁶⁸, não tendo o trabalho como completo acessório do seu capital.

²⁶⁸ “A maioria dos imigrantes no início da década de 1850 era composta de pobres do campo ou da cidade, levados a abandonar seu país natal devido à crise econômica na Europa Central, em muitos casos por uma questão de mera sobrevivência. Provavelmente, o que de início eles esperavam era construir uma vida segura. Visto que as condições que eles encontraram em São Paulo praticamente lhes impossibilitaram obter lucro com o trabalho na cafeicultura, preferiram dedicar uma parte significativa de seus esforços às culturas alimentares. Em consequência, a produtividade no café era baixa. Como Carvalho de Moraes observou muito bem, ‘estava, pois, o proprietário à mercê dos colonos’” (Stolcke, 1986; 30).

“O poder dos fazendeiros de controlar o trabalho e impor um nível satisfatório de produtividade no cultivo de café era limitado pela ausência de uma reserva local de mão-de-obra” (Stolcke, 1986; 30).

Tal constatação de Verena Stolcke nos remete de volta à formulação de Marx do movimento do capital, que coincide nas entrelinhas com o desenvolvimento que deu na e se auto-impulsionou a partir da própria Revolução Industrial.

Enfatizando o processo individual de acumulação e como este possibilita um novo processo, a análise de Marx parte de uma dinâmica concreta de concentração que recai sobre os dois fundamentos básicos do processo produtivo. “O crescimento do capital social realiza-se no crescimento de muitos capitais individuais” (Marx, 1985; 196). Esse crescimento de capitais individuais, por sua vez, representa uma concentração de meios de produção e um comando de um contingente variável do “exército de trabalhadores”. Por outro lado, todavia, esses capitais individuais se confrontam como concorrentes²⁶⁹. Essa concentração de capital nos capitais individuais e a sua concorrência pode, e tende a, levar a uma centralização de capital²⁷⁰. Isto que Marx denomina de “expropriação de capitalista por capitalista” difere de uma concentração de capital referente à acumulação primitiva porque se dá aqui com relação aos capitais já formados²⁷¹.

O que antes abordamos quanto ao crescimento do capital levar ao aumento dos salários, mantida sua composição técnica e orgânica, é, no entanto, invertido pela mudança que tende a ocorrer na mesma composição técnica. Pensa-se aqui a produtividade do trabalho como a massa de meios de produção que a força de trabalho pode ativar e a massa de capital circulante (matérias primas para outras mercadorias) que pode transformar. Os meios de produção, dessa maneira ampliados, podem, por sua vez, ser consequência ou condição da maior produtividade do trabalho. Como

²⁶⁹ “A acumulação e a concentração que a acompanha não apenas estão dispersas em muitos pontos, mas o crescimento dos capitais em funcionamento é entrecruzado pela constituição de novos capitais e pela fragmentação de capitais antigos. Assim, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitais individuais” (Marx, 1985; 196).

²⁷⁰ “O capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração” (Marx, 1985; 196).

²⁷¹ Por isso, no caso particular estudado, diferem de maneira substancial a formação das grandes fazendas originais (Bebedouro do Turvo, Bagagem, Olhos d’Água, Coqueiros, Palmeiras) da concentração fundiária que se dá dentro delas a partir da dinâmica financeira e de acumulação cafeeira, como por exemplo na formação das grandes fazendas dos grupos de Gabriel Said Aidar, Natal Breda, Bulles ou Geremia Lunardelli.

consequência são produtos, em maior quantidade, do processo de trabalho mais produtivo que retornam ao mesmo processo produtivo para serem novamente trabalhados na produção de outros produtos (isto é, matérias-primas – capital circulante). Como condição são também produtos que influem sobre a composição técnica do capital, possibilitando a produção em escala ampliada na forma de capital fixo (prédios, maquinaria, etc.). Ambos compõem o chamado capital constante. O aumento do mesmo leva a um decréscimo relativo na massa de trabalho que é necessitada para colocar em movimento uma massa de meios de produção gradativa e proporcionalmente maior²⁷².

“Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global, ao invés de, como antes se pressupôs, crescer de modo proporcional com ele. Ela cai em relação à grandeza do capital global e em progressão acelerada com o crescimento dessa grandeza. Com o crescimento do capital global na verdade também cresce seu componente variável, ou a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção decrescente” (Marx, 1985; 199).

O que passa a ocorrer é a tendência a haver uma população trabalhadora excedente, como se fosse fruto de um crescimento natural da população maior do que o de crescimento de empregos. Porém, o que reforça o entendimento do *fetichismo* das relações sociais estabelecidas, a contradição fundamental reside no fato de os trabalhadores produzirem a sua própria redundância para o capital, daí surge uma lei populacional às avessas, naturalizada. Mas é essa situação e o *exército industrial de reserva* assim gestado a verdadeira potência do capital:

“Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa. Essa é uma lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista. (...) Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da sua acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado

²⁷² “Mas, condição ou consequência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a crescente produtividade do trabalho. O acréscimo desta última aparece, portanto, no decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção movimentados por ela ou no decréscimo da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus fatores objetivos” (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 23; 194).

independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional” (Marx, 1985; 200).

Talvez possa-se argumentar que o caso é outro para a colonização moderna porque o capital tem que, sim, criar essa população trabalhadora excedente às suas custas, subvencionando a sua imigração. Mas, ainda assim, o Estado que banca a vinda do imigrante não criou esse imigrante, que foi forjado pelo desenvolvimento do exército industrial do capital europeu. Tampouco continua o capital a bancar a reprodução deste quando ele se torna colono. O próprio colono se reproduz a si. Assim, para as periferias em colonização um impulso modernizador retardatário (Kurz) tem que ser dado nesse sentido, mas ele não é de modo algum absoluto. Aliás, como procurou ressaltar Beiguelman, a imigração subvencionada para o Oeste paulista mais novo procurou generalizar, através do Estado, uma política que a privilegiava. Os capitais individuais dos fazendeiros dessa área foram, acima de tudo possibilitados sem que tivessem que arcar com os referidos custos, sendo que fora exatamente este o debate em defesa da subvenção.

De todo modo, ainda que agora fique bastante claro que a teoria da colonização é, portanto, o mecanismo para se instaurar essa superpopulação relativa, conforme o padrão de acumulação que a Revolução Industrial propõe, há que se notar que a particularidade da cafeicultura não permite grandes modificações na composição orgânica do seus capitais, posto que a mudança nos padrões técnicos ficaram restritas ao beneficiamento e ao transporte (Mello, 1982; Costa, 1999). Fica, assim, dificultada a mobilização crítica do trabalhador sobre o próprio trabalhador decorrente desta que é chamada *a lei geral de acumulação capitalista*. Empregados pressionam desempregados a aceitarem condições pioradas de ocupação, enquanto desempregados pressionam os empregados a aceitarem as modificações de suas condições de trabalho, sob o risco de serem substituídos.

“O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social” (Marx, 1985; 203).

Quanto maior a estratificação dentro da própria classe trabalhadora, produzida por este mesmo processo, maior a pressão que os pobres e desempregados exercem

sobre os empregados para a aceitação de piores condições de trabalho. Nisto reside, inversamente, a riqueza proporcionada pelo processo de valorização, nestas condições favoráveis²⁷³. Evidentemente, não são elas que esperamos encontrar durante a expansão da cafeicultura e nas ex-colônias em geral²⁷⁴, em que a “importação de braços” passa a ser preconizada. Porém, é essa situação favorável que se espera alcançar com a colonização sistemática, no que se reforça a idéia de se tratar de uma modernização retardatária (Kurz), visando alcançar o padrão de acumulação, notadamente o inglês.

“Os fazendeiros, de modo geral, já estavam conscientes de que ‘é impossível ter salários baixos, sem violência, havendo poucos braços e muitos que queiram empregá-los’. A saída para esse dilema e a essência do sistema de imigração de São Paulo foram explicadas por outro membro da Câmara de Deputados, logo após a abolição: ‘É evidente’, disse ele, ‘que precisamos de braços... no intuito de aumentar a concorrência de trabalhadores e, mediante a lei da oferta e da procura, de diminuir o salário’” (Stolcke, 1986; 41-2).

Devemos pensar na situação do *colonato* como criação desse exército de reserva. Na ausência de sua consolidação a pressão sobre o trabalhador é menor e a expropriação também tenderá a sê-lo²⁷⁵.

²⁷³ Enfim, a lei geral, pela sua correlação das grandezas proporcionais do exército industrial de reserva e as potências da riqueza, em sua exposição mais conceitual abstrata. Cabe a nós mostrar as variegadas modificações que ela apresenta em sua realização: “Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército industrial de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais macia a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista*. Como todas as outras leis, é modificada em sua realização por variegadas circunstâncias, cuja análise não cabe aqui” (Marx, 1985; 209).

²⁷⁴ Ao final, após apontar que a organização dos trabalhadores em sindicatos pode perturbar a ação “livre” da lei de oferta e procura de trabalho, indica outra qualidade de perturbação que se dá nas *colônias*, que acabem por requerer meios coercitivos para a acumulação: “Por outro lado, assim que, nas colônias, por exemplo, circunstância adversas perturbem a criação do exército industrial de reserva e, com ele, a dependência absoluta da classe trabalhadora em relação à classe capitalista, o capital, inclusive seu Sancho Pança dos lugares-comuns, rebela-se contra a ‘sagrada’ lei da demanda e oferta e trata de promover aquela criação por meios coercitivos” (Marx, 1985; 206).

²⁷⁵ “A lei segundo a qual a massa sempre crescente de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser colocada em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana – essa lei se expressa sobre a base capitalista, onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência: venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia ou para a autovalorização do capital” (Marx, 1985; 209).

Seção 3 – Região do colonato

Breve abordagem das fases da imigração e da cafeicultura em São Paulo e uma análise dos padrões de reprodução de trabalhadores numa fazenda de café da área de Olímpia

Introdução: A região do colonato: a bem sucedida política de modernização retardatária

Tratamos de buscar um elo interpretativo para a mudança no sentido da acumulação que se processou no sistema mundial produtor de mercadorias (R. Kurz), a partir principalmente da segunda Revolução Industrial (João M. C. de Mello; E. Hobsbawn), ocasionando mudanças significativas nos padrões de reprodução (K. Marx) do Brasil, a partir da queda do sistema colonial (F. Novais). Assim, procuramos entender as grandes transformações que se deram ao longo do século XIX no país. Dentre essas, ressaltamos sobretudo a configuração interna que permitia o fim do tráfico negreiro (P. Beiguelman), paralelamente ao processo de expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba (C. Prado Jr; Z. M. C. de Mello; S. Milliet; e outros), atrelado a uma nova tendência de organização de uma colonização sistemática (E. Wakefield, via a crítica de K. Marx). Dessa maneira, a partir da inflexão dada pela cessação do tráfico, pela Lei de Terras e pela expansão contínua da cafeicultura paulista, já no Oeste mais antigo, próximo a Campinas, lidamos com a transição dos anos 1850-1880 como a configuração de uma região (F. de Oliveira). A região do Oeste Paulista, tal como a abordamos, foi vista numa perspectiva que atrelou a territorialização do capital (A. Alfredo, 2005) na respectiva área com o processo político que colocou a imigração subvencionada em massa (Beiguelman; V. Stolcke).

Por tudo isso, os três pilares da constituição dessa região, em contínua expansão (P. Monbeig), são a organização do sistema do colonato como relação social de produção (H. Lefebvre; K. Marx), a política de imigração em massa como suprimento contínuo de força de trabalho a ser preferencialmente explorada naquele sistema (G. Resende) – o que, por sua vez, estabelece um processo de constituição de uma superpopulação relativa (K. Marx), que é, na verdade, uma modernização retardatária (R. Kurz) –, e a ocupação da base fundiária pelos cafezais (J. S. Martins; P. Monbeig; Sallum Jr.), após a ocupação inicial da mesma pela pecuária e pelas primeiras posses, conforme procuramos pensar na primeira seção desse estudo, a partir do papel decisivo do coronelismo na determinação da renda fundiária diferencial.

A exposição, a esta altura, já terá elucidado a importância desses alicerces da região do colonato, bem como o processo que os permite. A primeira seção geral do estudo, dedicada, antes, à configuração da estrutura fundiária de Olímpia, procurou retomar o seu processo de constituição, pela formação da propriedade da terra na localidade. As implicações do processo local foram articuladas ao seu correlato para o

caso da apropriação fundiária na expansão da cafeicultura como um todo, no cotejamento com o da apropriação pela pecuária. A ligação com formas de reprodução próprias de uma e outra “colonização” foi, por aí, buscada. A segunda seção geral retomou a discussão sobre os sentidos das reproduções das relações sociais, antes e depois da Revolução Industrial. Ali, na referida transição, na comparação das experiências de parceria com o *sistema* do colonato, observamos, em linhas gerais, como se organizava o trabalho sob o colonato, bem como mostramos que o colonato e a imigração em massa subvencionada eram dois lados de uma mesma moeda.

Agora, retomaremos de maneira mais aprofundada os detalhes da concretização da imigração em massa, além do próprio sistema do colonato. Trataremos, pois, do contrato de trabalho do colono, a composição de suas despesas e receitas, para compreender como a reprodução desse trabalhador e de sua família se dava e qual o papel na acumulação na cafeicultura o colonato exerceu. As mudanças pontuais ou de maior importância ao longo do tempo deverão ser ressaltadas, para chegarmos, finalmente, à análise dos casos mais particulares de um colono e dos colonos e trabalhadores de uma fazenda, em Olímpia, na fase final do colonato.

PARTE I – Fases da imigração em massa em São Paulo e sua relação com a cafeicultura na gestão da superpopulação relativa

10. Imigração subvencionada para o Oeste Paulista: a “reprodução ampliada” das condições de reprodução da cafeicultura no longo processo de constituição da superpopulação relativa

O resultado do êxito do sistema do colonato, atrelado à imigração em massa subsidiada pelo Estado, é medido na expansão das lavouras pelo Oeste Paulista e, mais concretamente ainda, na ascensão meteórica da produção de café do estado.

As impressionantes cifras da produção de café ao longo dos anos são cotejadas, por Pierre Monbeig, com as estatísticas populacionais para dar uma breve noção introdutória da amplitude do processo de expansão e povoamento. De 165.468 habitantes em 1811, a população do estado de São Paulo sobe para 837.354, em 1872. Daí em diante, os censos mostram a escala da aceleração do processo: 1.384.753, em 1890; 2.282.279, em 1900; 4.592.188, em 1920, e 7.239.711, em 1940²⁷⁶. A produção

²⁷⁶ “Entre a primeira cifra citada e a de 1872, o crescimento foi de 506%; mas entre 1872 e o último recenseamento, atingiu 864,5%. Nas últimas décadas do século XIX, o número de imigrantes desembarcados em Santos, elevava-se a cada ano, ultrapassando a cifra de 100.000, por duas vezes. Tudo

de café tem um crescimento semelhante, na comparação com o chamado “surto demográfico” e das épocas referentes. Ao contrário, no entanto, do crescimento populacional, que se mostrava contínuo e exponencial, nos números absolutos, a produção de café teve um mesmo comportamento até o recorde da safra de 1927-1928, verificando-se uma aparente decadência, abrupta nos anos 1930 até os 1940, quando o autor escrevia²⁷⁷. “Mesmo levando em conta o Paraná, o retrocesso da produção cafeeira é indiscutível” (Monbeig, 1998; 25). Ao lado, porém, dessa aparente decadência, viu-se o crescimento da produção de algodão, por exemplo, que subiu de 4,5 milhões de kg, em 1929, para 275 milhões, em 1940.

“... tal crescimento da produção só foi possível com uma vasta extensão das culturas, portanto, com uma considerável conquista do solo. E notemos também que uma reviravolta decisiva parece com efeito datar de 1870 e 1890” (1998; 25).

Iniciado o movimento com a instauração de uma política imigrantista, como vimos, e com a expansão das lavouras, diferente do que Monbeig via para os anos 1940, a importância dessa produção seguiria forte até os anos 1960; com ela, o colonato. A decadência apontada ali por Monbeig seria lentamente contornada, com a área plantada e a produção de café retornando e ultrapassando os patamares da safra recorde de 1927-1928, na década de 1960. Só, então, uma nova fase de queda acentuada se colocaria.

indica que o surto demográfico de São Paulo se desenvolve a partir dessa época, amplificando uma tendência que começou a manifestar-se, desde o meado do século” (Monbeig, 1998; 24).

²⁷⁷ “Em 1836, São Paulo tinha uma produção cafeeira de 147.034 sacas de 60 kg; em 1854, passava a 883.564, depois a 1.034.112, em 1870. No início do século XX, a produção subia a 7.988.000 sacas, ultrapassava os 15 milhões, em 1906, e alcançava a cifra recorde de 17.982.000, em 1927-1928. Foi sensível a baixa, a partir de então, pois que em 1940 a safra caiu perto de 10 milhões, baixando até 6.936.000 na colheita de 1943-44” (Monbeig, 1998; 24).

(Fonte: IBGE - Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2 ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro, 1990. Org.: Cássio A. Boechat)

Muitos autores, no entanto, privaram-se de entender o colonato após os anos 1930 e também o processo anterior que culmina neste sistema de trabalho. A periodização do estudo de Brasília Sallum Jr (1982) é a mais recorrente e talvez a sua motivação também seja compartilhada por outros estudiosos. Para ele, o período escolhido (1888-1930) diz respeito, de início, à abolição da escravidão, que teria consagrado o colonato, que já vinha se consolidando – e os trabalhos complementares (formação do cafezal, por exemplo) ali focados –, como as formas quase exclusivas de exploração do trabalho no Oeste Paulista²⁷⁸. Com relação ao seu término, alude à crise de 1929, às transformações na esfera política, principalmente com a Revolução de 1930, e, essencialmente, à relativização da homogeneidade dessa forma de exploração do trabalho em torno do colonato perpetrada por processos diversos, porém relacionados, como a urbanização e a industrialização, bem como a uma maior diferenciação da produção de mercadorias agrícolas²⁷⁹.

Focalizando mais a imigração para o Oeste Paulista, mais particularmente a imigração espanhola, Herbert Klein (1994) trata exatamente do mesmo período de Sallum Jr. Aquela homogeneidade vista nesses anos, no Oeste Paulista, para o colonato por Sallum Jr., é, antes, para Klein, uma homogeneidade da política de subvenção à imigração²⁸⁰, que teria começado a ser abalada já em 1900.

“Os subsídios só deixaram de desempenhar papel dominante depois de 1900, mas mesmo então nunca deixaram de ser responsáveis por menos de um terço dos imigrantes para São Paulo. Ademais, certos grupos,

²⁷⁸ “A emergência do colonato é anterior à Abolição. Esta apenas vedou, no plano jurídico, o trabalho escravo, que em maior ou menor escala já fora ultrapassada pelo próprio processo de penetração do capital na órbita do beneficiamento, do transporte e da produção agrícola do café. Não obstante, com a Lei Áurea as formas específicas de exploração do trabalho livre que nos ocupam tornam-se quase que exclusivas no Oeste paulista, o que confere a homogeneidade desejável ao nosso objeto de pesquisa” (Sallum Jr., 1982; 11).

²⁷⁹ “Reciprocamente, o final da década de 1920 marca o momento de dissolução dessa homogeneidade na região. A crise de 1929 faz com que a cafeicultura deixe de ser o campo privilegiado para a produção capitalista. Esta se diversifica na agricultura e se consolida no meio urbano. Ao mesmo tempo, na própria cafeicultura o processo produtivo sofre transformações importantes mediante o uso mais intenso de máquinas agrícolas e o surgimento de outras formas de exploração do trabalho. Com isto o colonato não desaparece, mas perde sua exclusividade (quase total) como forma de exploração do trabalho livre na lavoura cafeeira” (Sallum Jr, 1982; 11).

²⁸⁰ Na “corrida” instaurada pela não-simultaneidade (Kurz), a modernização retardatária (Kurz) que representa a subvenção à imigração permitia colocar o Oeste Paulista na competição com outras “regiões” do mundo: “o Brasil só podia competir com os outros dois países [EUA e Argentina – CAB] subsidiando o transporte para trabalhadores. Esse subsídio e a possibilidade de comprar terras numa fronteira sempre em expansão (que de fato nunca fechou) foram os grandes fatores de atração para os emigrantes europeus” (Klein, 1994; 33).

como os espanhóis, estavam ainda mais inclinados do que outros a usar esse sistema, mesmo após 1900, devido às condições econômicas mais pobres de onde vinham, comparadas com as de outros grupos de imigrantes” (Klein, 1994; 33).

Por um lado, entretanto, como procuramos mostrar pelos estudos de Paula Beiguelman (2005) e de Verena Stolcke (1986), a gestação do sistema do colonato se dá desde pouco antes de 1850, com as primeiras experiências de introdução do trabalho de imigrantes, de Nicolau Vergueiro, em sua fazenda Ibicaba, em Limeira, e o próprio colonato já se consolidara alguns anos antes da abolição. Pelo outro lado, o colonato persiste após a crise de 1929, sendo, na opinião de Stolcke, o principal motivo para a cafeicultura ter se reerguido. Apenas no Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, o seu fim oficial é decretado, portanto 33 anos após o limite para o término da maioria dos estudos.

O colonato persistiu, portanto, com a cafeicultura de um modo geral. A imigração subvencionada, no entanto, ainda que Monbeig aponte um crescimento ininterrupto da população do estado, passou por fortes transformações no vasto período, tendo sido por vezes interrompida, o que nos obriga a pensar como essas variações na política que caracterizou a condição de existência do próprio colonato influíram sobre o próprio sistema de trabalho. Os dados gerais, não obstante, indicam uma continuação até os anos 1940, com apenas uma interrupção completa por conta da Revolução de 1930. A subvenção, entretanto, tendo representado um contingente considerável no total dos imigrantes em algumas fases, foi muito pequena em 1903 e chegou a ser interrompida, entre 1929 e 1934:

IMIGRANTES E TRABALHADORES NACIONAIS, SUBSIDIADOS E ESPONTÂNEOS, ENTRADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO NO PERÍODO DE 1887 A 1939

ANOS	SUBSIDIADOS	ESPONTÂNEOS	TOTAL
1887	0	32.112	32.112
1888	45.897	46.389	92.286
1889	22.886	5.007	27.893
1890	31.816	6.475	38.291
1891	107.536	1.200	108.736
1892	40.973	1.058	42.031
1893	77.969	3.776	81.745
1894	34.092	14.855	48.947
1895	114.769	25.229	139.998
1896	74.918	24.098	99.016
1897	70.053	28.081	98.134
1898	27.214	19.725	46.939
1899	16.664	14.551	31.215

1900	11.109	11.603	22.712
1901	49.589	22.183	71.772
1902	19.311	21.075	40.386
1903	229	17.932	18.161
1904	7.005	20.746	27.751
1905	26.015	21.802	47.817
1906	23.885	24.544	48.429
1907	4.862	26.819	31.681
1908	9.433	30.792	40.225
1909	12.936	26.738	39.674
1910	15.517	24.961	40.478
1911	21.458	43.532	64.990
1912	42.487	59.460	101.947
1913	53.719	66.039	119.758
1914	15.436	32.977	48.413
1915	2.713	18.224	20.937
1916	6.777	13.580	20.357
1917	16.286	10.490	26.776
1918	6.730	8.311	15.041
1919	5.260	16.552	21.812
1920	8.062	36.491	44.553
1921	13.563	26.038	39.601
1922	9.903	28.732	38.635
1923	14.529	45.289	59.818
1924	21.789	46.372	68.161
1925	27.225	46.110	73.335
1926	39.535	56.627	96.162
1927	24.316	68.097	92.413
1928	13.905	82.373	96.278
1929	0	103.480	103.480
1930	0	66.034	66.034
1931	0	0	0
1932	0	35.765	35.765
1933	0	64.010	64.010
1934	0	68.581	68.581
1935	10.794	61.186	71.980
1936	38.064	34.433	72.497
1937	60.118	26.351	86.469
1938	19.303	37.001	56.304
1939	0	112.346	112.346

(Fonte: IBGE. *Separata do Anuário Estatístico 1939-1940*. Rio de Janeiro, 1940. Org.: Cássio A. Boechat)

Para uma melhor compreensão do movimento, é importante retomar como se convencionou subdividir as fases da cafeicultura e da imigração, bem como o movimento de expansão para o Oeste Paulista.

10.1. Primeira fase: maior expansão sobre o planalto ocidental e imigração italiana

A conformação do primeiro Oeste Paulista, em torno da cidade de Campinas, já foi por nós delineada anteriormente e não seria necessário retomar o processo de transformação das fazendas de cana-de-açúcar em fazendas de café na área, possibilitada pelo acúmulo prévio com as atividades comerciais e com o tropeirismo, na relação antiga dos fazendeiros dessa área desde o período da mineração na província de Minas Gerais (cf. Mello, 1982, Perissimoto, 1999). Também já ressaltamos o papel fundamental da expansão ferroviária a possibilitar os novos investimentos em cafezais (cf. Mello, 1984; Costa, 1998; Matos, 1981; e Milliet, 1982). Assim, as décadas de 1870 a 1900 viram uma rápida expansão da cafeicultura por aquilo que Monbeig denominava de reverso da *cuesta*, através do chamado planalto ocidental, atingindo as célebres áreas de terra roxa de Ribeirão Preto, São Carlos, Araraquara. Acompanhando essa rápida expansão o número de imigrantes também foi galopante. A subvenção era a solução para acabar com os problemas surgidos nas experiências anteriores²⁸¹.

De 1887 a 1900, segundo os dados apresentados do IBGE (1940b), na tabela acima, 887.343 imigrantes entraram em São Paulo. Destes, 234.159 tiveram suas despesas pagas pelo Estado. Os números de Douglas Graham, tomados dos Boletins da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração, citados por Gervásio Castro de Resende (1980; 188), sugerem um percentual ainda mais elevado dos imigrantes subsidiados, ainda que a periodização por ele indicada seja outra:

Imigrantes entrados em São Paulo com ajuda de subsídios (1889-1913)

Anos	Total de imigrantes	Subsidiados	% Sub./Total
1889/1893	298.727	281.180	94
1894/1898	433.625	321.046	74
1899/1903	184.346	96.912	53
1904/1908	195.903	71.200	36
1909/1913	366.847	146.117	40

²⁸¹ “A solução proposta pelo Oeste mais novo consistirá em despreocupar o fazendeiro do problema do transporte da mão-de-obra imigrante, chamando o governo a si, exclusivamente, todas as despesas com a imigração. Os imigrantes seriam trazidos do país de origem e colocados à disposição dos fazendeiros – tudo por conta do governo; e essa operação se repetiria quantas vezes fosse necessário, dispostas para ela as verbas competentes. Desapareceria para o fazendeiro o interesse em garantir a estabilidade do colono através de contratos longos, e para o imigrante, aumentaria o interesse pela imigração” (Beiguelman, 2005; 107).

Para tanto, o Estado de São Paulo e logo o governo federal se voltaram de maneira decisiva para bancar essa política de imigração, chegando a contratar um empréstimo financeiro em Londres, em 1888, no valor de Rs. 7:000:000\$000, ou 749 mil libras esterlinas, quase o dobro da receita anual do governo, reforçando o fundamento básico da modernização retardatária pela dívida pública:

“Cerca de três quartos do orçamento de São Paulo, nos anos de 1887-88, além disso, foram reservados para subvencionar a imigração. O papel do orçamento de São Paulo, conquanto importante nos primeiros anos do programa, pouco depois foi assumido pelo Governo Federal, uma vez que fazendeiros paulistas ocupavam postos-chave no gabinete” (Resende, G. C. de, 1980; 186).

Porém, esse subsídio já continha os termos do perfil do imigrante a ser trazido para as lavouras de café do Oeste Paulista. O subsídio era, até dado momento, restrito a famílias e só adultos recebiam integralmente as passagens (de acordo com a lei n. 28 de 1884). Famílias numerosas tinham preferência, bem como famílias de agricultores. Martinho Prado Jr., iminente fazendeiro em Ribeirão Preto e líder do movimento imigrantista, via nessa seleção uma maior facilidade à adaptação ao meio em que seriam inseridas essas famílias, porque seriam estas: “as que imediatamente acham colocação, como também por serem as mais felizes, evitando assim que, ao iniciar-se o movimento imigrantista em maiores proporções, pudessem surgir queixas e descontentamentos” (em Beiguelman, 2005; 113-4). A preferência por famílias, no entanto, cumpria um papel mais decisivo, na concepção da própria Beiguelman, como vimos, de direcionar esse contingente de imigrantes para o Oeste Paulista, desviando-o das áreas cafeeiras decadentes. Com as maiores vantagens para o plantio de alimentos entre os cafeeiros, os colonos tendiam a preferir essas áreas mais novas. Para intensificar essa tendência, como norma de recrutamento de colonos, deu-se preferência àqueles que tinham parentes e amigos domiciliados na província²⁸².

Klein (1994) viu nessa escolha pela imigração de famílias uma maneira de manter o colono na propriedade, algo que tenderia a ser mais facilitado do que para a situação de um imigrantes avulso²⁸³. No entanto, atendo-se aos dados mais gerais,

²⁸² “Assim, evitando a migração de indivíduos isolados, e valendo-se do interesse do colono em buscar uma área em que já estivessem localizados patrícios seus, a Sociedade estimulou a canalização preferencial para a área mais nova da província” (Beiguelman, 2005; 66).

²⁸³ “Temendo o fenômeno dos trabalhadores migrantes temporários, como ocorreu com a migração *golondrina* de homens para colher trigo na Argentina, a classe rural sublinhava a necessidade de apoiar apenas a imigração de famílias, de forma a garantir uma força de trabalho mais estável. Ofereceram-se subsídios para a passagem apenas a famílias que tivessem pelo menos um homem em idade de trabalhar. Assim, viúvas com filhos podiam ser subsidiadas, bem como casais mais velhos que tivessem alguém do

deixou de observar como também essa medida constituía um favorecimento do Oeste Paulista mais novo, que assim firmava-se como região do colonato, no sentido que vimos buscando para o conceito, uma vez que fica claro o papel desempenhado pela classe dos fazendeiros na constituição das condições de reprodução ampliada do colonato, realizando, com isso, a formação de uma realidade de acumulação do capital que acabava por transcender seus próprios interesses de classe²⁸⁴.

“Com efeito, estabelecida a corrente imigratória, desenvolve-se o seguinte ciclo: o imigrante, depois de um estágio na fazenda, dirige-se à cidade²⁸⁵, tendo em vista as novas oportunidades econômicas decorrentes de uma ampliação de mercado, resultante de sua própria presença na economia enquanto trabalhador-consumidor; dessa forma, estabelece-se um fluxo migratório na direção dos centros urbanos, ao que a lavoura responde com a sucessiva introdução de novas levas de imigrantes, reativando-se continuamente o processo.

Apenas por volta da década de 1920 o setor de mercado interno, já transformado em novo núcleo dinâmico do crescimento urbano está preparado para dispensar esse giro como fator básico de acumulação de capital” (Beiguelman, 2005; 68).

A reposição constante já era medida aceita desde a consolidação da imigração em massa em 1881 e 1884. Ela tinha que ser feita com a introdução de novas famílias, famílias de italianos nesta fase. Mais do que a nacionalidade, entretanto, importava a disponibilização aos fazendeiros da necessária força de trabalho, não mais a de africanos escravizados, a família garantiria a reprodução dessa força de trabalho, ao passo que dificultaria a saída às suas próprias custas, então, da fazenda ou do país:

“Nesse processo de seleção, rigorosamente observado, os fazendeiros deliberadamente procuravam garantir o volume máximo de trabalho, ao mesmo tempo que se preservava a unidade familiar, aspecto este que se tornaria de crucial importância para o sistema de colonato. Além disso, as unidades familiares promoviam maior estabilidade da força de trabalho e tornavam mais difícil reunir a soma necessária para custear o preço relativamente alto de uma passagem de volta” (Resende, 1980; 188).

sexo masculino nessas condições. Casais sem filhos acima de 45 anos estavam excluídos, mas a presença de sobrinhos ou parentes próximos podia compensar a falta de filhos” (Klein, 1994; 17-9).

²⁸⁴ “O que preside o processo de constituição das ‘regiões’ é o modo de produção capitalista, e, dentro dele, as ‘regiões’ são apenas espaços socioeconômicos em que uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a ‘região’ exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são *personas* do capital e de sua contradição básica” (Oliveira, 2008; 149).

²⁸⁵ Bassanezi e Baeninger (2006) ressaltaram essa migração posterior para a cidade de São Paulo, principalmente depois de 1920, mas já desde os primeiros anos: “Embora a imigração estrangeira fosse vista como a solução para suprir as necessidades de mão-de-obra para a lavoura (HOLLOWAY, 1984 e VANGELISTA, 1982), o município da capital — desde os primeiros anos da imigração no estado — foi o maior pólo de concentração de estrangeiros, mesmo não se caracterizando como produtor de café” (Baeninger & Bassanezi, 2006; 4-5).

Confirma-se aqui uma nova interpretação acerca do papel da família no colonato, como viabilidade da própria política de imigração subvencionada privilegiando a *região* do Oeste Paulista. O aspecto da *cisão* (Scholz, 1996) na reprodução do patriarcado regional é intrinsecamente atrelado, com isso, à realização do *valor*, expresso na produção ampliada da mercadoria café. Pensar, pois, no colonato repondo relações não capitalistas de produção, porque assentadas no *trabalho familiar* (cf. Martins, 2000, intro) é negligenciar o sentido da ausência de autonomização na concretização da produção de mercadorias onde não está formada a superpopulação relativa. O trabalho familiar era, assim, uma necessidade da *região do colonato*. O sentido dessa região estava na formação daquela superpopulação relativa, como procuramos mostrar na seção 2.

Primeiramente, foram os italianos, então, o foco da política de imigração. Justificava-se o incentivo à emigração da camada mais pobre daquele reino, recentemente unificado, pela própria condição de pauperização da população. “A emigração subvencionada pelo governo brasileiro era apresentada pelos líderes da lavoura do Oeste como uma tábua de salvação para essas massas” (Beiguelman, 2005; 111). O próprio condutor da Sociedade Promotora de Imigração confirmava que os emigrantes mais pobres da Itália é que vinham para o Brasil, enquanto os com alguns recursos, iam para a Argentina. Por outro lado, justificava-se a contratação de colonos italianos, através do pagamento por sua imigração, pela disposição do italiano em trabalhar. Assim, em 1887, dos 36 mil imigrantes chamados pela Sociedade Promotora, apenas mil não eram italianos.

Entre 1877 e 1886, entram 1.654.830 imigrantes em São Paulo, de acordo com Levy (1974; 54); 60% eram são italianos. A média anual, a mais elevada de todos os períodos, é de 97.000 imigrantes. Os portugueses diminuem em importância percentual, os espanhóis praticamente duplicam com relação ao período anterior, e os alemães tornam-se menos do que 2%. É no decorrer dessa fase que aparecem pontos máximos de imigração, correspondentes aos anos de 1891, 1895, 1896, 1897, 1894, 1888 e 1890, nessa ordem, como podemos observar no quadro geral anteriormente apresentado.

O controle sobre o imigrante era muito maior quando este era subvencionado pelo Estado. A Hospedaria dos Imigrantes constituiu o aparato responsável por esse controle, de modo que, desde a saída de seu país de origem, chegando em Santos, até a alocação desse imigrante numa fazenda do interior paulista, o Estado podia assegurar

que seu investimento chegasse ao local onde a valorização pela exploração da força de trabalho da família do colono iria se dar. Martins observou esse controle:

“Desembarcado no porto de Santos, em poucas horas o imigrante era conduzido à Hospedaria dos Imigrantes, na cidade de São Paulo. Aí permanecia, geralmente, três dias (no máximo oito), sendo em seguida embarcado em trem especial para as regiões do interior onde houvesse maior demanda de força de trabalho” (Martins, 1989; 16).

O sucesso da imigração nesses anos, acompanhando a rápida expansão dos cafezais, não significava um padrão efetivamente bom de reprodução dessas famílias de colonos. Críticas na própria Itália, gradativamente mais respaldadas por críticas dos próprios colonos e relatórios consulares, levariam a restrições à emigração subvencionada pelo governo italiano. Não por acaso a situação dos colonos pareceu deteriorar-se quando a crise de meados da década de 1890 foi atingindo níveis mais sérios.

O sucesso do colonato em permitir a expansão acelerada da cafeicultura pelo Oeste Paulista²⁸⁶ está na base das crises da mesma cafeicultura. Assim, em 1890, portanto pouco mais de 10 anos após a consolidação desse sistema de trabalho, a produção atingira níveis em que o consumo mundial já era em muito superado. Os preços começaram a cair em meados dos 1890, não podendo mais ser mantidos pela política cambial favorável. Os estoques atingiam patamares próximos da própria demanda anual.

“No início dos anos 1890, a taxa de câmbio decrescente mantivera elevados os preços em moeda interna, mas, em 1896, mesmo o preço em mil-réis começou a cair agudamente. Em 1902, os estoques mundiais de café haviam atingido uma cifra sem precedentes de 11 milhões de sacas, comparada a uma demanda mundial anual de 14 milhões de sacas, no final do século” (Stolcke, 1986; 56).

O movimento descendente de imigrantes entrados em São Paulo no período mostra o completo atrelamento deste movimento com o da expansão do café. A crise desta era a diminuição daquele:

²⁸⁶ “Tanto a produção como o valor das exportações de café aumentaram constantemente depois da emancipação dos escravos, em maio de 1888. Dessa forma, a produção quase triplicou entre 1880 e 1900 – de 3,6 milhões de sacos para 9,1 milhões, e o valor dobrou no mesmo período. Não há dúvida de que esse crescimento foi possível graças aos trabalhadores imigrantes. No censo agrícola do Estado de 1905, 56 por cento dos mais de 404 mil trabalhadores rurais eram imigrantes – e a porcentagem de estrangeiros era ainda maior nas plantações de café do oeste paulista” (Klein, 1994; 20).

(Fonte: IBGE, 1990. Org.: C. A. Boechat)

10.2. Segunda fase: crises da cafeicultura, imigração espanhola e vantagens ao colono

O decreto Prinetti que proíbe a vinda de italianos para o Brasil, em 1902, e as discussões sobre a necessidade do Estado intervir no processo de expansão desenfreada da cafeicultura, para controlar as crises, são marcos do período que se inicia na primeira década do século XX. Apesar do número de entradas de imigrantes em São Paulo continuar existindo, em 1899 e 1900, o número de saídas de imigrantes do estado passa a ser superior (Beiguelman, 2005; 124).

A superprodução, com a entrada em produção dos milhões de cafeeiros plantados nos planaltos de terra roxa de Ribeirão Preto, São Simão, São Carlos do Pinhal, Jaú e Jaboticabal (Monbeig, 1998; 171), acaba por ruir as políticas cambiais então praticadas.

Na crise, retoma-se a disputa entre os representantes do Oeste Paulista mais novo e os das demais áreas cafeeiras do estado. Stolcke vê aí a oportunidade dos fazendeiros das áreas mais desgastadas de tentar medidas para conter a expansão da cafeicultura. Com isso, os colonos estariam mais disponíveis para aquelas áreas mais antigas, uma vez que não se poderia mais oferecer as vantagens para o plantio intercalar que só as áreas novas, mais produtivas, podiam. Uma diferenciação de áreas (Hartshorne) baseada na produtividade do solo atrela-se, pois, à mobilidade do trabalho livre do colono, acarretando posições divergentes quanto a medidas proibitivas.

“Na virada do século, o estado possuía três regiões cafeeiras distintas: a fronteira onde recentemente vinha se introduzindo o café, uma região estabelecida onde os cafezais eram plenamente produtivos, e uma região em decadência. As terras virgens da fronteira prometiam maiores rendimentos do café e menores custos de trabalho. (...) O trabalho nessas novas fazendas de café era particularmente atraente para os trabalhadores porque, ao cuidarem de suas próprias culturas alimentares ao mesmo tempo que capinavam o café, eles poderiam produzir mais com menor esforço, em comparação com as fazendas mais antigas, onde geralmente tinham de cultivar seus alimentos em roças separadas. As diferenças regionais na fertilidade do solo e na idade dos pés de café, portanto, tiveram influência na oferta e custo da mão-de-obra, o que foi particularmente adverso para as regiões mais antigas. Na verdade, o ‘nomadismo’ dos colonos constituía uma constante fonte de preocupações para os fazendeiros nessas regiões, o que foi notado por muitos observadores, um dos quais estimava que os colonos com permissão para o plantio intercalado de gêneros alimentares recebiam, para tratar dos cafezais, cerca de 25% a menos do que os colonos a quem se negava tal direito²⁸⁷” (Stolcke, 1986; 58-9).

Uma medida de restrição ao plantio, dessa maneira, foi implantada em 1902, sob protestos dos fazendeiros do Oeste Paulista mais novo. Tal imposto acabava por beneficiar as áreas já estabelecidas. A pouca efetividade das medidas e o agravamento da crise, também pelas excelentes safras de 1901 até 1906, levariam ao primeiro programa de subsídio de preços, cunhado no Convênio de Taubaté, em 1906. A safra de 1907-08, prejudicada pela seca, contribuiria para o sucesso do programa de valorização, com a retomada dos preços, aí, de uma vez por todas, os plantios seriam retomados de maneira escancarada:

“Manteve-se o plantio de novos cafezais, clandestinamente no início, porque estava em vigor uma legislação limitando as plantações; depois abertamente, à medida que a lei perdia a força, com a melhora dos preços” (Monbeig, 1998; 181).

Beiguelman vê, nessas restrições ao plantio, no entanto, uma primeira dissociação entre os interesses dos fazendeiros e os dos colonos²⁸⁸, o que reforça a idéia de que o colonato era próprio à situação de expansão das lavouras²⁸⁹. Assim, o

²⁸⁷ Isso confirma a idéia de que não eram os maiores salários monetários, como parece sugerir Monbeig, que atraíam os colonos para as áreas novas. Estes salários, ao contrário, tendiam a ser menores.

²⁸⁸ “... uma vez que estes [os colonos] viam no usufruto das terras intercafeeiras uma fonte essencial de remuneração – o que pressupunha a expansão do cafezal; apenas em tais condições o colono, ao mesmo tempo que contava com terra ainda não exaurida para o cultivo dos gêneros alimentícios que comercializava por sua conta, podia conjugar o trato dos pés de café com o trabalho em suas próprias culturas” (Beiguelman, 2005; 127).

²⁸⁹ “Sob um outro aspecto as relações de colonato também pressionavam os cafeicultores. As terras para o plantio de outros alimentos eram fornecidas na proporção do cafezal envolvido na negociação, e uma vez que lavouras novas não estavam sendo formadas os fazendeiros não tinham condições de fornecer aos colonos novas terras para estes plantios. Tal argumento baseia-se no fato de que o colonato é uma relação de trabalho própria de um contexto de expansão das lavouras” (Faleiros, 2002; 12).

imigrante italiano, antes exaltado, passa a ser criticado pela sua disposição em acumular para si, em juntar o seu pecúlio, como se dizia. A mobilidade do colono passa a ser um problema²⁹⁰.

Nessa fase, com as restrições à imigração italiana, a imigração espanhola toma um grande vulto, substituindo-a e modificando a conformação do colono que se dirigia para as lavouras paulistas. Além de haver a diferenciação, que se começa aqui a tratar de um período para o outro, no que concerne aos contextos de absorção dos distintos grupos de imigrantes, Martins procura ressaltar a diferenciação desses próprios grupos. Para ele, os espanhóis eram majoritariamente camponeses e menos “diversificados” do que os italianos²⁹¹. Mais pobres desde a saída do país de origem, encontraram no Brasil piores condições por conta não só da crise que se iniciara em 1904-5, mas, na opinião de Martins, divergente de Beiguelman (2005) e Stolcke (1986), talvez conforme Monbeig (1998) e Cánovas (2005), porque tiveram que se empregar no chamado “oeste novo”, onde as terras eram, para ele, menos férteis.

“Na sua maioria, os imigrantes espanhóis eram camponeses que chegaram ao Brasil com a família, imigrando em definitivo, indo diretamente para o interior, para as fazendas, na maioria realmente pobres, cuja viagem fora subvencionada pelo governo brasileiro. Além disso, em maior proporção foram para as zonas novas, onde as terras eram de menor qualidade ou menos férteis do que nas zonas mais antigas, as do chamado “oeste velho”. E eram menores as oportunidades de ascensão, do café. Em outros termos, *o imigrante espanhol chegou ao Brasil numa época de poucas oportunidades*” (Martins, 1989; 10).

Então, complementa Martins, encontrou o espanhol também o colonato modificado, mais monetarizado e semelhante, pois, ao assalariamento; fruto das pressões dos próprios colonos italianos, em sua maioria, no período anterior. A análise neste ponto é inquietante, sobretudo na sugestão de que as culturas alimentares estavam comprometidas, o que parece não ter acontecido. A análise é completamente conflitante com a tese de Stolcke (1986); enfim, enquanto esta vê um sistema eficiente de

²⁹⁰ “A mobilidade do trabalhador, vista antes com indiferença, é agora ressaltada como característica extremamente negativa, tornando a definir-se como problema de crucial importância a fixação de um colono já arreado” (Beiguelman, 2005; 127).

²⁹¹ “A grande diferença entre a imigração espanhola e a imigração italiana está em que esta última imigração estava estratificada em classes sociais: havia camponeses sem terra, operários, comerciantes, capitalistas, artesãos, além de intelectuais. A imigração espanhola, ao contrário, foi predominantemente de camponeses. Mesmo os não camponeses, que em certa proporção também imigraram para o Brasil, foram os que mais reemigraram” (Martins, 1989; 9).

amortecimento das crises, Martins vê, já no início do século, “uma lenta desagregação do colonato” :

“Quando o imigrante italiano chegara, o futuro do imigrante era definido por uma perspectiva camponesa e por uma relação de trabalho que, em grande parte, era uma variação das condições de vida camponesa. O colonato estava no seu início. No surto da imigração espanhola, o colonato, já está modificado pela ação e pressão do próprio imigrante italiano e, mesmo, do governo italiano. Uma das principais modificações nas relações de trabalho fora a da ampliação do pagamento em dinheiro e a do acerto mensal com o trabalhador, em vez do acerto anual. A perspectiva do imigrante, nesse outro momento, está, pois, mais próxima do trabalho assalariado, resultante da lenta desagregação do colonato. O pagamento em dinheiro era, porém, um artilheiro que, em termos reais, empobrecia o imigrante ainda mais²⁹². Um caso ilustrativo é noticiado por um jornal de língua espanhola, em 1908: um colono espanhol, trabalhando com a mulher e três filhos, numa fazenda da região da ferrovia Paulista, ao fim de um mês recebera Rs. 24\$000, insuficientes para a sobrevivência da família²⁹³. No típico colonato, ao menos, o trabalhador podia subsistir com o produto da horta e da agricultura, com o intercalar de alimentos. Claramente, os imigrantes espanhóis desse período estão entre os mais pobres e os de menor mobilidade social” (Martins, 1989; 10).

Essa pobreza, a falta de oportunidades e a pouca diversidade do grupo espanhol são, até aqui, comprovados pelos números irrisórios de proprietários espanhóis de terras, bancos, negócios em geral²⁹⁴. O que leva Martins a concluir que se tratava de um contingente de *trabalhadores*²⁹⁵.

²⁹² Nisso concordamos, e também Stolcke (1986).

²⁹³ Assim exposto, não se sabe se os colonos sobreviveram ou não. Também na contabilidade da Monte Verde, como veremos, pode parecer que durante bimestres os colonos não recebem o suficiente para sobreviver, mas continuam vivos e constantes da folha de pagamento nos períodos seguintes. Não se pode, pois, deduzir, apenas com isso, que o colonato se modificou. Antes, o exemplo de Martins corrobora a tese de Stolcke.

²⁹⁴ “A pouca diversidade da população espanhola no Brasil é revelada não só pelo escasso número de espanhóis proprietários de terra em São Paulo: na estatística de 1904/1905, apenas 415; como também pelos números do censo de 1920. Em todo o Brasil havia 267 estabelecimentos industriais pertencentes individualmente a espanhóis, dos quais 128 localizados em São Paulo. Em média, essas indústrias tinham menos de 7 operários. Na mesma ocasião, os italianos tinham 2 119 indústrias desse tipo, igualmente pequenas, das quais 68% estavam em São Paulo” (Martins, 1989; 10-11). Parece-me relevante o fato de que em 1904-5 era o início da grande chegada de imigrantes espanhóis, enquanto chegava ao cabo o período de auge da italiana.

²⁹⁵ “A imigração espanhola foi, portanto, caracteristicamente imigração de mão-de-obra, pouco diversificada e pouco qualificada. Não só o imigrante chegou numa época de poucas oportunidades, como ele próprio era dos menos preparados para aproveitar as oportunidades, se elas existissem” (Martins, 1989; 12).

A crise, no entanto, podia representar um momento de oportunidades para os colonos, para quem não eram apenas os salários que contavam. A garantia de trabalho e alimentação, além da propaganda dos agentes de imigração brasileiros contra a propaganda anti-emigrantista e, é claro, a subvenção à imigração contribuíram para a manutenção do fluxo. Ainda assim, a única garantia era mesmo a alimentação. Os salários foram mantidos entre 1884 e 1914, caindo no final do século e subindo entre 1902 e 1910, mas o aumento da imigração em 1912 e 1913 fez os salários recuarem, em 1914, a níveis da década de 1880.

O segredo da manutenção da imigração e do colonato estava exatamente no próprio sistema de remuneração mista que o caracterizava, com as culturas alimentares compensando as perdas salariais em dinheiro. Era esta a flexibilidade do colonato.

“O colonato, com efeito, possibilitava aos fazendeiros comprimir os salários monetários quando caíam os preços do café, oferecendo, em contrapartida, condições mais favoráveis para o cultivo de alimentos. (...) Ao combinar a cultura comercial com o plantio de alimentos, o colonato dava flexibilidade aos fazendeiros para lidar com as flutuações no preço do café, o que não teria sido possível em um sistema de trabalho assalariado puro. O efeito do plantio intercalar de milho e ainda feijão sobre o rendimento do café é uma questão polêmica, mas então, como observou Ramos, a decisão dos fazendeiros de permitir o cultivo de culturas alimentares entre os pés maduros de café baseou-se essencialmente em um cálculo econômico” (Stolcke, 1986; 68).

Dessa maneira, o momento de menos oportunidades de que Martins trata é, na interpretação de Stolcke, o momento de maior margem para o colono negociar as condições de sua reprodução e, com o aumento dos preços dos alimentos e tendo mais acesso ao plantio dos mesmos, também a crise acabava por melhorar as condições do colono juntar algum pecúlio. Faleiros (2002) vai além para mostrar como, em Franca, as crises dessa década de 1900 representaram mais do que uma fragmentação nas fazendas cafeeiras, a possibilidade dos colonos tornarem-se pequenos sitiantes²⁹⁶. Isto se dava porque, em meio ao agravamento das condições de pagamento, os fazendeiros da localidade chegaram a mudar o regime de trabalho, passando a aplicar a meação, ao invés do colonato, o que permitia um rendimento superior dos colonos com a divisão

²⁹⁶ “Com a quebra dos proprietários as terras foram desvalorizadas, abrindo espaço para a atuação dos colonos no mercado. Mesmo não operando sob condições ideais, eles reuniam valores suficientes para comprar pequenas partes de terras, previamente desvalorizadas, e/ou esperavam o final do contrato onde muito provavelmente os débitos do fazendeiro seriam acertados com pequenas partes de terras, fenômeno que, como vimos, expandiu o número de proprietários e diminuiu a média de cafeeiros por propriedade” (Faleiros, 2002; 17).

dos ganhos da safra: “No colonato a queda do preço recaía inteiramente sobre o fazendeiro-proprietário; na parceria era dividida, e mesmo que não fosse lucrativo ficar com apenas metade da produção, era positivo o fato de não assumir dívidas maiores com os colonos” (Faleiros, 2002; 12). Procuramos delinear um entendimento da fragmentação das grandes propriedades (na seção 1), com a ocupação dos piores solos, a partir da sugestão de Faleiros (2002) sobre a possibilidade dos meeiros terem acesso a certa acumulação nestes períodos de crise, quando o colonato podia ser revertido em meação, para minimizar os riscos.

A retomada dos plantios de que falou Monbeig, em decorrência da política de valorização e da diminuição dos estoques devido à safra ruim de 1907-1908, levaria a um novo incremento nas plantações; com elas novos imigrantes seriam requeridos em grande escala novamente e as facilidades para o plantio intercalar dadas pela crise seriam novamente restringidas. Para Stolcke, a melhoria nas condições de reprodução do colono só se davam nos períodos de crise, quando os fazendeiros eram levados a ceder aos plantios de alimentos entre os cafezais.

“De fato, foi quando abaixaram os preços, como ocorreu na virada do século, que os fazendeiros, mesmo na antiga região estabelecida, permitiram aos trabalhadores o plantio intercalado de gêneros alimentícios. Quando os preços estavam baixos, o efeito negativo do plantio intercalado no rendimento do café se tornava negligenciável. (...) Uma vez que os preços do café começaram a melhorar, em particular depois de 1910, os fazendeiros *proibiram* o plantio intercalado, a fim de proteger o rendimento do café” (Stolcke, 1986; 82).

Então, podia-se aumentar o salário nominal em dinheiro, o que tendia a ser uma ilusão de compensação. Na mesma linha da argumentação de Martins (1989, e também 2000), sobre a imigração espanhola tardia, o que restava ao colono era uma área separada do cafezal para o plantio de alimentos, o que aumentava sua jornada de trabalho. As piores greves de colonos acontecem nesse período de ascensão entre 1907 e 1913, entre elas uma grande greve na Fazenda Boa Esperança, em Monte Verde, Cajobi-SP, comarca de Olímpia, relatada por Herbert Klein:

“Um caso particularmente surpreendente para a comunidade local foi o da fazenda Boa Esperança, em Monte Verde (na divisa São Paulo-Goiás), um dos poucos cafezais de grandes dimensões de propriedade de um espanhol, nesse período inicial da imigração. No caso, o dono era um galego conhecido como Don Juan Saborida, que era também capitão da Guarda Nacional. A propriedade era dirigida por vários membros da família e produzia 14 mil arrobas de café por ano, com a utilização de 45 famílias de colonos, a maioria de origem espanhola. Em maio de 1913, as

famílias, com exceção de dezesseis, entraram em greve por causa dos salários e das condições de trabalho e foram expulsas da fazenda. No contrato com as dezesseis famílias restantes, os proprietários impuseram condições bastante duras, incluindo limites muito estritos sobre as plantações de alimentos permitidas aos colonos e a exigência da venda de todos os produtos ao dono da fazenda” (Klein, 1994; 26-7)

Porém, a Primeira Guerra Mundial interrompe a alta averiguada no período²⁹⁷. Os fazendeiros novamente teriam recorrido ao expediente de ceder mais terras para o plantio de alimentos, inclusive dentro dos cafezais. O período mostra, assim, uma nova retração nas imigrações²⁹⁸, algo só retomado depois que a grande geada de 1918 diminuiu os estoques dos anos seguintes, por afetar gravemente os cafeeiros do estado. O número de imigrações subsidiadas, apesar de permanecer significativo durante todo o período, vai decaindo na correlação com as imigrações totais, na comparação com a participação que tinha nestas no período anterior.

A retomada ainda não fazia por concorrer com as maiores altas no fluxo migratório da década de 1890 ou mesmo de pouco antes da guerra. Mas o período de mais rápido crescimento da cafeicultura estava começando.

²⁹⁷ “A guerra pôs um fim provisório à imigração e fechou os mercados europeus ao café. Os preços novamente declinaram, houve pressão sobre os salários, e os preços dos alimentos continuaram a subir: uma combinação de circunstâncias muito semelhantes à que prevalecia na virada do século” (Stolcke, 1986; 82-3).

²⁹⁸ “Durante os anos de 1915 a 1918, o número de entradas de estrangeiros ficou bastante reduzido, sendo a média anual de 27.000 pessoas. A partir de então, os portugueses voltam a constituir o maior contingente de estrangeiros entrados no país. Também aumenta a representatividade dos grupos englobados na categoria ‘outras nacionalidades’” (Levy, 1974; 54).

10.3. Terceira fase: ascensão da cafeicultura na gestação da crise de 1929 e o depois

Os anos 1920 vêm um aumento progressivo do preço do café, o que acarreta uma necessidade de trabalho intensivo no cafezal para uma produção melhor, em detrimento das culturas alimentares dos colonos, especialmente nas áreas de cafezal formado e antigo, em que elas tinham que ser fora do cafezal. Os fazendeiros, então, estavam dispostos a pagar mais pelo trabalho dos colonos, porém, mais uma vez, as áreas novas traziam o atrativo de permitir o cultivo intercalar: “Entre 1919 e 1930, quase 700 milhões de novos pés de café foram plantados no Estado de São Paulo, em parte por fazendeiros que estavam abandonando as regiões cafeeiras decadentes” (Stolcke, 1986; 89-90). O número de cafeeiros, portanto, disparou e as novas plantações, juntamente com a infra-estrutura de transportes e urbana que as pressupunham e que elas alimentavam, levavam à multiplicação dos municípios: 87 novos, entre 1910 e 1929²⁹⁹. É este o período de maior crescimento da cafeicultura na área de Olímpia, que, apesar de ser bastante marcada pela pecuária, recebeu mais de 10 mil imigrantes no período, 4,3% do total (Monbeig, 1998; 194).

No geral, o número de imigrantes acompanharia essa expansão, mas a crise de 1929, seguida pela Revolução de 1930, fecharia as portas do estado de São Paulo a qualquer entrada de estrangeiros ou mesmo migrantes nacionais. Os números sobre imigrantes espontâneos ou subsidiados também deixam de ser especificados entre 1929 e 1934.

²⁹⁹ “De 710 milhões de pés de café em 1909, passou-se a 828 milhões em 1918 e para mais de um bilhão, em 1927. Isso sem contar as novas plantações feitas para substituir os cafezais velhos das zonas antigas. As zonas pioneiras participaram do novo período de prosperidade. A euforia estava de volta e, outra vez, multiplicou-se a criação de municípios. Entre 1910 e 1919 foram criados 32 e entre 1919 e 1929, 55” (Silva, 1996; 282).

Uma população estrangeira elevada se consolidara em São Paulo, com o influxo que abordamos. Em 1900, os estrangeiros já representavam 21% da população do estado. Mas esse seria o momento de maior concentração de estrangeiros no estado. A população como um todo apresentou um crescimento impressionante, não acompanhado pelo crescimento da população estrangeira, sugerindo que a imigração deixava de cumprir o seu papel inicial de formadora da superpopulação relativa no estado. A migração nordestina começava a ganhar o fôlego que tomou sobretudo a partir dos anos 1940.

População total e estrangeira no Estado de São Paulo (1890-1970)			
Ano	População total	População estrangeira	% estr./total
1890	1.384.753	75.030	5,4
1900	2.279.608	478.417	21
1920	4.592.188	829.851	18,1
1934	6.433.327	932.691	14,5
1940	7.180.316	814.102	11,3
1950	9.134.423	693.321	7,6
1970	17.771.948	703.526	4

(Fonte: adaptado de Baeninger & Bassanezi, 2004; 2)

A partir de 1930, uma série de medidas restritivas procurará conter a imigração estrangeira para o Brasil como um todo. Nas Constituições de 1934 e de 1937, estas se acentuam, até se implementar um regime de cotas³⁰⁰. Não servindo para interromper as entradas de imigrantes, em realidade, o regime de cotas acaba por levar a uma grande diversificação das nacionalidades dos estrangeiros entrados em São Paulo. Os grupos de italianos e espanhóis que, por dado período, procuraram conservar suas particularidades culturais, contrapostas às posições exercidas por trabalhadores brasileiros em fins do XIX e princípio do século XX, irrompendo inclusive conflitos entre esses grupos, como abordam os estudos de Karl Monsma, teriam, na visão de Pierre Monbeig, se diluído, na década de 1940: “A fazenda e o colonato dissolveram italianos, espanhóis e portugueses na coletividade brasileira” (Monbeig, 1998; 379).

A Hospedaria dos Imigrantes passaria, em larga escala, a direcionar *migrantes* de outros estados da federação, principalmente a partir dos anos 1940. Relatos como o do ex-meeiro de Barretos, João Preto (entrevista gravada de 28/6/2007), e do ex-mateiro Sr. Domingos (entrevista gravada de 18/7/2007) mostram as “facilidades”

³⁰⁰ “O regime de quotas fixa uma taxa anual de 2% sobre o efetivo total dos imigrantes de um dado país, entrados a contar de 1.º de Janeiro de 1884 a 31 de Dezembro de 1933” (Levy, 1974; 55).

proporcionadas pelo Estado de São Paulo para o retirante se alocar numa propriedade do interior do estado. Além de banho e refeição na Hospedaria, ambos disseram sair de São Paulo já com emprego arrumado rumo às fazendas em Barretos e Severínia, respectivamente.

Assim, se já no período de 1921 a 1940, a entrada de migrantes brasileiros supera em pouco a de imigrantes estrangeiros, em São Paulo, 694.408 a 661.921, de 1941 a 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, os migrantes brasileiros são a grande fonte de força de trabalho extra para o estado. 144.396 brasileiros de outros estados vieram para São Paulo no período, enquanto apenas 4.763 estrangeiros fizeram o mesmo (Baeninger & Bassanezi, 2004; 3). Um mercado de trabalho nacional parecia, então, estar se unificando, no que o papel centralizador do Estado getulista parece ter contribuído.

A Constituição de 1946, no entanto, amenizando as restrições então vigentes com o sistema de cotas, contribui para uma retomada da imigração para o Brasil como um todo e para São Paulo. O contingente de imigrantes segue bastante heterogêneo, com importante participação da imigração de japoneses, algo que já ocorria desde 1908, mas com importância crescente a partir dos 1930. Começa-se, no período, a registrar as chamadas “imigrações dirigidas”, com o destino do imigrante já pré-fixado, principalmente para indústrias³⁰¹.

10.4. Conclusão parcial: formação da superpopulação relativa nas fases de expansão da cafeicultura

De maneira geral, pode-se concluir, pois, que a imigração estrangeira teve um papel importante no crescimento da população do estado³⁰², algo que pode ser claramente ampliado para a migração nordestina no período, contribuindo, pois, para constituir a superpopulação relativa necessária à lei geral de acumulação do capital não só na industrialização que se processou notadamente na capital do estado, mas na

³⁰¹ “A partir de 1953 iniciam-se imigrações, chamadas dirigidas, algumas das quais “demandam principalmente o setor industrial” (JORDÃO NETTO & Bosco). Em São Paulo, por exemplo, entre 1957 e 1961, mais de 30% da imigração espanhola, mais de 50% da de italianos e 70% da grega, era dirigida” (Levy, 1974; 55).

³⁰² “Em termos quantitativos, o efeito direto da imigração no crescimento total da população, no período 1890-1940, foi estimado em 10,04% e o indireto em 5,26%. A imigração exerceu uma influência indireta no crescimento da população brasileira através da fecundidade das mulheres estrangeiras. Sendo a fecundidade mais alta a das mulheres de origem italiana e a mais baixa a das alemãs, é de se supor que, essa influência tenha operado diferencialmente, de acordo com as áreas de maior concentração de imigrantes, de cada nacionalidade” (Levy, 1974; 68)

passagem seguinte que leva ao fim do colonato e à consolidação do chamado “agronegócio” no campo paulista.

Notamos, aliás, no breve histórico retomado, que o colonato persistiu nos anos que se seguiram às grandes transformações dos anos 1929-1930. O contingente de trabalhadores que compuseram o colonato, no entanto, foi gradativamente modificado, no que diz respeito à origem dos mesmos. A imigração nordestina, que começa-se a ser verificada, indica, pois, a formação de um mercado de trabalho nacional. Resta saber até que ponto o próprio colonato também não foi sendo gradativamente modificado no mesmo decorrer. Partiremos agora para uma análise detalhada do contrato de colonato e da sua aplicação, segundo os registros de uma caderneta de colono, numa propriedade cafeeira da área de Olímpia, durante a década de 1940, para depois cotejar os dados com a folha de pagamento de outra propriedade cafeeira na mesma localidade, a fim de pensar o colonato após 1930 e na relação com o que já foi pensado para o colonato até 1930.

PARTE II – A região do colonato na área de Olímpia, no período final de sua crise

Até aqui a análise do colonato passou por diversos pontos, notadamente os seus pressupostos. Não deixamos, todavia, de passar por muitos aspectos que faziam parte do próprio *sistema do colonato*, especialmente quando tratamos de sua consolidação, no período de implementação da grande imigração (Seção 2, parte II). Abordamos, também tangencialmente, o colonato na exposição das fases da imigração subvencionada e da cafeeicultura, na parte anterior desta seção. De certo modo, a noção do que consiste o colonato também esteve implícita em toda a análise da formação da propriedade privada em Olímpia e na contraposição também implícita do colonato à meação, durante a seção 1, quando tratávamos do processo local concreto de autonomização da renda fundiária. Agora é o momento de concluir a análise sobre o colonato focando a maneira como o contrato estava “juridificado” (Kurz, 1997) e como se dava a reprodução de um trabalhador neste regime de trabalho, contrapondo um caso particular com o de todos os trabalhadores de uma fazenda na área de Olímpia.

11. O contrato de locação de trabalho do colono João da Silva e a dinâmica de aplicação do colonato em Olímpia

11.1. Observações sobre o contrato de trabalho do colono João da Silva

O contrato de trabalho que vem no começo da caderneta de colono de João da Silva, referente ao período de 1945 a 1949, pode ser considerado um padrão para os contratos durante o colonato, porque guarda muitas semelhanças com o contrato que já se firmava no começo do século XX e também com o contrato que precede a contabilidade da caderneta de um diarista, também denominado camarada, tal como observamos na caderneta de Benedito Paioli, referente aos anos de 1961 a 1965. Assim, mais que um contrato específico para o colonato, tratava-se do meio padronizado para o acerto de contas de trabalhadores rurais numa fazenda de café. Por isso, embora tivessem outras formas de emprego da força de trabalho na área (vaqueiros, camaradas, meeiros, maquinistas, etc.), era ao emprego do colono nas fazendas de café que estas outras formas se referenciavam, no que se reforça a noção desta região como a do *colonato*. O longo período em que esteve em vigor também deve ser ressaltado, tendo em consideração que a legislação trabalhista para regular as atividades dos trabalhadores rurais em geral só seria consolidada ao final do período em questão, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963.

Com o título de “Contrato de locação de trabalho”, o contratante-locatário em questão era a firma A. Bulle & Irmão, dos irmãos Arnaldo e Augusto Medeiros Bulle, proprietários da já bastante comentada (cf. Seção 1, parte II, e Seção 3, parte I) *Fazenda Boa Esperança*, no distrito de Monte Verde, do município de Cajobi, da comarca de Olímpia. O contratado-locador era João da Silva, descrito ali como brasileiro e casado, contratado para a ocupação de colono, a partir de 1º. de outubro de 1945. A “forma de pagamento dos salários” seria bimestral.

O contrato abarcava 23 cláusulas a serem mais bem determinadas segundo o acordo firmado entre as partes, incluindo duas cláusulas totalmente em branco a serem preenchidas conforme as disposições particulares. Embora, no caso da caderneta de João da Silva, praticamente todas as lacunas terem permanecido em branco, com exceção única da cláusula 17^a., que estipulava o número de cafeeiros a serem tratados e sua remuneração, além dos preços das diárias e da colheita do café, o contrato em questão evidencia aspectos próprios do sistema de trabalho que se consolidou na

cafeicultura do Oeste Paulista, a partir da análise dos quais podemos problematizar essa relação de produção.

Estabelecendo, logo de início, as obrigações de ambas as partes no acordo a ser mais especificado nas cláusulas seguintes, o contrato de trabalho (cláusula 1^a.) começa com as disposições acerca dos *fornecimentos gratuitos* a que o proprietário estava obrigado. Naquilo que teria sido fundamental no estabelecimento do colonato e na solução dos problemas de endividamento das experiências de parceria durante as décadas de 1840 e 1870, conforme o que já foi tratado, o primeiro ponto diz respeito ao fornecimento gratuito de meios de transporte para o trabalhador, sua família e suas bagagens, da estação mais próxima até a fazenda. Tratava-se de um complemento a toda a estrutura que se firmara de subvenção da imigração, que já fizera por trazer em boa parte os trabalhadores de seus países de origem até o porto de Santos e daí até a referida estação mais próxima à fazenda. Assim, tampouco se poderia esperar que o trabalhador custeasse a etapa final de sua viagem até o local de trabalho, no caso a fazenda de café.

As restrições às possíveis e prováveis induções ao endividamento do trabalhador seriam reforçadas na cláusula 3^a., respaldada no código civil então vigente, que proibia qualquer adiantamento feito pelo proprietário, a não ser para a alimentação dos recém-chegados, estando também aí proibidas quaisquer cobranças de juros. Como continuação à lógica dessa cláusula, a 13^a. dispunha sobre a “liberdade” do locador-trabalhador de comprar as mercadorias de que viesse precisar onde bem entendesse, mostrando também a intenção (não necessariamente cumprida) de uma restrição a práticas que pudessem conduzir a um endividamento do trabalhador, como a obrigação de realizar suas compras no armazém da fazenda.

Possibilitada a chegada sem (ou com pouco) endividamento até o local de trabalho, os pontos seguintes (Cláusula 1^a., pontos b, c, d, e) lidavam sobre as condições de reprodução desse trabalhador no mesmo local, sendo que seria a fazenda também a sua moradia. De modo semelhante como Franco (1984) tratou a fazenda no período colonial como unidade contraditória de local de produção e lar, o mesmo se poderia dizer para o fato do colono morar na propriedade cafeeira. Sendo, pois, a fazenda o seu local de trabalho e seu lar, haver-se-ia que regular conjuntamente sobre esta dupla disposição, ou sobre essa ausência de separação entre o local de reprodução da família do trabalhador e o local de trabalho.

Portanto, as medidas dessa primeira cláusula contratual estipulavam já a concessão de parte da área da fazenda para viabilizar a vida dessas famílias que para ali

afluíam não só para a produção de café, mas para morar num sentido amplo do termo. Assim, cabia ao fazendeiro fornecer casa de moradia, pasto para criação, “na proporção da empreitada do locador e sua família”, terras para a plantação de mantimentos, também proporcionalmente à empreita assumida, e terreno para horta e pequena criação. Essas proporções e também as referidas quantias a serem descontadas pelo serviço eventual fornecido pelo proprietário para o transporte da produção do trabalhador ou pela luz elétrica fornecida deveriam ser especificados na cláusula 18ª, após a determinação da empreita a ser assumida pelo locador.

Essa criação “particular” do colono (locador, trabalhador) era de completa responsabilidade dele e de sua família, sendo obrigada a ser realizada em local apropriado – no caso de porcos, nos chamados mangueirões – para evitar quaisquer danos dos animais às plantações da fazenda e às dos demais colonos (Cláusula 6ª.), sob pena do mesmo responsável ter que pagar a necessária indenização pelos estragos eventuais. Por outro lado, essas “propriedades” do trabalhador, os animais e as suas plantações, eram garantias para eventuais dívidas do trabalhador com o proprietário (Cláusula 11ª.). Também o contrato procurava dar liberdade para o trabalhador vender sua produção onde lhe fosse mais vantajoso, conforme a cláusula 13ª., apesar de haver ali uma alusão à “preferência do locatário em igualdade de preços”.

O contrato mesmo, dessa maneira, vai antecipando a maneira como o colono irá se reproduzir (antecipando porque o contrato pré-existia ao acordo firmado). Essa reprodução, não estando limitada ao dinheiro recebido (salário) em troca das horas de trabalho cedidas, aparece nas disposições sobre a “produção” própria do colono. O salário não está, assim, completamente monetarizado, porque a cessão de meios de produção (terras) para o cultivo do colono fazem parte da troca acordada para que o trabalhador “alugue” a sua força de trabalho ao fazendeiro. O contrato, por isso, não pode ser meramente um contrato de trabalho, no sentido *stricto* do termo, regulando aqui para além do “trabalho” contratado para o serviço nos cafezais. A cisão (Sholz, 1996) aparece no modo como o homem é quem assina pela família, mas o contrato deixa entrever elementos da reprodução dessa família (cessão de casa, animais, local para horta e plantio, etc.), que um contrato puramente de trabalho não trataria. Esses elementos da reprodução, no entanto, são tratados sob a lógica do *valor*, isto é, a cessão

se dá na proporção do quanto a família colona assume no trato do cafezal³⁰³, desde que estes elementos da reprodução dos colonos não prejudiquem a propriedade, sob pena³⁰⁴ de que sejam utilizados como forma de pagamento para ressarcir os danos eventuais.

Por sua vez, além do que lhe foi cedido em terras e casa de moradia, em troca do salário que seria adiante estipulado, o locador (trabalhador) tinha suas obrigações, que diziam respeito às funções próprias do colono. Eram elas, em primeiro lugar (Cláusula 2ª., pontos a, b, c, d, e), o trato do cafezal, o que incluía, em linhas gerais, a limpeza do mesmo com as necessárias carpas; a replanta de pés mortos ou erradicados; a varreção; e a colheita. Mas podiam haver outros serviços (Cláusula 2ª., §g). Dentre eles, e colocados à parte, havia mesmo serviços a serem realizados sem remuneração adicional, “quando e como o determinar o locatário ou a administração da fazenda” (Cláusula 4ª.): roçar o pasto da colônia, consertar suas cercas, reparar o caminho até a estação ferroviária e agir nas emergências, contra incêndios.

No caso do trabalhador não conseguir cumprir as tarefas que lhe foram incumbidas, a fazenda poderia mandar fazê-lo outro trabalhador, descontando do primeiro trabalhador (Cláusula 5ª.), exceto em caso de doença.

Além da determinação sobre os deveres de ambas as partes – as cessões do proprietário e as incumbências do trabalhador –, o contrato previa as condições para o seu próprio rompimento. *Pelo lado do empregador*, ou, como se preferia dizer, do locatário, podia-se romper o contrato de locação apenas segundo as justas causas. Estas abarcavam desde situações em que, provavelmente prevendo crises, o fazendeiro não pudesse mais empregar o locador (Cláusula 7ª., § I), passando por “desvios” de conduta

³⁰³ Em entrevista de 18/7/2007, em Monte Verde, o ex-colono e ex-administrador da Fazenda Boa Esperança, Osvaldo Nogarol afirmou que o número de animais que cada colono podia criar, a porção de pasto a que tinha direito, o tamanho das fileiras de milho plantado por cada família na *palhada* coletiva, além do plantio intercafeeiro, eram cedidos na medida proporcional do tanto de pés de café que cada família cuidava. Nelson da Silva, entrevista de 2007, e Armando Paioli, em 27/01/2009, confirmaram que o mesmo era praticado na Fazenda Monte Verde. Stolcke (1986, cap. 1), aliás, mostrou, conforme recuperamos na Seção 2, parte II, que a limitação do plantio alimentar à empreita assumida e a determinação do número de carpas foram passos decisivos para o sucesso do colonato, em contraposição à situação anterior nas experiências de parceria, quando os colonos acabavam por trabalhar mais em suas produções de alimentos do que no cafezal.

³⁰⁴ Que a produção do colono possa ser utilizada como meio de pagamento de eventuais dívidas do colono ou para pagar quaisquer danos provocados por este ou sua família na fazenda só reforça a noção de que a forma social em que a região do colonato está inserida permite abarcar tudo como mercadoria, passível de se trocar por dinheiro. Mesmo que esses elementos da reprodução, de fato, sejam para o auto-consumo da família colona (o que as pesquisas apresentadas na seção 2, parte II, parecem mostrar não ser bem o caso), podiam se tornar mercadorias, para aqueles pagamentos.

do locador (ofensas, vícios, insubordinação - § II, IV, V), até chegar nas possíveis atribuições de incapacidade do locador cumprir suas obrigações, seja por enfermidades ou imperícia (§ III, VI). Na ausência de tais justificativas, o locatário deveria ressarcir o locador, pagando-lhe inteiramente pelos serviços já realizados e pela metade o que estava contratado para ser feito até o fim do contrato (cf. Cód. Civil, art. 1.228). Assim, fica aberta a possibilidade de, em caso de demissão por justa causa, não se pagar pelo serviço já realizado.

Pelo lado do empregado-locador, poder-se-ia dar por encerrado o contrato no caso em que fosse obrigado a realizar tarefas para além das acordadas no mesmo contrato, podendo ser estas o exercício de funções públicas incompatíveis com o trabalho (Cláusula 8ª, § I), mas também aquelas que diziam respeito a excessos do locatário-empregador (§ III). Excessos que podiam ser também condizentes com a falta de respeito ao trabalhador como pessoa, ou à sua família (§ VII), ou no rigor aplicado (§ IV), como também no que pudesse levar a qualquer risco à sua saúde (§ V). Por fim, também o descumprimento do locatário com as suas obrigações podia incorrer no rompimento do contrato. Na ausência de tais casos, se o contrato fosse rompido apenas pela vontade do trabalhador, este deveria receber pelo que já tivesse feito e, por sua vez, pagar uma multa ao locatário, “a título de perdas e danos”, de metade do que deveria ser realizado até o término do contrato.

Ressaltava-se, com isso, o caráter contratual de livre acordo entre as partes, que, do mesmo modo como concordaram em trocar suas mercadorias (dinheiro e meios de produção de um lado e força de trabalho do outro), podiam romper o contrato firmado. A liberdade positiva (conforme a noção contraditória de liberdade moderna apontada por Marx para o processo de mobilização, nos termos de Gaudemar), isto é, a liberdade de poder escolher onde e com quem trabalhar implicava o direito de deixar o trabalho. Definitivamente, não estávamos mais nos marcos do trabalho (cativo, compulsório) no período colonial, mas este trabalho livre, conforme estamos notando, ainda não era um trabalho assalariado, no sentido clássico do termo. A transição do período regional está impressa nesse regime de trabalho, em que pela força de trabalho o fazendeiro paga salário em dinheiro e cede parte dos meios de produção para o uso próprio do mesmo trabalhador.

Depois de cláusulas prevendo o registro de créditos e débitos do locador pelo locatário, na caderneta em questão, e seus acertos ou pendências (cláusula 12ª.); prevendo a duração do contrato por um ano agrícola (14ª.), com a possibilidade de

renovação ou prorrogação (9^a), havendo multa para a suspensão posterior da prorrogação (10^a), o contrato dispunha ainda de possíveis multas ou indenizações a serem aplicadas ao locador. Por perturbar a ordem, a multa prevista era de Cr\$ 10,00 (Cláusula 19^a), o que equivalia à época a uma diária normal de um trabalhador adulto. Por causar qualquer prejuízo à fazenda, a indenização seria para ressarcir-lo na mesma medida do estrago causado (20^a). Tais punições valiam não só para o contratado, ou locador, como também para os membros de sua família, ou “pessoa que de si dependa”.

Assim, finalizava-se o contrato com o acordo entre as partes, que estariam cientes do andamento do contrato pelo controle realizado através da caderneta e dos registros da fazenda (Cláusula 23^a). Cabia, então, firmar as referidas assinaturas, o que não chegou a ser feito.

O contrato de trabalho do colonato expressa pontos importante de um regime de trabalho que se deu no período que estamos aqui tentando reconhecer como *regional*. Isto é, além da própria confirmação do “trabalho” como trabalho *livre*, estipulando a necessidade de acordo entre as partes, portanto já não mais no âmbito da colonização por meio da escravidão, o mesmo contrato evidenciava aspectos de regulação sobre a reprodução do trabalhador, que morava na fazenda onde iria trabalhar. Dessa maneira, não era meramente um contrato de locação de trabalho como se auto-intitulada, mas tinha que legislar sobre uma situação em que o trabalhador tinha que morar no local de trabalho, naquela unidade contraditória que era a fazenda (Franco, 1984). Por essa configuração, a parte cisionada neste *patriarcado produtor de mercadorias* (Scholz, 1996), referente à reprodução das condições de realizar o valor – em outras palavras, o âmbito familiar a reproduzir o trabalhador –, ainda não se encontrava totalmente “à sombra do valor” (Scholz, 1996; 18) ou obscurecido atrás de um salário em dinheiro que bancasse integralmente a reprodução dessa família, como se dá no assalariamento clássico. Essa “parte” da mesma unidade cindida que era a família colona também estava, pois, “juridificada” (Kurz, 1997) ou regulada, ainda que marginalmente, nas cláusulas deste contrato. Nestas condições, o trabalho não poderia ainda ser considerado como trabalho assalariado, no sentido de haver um salário puramente monetário e a separação completa entre trabalho socialmente necessário (para a reprodução da família do trabalhador) e mais-trabalho (para cumprir a reprodução ampliada do capital). Veremos agora como essa realidade não-autonomizada (Marx, 1986), estipulada já no contrato de trabalho, dava-se na prática.

12. Observações sobre os rendimentos do colono João da Silva (1945-49)

A caderneta de colono de João da Silva passa a registrar os débitos e créditos do trabalhador a partir de outubro de 1945, quando este se mudou de Marcondésia para Monte Verde, ambas então vilas dentro de Cajobi-SP, deixando o cafezal da família Campanelli para trabalhar com os Bulle³⁰⁵. Portanto, no início do ano agrícola de 1945-1946, que começa em outubro do primeiro e se encerra em setembro do ano seguinte, ao término da colheita do café.

Assim, os primeiros meses, de outubro e novembro, registram primeiramente apenas débitos, desde o dia 6 de outubro de 1945, quando se observam débitos a “Ord. 1646 A. Bulle & Cia” e “Ord. 231 Antonio Melotti” nos respectivos valores nominais de Cr\$ 280,00 e Cr\$ 70,00. No dia 25 de outubro, novas entradas de débito referentes a “Ord. 216 Henrique Cabral” – Cr\$ 10,00; “Ord. 217 Antonio Melotti” – Cr\$ 5,00. Novamente, outras entradas no dia 27 de outubro e 30 de outubro. Depois, no dia 30 de novembro, entradas de débito a “Remédios no Emiliano” – Cr\$ 124,80 e “Cop. Médica 7 ps.” – Cr\$ 11,20, quando, pela primeira vez, constam créditos relativos a “3 $\frac{3}{4}$ dias sua filha” – Cr\$ 28,10 e “1º. Bimestre de 5.926 Cafs.” – Cr\$ 790,10. Tem-se, então, anotado o “Balanço” do bimestre indicando um total de débitos de Cr\$ 867,00 para um de créditos de Cr\$ 868,20. Portanto, um saldo credor de Cr\$ 1,20, constando na linha de baixo um pagamento de Cr\$ 1,20.

Data		Colono	Débito (Cr\$)	Crédito (Cr\$)
1945	Dia	João da Silva		
Out	6	Ord. 1646 A. Bulle & Cia	280	
	6	Ord. 231 Antonio Melotti	70	
	25	Ord. 216 Henrique Cabral	10	
	25	Ord. 217 Antonio Melotti	5	
	27	Ord. 243 Antonio Fernandes	218	
	27	Ord. 244 Antonio Melotti	60	
	30	26 Ls. Arroz para planta	26	
Nov	30	Cop. Médica 7ps.	11,2	
	30	Remédios no Emiliano	124,8	
	30	5 dias de Novembro		50

³⁰⁵ Entrevista com o filho de João da Silva, Nelson da Silva, que tinha à época do referido contrato 8 anos de idade, realizada em Monte Verde, no dia 28 de maio de 2007.

	30	3 3/4 dias sua filha		28,1
	30	1o. Bimestre de 5.926 Cafs.		790,1
Balanço			867	868,2
Saldo Credor				1,2
Pagamento			1,2	

O início da compreensão dos dados da tabela de rendimentos, que consiste no corpo da caderneta do colono João da Silva, passa, pois, por começar a decifrar o conteúdo dos campos que a compõem, para depois se compreender a lógica por trás das variações apresentadas. Desta, buscaremos algumas implicações a respeito do funcionamento do colonato na localidade, em comparação com o que já se analisou do mesmo em geral.

Para tanto, temos que retomar informações que estão para além da mesma tabela. Começamos por notar que a caderneta de colono se iniciava especificando as partes envolvidas no acordo do contrato, cujas cláusulas (ao total, 23 cláusulas) seriam depois detalhadas. Logo após os nomes do contratante-locatário, a firma A. Bulle & Irmão, e do contratado-locador, João da Silva, vinha um campo que atestava a “forma de pagamento dos salários” como sendo de 60 em 60 dias, portanto bimestralmente. Adiante, conforme delimitação da cláusula 12ª., que tratava do uso desta caderneta para os referidos registros, havia a cláusula 17ª., a finalmente estipular:

“O locatário obriga-se:

a) creditar ao locador, na presente caderneta:

*pelo trato **café por mil pés ao ano (Cr\$ 800,00) Oitocentos cruzeiros***

pela carpa avulsa de³⁰⁶(Cr\$......)

*pela colheita de cada **saco de café c/ 110 lt (Cr\$ 5,00) Cinco cruzeiros***

*por dia de serviços **s/ comida (Cr\$ 10,00) Dez cruzeiros***

b) a efetuar o pagamento, em dinheiro, de 60 em 60 dias na razão do ganho ou de Cr\$......(.....)

*pelo trato de **5.926 caf.***

c) a fazer o pagamento da e a liquidação final do ano agrícola, imediatamente à terminação dos respectivos trabalhos;

d).....”

e).....”

(Caderneta de colono de João da Silva, 1945-1949, contrato).

Sendo o pagamento bimestral, por isso, inicialmente, os primeiros meses registrados apontam apenas os débitos, sendo que o referente ao trato dos cafeeiros assumidos por João da Silva e sua família aparece como último lançamento na tabela no

³⁰⁶ Item riscado a caneta na caderneta. Não há, pois, valor fixado pelas carpas efetuadas nem o número de carpas a serem cumpridas durante o período.

bimestre de outubro e novembro de 1945. Como o relativo ao “trato café por mil pés ao ano” era de oitocentos cruzeiros (Cr\$ 800,00), João da Silva receberia no ano agrícola de 1945-46, cuidando de 5.926 cafeeiros, um montante de Cr\$ 4.740,60. Como o pagamento era bimestral, esse montante era dividido em 6 parcelas iguais e fixas de Cr\$ 790,10, exatamente como o anotado no dia 30 de novembro, constando do crédito do colono.

Além desse, o outro crédito do colono no primeiro bimestre dizia respeito a “3 $\frac{3}{4}$ dias sua filha” – Cr\$ 28,10. Temos aí, no entanto, além da verificação do trabalho familiar, com o controle feito na contabilidade do pai, João da Silva, a constatação inquietante de que a diária para os 3 $\frac{3}{4}$ dias trabalhados pela filha, Aparecida da Silva, equivalia a Cr\$ 7,49, ou Cr\$ 7,50 (arredondando). Este preço estava abaixo do preço de Cr\$ 10,00 pela diária (sem comida), estipulado na mesma caderneta, na cláusula 17ª. acima citada. Observa-se, pois, já uma diferenciação dessa unidade de remuneração, a ser aprofundada adiante em nossa análise, para o trabalhador homem, ou adulto, e para a trabalhadora, filha.

Compreendidos os dados de créditos até aqui observados, caberia procurar esclarecer sobre os débitos. Quanto a isso, cabe verificar que o que, no contrato, aparecia como passível de ser efetuado apenas de início, tornava-se prática instituída. Trata-se do disposto na cláusula 3ª., sobre os adiantamentos que a fazenda poderia realizar para a alimentação dos recém-chegados trabalhadores: “*O locatário não fará adiantamento algum, salvo o que for estritamente necessário para alimentação dos recém-chegados, ou no caso de moléstia, não podendo, porem cobrar, juros, em hipótese alguma, sobre os adiantamentos que fizer (Cód. Civil, art. 1.234)*”. Estes termos seriam novamente retomados na cláusula 12ª., §b, que delimitava o que deveria ser registrado na caderneta:

“O locatário mandará lançar, mensalmente, na presente caderneta, que é propriedade do locador, com toda a exatidão e clareza:

- a) os créditos provenientes do trato anual, das carpas avulsas eventuais, das colheitas efetuadas, bem assim de quaisquer outros serviços feitos pelo locador por ordem do locatário;*
- b) os adiantamentos feitos, de acordo com o que dispõe a cláusula 3ª.;*
- c) os pagamentos efetuados periodicamente;*
- d) o estôrno, pelo seu valor, ou conforme combinação, dos instrumentos de trabalho e utensílios domésticos, fornecidos ao locador;*
- e) as compras efetuadas pela fazenda de quaisquer produtos pertencentes ao locador;*
- f) as contribuições destinadas ao serviço de assistência médica e farmacêutica;*

g) os fornecimentos eventuais de instrumentos de trabalho e utensílios de uso doméstico;

h) as multas que forem impostas em virtude deste contrato;

i) as importâncias correspondentes aos serviços executados por terceiros, em virtude da disposição da cláusula 5ª.

Será considerado de nenhum efeito todo lançamento constante desta caderneta que se não relacione diretamente com a execução deste contrato” (Caderneta de colono de João da Silva, 1945-49, contrato).

A institucionalização dos adiantamentos pode, assim, ser primeiramente entendida como decorrência do pagamento bimestral pelo trato fixo dos cafeeiros sob incumbência da família do colono. Devido a isso, não haveria em geral dinheiro nas mãos do colono para comprar mantimentos ou quaisquer mercadorias, antes do acerto bimestral.

Um dos envolvidos diretos no processo aqui analisado, Nelson da Silva, filho do colono João da Silva, em entrevista de 2007, buscava uma explicação de que o dinheiro era, “mais ou menos, suficiente para o cara viver”. Suficiente o quanto, perguntamos na ocasião. “Era pouco, tipo o salário mínimo. Ou um tanto menos...”. Não era a única fonte de dinheiro para o colono, no entanto era a principal. “Esse era o crédito”, explicava Nelson da Silva. Depois, debitava-se, ao longo do bimestre, lenha (2m³), remédios na farmácia, mantimentos no armazém e carnes do açougue. Bem como eram fornecidos outros itens pela própria fazenda, tais como café, terra para plantar arroz e milho, vacas, bezerros e o boi, de acordo com o que já observamos no contrato de locação de trabalho.

“Naquele tempo não tinha dinheiro fácil igual hoje, não. Mas a gente também não passava necessidade”, insistia Nelson da Silva. O que tivesse que ser comprado na cidade, a fazenda “fornecia”, através das chamadas *ordens de fornecimento*. Com a dada autorização, todo bimestre, as mercadorias necessárias eram dadas ao colono pelo comerciante e o valor correspondente era debitado do da empreitada. O comerciante anotava tudo que o colono ia pegando, mandava a cobrança para o escritório e recebia da fazenda (Entrevista com Nelson da Silva, Caderno de Campo I, p. 23-8, Monte Verde, Cajobi-SP, 28/5/2007).

Como entender, pois, essa forma de se estabelecer a relação de trabalho? Pierre Monbeig (1998) chamava o colono de *operário agrícola*, mas este operário não recebia um salário mensal para cobrir suas necessidades. Recebendo bimestralmente, até o recebimento do salário pelo trato do cafezal e pelas diárias prestadas, o colono ia acumulando despesas no comércio local, que aceitava o “salário” futuro do mesmo

como garantia para ceder-lhe as mercadorias; a fazenda intermediava a ação, no que o compromisso coronelista tratado na Seção 1, parte II, parece encontrar aqui enormes semelhanças, na aparente troca de favores. Portanto, esse salário futuro aparece como *garantia de crédito* do colono na praça, junto ao comércio local. Assim, salário, lucro e juros parecem estar ainda confundidos nesta configuração social, que permite a mediação pessoal explícita nessas trocas de mercadorias, o que sugeriria uma aparência não muito moderna ou, ao menos, questionável. Daí o dinheiro não ter se interposto como forma de mediação geral e acesso a todas as mercadorias, apesar de estar sempre subentendido ali; o crédito antecipava um salário futuro e, então, conforme o colono ia consumindo, à hora do pagamento do “salário” o dinheiro tendia a aparecer em menor montante, sendo pago ao comércio pelo próprio fazendeiro. Não obstante, o colono produzirá café, a principal mercadoria de exportação do país de então e, também, a mediação do dinheiro estava pressuposta, com o colono podendo calcular seus ganhos e perdas na relação.

Dessa maneira, pode-se agora compreender a designação que aparece à frente das entradas de débito na contabilidade da caderneta: “Ord. 1646 A. Bulle & Cia” seria a ordem de fornecimento número 1646 (dentro dos registros gerais de fornecimentos da fazenda naquele dia), referente a um gasto do colono junto à firma A. Bulle & Cia, no valor de Cr\$ 280,00. Já a “Ord. 216 Antonio Melotti – Cr\$ 70,00” era a ordem de fornecimento número 216, referente a um gasto do colono com Antonio Melotti no respectivo montante. E assim por diante, incluindo os gastos que não tinham as designações “Ord.”, mas que constavam dos possíveis gastos da fazenda com o colono. De acordo com a mesma cláusula 12^a., §f, a fazenda deveria debitar os gastos com assistência médica e farmacêutica, o que explica, afinal, as entradas de “Cop. Médica 7ps. – Cr\$ 11,20”, relativa à cooperativa de assistência médica para as sete pessoas da família de João da Silva (ele, sua mulher, três filhas e dois filhos), e a de “Remédios no Emiliano – Cr\$ 124,80”. Como também a cláusula 12^a., §e, no que tange à compra pela fazenda de quaisquer produtos para o locador, explica a última entrada que restaria analisar no dito primeiro bimestre de 1945-46, que tratava de “26 Ls. Arroz para planta – Cr\$ 11,20”, evidenciando, por sua vez, o plantio de alimentos pelo colono.

Este colono, dessa maneira, além do salário bimestral – portanto, nessas condições já “confusas” de um processo de autonomização das categorias de reprodução capitalista (renda, salário, lucros, juros e mais-valia) –, como se observa, plantava arroz, reproduzindo a si mesmo, o que talvez também ajude a entender porque Nelson da Silva

dizia que se ganhasse “um tanto menos” que um salário mínimo de hoje. Também quanto a isso a aparência de “pré-capitalismo” deste período regional tenha sido tanto ressaltada na literatura consagrada.

De todo modo, os vinte bimestres seguintes, até o 2º. bimestre de 1949, quando a caderneta se completa, apresentariam o mesmo padrão, havendo apenas variações quanto ao conteúdo dos débitos e créditos e aos valores dos mesmos.

12.1. Despesas do colono

Para compreender as particularidades dos débitos anotados na caderneta do colono João da Silva, fomos levados a entrevistar alguns antigos moradores da Vila (hoje distrito) de Monte Verde, em Cajobi, comarca de Olímpia, e também os proprietários da Fazenda Monte Verde, na época uma seção da Fazenda Boa Esperança, desmembrada anos depois, em 1955.

Os comerciantes que verificamos nos registros da caderneta, Darly Gomide Arruda (entrevista de 22/01/2009), Maria Vassoler (entrevista de 20/01/2009), Nelson da Silva (entrevista de 25/01/2009) e Armando Paioli (entrevista de 27/01/2009), confirmaram ser: Antonio Melotti, proprietário do açougue; Antonio Moreno, loja de tecidos e roupas; Emiliano, farmácia; Paschoal, farmácia; Ramon Sevilhano, farmácia; José e João Fernandes, armazém; José Fragoso, armazém.

Aos poucos, portanto, pudemos organizar os dados da caderneta, agrupando os gastos do colono segundo as categorias de “açougue”, no qual incluímos todas as entradas de gastos referentes a ordens de fornecimento a Antonio Melotti, como também a entradas avulsas referentes a gastos com carne, como em 20 de abril de 1946 “5 K Carne” – Cr\$ 15,00, ou em 1º de março de 1947, com “14 k toucinho” – Cr\$ 112,00.

Na categoria de “armazém”, procuramos agregar os dados referentes a ordens de fornecimento a José Fernandes, a João Fernandes e a José Fragoso, como também somamos algumas entradas avulsas, como em 24 de dezembro de 1949, com “5 ½ quilos cebolas” – Cr\$12,80. Ao final, colocamos os gastos relativos a compras de tecidos ou vestimentas em Antonio Moreno nessa mesma categoria de “armazém”, para facilitar a análise. A partir do sexto bimestre do ano agrícola de 1946-1947, no entanto, a partir de 1º de agosto de 1947, os gastos com tal categoria começaram a declinar substancialmente, ao passo que os gastos semelhantes ao visto em 16 do mesmo mês de agosto, com a “Ord. 809 Coop.” – Cr\$ 300,00, começaram a tomar o seu lugar. Também Nelson da Silva (entrevista de 25/01/2009) e Armando Paioli (entrevista de

27/01/2009) explicaram tratar-se de uma cooperativa de laticínios aberta pela firma A. Bulle & Cia, que continha em suas dependências um armazém.

Na categoria “saúde” foram somados os gastos tanto com a cooperativa médica, fixos e cobrados mensalmente na proporção das pessoas da unidade familiar do colono João da Silva, como também os gastos com remédios, seja no Emiliano, no Paschoal ou no Ramon, os três farmacêuticos da vila. Ocasionalmente, apareceram entradas como, em 31 de março de 1948, “Cond. Dr. Godoy” – Cr\$ 40,00, e, em 30 de janeiro de 1948, “Cond. Dr. Salomão” – Cr\$ 30,00. O Dr. Adhemaro de Godoy, antigo prefeito de Cajobi e sócio de um dos proprietários da Fazenda Boa Esperança, Augusto Medeiros Bulle, na Fazenda Fortaleza, na mesma cidade, era o mais importante médico de Cajobi, desde fins dos anos 1920. Fosse uma consulta ou internação, tais gastos se enquadram na referida categoria de “saúde”, bem como possibilitam fazer o mesmo para o Dr. Salomão.

Afora gastos relativos a consumo de mercadorias (açougue, armazém e farmácia) e com serviços médicos, a caderneta indica gastos com serviços diversos prestados ou produtos e utensílios fornecidos pela fazenda, exatamente como previsto no contrato (Cláusula 12^a., §e, §g). Assim, achamos por bem não incluir na categoria de “armazém” itens de gastos como, em 26 de março de 1946, “31 Litros de fubá” – Cr\$ 25,20, por permanecer a dúvida se tais mercadorias eram fornecidas pelos estabelecimentos da vila de Monte Verde ou pela própria fazenda. Por outro lado, registros como, em 1 de junho de 1946, de “4K 150 Gs. Farinha de trigo” – Cr\$ 15,50 foram contabilizados em gastos de “armazém”, por sabermos que a fazenda ou os colonos não produziam trigo, certificando o item como mercadoria produzida fora do estabelecimento, algo que não se poderia confirmar para o fubá. No caso de entradas como, em 10 de setembro de 1946, “1 enxada” – Cr\$ 32,00, por sua vez, configura-se um fornecimento de ferramenta agrícola, mercadoria que a fazenda não poderia produzir. Ainda assim, preferimos deixar tais gastos à parte, numa categoria “outros gastos”, porque eram eventuais, permitindo futuramente pensar mais detidamente neles em separado. Por isso, gastos esporádicos com rastelos, sapatões, enxadas, sacos, arroz para plantar, caderneta e fubá foram colocados nessa categoria “outros gastos”.

Colocamos também à parte, numa categoria “acerto”, os fornecimentos de lenha que eram pagos ao final do ano agrícola. Diferente de certos registros, como em 18 de maio de 1946, “1 carroto de lenha” – Cr\$ 3,00, que permitia ser agrupado na categoria de “transporte”, os registros ao final do sexto bimestre, como, em 25 de setembro de

1946, “3 Carroças lenha Dur. Ano” – Cr\$ 30,00, não parecem dizer respeito ao transporte da lenha (carreto), mas ao fornecimento da própria lenha, que era extraída por camaradas da plantação de eucaliptos da propriedade, conforme adiantou-se no excerto da entrevista de Nelson da Silva, realizada em Monte Verde no dia 28/5/2007.

Entretanto, o colono não gastava apenas com consumo de mercadorias e serviços de saúde. A própria aquisição de rastelos, enxadas e sacos, mas principalmente de mercadorias que constituiriam certo, por assim dizer, capital circulante (mercadoria para a produção de outras mercadorias), como “arroz para planta[r]”, obriga-nos retomar a complexidade das relações sociais que compunham o sistema do colonato. Conforme evidenciamos a partir do contrato, o proprietário era obrigado a ceder terras para o plantio de alimentos por parte do colono contratado (Cláusula 1^a., §d, §e). Esses instrumentos de trabalho e as mudas ou sementes não eram, portanto, tão somente para o trabalho do colono no cafezal, constituindo, pois, os meios de trabalho a serem utilizados nos meios de produção (terra) cedidos pelo proprietário. Essa produção do colono se materializa na caderneta, nos gastos do colono com essas pré-condições para a mesma ocorrer, mas se mostra também nos gastos que o colono tem com o transporte das mercadorias produzidas e no beneficiamento do arroz.

Esta produção de alimentos por parte do colono teria sido da maior importância na composição dos seus rendimentos, como Verena Solcke (1984), Paula Beiguelman (2005), bem como Pierre Monbeig (1998) e Rogério Faleiros (2002) procuraram abordar. É também essa produção que fez José de Souza Martins (2000) ver aí – depois de corretamente apontar que a transição após 1850 não era diretamente para o trabalho assalariado, mas para o trabalho livre (ver Martins, 2000, cap. 1) – relações não propriamente capitalistas de produção. Como também essa produção aparece, no entanto, como produção de mercadorias (alimentos, que podem no entanto ser para o auto-consumo da família também), a afirmação se é ou não uma relação propriamente capitalista se torna, de fato, complicada. Preferimos, até aqui, uma interpretação através do processo de autonomização do capital (Marx, 1986), o que tem evidenciado, aos poucos, essas relações como, por assim dizer, reprodução das relações capitalistas *regionais* de produção. Nisto, a produção alimentar do colono aparece completamente mediada por sua inserção na produção de café, o que Martins também concordaria (Martins, 2000, cap. 3). Do mesmo modo, é o crédito que o colono tem nos armazéns locais (pelo engajamento nesta produção) que o permite acessar essas “pré-condições”

(sementes, rastelos, enxadas, etc.) para realizar essa sua produção de alimentos, em terras cedidas pelo mesmo fazendeiro que o emprega como *trabalhador*.

Retomando a análise da caderneta, dessa maneira, entradas como “1 carroto feijão da roça” – Cr\$ 3,00, ou “1 carroto arroz da roça” – Cr\$ 3,00, tão presentes ao longo da contabilidade da caderneta, evidências da produção particular do colono desses alimentos, foram agrupadas numa categoria especial de “transporte”. Por sua vez, outros registros, como o de 15 de maio de 1948 de “1 carroto e benef. 2 sacos arroz” – Cr\$ 10,00, foram desmembrados, incluindo o referente ao carroto na dita categoria de “transporte” e o restante numa outra categoria de “Beneficiamento”. Tais registros, no entanto, embora mostrem uma produção do colono e permitam ver a participação destas “categorias” nos gastos do mesmo colono, bem como certa sazonalidade própria destas culturas alimentares, nada atestam sobre o rendimento que tal produção proporcionava ao colono. Talvez esta seja a principal lacuna desta documentação, conforme voltaremos a mencionar adiante, quando tratarmos dos rendimentos do colono.

O colono poderia, ainda, “contratar” camaradas para realizar tarefas que pertenciam às suas obrigações ou ter descontado as diárias de empregados designados pela fazenda para realizar tais tarefas, exatamente como o previsto na cláusula 5ª. do contrato. Registros como “Pagto. Á Carregadores” – Cr\$ 41,70, em 12 de setembro de 1948, portanto em meio à colheita, ou “5 dias Camaradas Repasse”, em 30 de maio do mesmo ano, indicam que o colono estava sobrecarregado, passando, por isso, a ser obrigado a dividir sua empreita com camaradas, empregados às custas do próprio colono. Colocamos tais gastos ou descontos em folha de pagamento na categoria de “emprego”.

Esses descontos, já previstos no contrato, como vimos, deixam claro, por sua vez, a disponibilidade de trabalhadores (não colonos) para suprirem essa necessidade eventual. Há, em termos lógicos, algo próximo do que Marx apontou para a relação entre a autonomização da renda fundiária e a mobilização do trabalho (acumulação primitiva) que possibilita que o produtor direto, que se manteve na terra, possa encontrar trabalhadores já despossuídos desse meio de produção para contratá-los. O germe da aparição do arrendatário capitalista estaria aí. Porém, no caso, não estamos mais no processo de acumulação primitiva de que Marx tratava (notadamente para o caso inglês), mas na modernização retardatária materializada na região do colonato. Neste contexto, o trabalhador avulso, disponível para a contratação do colono, existia, não na proporção que permitisse pressionar o colono a se tornar um assalariado no

sentido clássico do termo. Na ausência de uma superpopulação relativa, o trabalhador avulso também morava na fazenda, era o chamado camarada. O colono, assim, pode ser confundido, no caso, com um arrendatário, mas ele segue primordialmente sendo um trabalhador, que, aqui, não deu conta de sua empreitada. As condições regionais, em que o salário ainda não está completamente autonomizado da renda, assim como o lucro, permitem descontar esse “salário” do colono, no pagamento do salário dos camaradas “empregados” pelo colono. Portanto, o colonato nem sempre representava vantagens para o colono, na comparação com as condições adiantadas de expropriação de um assalariado típico.

Por fim, os últimos tipos de gastos registrados diziam respeito a empréstimos de dinheiro e ao acumulado de débitos em geral. Isto é, por um lado, a firma A. Bulle & Cia, dos mesmos proprietários da fazenda Boa Esperança, portanto, os patrões de João da Silva, emprestava(m) dinheiro ao colono, conforme entradas como a de 7 de novembro de 1947: “Ord. 16 A. Bulle Cia Dinheiro” – Cr\$ 30,00; ou tais empréstimos vinham diretamente descontados na folha de pagamento, como no registro do dia 10 de setembro de 1946, com duas entradas de “Dinheiro pedido p/ o Geral”, uma de Cr\$ 300,00, outra de Cr\$ 200,00; ou apenas “Dinheiro pedido” – Cr\$ 300,00, 5/5/1948. Por outro lado, a fazenda cobrava tais empréstimos, que eram pagos em parcelas, como se pode observar nos primeiros dias do primeiro (1/10/1947), segundo (1/12/1947) e terceiro bimestre (1/2/1948) de 1947-48, com três registros de “Prest. Dinheiro Pedido” – Cr\$ 100,00.

O crédito do colono pelo engajamento na produção cafeeira não é, pois, aqui para a obtenção de mercadoria no comércio local, mas para a obtenção de dinheiro, junto ao próprio patrão. A noção invertida de que o capitalista adianta o salário ao trabalhador, que o paga trabalhando (ver Marx, 1985, I, t. 2; cap. 21, 22 e 23), é aqui explicitada.

Feito o balanço das contas (créditos menos débitos), ao final de cada bimestre, caso o saldo fosse positivo, havia um pagamento. Caso contrário, constatava-se um saldo devedor. Este, por sua vez, era embutido na contabilidade do bimestre seguinte como o primeiro débito contabilizado. Descritos os possíveis gastos que o colono tinha registrado na caderneta e a maneira como os agrupamos para um melhor entendimento, chegamos aos seguintes dados:

Rendimentos Colono João da Silva (1945-9)

Totais Gastos do colono João da Silva													
Saldos	Débitos	Armaz.	Açoug.	Saúde	Transp.	A. Bulle	Coop.	Empr.	Benef.	Empr.	Outros	Saldo dev.	Acerto
1o.Bim 46	867	228	135	136		280					26		
2o.Bim 46	814,90	580	117,7	98,2	3	10					6		
3o.Bim 46	768,40	500	110,5	26,7	3	100			3		25,2		
4o.Bim 46	868,20	556	155	135,2	9				6		7		
5o.Bim 46	909,80	580,5	180	137,3		10					2		
6o.Bim 46	1.763,80	760	260	63				500		17,1	32	101,7	30
1o.Bim 47	1.419,80	700	370	212,3		80					57,5		
2o.Bim 47	1.649	875	268	84	12	160		100		60,5		88,9	
3o.Bim 47	1.829,30	919	400	88,3	12	25			13		5	367	
4o.Bim 47	1.921,60	743	400	36,8	20				3		7,6	711,2	
5o.Bim 47	1.859,10	712,8	400	42,8								703,5	
6o.Bim 47	2.421,00	350	410,5	19,8			580	250		18,7		736	56
1o.Bim.48	2.080,70	7	550	183,3		30	1070	100			126	14,4	
2o.Bim 48	2.511,20	30	507,7	273,8	16		1016	100			10	557,7	
3o.Bim 48	2.830,50	31,5	500	527,8	4		845	100	6		35	781,2	
4o.Bim 48	2.931,30		550	33,8	24		450	300	12	65	60	1437	
5o.Bim 48	2186,8		680	86,3	8		500		15			897,5	
6o.Bim 48	3643,5		367,2	114,8		800	1000	500		41,7	55	675,8	89
1o.Bim 49	1769	14	464	97,9			973			165	55		
2o.Bim 49	1731,5	162,8	542,5	24,9	30		930			41,3			

Primeiramente, observamos o que já foi adiantado sobre o declínio dos gastos com armazém quando a cooperativa de laticínios, que continha um armazém dos mesmos donos da Fazenda Boa Esperança, é aberta em setembro de 1947. Em boa parte do ano de 1948, inclusive, não se registrou qualquer débito de compras nos armazéns particulares da cidade. Dessa maneira, a cláusula 3ª. do contrato de locação de trabalho, que abre a caderneta, dispondo sobre o fornecimento de alimentos pelo proprietário aos colonos, apenas nos primeiros momentos da chegada destes trabalhadores, era definitivamente ignorada. A cláusula 13ª., que assegurava a liberdade do colono comprar seus “gêneros” onde quisesse parece ter sido mantida, com a persistência de entradas na caderneta de ordens de fornecimentos a outros armazéns, ao menos nos primeiros bimestres a partir da abertura da cooperativa, da qual João da Silva adquiriu “1 quota parte Coop.” – Cr\$ 110,00, em 1º. agosto de 1947. Logo as compras se concentrariam na cooperativa, concentrando as possíveis vantagens do crédito nas mãos do proprietário fazendeiro.

Aliás, as ordens de fornecimento emitidas na forma de *vales* acabavam por constituir elas mesmas uma espécie de moeda própria, posto que funcionavam como meio de pagamento. Emitidas, na maior parte das vezes, em números arredondados – conforme se vê na sequência: “Ord. 264 José Fernandes” – Cr\$ 300,00, de 1/2/1946; “Ord. 544 José Fernandes” – Cr\$ 300,00, de 1/6/1946 e “Ord. 411 José Fernandes” – Cr\$ 300,00, de 3/8/1946 –, atrelavam de tal maneira o consumidor-colono ao

proprietário de armazém, porque só podiam ser consumidas na troca pelas mercadorias, diferente do papel do dinheiro como equivalente geral. Abria-se margem para a utilização de subterfúgios diversos para obrigar os trabalhadores (não só colonos, uma vez que os camaradas recebiam da mesma maneira, conforme caderneta do camarada Benedito Paioli, de 1960 a 1965) a gastar todo o “valor” dos vales no armazém.

Em entrevista conjunta, realizada em 26 de maio de 2007, com o ex-colono Armando Vassoler, com o filho de colonos José Luiz Martinato, e com o proprietário da Fazenda Monte Verde, Hernani Bulle Arruda, a ligação entre o dono do armazém e o fazendeiro ficou implícita nas falas. Tratando do período posterior ao abarcado nessa caderneta de João da Silva, portanto, de meados dos anos 1950 em diante, lembraram que o pagamento era feito a cada 60 dias, mas a cada 30 havia um adiantamento, feito na forma de vales, que eram para comprar mantimentos na loja de tecidos de Santiago Morante e no armazém de Domingo Mendes, em Monte Verde.

Hernani recordou, com certo orgulho estampado na face, que, das primeiras medidas que tomou quando voltou da faculdade de agronomia para trabalhar com o tio Augusto Medeiros Bulle, na fazenda Monte Verde e na Fortaleza, também com Adhemaro Godoy, foi cortar essa exclusividade desses estabelecimentos, que tentavam, cotidianamente, “empurrar” doces e outros “supérfluos” aos colonos como forma de “troco” nas compras. Passou-se, após essa medida, a pagar o adiantamento em dinheiro. Santiago Morante e Domingo Mendes teriam vindo reclamar muito, diretamente com o sr. Augusto M. Bulle; “choraram as perdas, pediram pela amizade”, mas Hernani manteve-se firme, com o tio convencido também da decisão. A parceria entre a fazenda e os comerciantes, relatou ainda, nunca fora algo combinado e formal, era uma prática que se consolidara ao longo do tempo de maneira tácita. Porém, de passagem, Hernani admitiu que essa amizade, às vezes, ajudava ambas as partes. Não explicitou como o seu lado, dos fazendeiros no caso, beneficiava-se com o acordo, sendo que é desnecessário dizer que a exclusividade “ajudava”, e muito, os comerciantes. Após a mudança na forma de pagamento dos adiantamentos, todos os colonos teriam, já no primeiro mês, deixado de comprar no antigo armazém, indo todos fazer suas compras em Cajobi, Severínia e alguns até em Olímpia.

Armando Vassoler concordou que os comerciantes “empurravam” mercadorias que os colonos não precisavam, mas estas, lembra, faziam a alegria das crianças: latas de goiabada, marmelada, marrom-glacê, figos em calda e, a preferida, 4 em 1. Fica claro, nessa recordação, a mostra de uma crescente influência de produtos

industrializados, entrando na cesta de consumo mesmo destes trabalhadores rurais. O pai de Armando, o colono Eugênio Vassoler, ficava furioso quando a mulher ou algum filho voltava do armazém com aqueles doces, alegava que eles já os faziam em casa, que não era necessário. José Luís Martinato, ainda garoto à época do colonato, então, lembrou-se que havia um estoque enorme dessas latas na despensa de sua casa (Entrevista com Armando Vassoler, José Luís Martinato e Hernani Bulle Arruda, Caderno de Campo I, p. 10-11, Monte Verde, Cajobi-SP, 26/5/2007).

Seguramente, a abertura de um armazém na cooperativa de laticínios da própria fazenda trazia para dentro dos ganhos da firma as alternativas já experimentadas por comerciantes. Aliás, podia-se inclusive aumentar o atrelamento dos fornecimentos à exclusividade do armazém da fazenda, o que ficou claro com o declínio quase absoluto das compras em outros armazéns da vila. Num período de baixa inflação, enquanto no ano agrícola de 1945-1946 João da Silva gastou em média Cr\$ 534,08 por bimestre em compras de armazém, e no ano seguinte (1946-47), Cr\$ 716,63 por bimestre, no ano de 1947-1948, com a abertura da cooperativa, os gastos tiveram um aumento médio por bimestre, indo para Cr\$ 813,50.

Se tais gastos não significavam diretamente um endividamento do colono, dado que se relacionavam a uma contabilidade mais ampla, concorriam para abater os rendimentos do mesmo. Como esses rendimentos eram pagos ao final do bimestre, no caso do pagamento fixo pelo trato do cafezal ou pelas diárias realizadas, ou ao final do ano agrícola (ao final do sexto bimestre), no caso da colheita, quando chegava a hora de tais acertos, todo um acúmulo de despesas já havia se dado, o que representava um acerto em dinheiro muito pequeno. Como já vimos, no primeiro bimestre de 1945-1946, o pagamento foi de apenas Cr\$ 1,20, depois de feitos os balanços de créditos e débitos. Porém, havia vezes em que o colono não conseguia cobrir suas despesas realizadas na maneira como vimos descrevendo, com fornecimentos mediados pela fazenda.

No que tange à totalidade dos gastos do colono, as categorias de armazém ou cooperativa (entre 30% e 53% do total das despesas), açougue (entre 16 e 20,23%), empréstimos (entre 5,54 e 15,02%) e saldo devedor (2,73 e 26,96%), bem como os gastos com saúde (entre 4,36 e 9,95%) constituíam a maior parte das despesas, no período analisado. Os demais gastos de que relatamos anteriormente, tais como transporte, beneficiamento e emprego de camaradas acabavam por ser insignificantes perto dos demais. Juntos, como serviços, participaram, em 1946-1947, de apenas 0,69%

do total de gastos do colono. Em 1947-48, 1,13%; em 1948-49, 2,32%. Os gráficos dão uma idéia dessa distribuição (porcentagens estão arredondadas):

Porcentagens das despesas do colono (1946-7)

Porcentagens das despesas do colono (1947-8)

Porcentagens das despesas do colono (1948-9)

Os anos agrícolas de 1947-1948 e 1948-1949 são esclarecedores da influência do endividamento sobre as despesas em geral. Com crescentes gastos em armazém e

açougue, os pedidos de empréstimo são cada vez mais freqüentes. O saldo devedor de cada bimestre, passado adiante nos débitos do bimestre seguinte, passa a constituir uma parcela substancial das despesas do colono.

**ANÁLISE AGREGADA DOS DADOS DAS
DESPESAS DO COLONO**

<i>Ano agrícola</i>	1946/47	47/48	48/49
Despesas totais	5992,1	20844	27307
<i>Ano agrícola</i>	1946/47	47/48	48/49
Desp. s/ Saldo Devedor	5828,4	8493	11821

Porém, esse endividamento aparente também estava na relação com as receitas do colono, possivelmente sendo realizada uma projeção dos ganhos, que se ampliavam com a colheita, na própria contração das dívidas. Dessa maneira, passamos a observar as receitas do colono, para buscar essa relação da totalidade da contabilidade do trabalhador.

12.2. Receitas do colono

Já foi muito atestado na bibliografia extensa sobre o colonato o fato de este constituir um sistema misto de trabalho, com a conjugação de tarefas e remuneração diversas e com o cultivo próprio de alimentos. Essa complexidade estava afirmada no próprio contrato de trabalho, que previa diversas funções a serem realizadas pelo colono, além da cessão de terras para o cultivo alimentar e para a criação por parte do mesmo locador de trabalho e também descrevendo diferentes remunerações para as tarefas. Se a cláusula 1ª. obrigava o proprietário a ceder moradia, terras para cultivo e para criação, as cláusulas 2ª. e 4ª. davam a contrapartida do trabalhador na troca estipulada. Assim, cabia-lhe, acima de tudo, cuidar do cafezal, realizando as necessárias carpas, replantar cafeeiros mortos, fazer a varrição e o repasse, além de tomar parte em tarefas gerais e de urgência da fazenda, conforme a necessidade, e obviamente participar da colheita do café.

Tais obrigações de tarefas a realizar no contrato de trabalho se revertiam em fluxo de rendimento na contabilidade expressa da caderneta. Isto é, para cada tarefa cabia uma remuneração, estipulada também no contrato, na já reiterada cláusula 17ª., excetuando-se apenas as funções de emergência como ajudar na contenção de incêndios ou funções de manutenção da estrutura da fazenda, como cuidar das estradas dentro da propriedade e das cercas e pastos da colônia. Tudo isso era registrado na caderneta.

As receitas fixas do colono

A partir da cláusula 17^a. do contrato já mostramos como era feito o cálculo do pagamento fixo pelo número de pés assumidos pela família do colono. Com um preço inicial de Cr\$ 800,00 por mil pés tratados, a família de João da Silva, composta de 7 membros (marido e mulher, três filhas e dois filhos), tratou de assumir a empreita de 5.926 cafeeiros, obtendo o direito a um montante de Cr\$ 4.740,60 para o ano agrícola de 1945-1946. Sendo o pagamento bimestral, esse pagamento anual era parcelado em 6 pagamentos bimestrais fixos de Cr\$ 790,10.

Armando Vassoler (entrevistas de 26/5/2007 e 28/1/2009), Osvaldo Nogarol (entrevista de 18/7/2007), Armando Paioli (entrevista de 27/1/2009) e o próprio filho do colono João da Silva, Nelson da Silva (em entrevista de 28/5/2007) foram unânimes na afirmação de que um colono adulto, em perfeito estado de saúde, recebia geralmente 3.500 pés de café para cuidar no ano, número pouco superior que o estipulado em Stolcke (1986; cap. 1) para o início do colonato, na década de 1870. Armando Vassoler especificou que os familiares aptos para o trabalho eram denominados “enxadas” e o “cabeça” da família recebia por volta de 3.500 pés de café para cuidar, enquanto os outros “enxadas” recebiam uma quantidade menor de pés conforme a situação, se fossem crianças, jovens, fracos, mulheres ou idosos. Nelson da Silva, por sua vez, acrescentou que os pés de cada família eram espalhados por toda a fazenda, de modo que em cada quadra de café havia uma parcela de pés de, praticamente, cada família. A título de exemplificação, esboçou num pedaço de papel uma quadra de 2000 pés de cafés, mostrando que eram feitas divisões a cada, aproximadamente, 50 pés, ao que se denominava tabelas. Tabela 1 era para o cabeça da família X, tabela 2, um pouco menor, para o cabeça da família Y, e assim por diante, por toda a quadra. Acerca dos pagamentos, afirmou, como já averiguamos em torno do próprio contrato de trabalho, que cada 1000 pés tinha um preço determinado fixado por ano. Esse valor era dividido por 6 e as parcelas pagas a cada bimestre.

Para o caso estudado de João da Silva, assumindo 5.926 cafeeiros, numa família com outros 6 membros, inclusive outros dois filhos homens, é de se supor que a maior parte dos filhos estivesse ainda muito jovem, sendo que Nelson da Silva, por exemplo, disse ter chegado à Fazenda Boa Esperança com 8 anos de idade, passando a trabalhar regularmente no cafezal apenas a partir dos 12 anos, no ano de 1950, portanto após o período de que trata essa caderneta. Antes disso, estudava no grupo escolar em Monte Verde, apesar de ajudar na colheita do café: “Tirei o diplominha, guardei e fui para a

enxada” (Entrevista com Nelson da Silva, Caderno de Campo I, p. 22-23, Monte Verde, Cajobi-SP, 28/5/2007).

O rendimento fixo bimestral pelo trato dos referidos cafeeiros materializava-se nas entradas na caderneta, “1º. Bim. De 5.926 Cafs. – Cr\$ 790,10”, no dia 30 de novembro de 1945, e sucessivamente, a cada dois meses, até “6º. Bim. De 5.926 Cafs. – Cr\$ 790,10”, em 30 de setembro de 1946. No 1º. bimestre de 1946-1947, no entanto, o número de pés da empreitada de Nelson da Silva elevou-se juntamente com o rendimento fixo proporcionado, passando a se verificar ao cabo de cada bimestre as devidas parcelas: “1º. Bim de 6.664 Cafs. – Cr\$ 1.110,60”, em 30 de novembro de 1946. Ao final do ano agrícola, em 1947-1948 houve mais um aumento do número de cafeeiros tratados: 6.970 cafeeiros, para uma remuneração fixa bimestral agora de Cr\$1.394,00.

Tudo indica que esse aumento gradual, a cada renovação do contrato entre colono e fazendeiro, decorria da capacidade crescente da família de assumir uma carga de trabalho superior, provavelmente devido ao crescimento dos filhos.

O número de filhos da família colona representava um diferencial, a ponto de Verena Stolcke (1986, cap. 1) atribuir a esta composição familiar a possibilidade da família acumular, caso tivesse mais de 10 membros. Faleiros (2002) abordou as implicações do que Stolcke sugere para mostrar como em Franca-SP, área de sua pesquisa, a maioria das famílias tinha de 4 a 6 membros, o que dificultava a formação de um pecúlio. Essa composição familiar, aliás, parece ter sido a padrão durante o colonato, numa realidade desanimadora para os otimistas quanto a este sistema de trabalho³⁰⁷. A família de João da Silva não era, pois, um caso de exceção, porém seus filhos estavam em fase de crescimento ainda.

Ao final do ano agrícola de 1947-1948, no entanto, o número de pés de café sob incumbência da família Silva tem uma grande redução, indo para 6.382 cafeeiros, embora a remuneração pelo trato desse montante tenha, por outro lado, aumentado, indo a Cr\$ 1.595,50. Nelson da Silva, em recente entrevista de 25/01/2009, explicou-nos que a filha mais velha de João da Silva, sua irmã, Aparecida da Silva, casou-se ao final da

³⁰⁷ Oliveira & Madeira (1986; 47 e ss.) estipularam uma média de 4,8 pessoas por família no estado de São Paulo entre 1902 e 1928. Baeninger & Bassanezi (1996) viram uma composição familiar média de 6,5 membros, dos quais 2,8 seriam trabalhadores. Para as autoras, pesquisando os dados dos censos demográficos, entre 1930 e 1960, cada família tinha, em média, 4 filhos. Cruzando esses dados com os cálculos de Stolcke (1986) seria muito difícil para a maioria dos colonos acumular o suficiente para se tornar proprietário.

colheita de 1948, indo viver com o marido em casa separada na mesma fazenda Boa Esperança.

Essa saída da filha pode ser constatada também na mudança que passa a ser verificada nas entradas referentes ao gasto com a cooperativa médica. Enquanto em 30 de setembro de 1948 ainda se registrava “Cop. Médica 7ps. – Cr\$ 16,80”, no bimestre seguinte, em 30 de novembro de 1948, passa-se a registrar “Cop. Médica 6ps. – Cr\$ 14,40”. Além disso, as diárias de Aparecida da Silva, ainda que menores do que as do pai, conforme já mencionamos, porém bastante recorrentes, deixam de compor as receitas do colono João da Silva, provavelmente indo fazê-lo nas receitas de seu marido, seu novo encarregado.

Quanto às receitas fixas da família do colono, apesar da saída de um membro trabalhador da unidade familiar, os rendimentos são sempre crescentes, verificando-se uma ascensão do salário anual pelo trato de mil pés de café, de Cr\$ 800,00 (em realidade, o colono recebeu neste primeiro ano Cr\$ 799,96) para Cr\$ 1.500,00, no final do período tratado.

Diárias nas receitas do colono e o “corte de gênero”

Optamos, ainda, por calcular o que seria o equivalente dessa receita fixa anual, recebida bimestralmente, a uma diária de serviço. Tomamos como base um cálculo sobre os 365 dias de um ano normal, posto que consideramos que o trato do cafezal sob responsabilidade do colono, não indicando a delimitação da jornada de trabalho do colono, era feito praticamente diariamente durante todo o ano, menos na época da colheita. De fato, no entanto, esse pagamento pelo trato dos cafeeiros não obrigava tal dedicação integral, sendo que domingos e dias santos eram devidamente respeitados, conforme assegurou o ex-colono Armando Vassoler, em entrevista de 28/01/2009. De toda forma, o cálculo é válido, uma vez que o preço da diária também era dado abstratamente, ainda que nem todos os dias fossem trabalhados, o que se pode confirmar na caderneta do camarada Benedito Paioli, em que a cada bimestre se anotam as diárias trabalhadas deste e de seus filhos: sempre entre 30 e 31 dias trabalhados.

EMPREITA E RECEITA FIXA DO COLONO JOÃO DA SILVA (1945-1949)

Ano agrícola	Cafeeiros tratados	Rem. total	Rem. Bim.	\$ mil pés/ano (Cr\$)	Equiv.diária
1945-46	5.926	4.740,60	790,1	799,96	12,98
1946-47	6.664	6.663,60	1.110,60	999,94	18,25
1947-48	6.970	8.364,00	1,394	1.200,00	22,91
1948-49	6.382	9.573,00	1.595,50	1.500,00	26,23

Esse cálculo do equivalente desse rendimento em diária é importante, não só para a comparação com a reprodução e a remuneração do camarada ou diarista, mas também porque o próprio colono trabalhava como diarista, ganhando uma diária pré-fixada, também de acordo com o contrato de trabalho, cláusula 17ª, §a. Assim, como já observado para o primeiro bimestre, quando se registram as diárias da filha de João da Silva, ao longo da caderneta aparecem registros também de diárias do próprio colono, como, em 30 de novembro de 1947, “10 $\frac{3}{4}$ dias Out e Nov” – Cr\$ 129,00. O rendimento dessas diárias também variava ao longo do tempo. Variavam também os números de dias trabalhados.

De início, já podemos verificar aqui, para a remuneração fixa do colono, equivalentes-diária superiores à diária média estipulada, conforme ficará mais claro adiante. A condição, por assim dizer, privilegiada do colono, em termos de rendimento monetário, frente aos demais trabalhadores, deverá, no entanto, ser mais bem exposta quando compararmos os rendimentos totais dos colonos, dos camaradas e dos empregados na administração da Fazenda Monte Verde, para um período maior (1955-1962).

Essas diárias, retomando a descrição, podiam ser cumpridas em afazeres direcionados pela fazenda ou complementando o trabalho de outros colonos, segundo mediação realizada pelos fiscais da fazenda. Já estava prevista tal situação no contrato de trabalho, cláusula 5ª.: quando um colono não dava conta de sua cota, os outros podiam fazer o serviço da família dele, caso tivessem completado suas tarefas, e recebiam do que era descontado do ordenado do primeiro. A família Vassoler, contava Armando Vassoler em entrevista de 26/5/2007, quase todo ano assumia serviço extra dos outros colonos. Em outra entrevista, de 28/1/2009, Armando voltou ao assunto, indicando que a fiscalização da fazenda ia averiguando se a família estava dando conta do serviço assumido. Constatado qualquer atraso ou serviço mal realizado, o fiscal avisava o colono e colocava aqueles que já haviam terminado suas obrigações para “ir de encontro”, nas palavras de Vassoler. Isto é, o colono responsável (com sua família) continuava a tentar acabar o seu serviço, enquanto os colonos relacionados vinham carpindo as ruas do cafezal no sentido contrário, até encontrar aquele. O tempo levado para finalizar o serviço era contabilizado em diárias, descontadas daquele primeiro colono responsável.

A visão idílica de que o colono decidia como cumprir sua empreitada é assim relativizada, limitada pelo controle do trabalho feito pelos fiscais. A pressão realizada pela fiscalização logo podia se materializar na punição pelo atraso do serviço, concretizada para o colono na pressão de ver seus colegas colonos trabalhando em “seu” cafezal, às suas expensas.

Essa situação é constatada, por exemplo, no dia 31 de janeiro de 1949, no registro do desconto (débito) referente a “2 ½ dias serv. em s/café – Cr\$ 41,30”. Por outro lado, as diárias dos serviços realizados pelo próprio João da Silva ou algum dos membros da sua família, portanto seus créditos em diárias, não apresentam a especificação sobre se foram diárias em serviços quaisquer da fazenda ou “cobrindo” outros colonos.

De todo modo, ao contrário do rendimento com as receitas pelo trato do café, as receitas com diárias variavam muito ao longo dos semestres. A única regularidade que se nota, no caso de João da Silva, é que, em todos os quatro anos registrados, os rendimentos com diárias do colono chegaram a zerar no terceiro bimestre, exatamente quando se intensificavam os trabalhos com as colheitas dos alimentos plantados pelos colonos. O trabalho no cultivo alimentar e o trabalho extra no cafezal aparecem, assim, como excluindo um ao outro. Por outro lado, as diárias aumentam consideravelmente nos últimos dois bimestres de cada ano. Chegando a 39,50 dias³⁰⁸ trabalhados no sexto bimestre de 1946-1947 e 35,25 dias trabalhados na soma do quinto e do sexto bimestres de 1947-1948. Os dados para o quarto ano agrícola trabalhado pela família de João da Silva, 1948-1949, são incompletos porque o espaço destinado aos registros na caderneta se esgotou. Provavelmente, outra caderneta foi adquirida para continuar a contabilidade, mas não tivemos acesso a esta. Os rendimentos, entretanto, com respeito às diárias, podem ser assim agrupados:

DIÁRIAS E RECEITA REFERENTE DO COLONO JOÃO DA SILVA (1945-1949)

Ano agrícola	Dias trabalhados	Ganho total (Cr\$)	Preço médio da diária no ano (Cr\$)
1945-46	34	321,2	9,44
1946-47	72	650,8	9,0388
1947-48	50	600	12
1948-49	17,5	245	14

³⁰⁸ Se o colono trabalhasse menos que a jornada integral de um dia de trabalho, podia ter registrado ¼, ½ ou ¾ de diária trabalhada. Por isso, os números aqui não são sempre inteiros.

Por sua vez, enquanto a mesma cláusula 17^a, §a, do contrato, estipulava uma diária de Cr\$ 10,00 para o colono, as diárias para sua filha, Aparecida da Silva, eram inferiores, em torno de Cr\$ 7,50, no primeiro ano. No primeiro bimestre de 1946-47, quando João da Silva recebe Cr\$ 47,50 (diária de Cr\$ 10,00) por 4 e $\frac{3}{4}$ dias trabalhados, sua filha lhe rende Cr\$ 172,00 por 21 dias trabalhados, num equivalente de Cr\$ 8,19 pela diária, ainda menor do que a do pai. Essa discrepância persiste no sexto bimestre (agosto/setembro) de 1946-1947, ainda que a diária da filha venha num crescente, ao passo que a do pai estava a mesma. Novamente, João da Silva recebeu Cr\$ 10,00 pelos seus dias de serviço (18,5 dias e Cr\$ 18,50), mas Aparecida da Silva recebeu Cr\$ 178,50 por 21 dias trabalhados. Portanto, Cr\$ 8,50 a diária. Isso explica porque as médias dos dois primeiros anos agrícolas estavam abaixo, dos Cr\$ 10,00. Vê-se, de todo modo, que a filha contribuía, nessa parcela dos rendimentos do colono, com uma fatia considerável.

No primeiro bimestre (outubro/novembro) de 1947-48, a diária de João da Silva sobe. Recebe Cr\$ 129,00 por 10 e $\frac{3}{4}$ dias trabalhados. Tem-se, pois, um novo preço da diária estipulado em Cr\$ 12,00. Aparecida da Silva, no entanto, conforme já apontamos, havia se casado no bimestre anterior, o que explica, por sua vez, as diárias “redondas” a partir de então. No primeiro bimestre do ano seguinte, a diária subiria novamente, indo a Cr\$ 14,00.

O trato do cafezal e sua remuneração

Manter o cafezal não se limitava à tarefa de carpir, ainda que esta fosse a mais recorrente das atividades da família de colonos. Armando Vassoler (em 28/01/2009) explicava que o pai, um dos colonos de maior rendimento da fazenda Monte Verde, como veremos adiante, acordava por volta das 4h30 diariamente com sua mulher. Após o café da manhã reforçado, já na companhia dos filhos, dava o sinal “Vam’bora” para toda a família, incluindo muitas vezes a mulher. Em outra entrevista (26/5/2007) reforçou a figura controladora do “cabeça” da família, Eugênio Vassoler, italiano, que dizia com sotaque carregado: “vâmo que a tera tá boa”. Saíam, pois, quando não havia chovido ou não estava chovendo, antes de amanhecer o dia, para carpir as ruas de pés de café que lhes correspondiam. Afiavam bem as enxadas e saíam a roçar o mato rente ao chão, que, com o cuidado devido, “ficava feito uma seda”.

“A gente trabalhava muito, mas a gente também sabia trabalhar. Tinha que ser cuidadoso, caprichado. Isso acabava facilitando o trabalho da gente. A gente ia carpindo e o velho passava a gente, ia até o final da rua dele e vinha até a gente na nossa rua. Meu pai trabalhava muito e a

gente tinha que acompanhar” (Caderno de campo I, p. 9, Monte Verde, Cajobi-SP, 26/5/2007).

Vassoler explicou detalhadamente, ainda, como que se fazia a chamada leira, no meio do cafezal, espécie de sulco na terra, com uma elevação no meio da rua para reter junto ao pé o café que dele caísse. Contou de como uma leira bem feita e bem mantida facilitava a tarefa de *varrição* e não misturava muita terra ao café caído. Depois da colheita ela era desfeita, para se carpir e para dar espaço ao plantio de feijão, em meio ao cafezal. Além da leira, de tantas em tantas árvores, os colonos abriam uma “valeta”, um corta-águas, para reter a água das chuvas e impedir que elas levassem embora os grãos de café caídos e os derrubados pela própria chuva.

Em 28/5/2007, Nelson da Silva explicou-nos também um pouco do ciclo anual da cafeicultura. O café, contou, começa a “madurar” em janeiro, num processo lento que se intensifica a partir de maio até junho, quando começa a secar. Nesse período, de maio a junho, fazia-se a arruação, isto é, o preparo das ruas, colhendo o feijão (às vezes, também milho ou arroz) plantado entre os cafeeiros, erguendo as leiras e carpindo o mato. Em fins de maio e em junho, o café que caía antes nas ruas era colhido e era feito o *repassé* da rua para refazer as leiras, tirando novamente o mato.

As leiras eram feitas puxando a terra a partir da base de cada cafeeiro em direção ao meio da rua. Ali ia se amontoando a terra puxada dos dois lados das fileiras de cafeeiros. Mais uma vez, Nelson fez questão de esboçar um esquema de um pomar de café para a minha melhor visualização. Lembrou-se que cada rua tinha o número do colono por ela responsável riscado no chão perto do carreador, que era a rua por onde passavam as carroças, que tinha já os sulcos na terra apropriados para encaixar as rodas das carroças.

Todas essas funções eram parte das atividades relacionadas ao trato do cafezal para o qual o colono recebia a remuneração bimestral fixa. No contrato, estavam abarcadas na cláusula 2^a., §a e §c, mas o repasse aparecia em um ponto a parte, §f. Sendo assim, não constavam em entradas particularizadas na caderneta do colono. Há, entretanto, apenas uma entrada na caderneta estudada em que o repasse aparece, quando, em 30 de maio de 1948, debita-se C\$65,00 de João da Silva por “5 dias Camaradas Repasse”. Trata-se, dessa maneira, de uma despesa com o emprego de camaradas para cumprir uma função que a família não teria dado conta.

As outras funções a que o colono devia concorrer estavam para além do abarcado pela remuneração fixa pelo trato do cafezal e diziam respeito às demais tarefas

constantes da mesma cláusula 2^a. do contrato, a varrição (no contrato, varredura) e a colheita, §d e §e.

A varrição consistia em varrer o café caído antes do período da colheita, conforme o relato de Armando Vassoler deixa claro. O colono, portanto, estava antecipando o que estava previsto para ser feito nos meses seguintes, na colheita. Dessa forma, a remuneração pela varrição condizia com o número de sacos de café “varridos”, o que fica claro em entradas como, em 31 de maio de 1948, “S/Colheita 91 $\frac{3}{4}$ Sacos Varrição” – Cr\$ 550,50, ou, no mesmo dia do ano anterior, “S/Colheita 18 Scs. Varrição” – Cr\$ 90,00. Podia haver algum abono, por conta de alguma elevação inesperada do preço do café, como o único do tipo registrado em 31 de maio de 1948, “Abono Varrição” – Cr\$ 45,00. Agrupamos esses dados numa categoria de “Varrição” para a análise das receitas do colono.

Poderíamos verificar também como dentro do previsto na cláusula 2^a., §g, que dispunha da obrigação do colono de fazer quaisquer funções dentro do estipulado no contrato, a tarefa de estercação. Diferente do que, em geral, relatou-se sobre o uso predatório da terra na cafeicultura, decorrente da obtenção de lucros máximos num contexto de expansão, vemos aqui que, no período analisado, uma preocupação com a reprodução das condições de produção do café já se materializava em medidas de repor os componentes do solo. Essa tarefa de estercação, realizada com esterco preparado a partir de uma mistura de esterco animal, melaço de cana e restos de vegetais, tudo fermentado (entrevista com Nelson da Silva, 28/5/2007), consistia em encharcar a base do cafeeiro com o líquido e seria complementada com a introdução de adubos químicos nos anos 1950 e 1960 (entrevista com Armando Vassoler, 28/01/2009), algo que não era privilégio das grandes propriedades cafeeiras (entrevista com a filha de ex-sitiente, Lucia Storto, 2/6/2007). Na caderneta, João da Silva, todavia, só realizou tal tarefa uma única vez, quando, em 26 de dezembro, registra-se que “1.193 Cafs estercoou á 100” – Cr\$ 119,30. Ou seja, pagava-se pelo número de pés de café estercado, à razão de Cr\$ 100,00 por mil cafeeiros estercados. Apesar de só ter realizado a tarefa uma vez, colocamo-na em uma categoria à parte, “estercação”, porque tratava-se de uma forma de pagamento diferente da diária, da colheita e do trato do cafezal.

Por fim, havia ainda a colheita. Voltando ao ciclo anual, de junho a julho ela era realizada. Tratava-se de um momento especial, em que todos trabalhavam juntos. “Se tivesse 40 famílias na fazenda, todas iam juntas para a mesma quadra”, atesta Nelson da Silva (Caderno de Campo I, p. 25, Monte Verde, Cajobi-SP, 28/05/2007). “Era o

trabalho mais pesado, mas isso facilitava também para a fiscalização. Um fiscal dava conta de tudo”. O colono ia enchendo os sacos de café e levando para junto do carreador, no começo da rua. Juntava tudo e no fim do dia, às 17h30 parava para esperar a contagem do fiscal. Se um saco estivesse pela metade contava como meio saco, já se estivesse abaixo o fiscal anotava, falava com o colono, e marcava para juntar com o que fosse colhido no dia seguinte.

O expediente, durante a época de colheita, era controlado, o mesmo para todos, diferente do resto do ano em que cada colono “fazia o seu horário”. De junho a começo de agosto, os colonos iam bem cedo para os pomares, por volta das 6h, porém quanto a isso não havia fiscalização: “cada um sabia a hora de começar, quanto mais cedo mais café dava para apanhar e aí [o colono] ganhava mais”, continuou Nelson da Silva. Das 9 às 10h, era o horário de almoço, e, às 17h30, terminava o dia de serviço. Nesse momento, soava uma corneta do fiscal e todos tinham que finalizar rapidamente o que faziam – mais tarde, foi instalada uma sirene elétrica, que todos chamam de “sereia” –, no entanto ainda não era hora de ir embora. O fiscal, então, corria as quadras e decidia o que seria feito no dia seguinte. Os colonos aguardavam, em silêncio. Por fim, eram dadas as instruções através do código estipulado. Um toque da corneta indicava que o trabalho seria o de “derriçar o café”, ou seja, derrubá-lo do galho se seco, valendo-se de uma pequena vareta com o que se batia nos galhos com o devido cuidado para não quebrá-los³⁰⁹. Dois toques da corneta era o sinal de que o serviço do dia seguinte seria o de “levantar”, isto é, varrer o café caído, ensacar e levar para o terreiro.

Com os filhos pequenos, no período tratado, o colono João da Silva provavelmente incluía-os nessas tarefas de derriçar, varrer e colher o café. Nelson da Silva confirma que o pai selecionava uma vareta apropriada para os filhos derrubarem o café e também havia uma pequena vassoura para os mesmos varrerem as leiras do cafezal. Porém, o transporte do café colhido e ensacado em sacos de 60 quilos ficava inviabilizado para as crianças. Assim, a cada colheita, constam-se débitos de “Pagto a carregadores”, que, como já explicitado anteriormente, agrupamos na categoria de “emprego”.

Dessa maneira, a colheita procedia-se, com o pagamento aos colonos referente ao número de sacos colhidos. No dia 12 de setembro de 1948, registrou-se o crédito de “S/ Colheita 417 Sacos Café” – Cr\$ 2.502. Porém, preços diferentes de cafés poderiam

³⁰⁹ Lucia Storto, em entrevista de 2/6/2007, recordava-se de cumprir a tarefa de derriçar o café desde muito criança, por volta dos 6 anos de idade, no sítio do pai nas proximidades de Severínia-SP.

ser aplicados numa mesma colheita, como, em 17 de setembro de 1946, um registro apontava “209 Saccos Café Colhido á 5,00” – Cr\$ 1.045,00, e outro, “32 ½ Saccos Café Colhido á 6,00” – Cr\$ 195,00. De todo modo, agrupamos todas as informações numa única categoria de “colheita”.

Créditos de menor monta apareceram, no decorrer da caderneta, referentes a estornos de cobranças indevidas nas despesas do colono. Uma única vez, houve ainda um resto, referente ao pagamento no sexto bimestre de 1945-1946, que faltou a fazenda dar Cr\$ 0,80 ao colono.

RENDIMENTOS DO COLONO JOÃO DA SILVA (1945-1949)

Receitas totais por bimestre								
Período	Créditos - Total	Fixo - Café	Diárias	Colheita	Varrição	Estercação	Estorno	Resto
1o.Bim 46	868,2	790,1	78,1					
2o.Bim 46	853,20	790,1	63,1					
3o.Bim 46	790,10	790,1						
4o.Bim 46	907,60	790,1	17,5		100			
5o.Bim 46	808,10	790,1	15				3	
6o.Bim 46	2.177,60	790,1	147,5	1240				
1o.Bim 47	1.330,90	1110,6	219,5					0,8
2o.Bim 47	1.282,20	1110,6	47,8			119,3	4,8	
3o.Bim 47	1.118	1110,6	7,5					
4o.Bim 47	1.218,10	1110,6			90			
5o.Bim 47	1.123	1110,6	12,5					
6o.Bim 47	2.406,60	1110,6	363,5	932,5				
1o.Bim.48	1.523	1394	129					
2o.Bim 48	1.730,00	1394	156				180	
3o.Bim 48	1.394,00	1394						
4o.Bim 48	2.033,80	1394	12		595,5		31,5	
5o.Bim 48	1511	1394	117					
6o.Bim 48	4082	1394	186	2502				
1o.Bim 49	1791,5	1595,5	196					
2o.Bim 49	1644,5	1595,5	49					

Comparação entre os distintos rendimentos do colono

Tendo explicado a composição dos diferentes tipos de receita do colono João da Silva, podemos, por fim, observar como as receitas fixas pelo trato do cafezal compunham a principal parcela de seus rendimentos. Havia bimestres inclusive em que era a única fonte de renda registrada do colono, como os terceiros de 1945-1946 e de 1947-1948. Curiosamente, eram os meses das colheitas de feijão, milho e arroz, como se verificam nos gastos com transporte e beneficiamento desses alimentos, na tabela

relativa às despesas do colono. O rendimento do colono com a comercialização dessas mercadorias, no entanto, escapa a esta documentação. As receitas com a varrição também apresentavam uma sazonalidade, sempre sendo contabilizadas no quarto bimestre de cada ano, conforme a variação própria da cafeicultura.

Também as receitas com as diárias mostram bimestres em que nem o colono ou qualquer membro de sua família tenham registrado dias de trabalho a receber. Novamente, podemos ver que esses bimestres também se articulavam com o período da colheita dos alimentos, sendo que não há registro de diárias nos terceiros bimestres dos anos agrícolas de 1945-1946 e no de 1947-1948, bem como no quarto bimestre de 1946-1947.

Sazonal também era a receita que o colono poderia obter com a colheita, que só se realizava no sexto bimestre de cada ano agrícola. A colheita, no entanto, era uma receita diferenciada no que tange à participação percentual que tinha nos rendimentos totais do colono. Para o ex-colono Nelson da Silva (em 28/5/2007), era uma quantia importante nos ganhos dos colonos, era “quando sobrava um dinheirinho para casar”. Rimos os dois na ocasião, e ele reforçou: “Cê pensa que não, mas o cara ficava juntando muitos anos aquele dinheirinho e aí podia casar”.

No geral, as receitas fixas participaram com 74,01% (Cr\$ 4.740,60) do total (Cr\$ 6.404,80), do ano agrícola de 1945-1946, subindo para 78,75% (Cr\$ 6.663,60) do total (Cr\$ 8.461,80), de 1946-47, para depois recuar a 68,14% (Cr\$ 8.364,00) do total (Cr\$ 12.273). Assim, enquanto em números absolutos a receita pelo trato do cafezal não pára de aumentar, apesar de, como já vimos, João da Silva ter diminuído o número de cafeeiros sob sua responsabilidade logo em seguida (1948-49), dado que não entra em nossas contas aqui, a participação percentual dessa receita fixa diminui por aumentar a participação da receita proveniente dos rendimentos da colheita. Pode-se concluir, pois, que a colheita de 1947-1948 foi muito boa, provavelmente facilitando o casamento da filha de João da Silva, Aparecida, que abandona a unidade familiar, mas não a Fazenda Boa Esperança.

De fato, enquanto as colheitas dos anos anteriores renderam Cr\$ 1.340,00 – correspondendo a 20,92% do total – e Cr\$ 1.022,50 (12,08%), a colheita de 1947-1948 foi quase três vezes superior, rendendo Cr\$ 3.097,50, 25,23% do total das receitas. Diárias, estercação e as demais receitas correspondiam, portanto, a parcelas diminutas das receitas anuais, conforme se observa nos gráficos.

Porcentagem das receitas do colono João da Silva 1945/46

Porcentagem das receitas do colono João da Silva 1946/47

Porcentagem das receitas do colono João da Silva 1947/48

A reprodução do colono reduzida à dinâmica de seus rendimentos

Podemos, agora, pensar conjuntamente créditos e débitos, algo que todavia não deixamos de realizar ao longo dessa exposição, pensando em seus movimentos mais

amplos. Sendo a receita fixa a principal fonte de rendimentos do colono, algo que se aproxima muito de um assalariamento clássico, o colonato abarcava ainda a possibilidade de um ganho por produtividade no período da colheita. Mais do que isso, a colheita representava como que uma loteria, havendo anos bons, como o de 1947-1948 e anos ruins.

Assumir mais cafeeiros no trato anual implicava uma carga de trabalho que a família tinha que cumprir, sob pena de ter descontada em sua folha o pagamento de diaristas para a finalização de suas obrigações. No entanto, assumindo um número maior de pés de café, ainda que sobrecarregando os membros da unidade familiar, em especial aqueles que mal haviam deixado a infância, possibilitava um ganho superior na parcela variável do rendimento com a colheita. Assim, ampliamos o entendimento da frase de um fazendeiro de Monte Verde, queixando-se de como os parentes da cidade, sócios em suas fazendas, reclamavam dos riscos da atividade agrícola: “Eles não sabem que, na agricultura, a gente tem é que arriscar. Tem muitos anos ruins, mas aí vem um ano bom e paga tudo, e ainda sobra!” Algo de muito semelhante se pode verificar, pois, na dinâmica do colonato.

Essa “loteria”, à espera de um ano bom, também foi mencionada na Seção 1, ao se tratar da possibilidade do meeiro acumular com uma boa safra, sendo que dividiria os ganhos totais do café produzido com o proprietário fundiário. O colono, pois, também tinha na colheita sua possibilidade de “economizar” algo além do seu rendimento fixo. Diferente do meeiro, no entanto, tinha a garantia durante o ano agrícola de ganhar a remuneração fixa pelo trato do cafezal, fosse um ano bom ou um ano ruim. Estava, assim, menos vulnerável às oscilações das safras³¹⁰, mas, por outro lado, não tinha a possibilidade de ganhar até 50% do café produzido, o que numa boa safra podia significar a “chave” para se tornar um pequeno proprietário de terras. Por isso, Armando Vassoler afirmava, sem dúvida, em 28/01/2009, que ser “meeiro é muito melhor, pode ganhar muito mais”, apesar de afirmar que não havia meação próximo a Monte Verde. Fosse, de fato, mais vantajoso ser meeiro do que colono, no entanto, já vimos, a meação não era comum nas melhores áreas da cafeicultura, o que minimizava essa aparente vantagem³¹¹.

³¹⁰ Para conferir a oscilação das safras para o estado de São Paulo, veja-se o gráfico exposto no início da primeira parte desta Seção 3.

³¹¹ Vimos, na Seção 1, parte II, que, de fato, próximo a Monte Verde, na área dos chamados *espigões*, de terras mais férteis e mais bem localizadas (próximas às cidades e à ferrovia; depois à rodovia)

As receitas fixas do colono João da Silva, por mais que fossem a parte mais substancial de seu rendimento, mal cobriam suas despesas. Com o aumento do endividamento que se vai dando ao longo dos bimestres, com o saldo devedor anterior compondo o débito inicial do bimestre seguinte, a colheita é que passa a desempenhar o papel decisivo de fechar as contas. Assim, enquanto os débitos se acumulam até atingir seus pontos máximos no quinto bimestre de cada ano, o sexto bimestre, o da colheita, acaba por cobrir as dívidas e, por vezes, ainda faz sobrar algum dinheiro para a família.

O saldo real (créditos menos débitos), ao longo do período, acaba por mostrar uma unidade familiar está no limite de sua reprodução, trabalhando, não para acumular, como se acostumou repetir ser a rotina do colonato, mas para cobrir suas despesas. Resta, no entanto, reforçar que essa conclusão ainda não abarca o rendimento que tal unidade familiar pudesse estar conseguindo com a comercialização dos alimentos por ela produzidos. De todo modo, o painel que apresentamos não dá muita margem para otimismo com relação à reprodução da família colona.

concentravam-se as principais propriedades cafeeiras da área de Olímpia. Ali o colonato era largamente utilizado, enquanto nas pequenas propriedades das baixadas, próximas aos rios, com as piores terras, a meação era verificada, mesmo nos registros cartoriais. Assim, por mais que o meeiro tivesse essa maior possibilidade de ganho com a partilha da produção, essa produção tendia a ser diminuta perto daquela das grandes fazendas, sendo também diminuída pela renda que teria que ser paga aos proprietários das máquinas de beneficiar e ao frete até as estações ferroviárias. O meeiro e o sitiante não estavam, portanto, em condições tão favoráveis assim, como parece ser a imagem do senso comum.

13. Observações sobre a folha de pagamento da Fazenda Monte Verde (1955-1963)

Pouco mais de cinco anos depois do fim do período tratado na caderneta de colono de João da Silva, a Fazenda Boa Esperança passou por um processo de divisão amigável entre os seus proprietários, Arnaldo Bulle Jr. e seu tio Augusto Medeiros Bulle. Em 1956, desse modo, consolidava-se a separação que já estava prevista vinte anos antes, quando Arnaldo Bulle e sua mulher D. Julia Gomes Bulle doaram ao único filho metade da propriedade, que, no total, tinha 350 alqueires, com 40 casas de colonos, máquinas de beneficiamento, olaria e muitas outras benfeitorias, ficando a outra metade em comunhão com os outros proprietários, Augusto Medeiros Bulle e sua mulher (Cartório de Registro Geral e de Hipotecas da Comarca de Olímpia, Livro 3-H, no. 3.879, Cajobi; fl. 65-6). Na *Relação dos Cafeicultores do Estado de São Paulo*, de 1940, no entanto, a mesma propriedade tinha apenas 100 alqueires, com 150.000 cafeeiros plantados, ao passo que muitos anos antes já tínhamos uma área muito maior para a mesma propriedade, antes do desmembramento: 500 alqueires, com seus 320 mil cafeeiros tocados por mais de 60 famílias de trabalhadores (a fazenda tinha 60 casas de colonos), em 1925, segundo a Revista Agrícola de Olímpia, editada por Gualtierio Mori.

Fosse o que tivesse ocorrido na oscilação dos tamanhos da propriedade, o fato é que daquela divisão teria saído, além da parte que seguiu com Arnaldo Bulle Jr. e sua mulher, D. Maria Olímpia Marcondes Bulle³¹², uma parte equivalente de, aproximadamente, 175 alqueires. Essa metade da Fazenda Boa Esperança passou a se denominar Fazenda Monte Verde. O limite entre ambas teria sido a Estrada de Ferro São Paulo-Goiás, que corria na linha de cumeeira do espigão que compunha a antiga fazenda original Palmeiras. A estação de Monte Verde e a vila de mesmo nome, estabelecidas dentro da antiga fazenda Palmeiras de João Saborido, de quem os irmãos Arnaldo Bulle e Augusto Medeiros Bulle haviam adquirido a propriedade, em 1918, também eram marcos divisórios. De um lado, portanto, da linha ferroviária, indo em

³¹² Maria Olímpia Marcondes Bulle era filha de Mário Vieira Marcondes com Maria Olímpia Vieira Marcondes. Esta sua mãe, por sua vez, era quem havia dado nome à *Vila Olympia*, depois apenas Olímpia. A mulher do proprietário de parte da Fazenda Boa Esperança era, pois, neta do personagem central da Seção 1 desta apresentação, o Dr. Antônio Olímpio Marcondes Vieira. Comandando o coronelismo local nas décadas seguintes ao auge do poder do Dr. Antônio Olímpio, Mário Vieira Marcondes, pai de Maria Olímpia Marcondes Bulle, viria, aliás, a falecer doente na sede da Fazenda Boa Esperança, para desgosto de Arnaldo Bulle, pai de Arnaldo Bulle Júnior, que apoiara o movimento de contestação da força do PRP de Antônio Olímpio, defendendo a linha que culminaria no Partido Constitucionalista, em 1935. Nesta fazenda e em seus proprietários, portanto, sintetizava-se parte da história regional na área de Olímpia.

direção à então vila de Severínia, o lado mais antigo, continuaria a se chamar Boa Esperança, enquanto, do outro lado, recentemente desmatado e ainda com uma grande reserva de matas, indo em direção à vila de Marcondésia, passava a ser a Fazenda Monte Verde, de Augusto Medeiros Bulle.

Se a fazenda Boa Esperança chegara a ter 60 casas para colonos, em 1925 (Mori, 1926), a Fazenda Monte Verde iniciava as suas atividades “independentes”, empregando, no ano agrícola de 1955-1956, 63 trabalhadores. Tratava-se de 6 administradores (gerente, fiscais e escriturários), 23 camaradas e 34 colonos. A bem dizer, esse número tendia a ser bastante superior, uma vez que já sabemos que, por exemplo, os 34 colonos registrados correspondiam, em realidade, a 34 famílias de colonos. Assim, o número de moradores da fazenda Monte Verde chegava a ultrapassar uma centena de pessoas.

Dado o fato que o colono João da Silva era empregado da fazenda Boa Esperança, até 1949 (tendo continuado a sê-lo), e que parte desta é que se tornava Fazenda Monte Verde, em 1956, a documentação individual sobre o colono e a sobre os colonos da nova propriedade não podem ser consideradas discrepantes. A pouca separação de cinco anos no tempo também não chega a constituir um grave empecilho na comparação, algo que é reforçado pela baixa inflação registrada para o período. É com a contabilidade dos pagamentos pelos serviços e dos registros de débitos desses trabalhadores da Fazenda Monte Verde, portanto, que passaremos a lidar.

A folha de pagamento

O documento em questão constitui uma folha de pagamento, cujos registros compõem a contabilidade da fazenda, sendo realizados a cada bimestre, a partir do primeiro do ano agrícola de 1955-1956. A mesma folha de pagamento segue, bimestralmente, ano após ano, até junho de 1963, quando passa a ser mensal. Portanto, no bimestre seguinte à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, a periodicidade dos pagamentos é alterada.

Além da distinção dos nomes dos trabalhadores, agrupados, de início em “Administração”, “Colonos” e “Camaradas e empregados”, a tabela que ali se estrutura, continha, geralmente, as colunas de “Débito”, “Crédito” e “Saldo”, em que se registravam os rendimentos individuais de cada trabalhador. Essa configuração se manteve entre 1955 e 1960, quando, no terceiro bimestre, a separação entre colonos e camaradas e empregados desaparece. A partir daí, os trabalhadores são todos agrupados conjuntamente, o que dificultou bastante a análise, sendo que continuaria a existir, na

prática, a distinção entre colonos e diaristas por mais três anos, até a promulgação do mesmo Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963.

Afora essa alteração da maior importância na documentação, entre 1957 e 1959 deixou-se de registrar a coluna de “saldo”, que desapareceu da contabilidade. Nesse período, ou se verificava um débito ou um crédito, o que nos levou a concluir que este já era o saldo bimestral final referente ao balanço entre créditos e débitos do trabalhador. No caso de um saldo devedor, havia a marcação de um “débito”; no caso de um saldo credor, um registro em “crédito”, que provavelmente teria gerado um pagamento em dinheiro da fazenda ao trabalhador naquele valor. A coluna de saldo seria novamente retomada, em 1960, voltando-se a se registrar a soma de créditos e débitos dos trabalhadores nos bimestres.

A primeira operação para o manuseio desta documentação consistiu num demorado processo de digitação das tabelas, processo no qual contamos com a ajuda essencial de alguns colaboradores. Bimestre a bimestre, ano a ano, a folha de pagamento apresentava constantes variações no número de trabalhadores para cada categoria: administração, colonos e camaradas e empregados. Os novos trabalhadores que apareciam deviam ser incorporados à lista e os antigos deveriam ser mantidos, de modo que, no período mais amplo, entre 1955 e 1963, passaram pela fazenda 262 trabalhadores. Esse número é, na verdade, um pouco menor, porque alguns dos trabalhadores registrados num ano como colono podiam vir a ser depois registrados como camaradas ou podiam mesmo ser alçados à administração. Assim, pela administração passaram 11 nomes nos oito anos selecionados. Como colonos, foram registrados 91 nomes diferentes e, como camaradas ou empregados, 152 nomes diferentes constaram em um ou outro momento da contabilidade.

Em realidade, esse demorado processo deveria ter sido ainda mais longo, posto que havíamos interrompido a digitação integral da documentação, à altura do terceiro bimestre de 1959. Desanimados com a enorme profusão de dados e a dificuldade de sistematizá-los, tínhamos nos voltado para a análise de outras fontes. Foi quando, do estudo da caderneta do colono João da Silva, encontramos uma alternativa.

Chegando à análise agregada das despesas e receitas daquele colono, verificamos uma sazonalidade nos saldos dos seus créditos e débitos. Assim, todo quinto bimestre representava o ápice do processo de endividamento, caso este estivesse em curso. A explicação para tal fenômeno vinha de ser o último bimestre antes da safra, quando nenhuma outra receita de importância considerável entrava na contabilidade,

além do pagamento fixo bimestral pelo trato do cafezal. Por outro lado, devido à prática de se repassar para o bimestre seguinte o saldo devedor presente, caso o colono tivesse uma remuneração bimestral normal perto ou abaixo do seu patamar de reprodução da força de trabalho sua e de sua família (o que julgamos ser o mais recorrente, posto que os níveis salariais eram notadamente baixos), aquele saldo devedor tenderia a se perpetuar até a entrada de uma receita diferenciada: a da colheita, no sexto e último bimestre do ano agrícola. Então, a colheita, oscilando entre 12% e 25% das receitas do colono no ano, cumpria a função maior de cobrir os débitos acumulados. Desse modo, o quinto bimestre de cada ano representaria o ponto máximo da situação normal de reprodução da família colona, podendo ser também, dadas as condições, o ponto máximo de endividamento da mesma. E, por outro lado, o sexto bimestre, com as receitas provenientes do acerto da colheita, representava a solução para a situação reproduzida nos cinco bimestres anteriores. Esta solução podia ser o pagamento das dívidas com a fazenda; um pagamento em dinheiro acima do normal na comparação com o resto do ano, em caso do colono ter conseguido manter-se sem acúmulo de débitos; ou o não pagamento do saldo devedor acumulado, que, nestas condições, seria o primeiro débito do primeiro bimestre do ano agrícola seguinte do colono.

De tudo isso, resolvemos retomar a digitação da documentação da folha de pagamento da Fazenda Monte Verde, selecionando os balanços apenas dos quintos e sextos bimestres de cada ano agrícola. Portanto, pegamos os fechamentos apenas dos meses 7 (julho) e 9 (setembro) de cada ano. Primeiramente, em torno dos dados integrais, buscamos as somatórias dos créditos e débitos de cada bimestre para cada grupo de trabalhadores (colonos, camaradas e empregados, administração). As dificuldades de lidar com os dados começaram aí. Tomando apenas os resultados para os colonos da fazenda, tivemos a seguinte tabela:

Rendimentos totais dos colonos da Fazenda Monte Verde

	Crédito (Cr\$)	Débito (Cr\$)	Saldo
1956 5º bi	99769,80	60991,50	69087,80
1956 6º bi	221551,20	91519,10	136687,60
1957 5º bi	121603,30	66016,20	86038,30
1957 6º bi	342799,00	61643,60	279538,20
1958 5º bi	127387,20	8802,50	
1958 6º bi	267812,70	1182,00	
1959 5º bi	123880,20	10892,40	
1959 6º bi	390596,20	1082,30	
1960 5º bi	124427,00	58558,10	49938,30
1960 6º bi	331308,00	174978,50	163289,70
1961 5º bi	214847,90	180045,30	97609,70
1961 6º bi	657542,10	324226,10	355185,00
1962 5º bi	409738,00	290654,20	195737,00
1962 6º bi	652268,10	359918,80	347333,80
1963 5º bi			
1963 5º bi	1803659,10	510058,50	1314795,00

Começávamos com a complicação de que, entre os anos agrícolas de 1957-1958 e 1958-1959, como dissemos, não havia registros de saldos, sendo que os créditos e débitos já eram, em realidade, saldos devedor e saldos credor. Alguma distorção isto acarretaria no interior da comparação entre os dados das colunas de crédito e débito. Isto porque, sendo já resultados finais de balanço, nesses dois anos, o crédito registrado não seria a soma de todos os créditos do bimestre de todos os colonos, mas, antes, seria a soma dos resultados positivos das somas de todos os créditos menos a soma de todos os débitos. Do mesmo modo, o débito representaria a soma dos resultados negativos para a mesma operação agregada de soma de todos os créditos menos a soma de todos os débitos. Enquanto que, para os demais dados dessas colunas, o crédito seria, tão-somente, a soma dos créditos de todos os colonos no bimestre, e o débito, a soma de todas as despesas dos colonos no mesmo período.

O problema, no entanto, não se restringia a essa duplicidade de lógica na formulação dos dados. Que não se verificasse nenhum dado negativo para nenhum quinto bimestre não poderia ser o suficiente para causar espanto. Mas a questão é que os dados eram gerais e poderíamos estar diante de uma realidade muito heterogênea, mascarada atrás de resultados positivos gerais. Isto é, alguns poucos colonos com rendimentos extra-ordinários poderiam estar escondendo uma maioria de colonos com rendimentos menores ou mesmo negativos.

Havia também a complicação de analisar os dados a partir de 1963, quando a contabilidade passava a ser feita mensalmente. Não era simplesmente o caso de somar os dados dos dois meses que compunham os bimestres anteriormente. Isso porque, como notamos, os saldos credores implicavam em pagamento, o que zerava a contabilidade para o mês seguinte, algo que na contabilidade por bimestre só deveria ocorrer ao final do bimestre. Por outro lado, o saldo devedor persistia como antes, mas o problema estava dado e a maioria dos colonos aparentava ter geralmente saldos credores, por menor que fossem. Assim, a soma dos meses poderia também não equivaler diretamente à contabilidade de um bimestre. Por cautela, resolvemos parar a análise em 1962, evitando qualquer comprometimento por causa da mudança.

Buscamos verificar se aquela possível distorção dos rendimentos de fato ocorria tirando as médias desses colonos, como também dos demais trabalhadores. Com o que chegamos a resultados um pouco mais aceitáveis, ainda que também iniciais.

Média dos rendimentos dos colonos da Fazenda Monte Verde (1955-62)

	Crédito (Cr\$)	Débito (Cr\$)	Média geral
1956 5º bi	3440,337931	1648,418919	1791,91901
1956 6º bi	7146,812903	2691,738235	4455,07467
1957 5º bi	3576,567647	1692,723077	1883,84457
1957 6º bi	9021,026316	1761,245714	7259,7806
1958 5º bi	3746,682353	1257,5	2489,18235
1958 6º bi	8927,09	1182	7745,09
1959 5º bi	4424,292857	1556,057143	2868,23571
1959 6º bi	11836,24848	1028,3	10807,9485
1960 5º bi	4977,08	2439,920833	2537,15917
1960 6º bi	12742,61538	6729,942308	6012,67308
1961 5º bi	7408,548276	6430,189286	978,35899
1961 6º bi	21918,07	11180,21034	10737,8597
1962 5º bi	17814,69565	12637,13913	5177,55652
1962 6º bi	26090,724	14396,752	11693,972

Persistia a complicação da diferença apontada para os anos de 1957-1958 e 1958-1959, mas a comparação das médias apontava para a ausência de uma discrepância entre os dados desses dois anos e os dados dos anos anteriores e posteriores. Cientes de que devíamos ainda achar uma solução definitiva para essa questão, os dados já pareciam revelar, por outro lado, que aquela sazonalidade apontada para o colono João da Silva entre o 5º. bimestre e o 6º. era geral. Assim, os gráficos dão

uma idéia de como a colheita continuava a representar um diferencial determinante nas receitas dos colonos. Nota-se, pois, como, no geral das contabilidades dos colonos, a diferença entre créditos e débitos no quinto bimestre, sem o rendimento proporcionado pela colheita, é pequena.

Assim, comprova-se, tomando os resultados apresentados para o colono João da Silva, como, primeiro, ao longo do ano, havia uma realidade em que o colono, com suas receitas, apenas cobria as suas despesas. Em segundo, vê-se como as despesas não apresentam a variação que se observa para as receitas. No caso do colono João da Silva, era o saldo devedor que contribuía para o crescimento acentuado de seus débitos, uma vez que, como vimos, subtraindo-se esse endividamento persistente, as receitas mantinham-se estáveis, sendo sempre cobertas pelos créditos normais do colono ao longo dos anos. Apenas por causa do endividamento é que a colheita, naquele caso, servia para pagar as dívidas acumuladas. Caso o colono não estivesse nessa situação, a colheita poderia representar um pequeno acúmulo.

Diaristas da Fazenda Monte Verde

Privados desse forma de remuneração (a da colheita, por produtividade), a realidade tenderia a ser bastante distinta para os demais trabalhadores da Fazenda Monte Verde. Os diaristas, camaradas e outros empregados eventuais, recebiam por dia trabalhado, diferente dos colonos que recebiam por empreita (pagamento fixo pelo cafezal), por produtividade (pagamento pelo café colhido), por diárias eventuais e na forma de cessão de terras para o cultivo próprio (portanto, também com o rendimento da

comercialização das mercadorias produzidas). Conforme se nota em outra caderneta a que tivemos acesso, do camarada Benedito Paioli, suas receitas provinham exclusivamente dos dias trabalhados por ele e por seus filhos, o que ressalta a constituição de uma unidade familiar também aí. Um dos filhos de Benedito Paioli, o também ex-camarada Armando Paioli, o Dica, em entrevista gravada de 27/01/2009, lembrava que, ao camarada também era concedida área para o plantio de alimentos, porém advertia: “O colono tinha muito mais, porque plantava feijão no meio do cafezal. A gente chegava a colher 2, 3 sacos de feijão, mas tinha família de colono que colhia 6, 7, até mais”.

Tampouco o camarada, ou diarista em geral, pode, assim, nessas condições de reprodução ainda *regionais* da sua força de trabalho, serem considerados assalariados, no sentido *stricto* do termo. Estavam, no entanto, como a descrição indica, mais expropriados do que os colonos e mais ainda do que os meeiros. Estavam, pois, mais próximos às condições de assalariamento, mas ainda moravam na fazenda e tinham condições de ter acesso a parte desse meio de produção.

Na mesma linha, Nelson da Silva, filho de João da Silva, dizia, na entrevista de 28/5/2007, que a família deixou de ser colona em meados de 1950, passando a trabalhar como diaristas no viveiro de mudas de café da Fazenda Boa Esperança. Indagado sobre o que teria mudado, Nelson sentenciou:

“Nem tinha contrato direito, aí anotava na mesma caderneta de colono mesmo. Por muito tempo, a gente recebeu a diária junto com o pagamento do bimestre dos outros colonos, mas sem os direitos dos colonos. Mas a diária era maior. Achei melhor ser diarista” (Caderno de Campo I, p. 27, Monte Verde, Cajobi-SP, 28/5/2007).

Entretanto, verificamos na própria contabilidade do pai de Nelson da Silva que, em termos nominais, apenas o salário fixo pelo trato dos cafeeiros assumidos pela família representava uma diária, durante todo o ano, muito maior do que a diária estipulada pelo contrato de trabalho, cláusula 17^a. Dessa maneira, talvez o que esteja na recordação do filho do colono seja exatamente o processo de endividamento que a família experimentou ao longo da maior parte de todos os anos registrados. Apenas a colheita pagava o montante dos débitos contraídos. A impressão marcada na memória daquela criança de 8 a 12 anos, no período tratado de 1945 a 1949, teria sido como se o pagamento fosse menor, na nossa suposição.

De fato, essa dinâmica oscilante que se verifica na contabilidade mais complexificada dos rendimentos dos colonos seria bastante distinta do padrão para um

diarista, com seus rendimentos mais constantes ao longo do ano. Isso talvez se evidencie pelas médias dos diaristas na Fazenda Monte Verde, no período de 1955 a 1963, no que se refere à relação, bimestre a bimestre, entre créditos e débitos, sem maiores discrepâncias. Aliás, diferente dos colonos, há vários anos em que os créditos do quinto bimestre são superiores aos créditos do sexto bimestre, comprovando que a colheita não desempenhava o mesmo papel para estes trabalhadores. Não obstante a maior regularidade, ainda assim, entre 1959 e 1960, também a maioria dos diaristas experimentaram um endividamento, com seus débitos superando seus créditos, conforme o gráfico que segue.

Nelson da Silva, na mesma entrevista, afirmava que, na fazenda, havia de 15 a 20 diaristas, que cumpriam as funções de cocheiro, carroceiro (para o transporte do café e do esterco para as mudas), fazedor de mudas, limpeza, tratorista – havia dois tratores John Deerer, fez questão de pontuar –, tomar conta da tulha e saqueiro (carregador), tomar conta do terreirão. Armando Paioli, também na entrevista já citada, contava ter trabalhado como carroceiro, carregador (saqueiro), além de ter cuidado do curral da fazenda por muitos anos. Mesmo o futuro proprietário da fazenda Monte Verde, Hernani Bulle Arruda, quando menino, no período em que não estava no grupo escolar, teria trabalhado junto com Benedito Paioli na entrega nos cafezais das marmitas de comida dos colonos e camaradas da Fazenda Boa Esperança. Eram muitas as atividades cumpridas por esses trabalhadores que não lidavam diretamente com o trato do cafezal. Luís Paioli emendava a explicação de Armando Vassoler, na entrevista gravada de 28/01/2009, ficando clara uma divisão também dentro da categoria dos camaradas:

“Armando Vassoler – Tinha que fazer cerca, tinha que passar ferramenta em outros mantimentos, tinha os carroceiros, que puxava esterco, puxava lenha pros colono. (...)”

Luís Paioli – Puxar carpideira. (...)”

Armando Vassoler – (...) Então é esses [os capatazes, que tomavam conta das turmas de camaradas] que ganhava um pouco a mais, porque eles tinham..., a responsabilidade era deles.

Pergunta – E o pessoal que trabalhava na máquina de beneficiar?

Armando Vassoler – Tá vendo, aí já era parte. Já era as pessoas próprias para aquilo ali. Que nem, trabalho no tipo do abafador, aquilo ali não era para qualquer um.

Pergunta – O Ermínio Miranda trabalhou muito nisso?

A.V. – Ele era o maquinista. E o finado [Sebastião] Bessa era o balanceiro”.

Segundo a documentação, essas especialidades ou as tarefas desempenhadas pelos camaradas e empregados eram ignoradas, apresentando-se somente o nome do trabalhador e seus rendimentos. Dentro dessa classificação abrangente (camaradas e empregados), o número desses diaristas variou bastante nessa fase final do colonato. Inclusive, chegar às informações sobre quem eram esses trabalhadores foi um dos empecilhos do trabalho em torno da mesma documentação. Como já dissemos, a partir do terceiro bimestre de 1960, a separação que antes havia entre “administração”, “colonos” e “camaradas e empregados” deixou de existir. Com os nomes todos reordenados, juntos e em ordem alfabética, a organização de nossa digitação e, conseqüentemente, toda a decorrente análise ficaram comprometidas. Sabendo que o colonato não se extinguiu à época dessa alteração nos registros da contabilidade e dispondo da possibilidade de recuperar as informações sobre os trabalhadores com entrevistas em campo, procuramos re-organizar a tabela na lógica que antes ela seguia. Procuramos, portanto, separar novamente os registros, agora agrupados, em seus respectivos grupos anteriores.

Procuramos as respostas sobre esses trabalhadores nas entrevistas com Nelson da Silva, Armando Paioli, Armando Vassoler, Darly Gomide Arruda, Hernani Bulle Arruda, Carlos Augusto Gomide Arruda, Maria Vassoler e José Paioli, todas realizadas nos recentes meses de janeiro e fevereiro de 2009, além de conversas diversas no mesmo período, no distrito de Monte Verde, município de Cajobi, e também na própria fazenda Monte Verde. O número de trabalhadores que passaram pela fazenda, nos últimos anos do período tratado, no entanto, elevou-se consideravelmente. Alguns trabalhadores, dessa maneira, não foram reconhecidos por aqueles entrevistados, que vivenciaram a rotina da propriedade naquela época. Acreditamos, ainda assim, que as

informações sobre os administradores (gerentes, fiscais e escriturários) e sobre os colonos possam ser consideradas completas, uma vez que esses trabalhadores tendiam a ter uma maior estabilidade no emprego e também uma relação mais próxima com os proprietários. Disso, os trabalhadores cujos nomes não foram reconhecidos foram agrupados juntos na categoria mais ampla de “Camaradas e empregados”, que continha entre seus integrantes trabalhadores que cumpriam quaisquer funções na fazenda, mesmo as mais eventuais, como pedreiros que realizavam determinada obra ou algum caminhoneiro que recebia pelo frete prestado.

É, ainda assim, para se pensar, o aumento no número desses trabalhadores que se observa na reta final do colonato. Ainda que o número de colonos não tenha variado muito no período, a não ser por uma queda, aparentemente ocasional, na safra de 1959-1960, o número de diaristas aumenta muito a partir de 1960, mais do que dobrando com relação ao número do começo do período. Vimos que a população do estado (Seção 3, parte I) já era, em números absolutos grande neste momento. A formação da superpopulação relativa parecia estar praticamente concluída. Talvez o aumento do número de diaristas estivesse antecipando o fim do período regional e, pois, a passagem final do colonato, extinto em 1963 pelo Estatuto do Trabalhador Rural.

TRABALHADORES DA FAZENDA MONTE VERDE

	ANO (Base do 6o. Bimestre)							
	1955-56	1956-57	1957-58	1958-59	1959-60	1960-61	1961-62	1963
ADMINISTRAÇÃO	6	4	6	4	4	4	6	4
COLONOS	34	39	30	34	27	34	30	24
CAMARADAS	23	23	26	27	39	44	45	51
TOTAIS	57	62	56	61	66	78	75	79

Quanto ao número menor de colonos no ano de 1963, quando é promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural, esta queda pode ter sido causada pelo próprio evento. Em resposta a um questionário de perguntas que deixamos de fazer na entrevista de 28/01/2009, Armando Vassoler, em 27/02/2009, confirmou que o acerto de contas nesse ano teria sido complicado. Em outra ocasião já fora afirmado (entrevista com Nelson da Silva, em 28/05/2007) que o fim do colonato havia sido abrupto, bem como o próprio Armando Vassoler, na entrevista de janeiro de 2009, recordara-se que, da noite para o dia, os colonos haviam se tornado diaristas. Dessa maneira, nesse questionário, Vassoler declara que alguns colonos foram até a colheita trabalhando e recebendo no mesmo

esquema do colonato, mas que outros teriam abandonado a fazenda. De fato, seis colonos que seguiam na folha de pagamento até o terceiro bimestre, quando se dá a promulgação, deixam de constar na folha de pagamento até o último mês de 1963. Com eles, o quadro de colonos retornaria ao patamar de 30 colonos do ano anterior, 1961-1962.

De maneira semelhante, no ano agrícola de 1958-1959, foram três os colonos que abandonaram a fazenda antes da colheita, não sendo contabilizados na contagem de colonos para aquele ano. Com eles, o número de colonos voltaria aos 30. Para o caso destes, no entanto, dois deles estavam bastante endividados no quinto bimestre e possivelmente não conseguiriam cobrir os débitos acumulados, enquanto um deles abandonou ainda no primeiro bimestre, dois meses depois de ter entrado na contabilidade da fazenda. O endividamento dos primeiros justificaria a saída, o que não podemos alegar para o terceiro colono, cuja desistência se deu antes que pudesse ter se endividado. Por outro lado, no ano agrícola de 1956-1957, que apresentou um pico de 39 colonos, na realidade, teve 36 colonos até o quinto bimestre. A admissão dos três novos trabalhadores deve ter sido em decorrência de uma safra bastante elevada de café. Entretanto, o ano seguinte seria o de maior número de saídas de colonos da fazenda Monte Verde: ao todo, 9 colonos abandonaram a propriedade. Quatro deles haviam entrado na colheita do ano anterior, mas apenas um desses quatro saía endividado. Retomaremos casos assim adiante, acerca das trajetórias de colonos.

A comparação de rendimentos dos trabalhadores da Fazenda Monte Verde

No geral, retomando os rendimentos dos trabalhadores, vê-se que os diaristas recebiam, em média menos do que os colonos. Seus rendimentos, no entanto, chegavam a patamares bastante próximos ou mesmo equivalentes nos quintos bimestres de cada ano. Mais uma vez, isso leva a ressaltar ainda mais a importância do rendimento proporcional que a colheita representava para o colono. Era esse rendimento que diferenciava o colono de maneira mais gritante do diarista, ainda tomando em consideração os dados mais gerais. Aquele endividamento apontado para o período entre 1959 e 1960 pelos diaristas também contribuirá para aumentar a discrepância de seus rendimentos com relação aos dos colonos. Porém, logo em seguida a este período, no quinto bimestre de 1961, o rendimento dos diaristas chegou a superar em muito o dos colonos, novamente com a colheita do bimestre seguinte invertendo as posições.

Por sua vez, o quadro de trabalhadores da administração sempre foi restrito, oscilando entre quatro e seis integrantes. Eram eles, em geral, um gerente, um ou dois fiscais, o responsável pelas máquinas de beneficiamento e também pela tulha de café, e, por vezes, o escriturário, que respondia pela mesma contabilidade. Ao longo dos oito anos analisados, onze pessoas diferentes cumpriram essas atividades de administração da fazenda Monte Verde.

Interessante, ainda, é a comparação dos rendimentos dos trabalhadores da administração da fazenda com os dos demais trabalhadores. A princípio, no ano agrícola de 1955-1956, eram esses os trabalhadores pior remunerados da propriedade. O gerente da fazenda, José Maria Aparício, entretanto, recebia um salário fixo de Cr\$ 6.000,00, que era maior do que a média de todos os trabalhadores da fazenda, sendo que ele também não tinha quaisquer despesas registradas na coluna de “débito”, o que pode sugerir que o mesmo tivesse que cobrir toda a reprodução de sua família com esse salário fixo, ou que ele não tinha que pagar por nada que consumisse nos armazéns de Monte Verde ou na cooperativa da fazenda (que, lembremos, tinha o seu próprio armazém), o que representaria um padrão muito mais elevado de rendimento para o mesmo salário fixo. Os outros funcionários da administração recebiam em média Cr\$ 3.560,00 e tampouco tinham suas despesas descontadas. Apenas dois deles apresentaram nesse ano, débitos, sendo que um contraiu um débito final de Cr\$ 8.351,70.

Nos anos seguintes, observando a variação dos saldos reais³¹³ (créditos menos débitos) desses trabalhadores da administração, vemos que a categoria sobe a um patamar de rendimento médio bem superior ao dos diaristas. Esse patamar, mantido até o fim de 1960, mostra um rendimento, ao longo do ano, na comparação com o rendimento dos colonos, geralmente bastante superior. Mais uma vez, será a colheita do café que determinará o pico nos sextos bimestres de cada ano dos rendimentos dos colonos. Se, à primeira vista, podemos crer que o colono era o trabalhador mais bem remunerado da fazenda, temos que lembrar, uma vez mais, que esse rendimento elevado da colheita se dava apenas no sexto bimestre, sendo que, ao longo do ano, o colono, em geral, ganhava menos que o trabalhador da administração e pouco mais do que um diarista.

Antes de mergulhar a fundo nos dados sobre os colonos para discernir melhor sobre o que tais médias escondem, vale ressaltar ainda o impressionante movimento

³¹³ Aliás, a utilização dos dados de saldo real foi a solução que encontramos para o último dos grandes problemas iniciais que apontamos no princípio da sistematização dos dados da folha de pagamento da fazenda Monte Verde. Conforme atestamos, havia uma diferença na maneira como a folha de pagamento estava organizada ao longo do período de 1955 a 1963, com dois anos, no meio, 1958 e 1959, em que não havia qualquer coluna de “saldo”, diferente dos demais anos. Assim, chegada à conclusão de que os dados de crédito e débito eram, em realidade saldo credor e saldo devedor para o bimestre daquele trabalhador ali relacionado, pudemos padronizar os dados para o período inteiro reduzindo todos os dados de cada trabalhador para cada bimestre também aos saldos (crédito menos débito). Assim, pôde-se dar prosseguimento à comparação.

ascendente dos rendimentos dos trabalhadores da administração, a partir do ano agrícola de 1960-1961, ininterruptamente até o fim do período analisado. O número de trabalhadores dessa categoria não variou nesse período, como vimos, mantendo-se em 4 trabalhadores em 1960-1961 e em 1962-1963 e sendo de 6 trabalhadores em 1961-1963. Variaram e muito, foram os salários desses trabalhadores. O salário do fiscal José Geraldo, que, por sinal, era tio da mulher do proprietário do estabelecimento, por exemplo, de Cr\$ 5.590,00, em 1958-1959, saltou para Cr\$ 17.776,00 (descontados os débitos), em 1960-1961, e, enfim, para Cr\$ 23.000,00 líquidos no ano seguinte. Vale lembrar, todavia, que foram os anos de elevada inflação. Os aumentos, entretanto, superaram em muito os rendimentos dos demais trabalhadores, mesmo os dos colonos no período de colheita. Outro exemplo relevante foi o do salário do gerente que, como já apontamos, de Cr\$ 6.000,00 no primeiro ano, manteve-se estável nos Cr\$ 8.000,00 até 1959, quando saltou a Cr\$ 10.000,00, depois dobrou no ano seguinte (Cr\$ 20.000,00, em 1960-1961) e, depois a fazenda passou a ter dois gerentes, recebendo os dois um total de Cr\$ 73.740,00, já no ano agrícola de 1961-1962. Assim, os gastos com o controle do trabalho e com a organização da fazenda perfizeram uma ascensão muito elevada, exatamente no período em que o colono passaria a diarista.

Esse aumento com os gastos de fiscalização certamente guardam estreita relação com a passagem final do colonato para o assalariamento dos diaristas. Diferente do que ocorria no período da colheita quando todos trabalhavam juntos para facilitar a fiscalização, conforme apontou o excerto da entrevista de Nelson da Silva, de 28/05/2007, que citamos ao falar dos rendimentos da colheita para o caso de João da Silva, o trabalho do colono era dirigido pelo “cabeça” da família. A fiscalização do trabalho do colono se restringia ao que Armando Vassoler, em outro trecho já também citado, apontou sobre a necessidade de colocar diaristas para cobrir a finalização da tarefa dos colonos. Muitas vezes, esses diaristas eram os próprios colonos trabalhando depois de terem cumprido suas obrigações na parte do cafezal que lhes fora determinada. Assim, o sistema de incentivo ao trabalho partia dos próprios colonos que buscavam um rendimento superior, conforme a capacidade de trabalho da unidade familiar permitisse. Também isso instaurava uma espécie de corrida pela maior produtividade. Mais uma vez, é Armando Vassoler (entrevista gravada de 28/01/2009) que sentencia a diferença, deixando nas entrelinhas claro que essa disposição, partindo do trabalhador para trabalhar o mais possível, rompia-se com o assalariamento. Do

subentendido, pode-se ainda subentender a necessidade maior de controle sobre o trabalho do diarista do que sobre o trabalho do colono.

“Armando Vassoler- Essa era a vantagem do colono. Porque agora o cara que ganha no salário, ele sabe o tanto que ele ganha no ano inteirinho, é aquilo. E, quando no tempo do colono, não. (...) Vamo supor. Que nem nós, o finado meu pai nunca gostou de perder tempo, ele aproveitava tudo quanto era tempo. Então, nós sempre acabava a carpa mais cedo. Nós acabava a carpa, dava uma corrida no cipó, para não largar cipó; já na carpa a gente levava controlado o cipó. Você tirava um ou dois dias para correr o cipó; passava um dia, ele [o pai] dava para nós descansar. Aí era por dia. Ói, a gente trabalhava mais de semana por dia, em três. Aquilo vinha no pagamento. Você já pensou quanto que rendia a mais no pagamento. Quanto que num rendia, em três trabalhando por dia. Eu, meu irmão Luís e meu finado meu pai [Eugênio Vassoler], porque o Osvaldo [Vassoler, outro irmão de Armando] já trabalhava para a fazenda. Ele tava junto cum nós, mas já trabalhava por dia na fazenda.

Pergunta- Isso variava de família para família?

Armando Vassoler – Demais. Demais. (...) Nós sempre trabalhava até mais tarde, aproveitava. (...)

Armando Vassoler – Esse dinheiro [pelos dias de trabalho extra como diarista] para nós valia muito”.

Diferenças entre colonos

Essa variação de família para família seria algo que negligenciaríamos caso nos contentássemos com os dados até aqui apresentados sobre os colonos da Fazenda Monte Verde. Ficou relativamente bem apontada a diferença entre o padrão de reprodução e, pois, de rendimentos entre colonos, camaradas ou diaristas e, brevemente mencionado, também para os trabalhadores da administração. Deixamos entrever também que a categoria de camaradas e empregados era muito mais diferenciada internamente do que as tabelas mostram. Foge, no entanto, ao nosso escopo dessa pesquisa prolongar muito a descrição das particularidades de cada tipo de trabalho desempenhado pelos diaristas de uma fazenda cafeeira. Entretanto, os dados, por sua vez, mostram que o pagamento por diária acarretava uma menor variação de rendimentos ao longo do ano, o que pode ser dito também para os trabalhadores da administração. Agora, a situação tendia a ser outra para os colonos, como também esses primeiros dados mais gerais já delineiam.

Uma enorme variação de rendimentos acontecia ao longo do ano para o colono, principalmente na comparação entre os rendimentos dos cinco primeiros bimestres e os do sexto bimestre. A colheita de café era a responsável por isso, com o ganho proporcional ao café colhido. Porém, a própria composição da unidade familiar levava a grandes discrepâncias de rendimentos entre as famílias de colonos, mesmo nos outros bimestres, sem a interferência dos ganhos com a colheita.

Quando abordamos a variação do número de colonos na fazenda ao longo do ano, oscilando em torno de 30 colonos (com suas famílias, é claro) a cada ano, deixamos delineado um pouco o movimento constante que havia de entradas e saídas de colonos constantes na folha de pagamento. Se havia 30 colonos, aproximadamente, trabalhando a cada safra e passaram pela folha de pagamento, no período estudado de oito anos, 91 nomes de colonos registrados, vemos uma alta mobilidade dessa força de trabalho, constantemente mudando de fazenda para fazenda ou de função, passando a camarada ou administrador. A média de permanência de um colono na fazenda esteve, assim, em 2,84 anos. Para uma maior compreensão dessa situação, começamos por destrinchar os dados dos colonos da fazenda, averiguando qual o período trabalhado por cada um deles, dentro dos oito anos analisados, entre 1955 e 1963.

Os oito anos foram determinados pela divisão da Fazenda Boa Esperança, que dá início à contabilidade em separado da nova Fazenda Monte Verde, em 1955, e a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, que delimita o fim do colonato, em 1963. Poderíamos ter analisado um período posterior a esta delimitação final, algo que era nossa intenção, aliás. O pouco tempo disponível, no entanto, estreitou-se ainda mais com as dificuldades já apontadas que tivemos para a sistematização dos dados dessa folha de pagamento. Um dos obstáculos com que nos deparamos foi exatamente a mudança na periodização dos pagamentos e acertos que ocorre depois daquela promulgação do Estatuto, passando de bimestral a mensal. O tratamento dos dados incluiria, então, o dobro do que já vínhamos tratando. Ativemo-nos, pois, à delimitação padrão e buscamos algumas conclusões dentro do período restrito.

Nesses oito anos analisados, dessa maneira, foram sete os colonos que estiveram presentes em todo o período. Entre eles o pai de Armando Vassoler, Eugênio Vassoler, italiano, e três integrantes da mesma família: João Alves de Matos, Manoel Alves de Matos e Octacílio Alves de Matos. A extensa família do patriarca João Alves de Matos, com seus sete filhos homens (dois deles estes colonos citados) e algumas filhas mulheres, firmaram-se na fazenda Monte Verde, após a referida separação, depois que o pai veio a pé desde seu local de origem na Bahia (entrevista com Armando Paioli, 27/01/2009). Outros dois brasileiros, com suas respectivas famílias compunham o grupo, sendo eles Anísio Pereira dos Santos e José Gregório da Silva, este último sem qualquer parentesco com o colono João da Silva. Por fim, a família do descendente de austríacos José Gruden completava este grupo, que representava apenas 7,69% do total de 91 colonos que passaram pela propriedade.

Enquanto, entre esses se encontravam dois dos colonos com maior rendimento em qualquer dos bimestres analisados, Eugênio Vassoler e João Alves de Matos, em geral, com médias de rendimentos superiores a Cr\$ 10.000,00, mesmo nos quintos bimestres. Os demais colonos que se mantiveram pelos oito anos na fazenda tinham rendimentos medianos e um deles, Anísio Pereira dos Santos, chegou a apresentar médias negativas para o período. Assim, uma possível relação que poderia existir entre a permanência na propriedade e a obtenção de altos rendimentos não pode ser dada de maneira direta.

A explicação talvez resida, por sua vez, na própria composição da unidade familiar, sem levar em conta a disposição e disciplina para o trabalho que constituíssem o particular dessas famílias, o que pôde ser vislumbrado nas falas do filho de Eugênio Vassoler. O número de filhos, principalmente de filhos homens, parece ser determinante no posicionamento dessas duas famílias que aqui se mostram com maior rendimentos. Com sete filhos homens, segundo Armando Vassoler (entrevista de 28/01/2009), ou oito filhos homens, segundo Armando Paioli (entrevista de 27/01/2009), de qualquer maneira, mesmo com a saída de três deles para constituir suas próprias famílias (Manoel, Octacílio e Josefino), João Alves de Matos ainda teria um pequeno batalhão próprio de, ao menos, cinco trabalhadores homens, incluindo a si próprio. Do mesmo modo, Eugênio Vassoler chegara a ter quatro homens, incluindo ele mesmo, até a saída do filho Osvaldo, que se tornou camarada, como afirmou Armando. Por outro lado, os dois filhos de João Alves de Matos provavelmente não teriam constituído família tão numerosa ainda. José Gruden teria tido apenas um filho homem e três mulheres, mas o seu filho Orlando já constava como colono da fazenda Monte Verde. Informações mais precisas faltam apenas para o caso de Anísio Pereira dos Santos, que teve seis filhos. Não sabemos quantos teriam sido homens, assim como não podemos concluir muito sobre as causas do seu baixo rendimento. Sua média, no entanto, esteve num patamar mediano até o fim do ano agrícola de 1958-1959, quando a partir de então começa-se a verificar um alta brusca da inflação. Voltaremos a isso adiante.

Tampouco foram muitos os colonos que ficaram seis ou sete anos dentre os oito anos analisados, também apenas sete colonos (7,69% do total de 91 colonos). Três deles chegaram a constar entre 1955 e 1963, mas irregularmente. Antônio Honório, um dos três deste grupo com rendimento relativamente alto (sua média geral do quinto bimestre foi de Cr\$ 10.385,91), saiu ao final do ano agrícola de 1956-1957 para voltar um ano depois em 1958-1959, ficando ao todo sete dos oito anos analisados. Josefino Alves de

Matos, outro dos filhos de João Alves de Matos, com rendimento mediano, não trabalhou nos anos agrícolas de 1959-60 e 1960-61, mas trabalhou nos demais. E o filho de José Gruden, Orlando Gruden, também com rendimento mediano, esteve por seis dos oito anos, mas deixou de ter registros nos anos de 1957-58 e 1958-59. Essa oscilação desses colonos dá outra cara à discussão da mobilidade do colono, sendo que as saídas de uma fazenda não eram definitivas, podendo, assim, o colono vir a retornar à antiga propriedade que o empregava.

Mais uma vez, dentre os três deste grupo – dos que trabalharam mais de 5 até 7 anos na fazenda, no período (55-63) – que tiveram alguma média geral (5º. ou 6º. bimestres) superior a Cr\$ 10.000,00, todos tinham famílias relativamente grande. Antônio Honório tinha 6 filhos (não sabemos quantos homens), Benedito Lima Filho tinha 4 homens e 4 mulheres (segundo Armando Vassoler, 28/01/2009) e Dionésio Moreno tinha 3 filhos homens e 5 filhas (de acordo com Armando Paioli, 27/01/2009).

Mais numeroso do que estes foi o grupo dos colonos que trabalharam mais de 3 até 5 anos, dentre os oito do período. Foram 14, 15,38% do total de colonos. Dois destes colonos, como no grupo anterior, estiveram irregularmente ao longo de todo o intervalo de oito anos. Atílio Megeto trabalhou de 1955-56 a 1956-57, depois só retornou na etapa final do colonato, trabalhando de 1960-61 a 1963, num total de cinco anos trabalhados. José Custódio Loureiro saiu em 1957-58 e voltou em 1960-61, também tendo trabalhado cinco anos no total.

Curiosamente, dentro deste grupo, os quatro com rendimentos médios gerais, para algum dos bimestres (5º. ou 6º.), superiores a Cr\$ 10.000,00 eram de apenas duas famílias, os italianos Megeto e a numerosa família nacional dos Pereira. Natural de Barretos (nascido em 22/10/1909), Joaquim Luiz Pereira tem apenas dois filhos (Manoela e Manoel, gêmeos nascidos em 21/11/1954) registrados como beneficiários seus na carteira de trabalho a que tivemos acesso, referente aos anos pós-colonato de 1967 a 1977, o que não impede que tenha tido outros que, àquela altura, já tivessem estabelecido família própria. Já Ângelo Pereira tinha 4 filhos, e para os irmãos Atílio e José, filhos do também colono da fazenda (entre 1955 e 1961) João Megeto não tivemos informações sobre a composição dos membros de suas famílias.

O maior dos grupos era exatamente aquele que estava na média do tempo trabalhado pelos colonos em geral no período. A média sendo de 2,84 anos trabalhados, 31 colonos formaram o grupo daqueles que trabalharam mais de um ano até 3 anos,

34,06% do total de colonos. 16 dos quais trabalharam 2 anos na propriedade e outros 6 trabalharam 3 anos, sendo.

Alguns, porém, não trabalharam anos redondos, o que significa que ou entraram para a colheita ou saíram antes dela. Antônio Petrinca, por exemplo, entrou na colheita de 1960-61, mas terminou o ano seguinte, 1961-62, endividado, tendo abandonado a fazenda aí, com 1,25 ano trabalhado. Aparecido Celestino saiu no quinto bimestre de 1957-58, antes da colheita pois, ainda que estivesse com um crédito (que deve ter recebido) de Cr\$ 2.197,60, depois de 2,75 anos trabalhados. Francisco Rodrigues também foi dos que entraram para realizar a colheita de 1961 e, ao final de 1963, tinha um ótimo rendimento, mas nossa análise se interrompe aí. João Megeto, o pai dos Megeto, saiu antes da colheita do ano de 1955-1956, no quinto bimestre sem estar endividado, mas voltou para os anos de 1959-60 e 1960-61. José Francisco Jorge também saiu antes de uma colheita (1957-58) para depois retornar (ano de 1959-60); assim como Urbino R. Bittencourt, abandonou aquela colheita sem estar endividado. O mesmo não vale para os casos de Lázaro José e Paschoal Silverio, que deixaram a fazenda estando endividados.

Em termos lógicos, o abandono da colheita, que, em geral, proporcionava um rendimento de até 25% ou mais acima do rendimento normal de um colono ao longo do ano, seria devido a um processo de endividamento para o qual o colono não veria saída. Apesar de parecer ser este o caso para alguns dos colonos aqui apontados (Antônio Petrinca, Lázaro José e Paschoal Silverio), os demais vão contra essa causalidade lógica (endividamento levando ao abandono). Aliás, dos 91 nomes de colonos registrados, 19 abandonaram a fazenda antes da colheita. Apenas seis deles estavam endividados no quinto bimestre, outros dois tinham rendimentos bastante baixos (menos de Cr\$ 1.000,00), mas os demais tinham rendimentos medianos, o que nos impede de supor a causa dessas desistências. Assim, a média geral do rendimento do quinto bimestre desses colonos que abandonaram a fazenda antes da colheita era positiva, porém não muito alta: Cr\$ 676,59. Com uma média dessas, relativa ao saldo geral, abaixo dos Cr\$ 1.000,00, provavelmente, no entanto, os débitos desses colonos estavam em patamares mais elevados, o que deveria ser a causa de alguma preocupação por parte da família com o rendimento oscilante da colheita.

Muitos dos sobrenomes daqueles que ficaram mais tempo na fazenda se repetem nesse grupo, como Alves, Megeto, Honório, Rodrigues, Lima, Santos Catena e Silva, como também já haviam se repetido no grupo dos que ficaram mais de 3 até 5 anos na

fazenda (Pereira, Alves, Honório, Megeto, Souza, Santos Catena). Alguma relação entre a renovação do quadro de colonos com as famílias de colonos que mais permaneceram na propriedade pode, assim, ser ressaltada, porém o parentesco não seria condição única para o sucesso desses filhos ou sobrinhos colonos, sendo que os mesmos sobrenomes (Megeto, Pereira, Santos, Francisco Jorge, Alves, Silva) aparecem entre aqueles que abandonaram a fazenda antes da colheita dos respectivos anos em que estavam empregados como colonos.

Retomando, de qualquer modo, nossa classificação em torno do tempo de permanência dos colonos, outro grupo, daqueles que ficaram apenas um ano na propriedade, formava-se com 17 integrantes (18,68% do total). Pela efemeridade da passagem da maioria destes, poucas informações adicionais, para além das da própria folha de pagamento, pudemos levantar sobre os colonos deste grupo. Assim, atendo-se à contabilidade, podemos ver um grupo com rendimentos medianos, com médias gerais de Cr\$ 1.658,43, para o quinto bimestre, e Cr\$ 6.318,67, para o sexto. No quinto bimestre, aliás, nenhum dos colonos superou a marca de Cr\$ 10.000,00 percebidos. Porém, quatro deles ultrapassaram a marca para o sexto bimestre.

Como essa classificação se pautava pelo tempo de permanência, aquele grupo dos que abandonaram antes da colheita não chegou a constituir um grupo para a análise; mais para a comparação com os demais grupos. Isso também porque, dentre eles, alguns ficaram mais de um ano, às vezes dois, três, até abandonar a fazenda, no quinto bimestre. Por isso, o último dos grupos analisados foi o dos que ficaram menos de um ano, ainda que todos também tenham abandonado antes da referida colheita. A maioria dos 15 colonos (16,48% do total) que trabalharam menos de um ano também abandonou a fazenda no quinto bimestre. Desses doze, a maioria estava endividada. Porém, nesse grupo, dois colonos (José Martins Pereira, em 1958-59, e Josefino Alves de Oliveira, em 1957-58) trabalharam apenas o primeiro bimestre, abandonando sem motivo aparente. Um deles, Antonio Candido, chegou a trabalhar três bimestres, metade do ano portanto, mas abandonou a fazenda com um crédito de Cr\$ 3.483,30.

De todo modo, entretanto, esse é o grupo com pior rendimento de todos, com um rendimento médio de apenas Cr\$ 579,25. Média essa menor inclusive daquela dos colonos do grupo dos que abandonaram a fazenda antes da colheita.

Tendo realizado todos esses cálculos, retomamos uma indagação ao nosso próprio procedimento, no que diz respeito a termos ignorado algo que se mostrava evidente desde os primeiros resultados mais gerais da análise da folha de pagamento. A

partir do ano agrícola de 1959-1960 verifica-se uma curva ascendente em todos os casos de médias para os colonos e para os grupos mais amplos de colonos, camaradas e empregados e trabalhadores da administração da fazenda. Uma breve consulta aos índices de inflação, então vigentes, mostram, que, de fato, uma alta extra-ordinária da inflação ocorreu depois de 1960, culminando inclusive, em 1964, com a mudança da moeda, que passa a ser cruzeiro novo, com três zeros a menos.

Os primeiros gráficos nessa seção de nossa exposição apontam esse crescimento nas linhas de débitos e créditos para colonos e para diaristas. Como os crescimentos parecem ter sido proporcionais para as receitas e para as despesas de ambas as categorias, o terceiro gráfico, montado em torno dos dados de saldos reais (créditos menos débitos) para esses trabalhadores, deixa de apresentar essa ascensão, a não ser pelo crescimento exponencial dos rendimentos dos trabalhadores da administração da fazenda, nesse último período (1960-63). De todo modo, por precaução, optamos, para as análises finais dos rendimentos dos colonos, ainda que realizadas com os saldos reais dos mesmos, restringir ainda mais o nosso período de amostra para os anos em essa alta inflacionário não era visível. Atemo-nos, portanto, aos anos de 1955 ao final de 1959.

Procuramos, nesse período restrito, cruzar os dados de permanência com os dados gerais de rendimento, agrupando os colonos segundo os grupos de mais alto rendimento, com médias de saldos reais finais (créditos menos débitos, e média desses saldos reais dos quinto e sexto bimestres) superiores a Cr\$ 10.000,00; colonos de rendimento mediano, com médias de saldos reais finais entre Cr\$ 1.000,00 e Cr\$ 10.000,00; e colonos com baixo rendimento, com médias de saldos reais finais menores que Cr\$ 1.000,00. Disso tivemos os seguintes resultados nominais, quanto ao número de colonos de uma classificação na outra:

Localização dos colonos dos grupos de rendimento nos grupos de anos trabalhados							
	C8	C5-7	C3-5	C1-3	C1	C-1	TOTAL
MAIS DE Cr\$ 10.000,00	2	1	2	1	3	0	9
ENTRE Cr\$ 1.000 e Cr\$ 10.000	5	6	10	19	8	3	51
MENOS DE Cr\$ 1.000	0	0	2	5	5	9	21
Colonos que não renderam no período	0	0	0	6	1	3	10
Total de cada Grupo	7	7	14	31	17	15	91

Vemos, pois, que os colonos que mais permaneceram na fazenda tiveram rendimentos, por assim dizer, estáveis, sempre, no mínimo, medianos. Como já apontamos na caracterização dos grupos, a relação entre permanência e os mais altos rendimentos não era absoluta, mas nenhum teve, no período, um baixo rendimento entre os grupos que trabalharam 8 anos (C8) ou de mais de 5 anos a 7 anos (C5-7), algo que havia sido apontado para o período mais amplo, até 1963.

Os grupos mais numerosos, daqueles que ficaram mais de 3 a 5 anos (C3-5), mais de 1 a 3 anos (C1-3) e um ano (C1), o quadro apresentado é mais diversificado, constando sempre colonos com rendimentos inferiores. A maior parte dos colonos nesses três grupos teve rendimento mediano, 37 colonos de um total de 62 colonos, portanto mais da metade. A minoria teve altos rendimentos, mas é no grupo dos que trabalharam um ano na fazenda onde se encontra o maior número de colonos com alto rendimento, três colonos, cujos motivos para não terem permanecido no trabalho não podem ser relacionados aos rendimentos monetários.

Por fim, como já se poderia esperar, o grupo daqueles que permaneceram menos de um ano na fazenda, trabalhando como colonos, é o que apresenta maior número de colonos com baixo rendimento salarial, 9 num total de 21 colonos com essa situação registrada. Nenhum dos colonos desse grupo teve alto rendimento.

MÉDIA POR GRUPO DE ANOS TRABALHADOS			
GRUPO/MÉDIA	MÉDIA 5o. BIM	MÉDIA 6o. BIM	MÉDIA GERAL
TODOS	1854,112	7500,104	4075,758899
C8	3668,371	9421,582	6544,976786
C5-7	2600,976	9407,042	6004,008929
C3-5	2082,706	7736,074	4909,390179
C1-3	1891,415	6423,001	4054,424333
C1	1873,644	7167,031	4520,3375
C-1	-10,325	0	-10,325

Observando-se, por sua vez, as médias de rendimentos por grupos de colonos classificados segundo o tempo de permanência no trabalho na fazenda, vemos, de fato, uma relação estabelecida. Quanto maior o tempo de trabalho no colonato na Fazenda Monte Verde, maior a média geral apresentada pelo colono. Essa conclusão direta só ficaria afetada pela maior média apresentada pelo grupo daqueles que só trabalharam um ano na fazenda com relação ao grupo acima, daqueles que trabalharam de mais de um ano a três anos. Isso talvez se explique pela existência nesse último grupo de

colonos que abandonaram a fazenda antes da colheita, mesmo tendo tido outros anos anteriores mais estáveis em suas trajetórias nesta propriedade. Essa evidência se comprova com a média inferior deste grupo C1-3 para o sexto bimestre, na comparação com o sexto bimestre em média para os colonos do grupo C1. É a média do grupo C1-3, daqueles que ficaram mais de um ano até 3 anos, portanto daqueles que ficaram dentro do tempo médio de permanência na fazenda, 2,84 anos de trabalho, que mais se aproxima da média geral de rendimentos.

Porém, as médias de rendimentos apresentaram variações bastante significativas dentro da classificação dos grupos por rendimentos, mostrando uma discrepância muito grande, para a média geral, daqueles que tinham maiores rendimentos e também daqueles com menores rendimentos. O maior grupo, entretanto, era o de colonos com rendimentos medianos (56,04% do total), a constituir aquela média geral. Assim, vemos que, apesar da existência de uns poucos colonos com rendimentos finais muito acima da média, ou quase três vezes os valores médios, e da existência de um grupo razoável (21 colonos) com rendimentos muitíssimo abaixo da média, havia uma certa padronização nos rendimentos gerais por um grupo mais numeroso de colonos.

Ainda assim, vale registrar a incrível média de Cr\$ 18.467,65 dos colonos com maior rendimento para o sexto bimestre. Com esse rendimento médio para o período da colheita, eles chegavam a ganhar quase três vezes nessa época do que nos demais bimestres. Caso tomássemos, no caso deles, o rendimento médio do quinto bimestre como sendo o normal para os quatro bimestres anteriores, o que pode ser feito posto que já notamos uma variação muito pequena para esses cinco bimestres em geral, teríamos um colono médio desse grupo, ganhando cerca de Cr\$ 39.727,62 no ano, sem a colheita, que representaria cerca de Cr\$ 11.846,38. Assim, nesse caso fictício, a colheita desse colono representaria 22,97% do seu rendimento total, uma fatia condizente com os números apresentados para o caso particular do colono João da Silva, ainda que aquele fatalmente não pertencesse a esse grupo de alto rendimento. Feitas contas semelhantes para os demais grupos de rendimentos, teríamos uma participação da colheita nos rendimentos totais de cada grupo de, respectivamente, 23,31% para o grupo de rendimento mediano, e 40% para o grupo de menor rendimento. Assim, o que também condiz com a dinâmica vista na contabilidade da caderneta do colono João da Silva, a colheita passa a ter um caráter de saldar os débitos contraídos ao longo do ano, para aqueles que tinham o pior padrão de rendimento.

MÉDIA POR RENDIMENTOS					
	No. DE COL.	% /TOTAL	MÉDIA 5o. BIM	MÉDIA 6o. BIM	MÉDIA GERAL
MAIS DE Cr\$ 10.000,00	9	9,98	6621,277778	18467,65463	12544,4662
ENTRE Cr\$ 1.000 e Cr\$ 10.000	51	56,04	2517,905719	7109,356884	4683,084395
MENOS DE Cr\$ 1.000	21	23,07	-1801,02817	772,3027778	-
Colonos que não renderam no período	10	10,98			

O último gráfico apenas expressa a relação anteriormente já apontada para a produção da média pelo grupo mais numeroso de colonos, que era o que tinha rendimentos medianos. Fizemos questão de detalhar aqueles grupos que destoam dessa média porque o padrão de reprodução destes é muito desigual. Nisso, apontamos ainda a participação distinta da colheita no rendimento de cada grupo, o que nos permite, segundo esse critério, alocar o colono João da Silva como um caso desse grupo mais numeroso de colonos medianos, ainda que os valores médios sejam tão diferentes para os dois casos, separados no tempo por cerca de 6 anos e no espaço por serem fazendas diferentes, ainda que provenientes de uma unidade produtiva que se dividiu ao meio. Acreditamos, com isso, ter respaldado as hipóteses levantadas a partir daquele caso particular na contabilidade mais ampla da fazenda Monte Verde, bem como cremos ter evidenciado as desigualdades apresentadas dentro das categorias de trabalhadores dessa fazenda e entre a categoria dos colonos. Ainda, algumas suposições pudemos delinear para esse período final do colonato e para o colonato em geral.

14. Considerações finais: as três abordagens sobre a região do colonato nessa dissertação; e a autonomização do capital no colapso da modernização

Encerramos aqui esta longa análise sobre o conceito de região, pensado já a partir de um processo formativo de uma região, seu funcionamento e a indicação de sua crise. Foi a região do colonato o foco deste estudo, porém tivemos que analisar processos para além do mero funcionamento do colonato, porque este *sistema* de trabalho estava relacionado a um contexto social e político próprio da *região*, entendida como processo de autonomização do capital. Pensando os aspectos regionais, em sua falta de autonomização, já indicamos o que a crise da região do colonato coloca como relações sociais de produção.

Na Seção 1, portanto, analisamos a ocupação da área do chamado sertão desconhecido do interior do estado de São Paulo. Essa ocupação, entretanto, tentamos mostrar como não se dava sobre um “vazio” ou sobre uma “muralha de florestas”, como se fosse a transformação da paisagem natural em paisagem humana. O processo civilizatório desses sertões foi, antes, uma territorialização do capital, conforme a proposição de Alfredo (2005) e a tese de Toledo (2008). Isso quer dizer que tomamos um caminho interpretativo da noção de colonização que era, acima de tudo, crítico. A crítica, então, teve que mostrar como os “desbravadores” mineiros que ocuparam aqueles sertões, fizeram-no massacrando as populações locais para instaurar a temporalidade do capital. Ou seja, “o início da história” da área que viria a se tornar a cidade de Olímpia começava com o apagamento da “história” pretérita dos indígenas locais. Esse “início” instalou os padrões de reprodução da pecuária desses mineiros sobre as terras apossadas.

Procuramos ali mostrar a ocupação do que já foi considerado como a “fronteira” agrícola, como a instalação de um regime de *posses*, já referenciado no marco modernizador da Lei de Terras, de 1850, o que diferia radicalmente das posses durante o Brasil colônia, referenciadas às concessões de sesmarias. Também procuramos deixar claro como essa “fronteira” procurava se articular às cidades já consolidadas das proximidades para realizar as suas *mercadorias*, além de estabelecer laços mais amplos de uma reprodução desses posseiros que não estavam se isolando, mas ampliando o *território do capital* (Toledo, 2008).

A passagem da legalização dessas posses foi interpretada, na segunda parte da Seção 1, na relação com a formação dos patrimônios e com a ampliação da alçada de poder dos coronéis locais. Estávamos diante do processo de possível formação das cidades, mas a concretização dessa possibilidade passava pela mediação do compromisso coronelista. O mesmo valia para o traçado da ferrovia, o que determinaria o desenvolvimento daquelas vilas e futuras cidades.

Dessa maneira, compreendemos o coronelismo determinando a *renda diferencial* na passagem daquela região da pecuária para a região da cafeicultura na área. A constituição de uma estrutura fundiária diversificada passou pela partilha das melhores terras pelos coronéis locais, o que não deixou de se dar sem conflitos.

Porém, a região da cafeicultura que se expandia para chegar à área por nós estudada não era meramente a produção de café. Tomamos, pois, na Seção 2, um caminho interpretativo de contrapor as noções de *colonização* para o período colonial, atrelado ao seu sentido profundo de gestar a acumulação primitiva européia por meio do sistema colonial, com a de colonização sistemática, preconizada nas teorias de Wakefield que embasaram as políticas de terras e de imigração no Brasil, após 1850. Entendemos aí, então, um novo sentido dado para o período regional, o de gestar um padrão nacional de acumulação, à imagem e semelhança do padrão industrializado inglês (ou europeu). No que vimos como uma *modernização retardatária* (Kurz, 2000), a região da cafeicultura que se expandia para o Oeste Paulista, diferia radicalmente das demais regiões da cafeicultura. A reprodução de suas relações sociais de produção se pautava por políticas de Estado para suprir as lavouras com trabalhadores *livres*, subvencionados. Esses trabalhadores trabalhavam sob um regime que se denominou colonato. A expansão da região do colonato foi vista, pois, como formação da superpopulação relativa em São Paulo.

Estudamos, por fim, na Seção 3, as fases da constituição dessa região do colonato, conjuntamente com as fases da própria cafeicultura para mostrar como a região cumpria sua função produtora no sistema mundial produtor de mercadorias. Por outro lado, o sistema do colonato foi visto a partir do seu contrato e de seu funcionamento numa fazenda da área estudada. Vimos, aí, como não se tratava propriamente de um assalariamento, uma vez que o colono tinha acesso aos meios de produção para se reproduzir. O esquema de crédito do colono junto ao comércio local reforçaram, nesse momento, a configuração local já vista na Seção 1 para o caso dos

meeiros e pequenos proprietários, em que o fazendeiro dispunha de possibilidades de explorar o mais-trabalho dos trabalhadores.

O estudo da *região do colonato*, na área de Olímpia, pôde, com isso, esboçar um painel das possibilidades de reprodução da população como um todo a personificar o capital cafeeiro. Desse modo, do ponto de vista dos proprietários dos meios de produção, vimos como constituíam uma política autoritária que regulava sobre disposições diversas da vida de todos na área. Uma hierarquia se observava entre esses proprietários, pautada pela divisão das terras e pela formação dos critérios da renda fundiária (formação das cidades, traçado da ferrovia e das rodovias, formação dos pastos, instalação dos frigoríficos e das máquinas de beneficiamento).

Por isso, aquele que parecia ser uma contradição de todo o sistema do colonato, o sitiante, estava na verdade completamente subordinado à acumulação do capital na região, posto que se instalava nas piores terras e dividia seus parques rendimentos com meeiros. Meeiros, assim, também se reproduziam em condições adversas, apesar do menor grau de expropriação que experimentavam. A possibilidade de enriquecimento rápido com uma boa safra ficava limitada pela sequência de safras ruins, em que não tinham nenhuma remuneração fixa pelo trabalho no trato do cafezal. Ficava ainda mais limitada pelas condições adversas que os próprios pequenos proprietários, que os contratavam, vivenciavam.

Os colonos, centrais nesta pesquisa e também na acumulação da região, estariam num meio termo entre aqueles trabalhadores (sitiante e meeiros) e os trabalhadores assalariados propriamente ditos. O grau de expropriação dos meios de produção é o critério desta gradação. Assim, apesar do rendimento fixo pelo trato do café representar a maior parte do rendimento deste trabalhador, os colonos tinham a possibilidade de ganhar por produtividade na colheita de café e tinham acesso a parte dos meios de produção para plantar alimentos, que também entravam na composição de seus rendimentos.

Por fim, diaristas e camaradas estavam ainda mais próximos às condições de assalariamento típicas, não tendo a possibilidade do rendimento proporcional na colheita do café e não dispondo das mesmas facilidades para o plantio de alimentos. Porém, esse acesso não parece ter lhes sido negado, o que também impede que se igualem esses diaristas aos assalariados.

O painel de possibilidades de reprodução para a massa da população nessas condições regionais mostra variações no grau de expropriação para cada tipo de

trabalhador, porém todos guardam, em maior ou menor grau, possibilidades de acesso aos meios de produção. Isso pode ser visto como uma condição de reprodução relativamente melhor desses trabalhadores do que as condições dos trabalhadores assalariados. Nisso reside nossa crítica às posturas desenvolvimentistas que teimaram em ver nesses aspectos da *região* relações atrasadas, semi-feudais, agrárias (num sentido pejorativo) ou mesmo não-capitalistas.

Quanto à teorização de José de Souza Martins, que daquela última maneira caracterizou as relações sociais do colonato e da formação de fazendas na expansão cafeeira, procuramos ressaltar os aspectos da acumulação de capital mesmo nessas condições regionais. A questão central nessa nossa perspectiva foi, pois, a ausência de uma superpopulação relativa a permitir a lei geral de acumulação capitalista. Porém, procuramos mostrar através do marco teórico marxiano – o mesmo de Martins, porém este com uma interpretação luxemburguista do desenvolvimento do capital, engendrando relações não-capitalistas de produção e a reposição de condições da acumulação primitiva (cf. Martins, 2000, intro) –, a forma mercadoria como determinante numa inflexão que não permite igualar o período regional com o colonial, por meio dos distintos *sentidos* da acumulação. Não separamos, com isso, a forma mercadoria da forma capital, como momentos distintos do desenvolvimento capitalista, mas procuramos ver a acumulação de capital desde o período colonial, com o Estado nacional se autonomizando do capital europeu. Em outra parte, entendemos, desde aquelas primeiras posses na área de Olímpia, passando pelos pequenos sitiantes e também o colonato, como determinados por um processo de autonomização do capital, que passa a ser descompassado e não ocorre de uma vez só.

A região é vista aqui, portanto, como um processo de autonomização dessas categorias do capital (renda, lucro, juros, salário e mais-valia). A confusão da análise decorre da própria fusão dessas categorias; ela não é um erro de análise e sim a aparência e a realidade do processo, que só pode ser desvendado no seu momento de síntese, quando as categorias antes fundidas começam a ser personificadas por diferentes sujeitos, sujeitados à acumulação de capital.

A crítica de Robert Kurz (2000) ao socialismo real pode ajudar a compreender a particularidade do que aqui compreendemos por *região*. Ao colapso da URSS, tomado a princípio como vitória do capitalismo ocidental, Kurz (2000, cap. 1) procurou mostrar um fundamento comum a ambos os “modelos”. O trabalho abstrato era o núcleo inquestionável tanto da ética protestante como da disciplina revolucionária do

socialismo real. A produção também abstrata de mercadorias era o outro lado intocado de ambas as sociedades aparentemente em oposição. Kurz (2000, cap. 2 e 3) atestou ainda como o fundamento modernizador do Estado forte do socialismo condizia com o papel do Estado absolutista na ascensão do sistema moderno produtor de mercadorias na Europa, apesar do descompasso de mais de cem anos entre um e outro. O Estado acelerava a modernização da sociedade, mobilizando a população e colocando-a a serviço da produção de mercadorias, porém em ambos os casos a aparência era de um estado de coisas pré-moderno ou revolucionário, a justificar as medidas bruscas de transformação social.

O paralelo que propomos aqui é para a modernização que se coloca no período regional. O compromisso coronelista e o PRP constituem o semelhante ao Estado forte que promoveu a modernização retardatária naqueles dois casos. Este Estado regional permite a organização da produção de mercadorias, transformando a região da pecuária numa complexificada região do colonato, a mobilizar na Europa a formação de uma superpopulação relativa em São Paulo. Porém, também aqui o coronelismo adquire feições de um patriarcado não propriamente moderno e não condizente com os preceitos abstratos do Estado moderno. Do mesmo modo, o colonato adquire feições de campesinato, pela sua conformação não exatamente assalariada, exatamente como o trabalho no socialismo não podia ser visto como meramente assalariado, numa mobilização em prol do questionamento das condições burguesas de uma sociedade injusta. O desenvolvimentismo e o nacionalismo pós-Revolução de 1930 iriam reforçar as feições aparentemente atrasadas ou particularistas do período regional, obscurecendo a compreensão também daquele período como o de ascensão do sistema moderno produtor de mercadorias no Brasil, e especialmente em São Paulo. O sentido dos processos se compreende *a posteriori* com as massas de trabalhadores mobilizados de um ou de outro modo para a industrialização e, com ela, a generalização da forma-mercadoria.

O fim do colonato, com o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), intensificado com o Estatuto da Terra (1964) (cf. Silva, 1999), e o processo de transformação das relações sociais de produção que então se intensifica marcariam a autonomização das esferas cindidas dessas unidades contraditórias, a família e a fazenda. Com a gradativa saída dos trabalhadores das fazendas para as cidades, também se deu a saída da maioria dos fazendeiros que foram morar em cidades próximas. O fazendeiro absenteísta que já fora apontado desde os primórdios da expansão cafeeira (cf. Costa, 1998; Mello, 1990),

também porque muitos eram proprietários de mais de uma fazenda, passaria, enfim, a viver de fato nas cidades. Com a maior parte dos trabalhadores também passando a morar nas pequenas cidades próximas, a produção alimentar estaria definitivamente comprometida, naquilo que Verena Stolcke chama de “divórcio da cafeicultura com as culturas alimentares” (Stolcke, 1986).

As implicações dessa passagem são diversas, ocasionando a consolidação definitiva de uma produção autonomizada de alimentos, requerendo uma estruturação também autonomizada de um sistema estatal de ensino, uma reordenação das cidades e das fazendas, mas principalmente modificando em sua essência a composição familiar, os papéis de cada membro, além de outros aspectos próprios de um cotidiano completamente transformado, algo que tentaremos recuperar, em parte, localmente com pesquisas de campo e o aprofundamento das entrevistas que já vimos realizando.

A passagem para a condição de diarista, o que constituiria o assalariamento final do colono, pode também ser, dessa maneira, compreendida como uma autonomização da força de trabalho, que passará a ser, como o disposto no Livro I d’*O Capital*, de Marx, a única mercadoria que o trabalhador possui, instalando-se, por fim, a separação completa do trabalhador dos meios de produção. Essa passagem, nos anos 1960, completar-se-ia nos anos 1970 com a saída final do trabalhador das colônias dentro das fazendas. Privado do acesso parcelar à terra para o plantio de alimentos para o consumo e para a venda, o colono não pode mais produzir para si e tampouco acumular sacos de feijão, por exemplo, como “poupança”, como ocorria segundo entrevistas realizadas para a pesquisa de mestrado. Enfim, completa-se a dupla liberdade de que Marx tratava, e que Gaudemar reforçava.

O peculiar dessa consolidação final do assalariamento, no fim do colonato, será portanto o momento histórico em que isso ocorre e, conseqüentemente, as implicações disso. Colocamos a questão dessa maneira porque a “industrialização” brasileira e local que se processa nos anos 1950 em diante guarda profundas relações com o momento pós-Segunda Guerra Mundial. Desse modo, essa mobilização que se dá com o fim do colonato e com a citricultura terão que lidar com a limitação crescente à necessidade do consumo produtivo da força de trabalho por essas mesmas indústrias. Uma industrialização que se constitui com uma composição de capital em que a parte variável foi gradativamente sendo substituída pela parte constante.

O mesmo processo que analisamos na Seção 2, parte II, para a formação de uma superpopulação relativa no âmbito do constante “revolucionamento” técnico da

indústria, contribuiria para gerar uma situação local de *crise do trabalho*, porque este passará a ser o momento de crise das possibilidades de modernização retardatária (Kurz). O entendimento do período regional é fundamental para a compreensão do momento de crise de uma forma de socialização mediada pela produção de mercadorias, portanto pelo *trabalho abstrato*. O estudo dessa passagem final está por ser feito, nos termos da análise da autonomização do capital, em especial do capital fictício, e o colapso da modernização com a crise da socialização pelo trabalho.

Fontes e Referências bibliográficas

Fontes primárias

- *Cartório de Registro Geral e de Hipotecas da Comarca de Olímpia (CRGHCO)*

Livros de transcrição de registros de transações de imóveis:

Livro 3 (1920 a 1921), 200 p.
Livro 3-A (1921 a 1922), 300 p.
Livro 3-B (1922 a 1924), 300 p.
Livro 3-D (1928 a 1930), 300 p.
Livro 3-E (1930 a 1932), 300 p.
Livro 3-F (1932 a 1934), 300 p.
Livro 3-G (1934 a 1935), 300 p.
Livro 3-H (1935 a 1937), 300 p.
Livro 3-I (1937 a 1938), 300 p.
Livro 3-J (1938 a 1940), 300 p.

- *Atas da Câmara Municipal de Bebedouro*

Livros de atas digitalizados:

Livro 1 (1896 a 1929) – livro de termo de posse e compromisso
Livro 2 (1894 a 1897)
Livro 3 (1894 a 1905)
Livro 6 (1908 a 1911)
Livro 7 (1911 a 1916)
Livro 8 (1916 a 1923)
Livro 13 (1939 a 1945)

- *Entrevistas gravadas realizadas em trabalhos de campo*

João Preto. Barretos, 28 de julho de 2007.
Felício Tamberlini. Severínia, 18 de julho de 2007.
Domingos da Silva. Severínia, 18 de julho de 2007.
Osvaldo Nogarol. Monte Verde, Cajobi, 18 de julho de 2007.
Família Jangrossi. Cajobi, 27 de julho de 2007.
Marquito Blanco. Monte Azul Paulista, 13 de julho de 2007.
José Maria de Jesus Marangoni. Olímpia, 1º de junho de 2007.
Gilberto Arroyo. Monte Azul Paulista, 13 de julho de 2007.
Rodolfo Bulle de Oliveira. Bebedouro, 17 de julho de 2007.
Hernani Bulle Arruda. Bebedouro, 25 de julho de 2007.
Hernani Bulle Arruda e Darly Bulle Arruda. Bebedouro, 25 de julho de 2007.
Armando Vassoler. Monte Verde, Cajobi, 28 de janeiro de 2009.
Armando Paioli. Monte Verde, Cajobi, 27 de janeiro de 2009.

- *Material compilado em trabalho de campo*

- Caderno de Campo I (diário digitado sobre o primeiro trabalho de campo). Bebedouro, Severínia, Monte Verde, Cajobi, Colina e Olímpia (SP), maio a junho de 2007.

- Caderno de Campo II (diário digitado sobre o segundo trabalho de campo). Colina, Bebedouro, Monte Azul Paulista, Monte Verde, Cajobi, Severínia e Olímpia (SP), julho de 2007.
- Seleção de transcrições de registros de imóveis do Cartório de Registro Geral e de Hipotecas da Comarca de Olímpia (1920 a 1940). São Paulo, novembro de 2008.

- Fontes primárias impressas e estatísticas

- Revista Magazine Paulista, s. l., 1949.
- BRASIL. *Relação dos Cafeicultores do Estado de São Paulo*. Superintendência dos Serviços do Café. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. São Paulo, 1942.
- BRASIL: Recenseamento geral de 1920.
Censo agrícola de 1940.
Censo agrícola de 1950.
Censo agrícola de 1960.
Censo agrícola de 1970.
- IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2 ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro, 1990.
- IBGE. *Separata do Anuário Estatístico 1939-1940*. IBGE, Rio de Janeiro, 1940.

- Livros, artigos e textos consultados

- ALFREDO, Anselmo (a). *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. Mimeo, edição do autor, 2008.
- _____. *Formação econômico-social brasileira. Mobilização do trabalho e configurações territoriais*. Mimeo, edição do autor, São Paulo, 2005.
- _____. (b) “Modernização, contradições espaciais e relação agrário-urbana no Brasil”. In: Anais do Encontro Nacional de Geógrafos (ENG). Organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, julho de 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. 5ª. Ed. Atlas, São Paulo, 1987.
- ARAÚJO, Ely Goulart Pereira de. “Alguns aspectos da paisagem rural no município de Olímpia”, Boletim Paulista de Geografia, no. 5, São Paulo, julho de 1950.
- _____. “A cidade de Olímpia (Estudo de geografia urbana)”, Boletim Paulista de Geografia, no. 9, São Paulo, outubro de 1951.
- ARAÚJO FILHO, J. R. de. “O café, riqueza paulista”. In: Boletim Paulista de Geografia. No. 23. São Paulo, julho de 1956.
- BAENINGER, Rosana & BASSANEZI, Maria S. C. B.. “Trajetória demográfica no estado de São Paulo, na capital e em outros municípios”. Mimeo. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG, 18-22 de setembro de 2006.
- BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro – aspectos políticos*. 3ª. ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2005.
- BEZZI, Meri Lourdes. *Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas*. Editora da UFSM, Santa Maria, 2004.
- CAMPOS, Nazareno José de. *Terras de uso comum no Brasil, um estudo de suas diferentes formas*. Doutorado. Prof. Orient. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Depto. Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2000.

- SOUZA, Antonio Candido de Mello e. "The Brazilian Family". In: T. LYNN, Smith e Alexander Marchant (orgs.), *Brazil: Portraits of Half a Continent*. The Dryden Press, Nova York, 1951.
- CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. *A emigração espanhola e a trajetória do imigrante na cafeicultura paulista: o caso de Villa Novaes, 1880-1930*. Profa. Dra. MARCILIO, Marília Luiza (orient.). Dissertação de Mestrado. Depto. de História, FFLCH-USP, São Paulo, 2001.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república – Momentos decisivos*. 7ª. ed. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1999.
- _____. *Da senzala à colônia*. 4ª. ed. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1998.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.
- FALEIROS, Rogério Naques. "Homens do café: relações de trabalho em Franca/SP 1890-1920"³¹⁴. Mimeo, Campinas, 2002.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4ª. Ed. Editora Globo, Rio de Janeiro, 2008.
- FAUSTO, Boris. "Estado e burguesia agro-exportadora na Primeira República: uma revisão historiográfica". In: Novos Estudos CEBRAP, no. 27, São Paulo, julho de 1990.
- _____. *História do Brasil*. 11ª. Ed. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil – aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1960.
- FERRAZ, Luiz Pedreira de Coutto. *Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1856.
- FIGUEROA, Sílvia F. de M. "'Batedores da ciência' em território paulista: expedições de exploração e a ocupação do 'sertão' de São Paulo na transição para o século XX". In: Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. 15, no. 3. Rio de Janeiro, julho-setembro de 2008.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1997.
- _____. "Organização social do trabalho no período colonial". In: Barros de Castro, Antonio *et alli*; Pinheiro, Paulo Sérgio (coord.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. São Paulo, Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Publifolha, 2000.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa, Estampa, 1977.
- GOLDENSTEIN, Lea & SEABRA, Manoel. "Divisão territorial do trabalho e nova regionalização". In: Revista do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. "O conceito de região e sua discussão". In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; Corrêa, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1995.

³¹⁴ Esse artigo corresponde a uma versão reduzida do segundo e terceiro capítulo da dissertação *Homens do café: Franca 1880-1920*, defendida em novembro de 202, sob orientação do Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves, no Instituto de Economia da Unicamp.

- HARTSHORNE, Richard. *Questões sobre a natureza da Geografia*. Instituto Panamericano de Geografia e História, Comissão de Geografia, Rio de Janeiro, 1969.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume, 2005.
- HEIDEMANN, Heinz Dieter. “Os migrantes e a crise da sociedade de trabalho: Humilhação secundária, resistência e emancipação”. in: *Migrações: Discriminação e alternativas*. Paulinas, São Paulo, 2004.
- HOBBSBORN, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. 16ª. Ed. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2002.
- _____. *A era do capital (1848-1871)*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II: “O Brasil Monárquico”, vol. 5, “Reações e Transições”. 8ª. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2004.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo – 1886-1934*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- IANNI, Octávio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- KLEIN, Herbert. *A imigração espanhola no Brasil*. Trad. Pedro Maia Soares. Editora Sumará, FAPESP, São Paulo, 1994. (Série Imigração, vol. 5).
- KURZ, Robert. *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2004.
- _____. *O colapso da modernização*. São Paulo, Hucitec, 2000.
- _____. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2004 [1992].
- _____. “A razão sangrenta – Vinte teses contra o Iluminista e os ‘valores ocidentais’”. (Retirado do endereço na Internet: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz103.htm>, no dia 14 de maio de 2009). Publicado inicialmente em junho de 2002.
- _____. *Os últimos combates* 5ª. Ed. Vozes, Petrópolis, 1997.
- LA BLACHE, Paul Vidal. *Princípios de Geografia Humana*. 2ª. Ed. Trad.: Fernandes Martins. Edições Cosmos, Lisboa, 1954.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto – O município e o regime representativo no Brasil*. 3ª. Ed. Alfa-Ômega, São Paulo, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. “Estrutura social: a reprodução das relações sociais de produção”. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)”. In: *Revista de Saúde Pública*, vol. 8 (suplemento). São Paulo, 1974.
- LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: Sesmarias e terras devolutas*. 4ª. Ed. Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, 1990.
- MARANGONI, José Maria de Jesus. *Olímpia – cidade menina-moça*. Vol. 1 (1857-1941). Centrograf, Olímpia, 2001.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. Hucitec, São Paulo, 2000.
- _____. *O cativo da terra*. Hucitec, São Paulo, 2004.
- _____. “A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira: 1880-1930”. In: *Revista de História (nova série)*. No. 121. Universidade de São Paulo, São Paulo, agosto-dezembro de 1989.
- MARX, Karl. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse) – Borrador 1857-1858*. Vol. I. 19ª. ed. Siglo Veintiuno Editores, Buenos Aires, 2005.

- _____. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livros 1 e 2. São Paulo, Nova Cultural (Série “Os economistas”), 1985 e 1986.
- _____. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro 3. São Paulo, Nova Cultural (Série “Os economistas”), 1986.
- _____. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro 1, tomo 2. São Paulo, Nova Cultural (Série “Os economistas”), 1990.
- MATOS, Odilon Nogueira. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cafeicultura*. São Paulo, Ed. Arquivo do Estado de São Paulo (coleção Monografias), 1981.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio – contribuição à revisão da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza – São Paulo, 1845-1895 – contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista*. 2 ed. São Paulo, Hucitec, 1990.
- MILLIET, Sergio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1982.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec, Polis, 1998.
- _____. “As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista”. In: Boletim Geográfico, Conselho Nacional de Geografia – IBGE, ano XI, no 112, janeiro – fevereiro de 1953.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia – Pequena história crítica*. 5ª. Ed. Editora Hucitec, São Paulo, 1986.
- MORI, Gualtiero (org.). *Revista Agrícola de Olympia*. No. 1. Typografia América, Olímpia, março-abril de 1925.
- _____. *Revista Agrícola do Estado de São Paulo*. No. 3: Olímpia. Typografia América, Olímpia, maio-junho de 1926.
- MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra; a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão de terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.
- NOVAIS, Fernando A. “Considerações sobre o sentido da colonização”. In: Revista do IEB, IEB-USP, no. 6, São Paulo, 1969.
- _____. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 8ª. ed. Editora Hucitec, São Paulo, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. Boitempo, São Paulo, 2003.
- _____. *A economia da dependência imperfeita*. Edições do Graal, São Paulo, 1977.
- _____. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2008.
- _____. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. de & MADEIRA, Felícia R.. “População e força de trabalho: o caso da cafeicultura paulista no Oeste Paulista”. In: Revista Brasileira de Estudos da População, vol. 3, no. 1. Campinas, jan./jun. de 1986.
- PRADO JR., Caio. “Distribuição da propriedade fundiária rural no estado de São Paulo”. In: Geografia, AGB-SP, ano 1, no. 1, São Paulo, 1935.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo, Brasiliense, 2000.

- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1969.
- _____. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo, Editora Brasileiense, 1979.
- PRATES, Agnello da Cruz. *Um nordestino na história de Cajobi*. s.e., Cajobi, maio de 1984.
- PERINELLI NETO, Humberto. “Era a Paulista uma ferrovia cata-café? – Apontamentos sobre o comércio de gado e as ferrovias em São Paulo (1869-1909)” In: Revista Histórica do Arquivo Público do Estado, no. 32, São Paulo, agosto de 2008.
- PERISSIMOTO, Renato Monseff. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo, FAPESP; Campinas, Annablume, 1999 (2 Tomos).
- POSTONE, Moishe. *“Time, labor and social domination. A reinterpretation of Marx’s critical Theory”*. Cambridge University Press, 1993.
- RATZEL, Friedrich. “O solo, a sociedade e o Estado”. Trad.: Mario Antonio Eufrásio. In: Revista do Departamento de Geografia, vol. 2, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.
- RESENDE, Gervásio Castro de. “Trabalho assalariado, agricultura de subsistência e estrutura agrária no Brasil: uma análise histórica”. In: Revista Pesquisa Planejamento Econômico, 10 (1). Rio de Janeiro, abril de 1980.
- SALLUM Jr., Brasilio. *Capitalismo e cafeicultura. Oeste Paulista: 1888-1930*. Duas Cidades, São Paulo, 1982.
- SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio – efeitos da lei de 1850*. Editora da UNICAMP, Campinas, 1996.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1999.
- SCHOLZ, Roswitha. “O valor é o homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos”. In: <http://obeco.planetaclix.pt/rst1.ht>. 1992. (Também publicado em Revista NOVOS ESTUDOS – CEBRAP, nº. 45, julho de 1996, pp. 15-36).
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. Duas Cidades, Ed. 34, Rio de Janeiro, 2000.
- STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Brasiliense, São Paulo, 1986.
- TAUNAY, Affonso de E. *História do café no Brasil – volume undécimo*. “No Brasil República 1906-1927 (Tomo I)”. Edição do Departamento Nacional do Café, Rio de Janeiro, 1941.
- TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus – 990-1992*. (tradução Geraldo Gerson de Souza). Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- TOLEDO, Carlos de Almeida. *Mobilização do trabalho nas Lavras Baianas*. Mestrado. Prof. Orient. HEIDEMANN, Heinz Dieter. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2001.
- _____. *A região das Lavras Baianas*. Doutorado. Prof. Orient. HEIDEMANN, Heinz Dieter. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2008.
- TOLEDO, Carlos de Almeida & BOECHAT, Cássio Arruda. “Modernização, contradições espaciais e relação agrário-urbana no Brasil”. In: Anais do Encontro Nacional de Geógrafos (ENG). Organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, julho de 2008.

TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques; TEODORO, Rodrigo da Silva.
“Fragmentos de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais.
Franca/São Paulo 1890-1914”. In: Revista História, vol. 24, no. 2, Franca, 2006.
WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Companhia
das Letras, 2004.